



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - NPGeo

**A Trajetória do Discurso do Desenvolvimento para o
Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da
esperança**

JOSEFA BISPO DE LISBOA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia da Universidade
Federal de Sergipe, para obtenção do Título de
Doutor em Geografia.

Orientadora: Dra. Alexandrina Luz Conceição

ARACAJU

2007

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Lisboa, Josefa Bispo de
L769t A trajetória do discurso do desenvolvimento
para o Nordeste : políticas públicas na
(dis)simulação da esperança / Josefa Bispo de
Lisboa. – São Cristóvão, 2007.
272 f

Tese (Doutorado em Geografia) –
Universidade Federal de Sergipe, 2007

Orientador: Dra. Alexandrina Luz Conceição

1. Geografia política – Desenvolvimento
regional. 2. Políticas públicas – Nordeste brasileiro.
3. Geografia econômica – Desenvolvimento local. I.
Título.

CDU 911.3:332.146

A Trajetória do Discurso do Desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança

COMISSÃO EXAMINADORA

Orientadora e presidente da Banca.....

Prof.^a Dr.^a Alexandrina Luz Conceição

2º Examinador

Prof. Dr. José Eloízio da Costa

3º Examinador

Prof. Dr. Rogério Proença Leite

4º Examinador

Prof.^a Dr.^a Maria Franco García

5º Examinador

Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça

.....

JOSEFA BISPO DE LISBOA

Aracaju, maio de 2007

DEDICATÓRIA

As pessoas a quem dedico este trabalho são mais importantes por que refletem de alguma maneira, seja a condição da minha existência, seja o afeto pelo trabalho rural, manifesto nas mãos calejadas e na voz corajosa:

- A Mauro, Caio, Lara e Davi, por que vocês existem e me fazem a cada dia mais humana;
- Para mulheres como mamãe 'D. Raimunda', madrinha Creuza e tia Julita, que empurram os filhos para vida e têm a sabedoria dos profetas;
- Aos colonos do Treze, de fato e de direito: - cidadãos como papai 'Tonho do Tanque', padrinho Belo (*in memoriam*), tio Luiz e Pe. Almeida, que sempre nos impulsionaram para as descobertas e para os sonhos;
- Para os meus nove irmãos, pela dignidade de seguirem no trabalho e no amor fraterno que nos une;

NOTA PRELIMINAR E AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi escrito sob a ânsia de entender o sentido da negação da autonomia: uma autonomia que eu cresci concebendo como necessária para a garantia da reprodução das famílias do campo, que tentam sobreviver nos seus espaços de vida, acreditando no direito de optar por modos de vida particulares, sem serem obrigadas a aderir aos valores dos 'outros'.

Ao longo das minhas duas primeiras fases, infância e juventude, na feliz ingenuidade/astúcia do convívio com a comunidade rural aprendi que na coletividade se conquistam caminhos próprios para decidir sobre aquilo que deve ser construído. Se a praça, a Igreja, os quebra-molas... Arvorávamos-nos de um poder de decisão apreendido junto ao Movimento de Ação Comunitária (MAC), ao grupo de jovens da Igreja (Grujac) e ao movimento cooperativista (surgido no início dos anos 1960), que se afirmou construindo fortes relações entre os colonos da Colônia Treze (no município de Lagarto/Se) e a cooperativa.

Não entendíamos a Coopertreze como representação da expansão do capitalismo no campo, ou como instrumentalização do controle do trabalhador rural. Sabíamos apenas, que além de organizar a comunidade para produção e comercialização, a cooperativa era 'de todos', por que além do crédito, ela garantia comercialização da produção, bolsa de estudante, assistência médica e odontológica e ainda o lazer (no time de futebol, no nosso auditório, com shows de calouros e peças teatrais, nos carnavais na quadra...) aos colonos e seus filhos.

Havia ali um sentimento de pertencimento que se expressava no hino que era conhecido por todos nós:

*Colônia Treze, Terra querida,
O seu valor tão cultural,
És minha terra, és minha vida,
Colônia Treze és meu torrão natal.
Povo unido e unido é de vencer,
Hospitaleira é tua população,
Trabalhando todos juntos pra vencer,
Nesse lugar que nos trás recordação...*

Através da experiência dos cooperativados nas reuniões, cursos, tomadas de decisão e, principalmente a presença de uma paróquia aberta, onde o padre era tido pela Diocese como subversivo e admirador de Marx, tudo isso inserido em um contexto fechado para mudanças, resultou num lugar que atraía pensadores sociais engajados com o sentido de transformação. Esta realidade ensinava-nos uma consciência afirmativa da união e da mobilização em grupo para a melhoria das condições de nossa própria existência.

Este aprendizado me fez crescer entendendo que toda forma de injustiça era passível de correção quando todos se unem para este fim. Um aprendizado que cresceu e amadureceu como paixão a partir da leitura de: *As Veias Abertas da América Latina*, *Olga*, *Se me deixam falar*, e *Fidel*, ainda à beira da Universidade.

Mas, foi o mesmo aprendizado que me levou à militância política e à Universidade, me fazendo acreditar na via eleitoral e na transformação da sociedade, no auge dos anos 1980.

Universidade e partido político, inicialmente, me trouxeram pré-conceitos. Estes me levaram a questionar aquele sentido de autogestão que desenvolvíamos na comunidade. Agora, muitos pré-conceitos elaborados. Todavia, à beira da saída da Universidade e do partido, precisamente naquele penúltimo período, já insuportável para uma residente, bolsista, com necessidade de ingressar no mercado de trabalho, uma leitura crítica se apresentava em três, quatro disciplinas, através do recorte dialético radical que delineia a vida e a obra da professora Alexandrina. Serena, embora solitária no pensar e ser, responsável no seu envolvimento com trabalhos de comunidade, com apoios constantes e gratuitos a sindicatos e organizações, principalmente àquelas voltadas para o campo. Inteligente e coerente com e nas suas análises teóricas, com domínio sobre a teoria crítica, sobre o marxismo e sobre a Geografia que eu queria conhecer. Imediatamente eu encontrava na Universidade o interesse em permanecer nela e quem sabe, a partir dali, descobrir por que apesar dos enfrentamentos que a minha comunidade do Treze continuava a viver, as conquistas não se realizavam. A regalia da autonomia que pensávamos exercer não garantia nem a continuidade do cooperativismo como afirmação da reprodução das famílias rurais, nem a viabilização do desenvolvimento rural, como gostaríamos.

Para tal questionamento, a professora me fazia tantos outros. Assim, para encontrar tantas respostas às freqüentes dúvidas que passei a ter (pois as bandeiras que eu carregava tive que lê-las, interpretá-las, para somente depois voltar a hasteá-las) fiquei ali perto e acabei por conquistar o acesso a outras leituras e o privilégio da amizade.

Não obstante, a possibilidade da leitura acadêmica, associada a uma leitura da realidade (que vivi e continuo a viver), de alguma forma trouxe certa dor, principalmente por que a Universidade não respondia sobre o futuro. Aliás, essa foi a melhor parte: descobri que o futuro está sempre para ser escrito. Isso trouxe, por outro lado, o conforto do sonho possível, não mais pela via ilusória de que tudo depende do local/comunitário e/ou do Estado, mas como a saída é se inscrever na história, descobri que muito há para ser feito.

Desde 1999, entretanto, quando terminei estudo sobre associativismo no campo pensei ter compreendido o caminho da construção de espaços públicos para um processo de formação política. Com uma quase certeza da força transformadora das organizações rurais, que ainda não se concretizou, eu continuo a buscar respostas, agora não mais para àquela forma de autogestão que injuriava o poder público, por que repercutia em necessidade de atendimento àquelas demandas e porque ajudava a compor um quadro de jovens que se engajariam em movimentos contestadores, conforme ocorreu. A busca é do sentido dessa autonomia que se tornou consenso entre as formas instituídas de poder e a sociedade civil.

Fala-se de um poder local, de uma força da sociedade civil, por quê?

A resposta é o que procuro agora, através da leitura da ideologia dos discursos do desenvolvimento. E nessa tarefa, **nenhuma palavra qualifica na medida certa a contribuição de Alexandrina**, pelo potencial de inteligência, pelo domínio das teorias e pela capacidade de leitura da realidade. Pela seriedade, preocupação, carinho e, principalmente, pelo prazer de me ver crescer. A ela eu credito a construção desta tese.

Como a história, no dizer de Francisco de Oliveira, *não é um pátio ferroviário, nem uma conspiração, nem um espelho fixo*, a realidade que trago com este estudo pretende ser elucidativa dessa questão. Ela é a demonstração de um processo social, que, embora se apresente como resultado de determinações, e nesses termos, cheia de desconforto e contradições, não

nega as possibilidades de ruptura e de um devir, ainda e necessariamente pela coletividade.

É para essa coletividade, aqui expressa naqueles **homens e mulheres ‘atendidos’ pelo Programa de Combate à Pobreza Rural**, e na população da **Colônia Treze**, que eu escrevo este trabalho. Á esta última, eu agradeço por ter sido/ser a minha morada. Morada que eu trago comigo, dando aos meus filhos a oportunidade da convivência, no cotidiano da minha **grande família**.

Aos meus pais, meus nove irmãos, meus cunhados, meus sobrinhos, agradeço por compartilharem dos meus sonhos.

Mas o esforço de explicação da realidade demanda inúmeras contribuições, requerendo sinceros agradecimentos:

À **Ana**, porque é uma grande amiga, que mesmo muito ocupada se coloca sempre disponível. Pelo imensurável companheirismo em todas as etapas desse trabalho. Ouvindo-me e dando-me respostas, lendo, corrigindo e sugerindo, caminhando comigo e até viajando comigo. Por termos estado no Ceará, em Pernambuco. Por você ter optado por estar ao meu lado e construir comigo.

À **Luciana**, por ser tão amiga, cuidando dos meus três filhos, dessa forma, cuidando do meu bem-estar, do meu lar. Agradeço por ser tão competente e aguerrida.

À **Marleide**, por ter se disponibilizado tantas vezes em me ajudar, em conversar comigo, acalmando-me, aconselhando-me, trazendo-me livros... Aos amigos **Vanessa Dias e Sócrates** pelas discussões, pela amizade e companheirismo e pela crença em que tudo daria certo.

À **Gicélia**, por ser incondicional e desinteressada no seu apoio, pela disponibilidade, respeito e carinho, que nossa recente amizade já demonstra com tanta solidez. A Cláudio Ubiratan, **Bira**, por não ter hesitado em me ajudar na nossa empreitada inicial no Campus de Itabaiana. E é pra lá que eu faço um agradecimento especial à torcida dos **nossos alunos**, porque no entusiasmo de serem novos universitários, nos obrigam a aprender cada dia mais.

Aos meus amigos **Marcléa, Nivalda, Meiriane, Edilúzia**, por terem me dado suporte e ajudado a refletir o mundo no nosso grupo de interlocução, tantas vezes cheio de conflitos e por isso mesmo, fundamental. Aos colegas da

AGB, Denise, Edimilson e Márcio, queridos e comprometidos, que de maneira muito especial tanto me ajudaram.

À professora **Vera**, pelas contribuições na minha formação e principalmente pela confiança e carinho que sempre demonstrou por mim.

À banca de qualificação, formada pelos professores **Rogério Proença Leite** e **José Eloísio da Costa**, pelas provocações levando à reflexão em torno do nosso objeto de discussão e ainda pela disposição de acatar o trabalho.

Aos **colegas, professores e funcionários** do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFS, em especial a **Everton** e **Daniel** pela disponibilidade, atenção e pela torcida, nos dando apoio.

Às amigas **Gardênia** e **Sônia**, principalmente, pelo carinho irrestrito de sempre e pela demonstração de confiança, o que dá coragem para caminhar.

Aos meus tão serenos professores, desde a professora **Zélia**, inesquecível na minha infância, a **Guil** (*in memoriam*), no meu 2º. Grau, e aos meus professores do **DGE/UFS**, com quem quero compartilhar a minha carreira acadêmica.

Aos **representantes das Unidades Técnicas** dos Projetos São José/Ce, Renascer/Pe e Santa Maria/Se, **aos representantes das Secretarias de Governo, aos interlocutores** que dividiram comigo a tarefa de elucidar a situação vivenciada pelos trabalhadores envolvidos com o Programa de Combate à Pobreza Rural.

A tantas **senhoras e senhores**, que procuram sobreviver no campo e que sem querer, são obrigados a depender do assistencialismo desmedido e irresponsável dos agentes que produzem a pobreza.

A construção deste trabalho foi dividida com muitas pessoas. A todas, o meu imensurável respeito e carinho.

EPÍGRAFE

A injustiça passeia pelas ruas com passos seguros.
Os dominadores se estabelecem por dez mil anos.
Só a força os garante.
Tudo ficará como está.
Nenhuma voz se levanta além da voz dos dominadores.
No mercado da exploração se diz em voz alta:
Agora acaba de começar:
E entre os oprimidos muitos dizem:
Não se realizará jamais o que queremos!
O que ainda vive não diga: jamais!
O seguro não é seguro. Como está não ficará.
Quando os dominadores falarem
falarão também os dominados.
Quem se atreve a dizer: jamais?
De quem depende a continuação desse domínio?
De quem depende a sua destruição?
Igualmente de nós.
Os caídos que se levantem!
Os que estão perdidos que lutem!
Quem reconhece a situação, como pode calar-se?
Os vencidos de agora serão os vencedores de amanhã.
E o "hoje" nascerá do "jamais".

(Bertold Brecht)

RESUMO

Este estudo está centrado na ideologia do discurso do desenvolvimento subentendido nas políticas públicas de desenvolvimento regional para o Nordeste, a ser apreendida nas relações contraditórias do espaço do capital. Neste sentido, compreende-se o crescimento econômico como núcleo fundante desta ideologia. Como reflexões iniciais retomam-se os pressupostos fundamentais do desenvolvimento, indagando a possibilidade de equilíbrio da economia capitalista mundial por meio da superação dos desajustes do subdesenvolvimento. Investigou-se com base na leitura do pensamento social sobre o Nordeste, o sentido funcional da questão regional para a inserção dessa região no circuito do capital. A compreensão do discurso do desenvolvimento a partir dos anos 1980 direcionou uma reflexão sobre o processo histórico-social que faz do Banco Mundial a instituição chave do ajuste estrutural e o seu papel veiculador da ideologia do desenvolvimento local sustentável expressa no uso do território para a exploração capitalista como manifestação do desenvolvimento regional. Buscou-se verificar, com base em pesquisa de campo, a inscrição das políticas públicas financiadas pelo Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) nos estados do Ceará, Pernambuco e Sergipe, enquanto condição de apropriação do território no uso da pobreza como retórica útil à continuidade do modelo de produção. Engendrada pela mundialização do capital, a dimensão local traz o caráter dinâmico do território, sustentado na idéia de potencialidade latente. Os lugares se tornam interessantes, atrativos e úteis à acumulação e garantem mobilidade ao capital. O discurso do desenvolvimento, longe de ser uma questão da promoção do bem-estar da sociedade, mostra o seu caráter ilusório ao cumprir uma importante função ideológica: a legitimação das relações de produção capitalistas que operam as diferenças, ou, em outras palavras, dirigem a produção da pobreza. A partir da inclusão da trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste nas relações sociometabólicas do capital, a Geografia tem, por seu turno, o papel de desvelar o caráter desigual e combinado do desenvolvimento, corroborando para a elucidação e superação das contradições.

Palavras-chave: Políticas públicas; Nordeste; desenvolvimento regional; desenvolvimento local sustentável; desenvolvimento desigual e combinado.

ABSTRACT

This study is centered in the ideologic speech of the implied development in the public politics of regional development of Northeast. To be apprehended in the contradictory relationships of the capital space. In this way, the economical growth is understood as nucleus founder of this ideology. As initial reflection, the fundamental presuppositions of the development are retaken, investigating the possibility of balance of the world capitalist economy through the overcoming of the disagreements of the underdevelopment. It was investigated with base in the reading of the social thought on the Northeast, the functional sense of the regional subject for the insert of that area in the capital circuit. The understanding of the speech of the development starting from 1980 addressed a reflection on the historical-social process that makes the World Bank the key institution of the structural adjustment and its transmitter paper of the ideology of the maintainable local development expressed in the use of the territory for the capitalist exploration as manifestation of the regional development. It was verified, with base in field research, the registration of the public politics financed by the Programa de Combate à Pobreza Rural in the states of Ceará, Pernambuco and Sergipe, while condition of appropriation of the territory in the use of the poverty as useful rhetoric to the continuity of the production model. Engendered by the mundialization of capital, the local dimension brings the dynamic character of the territory, sustained in the idea of latent potentiality. The places become interesting, attractive and useful to the accumulation and guarantee the capital mobility. The speech of the development, far away from being a subject of the promotion of the well-being of the society, shows its illusory character while accomplishing an important ideological function: the legitimation of capitalist production relationships that operates the differences, or, in other words, drive the poverty production. Starting from the inclusion of the speech path of the development for the Northeast in socialmetabolic relationships of the capital, Geography has, in its role, the paper of watching the unequal and combined character of the development, corroborating for the elucidation and overcoming the contradictions.

Key-words: Public politics, Notheast, regional development, sustainable local development, unequal and combined development

ÍNDICE DE FIGURAS

I.	Descrição	Página
CAPA:	Aspecto da Comunidade Engenho Diamante	capa
Figura 01	Município de Barreira/Ce e Comunidades trabalhadas.	32
Figura 02	Municípios de Palmares/Pe e Rio Formoso/Pe e Comunidades Trabalhadas.	33
Figura 03	Município de Lagarto/Se e Comunidades Trabalhadas.	34
Figura 04	Estrutura Discursiva sobre o Nordeste.	89
Figura 05	Transição para o Modelo de Economia Flexível.	149
Figura 06	Plantação de cajueiros, Barreira/Ce.	160
Figura 07	Classificação da castanha <i>in natura</i> .	161
Figura 08	Caldeira p/ o cozimento da castanha.	161
Figura 09	Corte e descaroçamento da castanha.	161
Figura 10	Forno p/ o ressecamento da castanha.	162
Figura 11	Processo de despêliculação da castanha.	162
Figura 12	Mão-de-obra feminina na classificação p/ qualidade e cor.	162
Figura 13	Mão de obra feminina na classificação do produto final.	163
Figura 14	Ensacamento para exportação.	163
Figura 15	Castanha pronta para comercialização.	163
Figura 16	Placa de inauguração da mini-fábrica. Pov. Caiana, Barreira/Ce.	167
Figura 17	Vista frontal do Prédio da mini-fábrica. Pov. Caiana, Barreira/Ce.	167
Figura 18	Vista de fundos da mini-fábrica. Pov. Caiana, Barreira/Ce.	167
Figura 19	Mesas classificadoras da castanha na mini-fábrica. Pov. Caiana, Barreira/Ce.	167
Figura 20	Vista interna da mini-fábrica. Pov. Caiana, Barreira/Ce.	168
Figura 21	Caldeira da mini-fábrica. Pov. Caiana, Barreira/Ce.	168
Figura 22	Forno da mini-fábrica. Pov. Caiana, Barreira/Ce.	168
Figura 23	Propaganda da agroindústria de fitoterápicos em Serra D'Água, Rio Formoso/Pe, 2004.	199
Figura 24	Prédio da agroindústria de fitoterápicos no povoado Serra D'água, Rio Formoso/Pe, 2006.	200
Figura 25	Fluxograma de atividades da empresa de consultoria Campo para atuação junto a políticas do Projeto Renascer. Recife, 2006.	201
Figura 26	Residência na Com. Engenho Diamante, Palmares/Pe.	212
Figura 27	Aspecto da estrada da Com. Engenho Diamante, Palmares/Pe.	212
Figura 28	Sanitário domiciliar na Com. Engenho Diamante, Palmares/Pe.	214
Figura 29	Prédio do Centro de Múltiplo Uso com nome de líder política do município, povoado Estancinha, Lagarto/Se.	223

ÍNDICE DE TABELAS

I.	Descrição	Página
Tabela 1	Produção de Castanha de Caju em Barreira e municípios vizinhos, 2002.	155
Tabela 2	Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) - Estados do Ceará, Pernambuco e Sergipe - Projetos financiados 1995/96 – 2001.	188
Tabela 3	Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) - Estados do Ceará, Pernambuco e Sergipe - Projetos financiados a partir de 2001.	188
Tabela 4	Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) - Orçamento por Subprojeto e Responsável.	193
Tabela 5	Projetos de Desenvolvimento Humano financiados pelo PCPR em Pernambuco, 2002 – 2006.	205

ÍNDICE DE QUADROS

I.	Descrição	Página
Quadro 1	Diferenças de Enfoque de Modelo de Desenvolvimento.	147
Quadro 2	Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) - Subprojetos Elegíveis.	189
Quadro 3	Abrangência do PCPR no estado de Sergipe - situação dos municípios.	217

RELAÇÃO DAS CATEGORIAS ENTREVISTADAS

I.	Entrevistas	mês/ano
1.	Coordenador de Projetos Especiais da Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional do estado do Ceará (SDLR).	julho de 2006
2.	Membro de Consultoria que atua junto à SDLR/Ce; pesquisador do Instituto de Pesquisa do estado do Ceará (IPECE).	julho de 2006
3.	Presidente da Associação Beneficente PA Rural.	julho de 2006
4.	Gerente da Associação Beneficente PA Rural.	julho de 2006
5.	Moradores do município de Barreira/Ce – trabalhadores da PA Rural.	julho de 2006
6.	Membro do Conselho de Desenvolvimento Sustentável do município de Barreira/Ce.	julho de 2006
7.	Moradores da Comunidade Caiana, município de Barreira/Ce - pais da presidenta da Associação Caiana, Cajazeiras e Alto Santo.	julho de 2006
8.	Moradores da Comunidade Caiana, município de Barreira/Ce – jovens que participaram dos cursos do Programa de Revitalização de mini-fábricas de castanha de caju.	julho de 2006
9.	Gerente do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) em Pernambuco	julho de 2006
10.	Técnicos que acompanham o Projeto Renascer/Pe.	julho de 2006
11.	Moradores da Comunidade Serra D'Água, município de Rio Formoso/Pe - jovens que participaram dos cursos de formação para atuar junto à agroindústria de fitoterápicos.	julho de 2006
12.	Moradores da Comunidade Engenho Diamante - município de Palmares/Pe – contemplados com o projeto	julho de 2006
13.	Coordenador do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) em Sergipe.	setembro de 2006
14.	Técnicos que acompanham o Projeto Santa Maria/Se.	setembro de 2006
15.	Secretário do Conselho de Desenvolvimento Municipal do município de Lagarto/Se.	dezembro de 2005
16.	Presidente da Associação da comunidade rural Brasília, município de Lagarto/Se.	abril de 2006
17.	Presidente da Associação da comunidade rural Estancinha, município de Lagarto/Se.	abril de 2006
18.	Moradores da comunidade rural Brasília, município de Lagarto/Se, contemplados com o projeto.	abril de 2006
19.	Moradores da comunidade rural Estancinha, município de Lagarto/Se, contemplados com projetos.	abril de 2006

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	3
AGRADECIMENTOS	4
EPÍGRAFE	9
RESUMO	10
ABSTRACT	11
ÍNDICE DE FIGURAS	12
ÍNDICE DE TABELAS	13
ÍNDICE DE QUADROS	14
RELAÇÃO DAS CATEGORIAS ENTREVISTADAS	15
SUMÁRIO	16
1. INTRODUÇÃO	18

CAPÍTULO 01

2. A trajetória do discurso do desenvolvimento e sua inserção no modelo da economia brasileira	40
2.1 Crescimento econômico como princípio do desenvolvimento	40
2.2 Desenvolvimento e subdesenvolvimento: uma simbiose do capital	48
2.3 A ideologia desenvolvimentista na realidade brasileira sob a égide do nacional	57
2.4 A inscrição da abordagem cepalina no modelo de desenvolvimento brasileiro	68

CAPÍTULO 02

3. A retórica dos desequilíbrios regionais e sua funcionalidade para a inserção do Nordeste no circuito do capital	87
3.1 O pensamento social sobre o Nordeste	88
3.1.1 Um reencontro com a questão regional	100
3.2 O planejamento a serviço do capital: vãs ilusões na 'organização' do espaço	108

3.3	A espacialização das políticas de desenvolvimento regional	121
3.4	Da centralidade da Sudene à crise do planejamento: integrando para desintegrar	

CAPÍTULO 03

4.	Os novos sentidos do discurso do desenvolvimento no contexto da descentralização	130
4.1	A funcionalidade do estado na lógica do capital financeiro	135
4.2	O território como ator do/no desenvolvimento	140
4.3	A iminência do desenvolvimento local no cenário econômico, político e social	144
4.4	A experiência dos Arranjos Produtivos Locais no Ceará	150
4.4.1	O Arranjo Produtivo de cajucultura em Barreira/Ce	154

CAPÍTULO 04

5.	O desenvolvimento sustentável: discurso e prática espacial	176
5.1	A ideologia do desenvolvimento sustentável no Brasil	181
5.2	Adequação do desenvolvimento sustentável ao Nordeste	185
5.3	Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR): o lugar da pobreza no jogo da acumulação	187
5.3.1	No jogo do mercado: o lugar das consultorias	196
5.4	A experiência do PCPR em Pernambuco	204
5.4.1	O PCPR em Palmares/Pe: política assistencialista para a produção da pobreza	209
5.5	A experiência do PCPR em Sergipe	215
5.5.1	O PCPR em Lagarto/Se: a 'ética' do atendimento à pobreza	218
5.6	A valorização cultural como fundamento do/no desenvolvimento	227
6.	O desenvolvimento como simulacro	240
6.1	O desenvolvimento no capitalismo é desigual e combinado	242
6.2	Superação e reinvenção da utopia	249

REFERÊNCIAS	258
-------------	-----

ANEXOS	
--------	--

1. INTRODUÇÃO

O domínio da natureza proporcionado pelo avanço da ciência, da técnica, da informação, ao tempo que gerou mercadorias, acentuou o domínio de umas economias sobre outras, de um exército sobre outros, de homens sobre outros, produzindo desigualdades e contradições, espacializando riquezas e misérias.

Surgem, por isto, algumas perguntas pertinentes e inevitáveis: que progresso é esse que produz aumento da miséria? A serviço de quem está o desenvolvimento econômico? Por que tantos levantam a bandeira do desenvolvimento se o que se nota é o benefício de uma minoria privilegiada e não o bem-estar da sociedade presente e futura?

Este estudo trabalha com a hipótese de que o desenvolvimento, longe de ser uma questão da promoção do bem-estar social, trás um caráter ilusório, cumprindo uma importante função ideológica: a legitimação das relações de produção capitalistas que operam as contradições, ou, em outras palavras, que dirigem a produção da pobreza.

É importante ressaltar, que se concebe a ideologia neste estudo, na perspectiva marxiana, como representação das idéias dominantes: “as idéias dominantes de uma época sempre foram às idéias da classe dominante” (MARX; ENGELS, 2002, p. 57), elaboradas de modo a se constituírem uma falsa consciência. Isto é o que ocorre quando no âmbito específico da ideologia vai se estruturando uma visão de mundo, uma vez que a ideologia é avaliada a partir do valor consumido pela sociedade e pelo que impulsiona em termos de práticas sociais. Aqui ela ganha a dimensão política.

O peso das idéias dominantes na elaboração do convencimento se expressa efetivamente e fortemente entre as classes sociais, porque a classe dominante exerce o controle das instituições culturais e políticas da sociedade, como assinala Mészáros, pois a ideologia dominante “pode usar e abusar abertamente da linguagem, pois o risco de ser publicamente desmascarada é pequeno [...]” (2004, p. 59).

A ideologia dominante, ao disseminar uma razão de mundo esvaziada de conteúdo social, contribui justamente para consolidar postulados políticos que abordam os problemas e possíveis respostas sem considerar as contradições no campo das relações sociais. A justiça social, nesse contexto, é tratada como se fosse algo exógeno à dinâmica política e econômica, negando as diferenças, as quais caracterizam tão bem as sociedades contemporâneas. Essa maneira de ler a realidade se realiza pela forma como observa Mészáros:

a ordem dominante precisa aplicar para si mesma, critérios radicalmente diferentes dos aplicados àqueles que devem ser mantidos em sua posição subordinada. Assim, os defensores intelectuais do *status quo* e guardiães 'neutros' de sua ortodoxia ideológica podem falsear suas auto-confiantes declarações de fé em suas próprias idéias, combinados com ataques violentos a seus adversários, como um 'conhecimento científico' indiscutível, sem se preocupar em apresentar, em favor de suas declarações, nenhuma comprovação extraída das teorias rejeitadas (Ibid, p. 60).

Assim, outras formas de abraçar a realidade são negadas para que a ideologia, como uma forma de consciência social específica, sustentada pela conjunção de valores arbitrariamente incutidos na sociedade seja eficientemente incorporada e transposta por práticas sociais à realização dos interesses da classe hegemônica de uma época.

Ao discutir sobre a ideologia de cura do subdesenvolvimento pela modernização, Mészáros observa que

naturalmente, a estratégia adotada para se lidar com as questões candentes da maioria dos despossuídos foi colocar diante deles a miragem de uma possível aproximação do modelo ideal do 'alto consumo de massa' norte americano. Desse modo, a tarefa de superar o 'subdesenvolvimento' no 'Terceiro Mundo' foi definida como simples modernização e convergência com os valores do 'Norte democrático: até que a era do alto consumo de massa se torne universal. Ao mesmo tempo a alternativa socialista foi descrita, com 'objetividade científica', como "uma espécie de doença que pode acometer

uma sociedade em transição se ela não conseguir organizar efetivamente aqueles elementos em seu interior que estão preparados para levar a cabo a tarefa da modernização”¹ (Ibid, p. 137).

Tais considerações inauguraram os debates sobre as possibilidades da superação do subdesenvolvimento depois da Segunda Guerra, em virtude principalmente do processo de descolonização, no momento em que o problema da pobreza foi colocado para os países subdesenvolvidos que deveriam encontrar maneiras para liquidar suas dificuldades/obstáculos. Estes obstáculos poderiam repercutir em tensões sociais e correspondentes ameaças à hegemonia norte-americana.

Como observado por Roberto Leher (1998), a difusão da ideologia desenvolvimentista no pós Segunda Guerra associava-se à hegemonia dos Estados Unidos. A batalha anti-comunista, pelo receio do poder de organização entre os pobres, fazia com que os Estados Unidos difundissem sua receita de alto padrão de crescimento e prosperidade.

A ideologia do desenvolvimento partia do entendimento de que o tradicionalismo se fazia pela resistência às inovações, e estas tinham causas naturais ou culturais. A resignação às formas modernas de produção era tida como responsável pela não passagem das nações pobres à fase do desenvolvimento. Compreendia-se que a nação, a região, ou o setor produtivo que conseguisse “adotar essa mudança entraria [...] em uma espiral de desenvolvimento, enquanto os outros ficariam a marcar passo, presos ainda ao círculo vicioso do subdesenvolvimento” (ROSTOW, 1961, p. 72).

O subdesenvolvimento era assumido como um princípio e compreendido como o que há de mais arcaico, atrasado e tradicional. A industrialização constituía-se o elemento preponderante, apresentada como uma variável independente das demais coordenadas do desenvolvimento. Acreditava-se que, à medida que fossem postas em ação políticas de desenvolvimento, se tornaria possível corrigir as imperfeições dentro do capitalismo, já que este era o único modo possível de sociedade organizada e civilizada.

No propósito de compreender o discurso do desenvolvimento nas políticas públicas de desenvolvimento regional no Nordeste este estudo

¹ Rostow, Citado por Meszáros.

observa que o desenvolvimento como conjectura ideológica foi gestando o modelo de economia com vistas à superação do subdesenvolvimento a partir da incorporação ao padrão urbano-industrial.

A estrutura do modelo operacional da modernização se inscreve no objetivo da acumulação de produção e riqueza na dinâmica centro-periferia. A noção de periferia se institui como geográfica interpretada como noção de distância. A macrocefalia é identificada como uma tendência irreversível, como uma fase a ser alcançada no processo de crescimento. O pólo de desenvolvimento é constituído por um conjunto de unidades motrizes que exercem efeitos geradores de crescimento via o core. As vantagens localizacionais estariam articuladas no suposto equilíbrio pelas trocas advindas dos pólos, cuja funcionalidade seria de promover a modernização da periferia, ao mesmo tempo, servindo-se do arcaico ou tradicional. A dependência dual é definida como natural necessária e planejada.

Dessa maneira, interpretar o discurso do desenvolvimento pressupõe apreender a ideologia em sua relação com a sociedade e seu espaço nos seus aspectos mais contraditórios. A Geografia, nessa especificidade, deve elucidar as contradições que são elaboradas pela ideologia do desenvolvimento, desse modo, corroborando para a superação das desigualdades produzidas.

Considera-se que o desenvolvimento do mundo da mercadoria se realiza produzindo espaço, pois “ao invadir completamente o lugar [...] o processo de reprodução toma toda a sociedade; para continuar se reproduzindo, o capital precisa produzir o espaço” (CARLOS, 2002, p. 165). O espaço, nessa perspectiva, se mostra na sua essência, um produto das desigualdades e contradições que perpassam a sua elaboração, “à imagem e semelhança da sociedade que o produziu com o seu trabalho” (Ibid, p. 167).

Trata-se de um desafio de superação da lógica formal, devendo apontar, não apenas para a constatação da situação existente, mas através de uma leitura da totalidade para a explicação de como o discurso do desenvolvimento se espacializa, elaborando contradições. Para Henri Lefebvre “las contradicciones del espacio, no son producto de su forma racional tal como se desprende em lãs matemáticas; son producto del contenido práctico e social y, más específicamente, del contenido capitalista” (1976, p. 42).

Um olhar a partir do princípio da contradição indica que para pensarmos a realidade é preciso caminhar por ela e apreender o que dela é essencial, movimentando o pensamento que se inicia no real aparente. Ir além de como o discurso do desenvolvimento se apresenta à primeira vista, orientado por sua inserção no modo de produção econômica e apresentado nas suas múltiplas determinações, é a opção teórico-metodológica desta pesquisa.

Entretanto, é importante reconhecer que essa discussão não é nova. A tradição marxista, ao proceder a explicação da realidade por meio das relações contraditórias que a engendra é quem suscita a necessidade de conhecimento dos fenômenos a partir da totalidade das relações e do movimento da história.

Foi a abordagem marxista quem melhor mostrou ser possível ligar o desenvolvimento do capitalismo e sua ocorrência, criando tipos específicos de estruturas geográficas (SMITH, N. 1988). A teoria da acumulação de Marx exprime a dinâmica encontrada pelo capitalismo para se reproduzir, através de relações espaciais produtoras de contradições.

Assim sendo, neste estudo, considera-se que a elaboração de contradições é inerente à lógica da produção do lucro, ou seja, a maneira encontrada pelo capitalismo para se desenvolver (definida na relação capital x trabalho) resulta, inevitavelmente, em um desenvolvimento desigual, combinado e contraditório.

A idéia de desenvolvimento desigual e combinado tem como referência central a análise de Leon Trotsky, e as conseqüentes reflexões realizadas por Michael Lowy e Neil Smith, que enfatizam a sua atualidade, ao tempo que procuram explicar a maneira perversa de realização do desenvolvimento do/no capitalismo. Conforme expõe Neil Smith, “ao expandir sua busca de mais-valia relativa, o capital é levado a transformar os espaços exteriores, relativamente subdesenvolvidos, em espaços de produção e acumulação” (1988, p. 203). Michael Lowy, por seu turno, observa que a teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Leon Trotsky continua reveladora da explicação “das contradições econômicas e sociais dos países do capitalismo periférico ou dominados pelo imperialismo” (2000, p. 162).

León Trotsky ao estudar o processo de inserção da Rússia no sistema capitalista mostrou que o capitalismo fez do mundo inteiro um só organismo pela ligação entre a produção e o comércio mundial. Trotsky considerou que

apesar do primitivismo da economia nacional da Rússia, o país sofreu pressão do meio exterior, sendo empurrado pelo mercado mundial através da mediação do estado czarista. Para o autor, uma nação atrasada acaba tendo que incorporar técnicas avançadas, o que significa a instauração brusca de relações de produção de economias 'avançadas' em nações cujas estruturas eram consideradas 'tradicionais'. Esta análise o levou a considerar que a penetração de forças produtivas avançadas nas economias 'atrasadas' é responsável por um tipo de desenvolvimento que se realiza de maneira desigual, o que o fez qualificar esta prática com o nome de lei do desenvolvimento desigual, aludindo à aproximação das diferentes etapas do caminho e à confusão de diferentes fases, a amálgama de formas arcaicas e modernas².

A interdependência orgânica entre o tradicional e o moderno na formação das estruturas sócio-econômicas internas de cada país e dos países, uns em relação aos outros, reflete a combinação de tempos históricos diversos engendrando uma estrutura qualitativamente particular compatível com os propósitos da acumulação capitalista e seu desenvolvimento em geral. Essas estruturas sócio-econômicas provenientes de diferentes etapas do desenvolvimento histórico se combinam numa formação histórica particular, contraditória, mas com sentido coerente, como partes que se alimentam reciprocamente.

O olhar a partir dessa perspectiva permite considerar que o desenvolvimento se realiza produzindo contradições e que as diferenças entre as nações, os setores e regiões devem assumir as desigualdades econômicas e sociais como decorrência das relações de dominação estabelecidas

² A idéia de desenvolvimento desigual e combinado foi elaborada no início do século XX, quando a luta de classes entre burguesia e proletariado se encontrava em foco. Além de buscar responder à lógica das contradições econômicas dos países de economias consideradas atrasadas, a lei de desenvolvimento desigual e combinado procura romper com o pressuposto evolucionista de desenvolvimento linear. O esboço desta lei foi inicialmente realizado em 1906 em um ensaio denominado *Balanço e Perspectivas*, onde a expressão desenvolvimento desigual e combinado não aparece, mas os temas centrais da teoria já estão presentes, apenas em 1930 é que Trotsky vai explicá-la no livro *História da Revolução Russa*.

historicamente, ou seja, como contradições inerentes à lógica da reprodução capitalista.

A aceitação acrítica da noção de desenvolvimento e de progresso linear euro-centrista, cuja lei do desenvolvimento desigual e combinado busca romper, tem importantes consequências teórico-práticas. A principal delas é o seu caráter ilusório que informa práticas político-sociais possíveis de eternizar as relações de produção capitalistas.

Face ao exposto, este estudo trás uma reflexão dos pressupostos do desenvolvimento na economia clássica, quando desenvolvimento já era concebido por crescimento econômico, e da ideologia do desenvolvimento sob a égide do nacional (final do século XIX), para analisar o discurso do desenvolvimento regional que surge no Brasil no pós Segunda Guerra. Nesse contexto, tal ideologia vai aparecer associada à busca de estratégias que anunciavam a garantia da ordem social no mundo, com o argumento de que a pobreza tornava a população receptiva ao comunismo e, por isso, deveria ser minimizada.

Nesta trajetória, a defesa do desenvolvimentismo no Brasil, a partir dos anos 1950, foi fundamentada nos estudos da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), principalmente a partir das interpretações de Celso Furtado e Raúl Prebisch, na defesa da relevância do papel do mercado interno como fator dinâmico no processo de crescimento econômico, consolidando a ideologia da questão regional, sustentada na política de planificação econômica com vistas a erradicar o subdesenvolvimento do país. Tratava-se de um discurso de legitimação da superposição do moderno sobre o arcaico, pela necessidade da incorporação do novo que permitiria consolidar a integração da economia regional à nacional e esta, à economia-mundo.

Vários foram os caminhos percorridos nesta tese para o entendimento da ideologia de legitimação de políticas públicas para o Nordeste. Adentrar na leitura do pensamento social através dos escritos de Euclides da Cunha, Gilberto Freire, Josué de Castro, Manuel Correia de Andrade, entre outros, permitiu entender o discurso da legitimação da defesa da industrialização e do intervencionismo estatal no Nordeste. Por sua vez, as distintas críticas apresentadas por Rosa Maria Godoy Silveira, Francisco de Oliveira, Iná de Castro, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Rafael Ribeiro, Roberto Martins,

entre outros, possibilitaram compreender a questão Nordeste e sua importância no processo da reprodução ampliada do capital para a realização do circuito completo do capital.

As ações propostas para o desenvolvimento regional a partir dos anos 1950 no Brasil, consistiram na implementação de programas de assistência financeira, técnica e social, com o I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento, acentuando a estratégia de integração nacional do Estado, por meio da expansão do capitalismo no Brasil. Os programas e projetos que se especializaram tiveram como maior fundamento a criação de espaços onde a lógica capitalista pudesse fluir de forma mais dinâmica, semelhante aos 'Pólos de Desenvolvimento' oriundos das idéias de François Perroux.

As análises de Francisco de Oliveira (1977), bem como as de Rosa Maria Godoy Silveira (1988) são elucidativas face à ênfase dada ao planejamento por meio da questão regional, como uma retórica útil, que colocou a região como palco de ações do planejamento dos referidos programas e projetos. Ao mesmo tempo, os estudos a partir destes autores, permitem afirmar que o objetivo era criar espaços racionais: uma estratégia para integrar esses espaços de forma mais dinâmica à economia nacional, o que confirma que a região deve ser pensada como um produto territorial da ação entre capital e trabalho.

Com efeito, o discurso da ciência geográfica ganhou peso na consolidação do novo pacto desenvolvimentista corroborando com a nova divisão territorial do trabalho. A nova estrutura espacial com rodovias, ferrovias, meios de comunicação e urbanização foram modificando a idéia de região natural da Geografia tradicional fundada em Paul Vidal de La Blache. A região foi sendo apresentada como um conceito econômico associando-se ao de planejamento e sendo definida com base em classificações, partindo de estatísticas, de mensurações de dados e se destacando a noção de organização do espaço, útil ao propósito expansionista do capital com forte influência na economia. As regiões passaram a ser definidas privilegiando-se formas, movimentos ou fluxos, tornando-se úteis para as intervenções do Estado.

A característica mais importante do desenvolvimentismo regional é, para Oliveira (ibid), um movimento dialético que destrói para depois concentrar a

partir da quebra das barreiras inter-regionais, que leva a um movimento de concentração e de centralização de capitais. Já Silveira (ibid) procura mostrar, a partir de estudo sobre a percepção do espaço pela classe dominante (que comandava o espaço concreto sobre o qual se assentou a sua representação), o desvendamento da região e sua importância para o modo de produção capitalista.

É este sentido que dá à região a condição de ser interpretada nas suas diferenciações. Considera-se que o estudo regional é importante porque alude à inserção de áreas no sistema de competição, pois sempre que novos espaços forem necessários ao processo de exploração, eles serão recompensados com as condições necessárias para se incluírem na divisão internacional do trabalho sejam como reservas de valor ou como fomentadoras das condições de acumulação (CARLEIAL, 1993). Trata-se de uma abordagem dialética para a categoria região que é explicada também por Liana Carleial (1993) e Sandra Lencione (1999), cujas abordagens admitem que as diferenças regionais são tanto apropriadas em proveito da reprodução como são criadas.

A questão regional exerceu papel fundamental, à medida que elaborou e apresentou a região Nordeste como palco de ações públicas e privadas que garantiram a expansão do capitalismo no Brasil.

A proposta de desenvolvimento regional, nesse contexto, estava em consonância com os pressupostos do regime de acumulação fordista que comandou a expansão capitalista no Brasil, até o final da década de 1970 do século XX, quando se chegou ao período de desaceleração econômica. Naquela ocasião os desdobramentos da crise do capitalismo impuseram abertura das economias regionais/nacionais.

Para refletir sobre o processo de abertura das economias, nos apoiamos em Wallerstein (2003); Duménil-Levy (2003); David Harvey (2005) e Milton Santos (1996), levando-se em consideração que as transformações associadas ao movimento do sistema do capital a partir dos anos 1970 induziram à valorização de capitais na esfera financeira.

É importante enfatizar a opção pela crítica de François Chesnais (1996) ao termo globalização como indutor da ideologia da homogeneização do/no espaço. Acredita-se que tal terminologia favorece aos teóricos da pós-

modernidade, que assumem o discurso de que a região representa um certo constrangimento³, pois segundo estes, o capitalismo financeiro tem a capacidade de homogeneizar o espaço. Defende-se aqui o conceito de mundialização financeira que se realiza na/pela territorialização/desterritorialização de atividades e pessoas e conseqüentes contradições, conforme interesses do capital.

Entende-se que o avanço técnico científico informacional acentua a rapidez do tempo, aumentando a diferenciação entre os lugares, assim reforçando o enfoque regional. A garantia de maior mobilidade do capital, em virtude tanto do referido avanço das técnicas, da ciência e da informação, como das demandas do *Novo Direito Internacional* (novas regras políticas e jurídicas para as relações comerciais definidas pelo Consenso de Washington) fez com que a produção mudasse de lugar, diminuindo as barreiras espaciais e valorizando as variações do lugar que passaram a se constituir atrativas, levando esses lugares a serem capturados, transformados em territórios para o consumo (HARVEY 2005; SANTOS, 2001). A partir daí altera-se a lógica do desenvolvimento regional que começa a ser comandada pelo território, e este passa a responder pelo conteúdo espacial produzido.

O desenvolvimento regional, na nova realidade, ou seja, desde os anos 1970, procura se realizar na busca de territórios dinâmicos - enquanto parcelas do espaço dominado/apropriado pelo exercício do poder do capital ou das empresas, sofrendo interferências de políticas públicas e privadas. Nessa perspectiva, concebe-se que, na medida em que o capital ganha mobilidade tornando-se fugidio, ele passa a exercer controle sobre diferentes lugares, que assumem a condição de territórios, como espaços de exercício de poder. Diz respeito a um exercício que se estabelece na efemeridade desse novo tempo histórico (CASTELLS, 1999).

Nessa realidade, os lugares entram em disputa uns com os outros para ver quem consegue atrair mais investimentos e oferecer mercado e

³ O discurso pós-moderno apregoa o fim da região considerando que a mesma perde suas características em decorrência da queda dos limites e fronteiras, que é acompanhada pelo movimento de fusões/aquisições e realizadas, no fortalecimento dos oligopólios. Nesta via, o espaço geográfico tende à homogeneidade e a ordem espaço-temporal à mundialização. Ler: CASTELLS, *A Sociedade em Rede - A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

mercadorias específicas, conforme exigências da acumulação flexível. Sobre esse aspecto será levada em consideração a preocupação de David Harvey (2005) em relação à natureza empreendedora dos lugares que, segundo esse autor, acabam por se configurarem territórios de exploração no momento atual da acumulação. Trata-se de um processo de mobilização do capital que nos faz acatar a assertiva de Marcelo Lopes de Souza (1995), quando o mesmo explica que os territórios existem e são construídos e desconstruídos em diferentes escalas, desde a da rua, à escala internacional.

Parte-se nesta pesquisa do conceito de território não como substrato material ou área, mas concebido como resultado dos embates travados no campo político, social, econômico, ou, em outras palavras, pelas relações de apropriação e domínio. O território passa a ser o lugar do conflito, o lugar das disputas, conforme salientam Milton Santos (2001); David Harvey (2005) & Neil Smith (1998).

As políticas para o desenvolvimento nessa configuração são respondidas no/pelo território, ocasião em que os rebatimentos da crise do capitalismo impõem alterações aos padrões produtivos e organizativos alterando o discurso hegemônico de desenvolvimento pelo crescimento industrial, que passa a ser substituído pela onda de desenvolvimento local e, posteriormente, de desenvolvimento sustentável, fundamentada principalmente na valorização cultural, como alternativa para um 'desenvolvimento mais equilibrado e justo'.

O local, o poder de articulação e de decisão da sociedade civil e, principalmente, o elemento fundante do local, que é a valorização das diferenças culturais, tornam-se fatores de produção e definem-se como elementos importantes para a garantia do potencial do lugar.

A dimensão local engendrada pela mundialização do capital, e correspondente à mudança no papel do Estado, é interpretada a partir de Prevóst (1996), Vázquez Barquero (1998); Boisier (1993) e ainda pela experiência com arranjos produtivos locais da Redesist (rede de pesquisa do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro). A noção de desenvolvimento local aparece relacionada à capacidade de organização social de uma comunidade de atores sociais, cujo potencial e exercício da autonomia

para a tomada de decisões levam a mobilização gerando idéias e projetos de desenvolvimento alternativos.

É no local que o desenvolvimento deve se realizar. É como se no plano local fosse possível resolver os problemas aguçados pela crise do capital.

Esses pressupostos (presentes desde os anos 1970) nos levou a buscar a interpretação do discurso do desenvolvimento nos anos subseqüentes e contemporaneamente, procurando compreender as políticas de desenvolvimento regional para o espaço rural, de modo especial, àquelas destinadas às camadas mais pobres da população do campo. Nesta acepção, para compreender a maneira como os paradigmas de desenvolvimento local e de desenvolvimento sustentável, vigentes nesse contexto, vão sendo inscritos nas políticas públicas para o espaço rural, foi fundamental interpretar os processos de espacialização dessas referidas políticas.

Os projetos escolhidos para serem visitados são os financiados com recursos do Programa de Combate à Pobreza Rural – PCPR, do Banco Mundial. Trata-se de um dos dois programas do Banco Mundial destinados à pobreza rural nos países pobres e, conforme indica o nome, pretende apenas aliviar a pobreza⁴. Os projetos denotam ora a apropriação de territórios úteis à reprodução capitalista, no momento presente da acumulação, ora políticas compensatórias ou de alívio da pobreza (Rural Poverty Alleviation Program).

Com o objetivo de produzir um quadro de reflexão sobre a ideologia do desenvolvimento, presente nos discursos das referidas políticas/projetos, considera-se que a espacialização da pobreza só pode ser lida a partir da categoria da totalidade, conforme apresenta Alexandrina Luz Conceição (2005, p. 169), para quem a pobreza, quer dizer, a condição de miséria, não é “uma demanda circunscrita em uma localidade, uma vez que ela é criada pela própria lógica da produção de riqueza”. A miséria, ou a pobreza, nesta perspectiva, não diz respeito a uma relação de causa e efeito, mas se trata de um problema subsumido na perversidade do lucro⁵. Sua explicação afastada

⁴ O outro é o Programa de Crédito Fundiário, que visa, segundo o Banco, facilitar o acesso à terra por parte dos pobres das zonas rurais – o modelo de reforma agrária do Banco Mundial, tem como objetivo complementar outros programas de reforma agrária executados no Brasil, contribuindo para a redução da pobreza rural no Nordeste e em estados do Sudeste e do Sul do Brasil (GRUPO BANCO MUNDIAL).

⁵ Para definir a miséria considera-se o cálculo fixado pela OMS, a quantia de 80,00 mensais por pessoa.

da leitura das contradições produzidas pela expansão do desenvolvimento econômico, a torna míope, porque mantém intocável a produção sócio-econômica, definida pelo par dialético, riqueza e pobreza.

Ao conceber o espaço, neste estudo, como produzido pelas determinações históricas, ou produto das relações entre capital e trabalho, tanto as políticas de exploração dos lugares tornados territórios, como as políticas de compensação da pobreza só podem ser lidas a partir da totalidade das relações, ou seja, na sua inserção no modo de produção. Assim, questiona-se nesse estudo, o que parece ser um paradoxo irresoluto, ou seja, a redução da pobreza, uma vez que ela é estratégica e continuamente produzida pela lógica do usufruto dos territórios e pelos mesmos agentes, o capital e seus aliados, estes que se colocam no mesmo patamar, o Estado, o Banco Mundial e os seus defensores.

As pesquisas de campo possibilitaram refletir os usos dos termos, desenvolvimento local e desenvolvimento sustentável, presentes nos projetos de redução da pobreza, à luz das proposições capturadas do Projeto Áridas⁶ (1992), que ganhou espaço no Nordeste passando a nuclear as propostas de desenvolvimento, na perspectiva do equilíbrio ecológico e ambiental nos diferentes setores. As pesquisas realizadas foram elucidativas de uma imbricação dos novos paradigmas que resultaram na meta do desenvolvimento local sustentável, a ser alcançada pelos projetos financiados com o PCPR.

O Programa de Combate à Pobreza Rural – PCPR, do Banco Mundial tem o objetivo de:

apoiar os esforços dos estados para reduzir a incidência de pobreza nas áreas rurais por meio de: (a) melhoria do bem-estar e da renda dos pobres dessas áreas; (b) aumentar o capital social das comunidades rurais para que possam se organizar coletivamente para atender às suas próprias necessidades; (c) aumentar a governança local por meio de uma maior participação dos cidadãos e transparência na tomada de decisões; e (d) incentivando maior integração entre

⁶ O Projeto Áridas foi elaborado em 1992 em Fortaleza, a partir das discussões realizadas na Conferência Internacional sobre Impactos de Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semi-Áridas – ICID. Este documento tornou-se referência do paradigma de desenvolvimento sustentável para as políticas públicas no Nordeste.

políticas de desenvolvimento, programas e projetos no nível local (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2007).

A escolha deste Programa se definiu tanto para compreender a ideologia implícita no discurso do desenvolvimento, como pela necessidade de trazer à tona os interesses do Banco Mundial que, embora se coloque como promotor do desenvolvimento social constitui-se numa agência multilateral de financiamento e um dos organismos que regula o ajuste estrutural que, por sua vez, vem assolando as economias dos países pobres através das relações internacionais privilegiadoras dos interesses do mercado. Tais interesses resultam desfavoráveis aos países que buscam empréstimos junto às agências internacionais de financiamento.

O Programa de Combate à Pobreza Rural é regulado pela Estratégia de Assistência ao País - EAP, cujo objetivo é promover equidade, competitividade e desenvolvimento sustentável e está colocado dentro de uma estratégia ampla da EAP que propõe a integração de diferentes políticas para viabilizar a sustentabilidade do/no desenvolvimento.

Quando este programa é transformado em política pública pelos diversos governos, ele é apresentado como fomentador do desenvolvimento local sustentável. Ou seja, independentemente da integração a outras formas de assistência, os governos apresentam o PCPR como condutor do desenvolvimento local sustentável.

O Banco Mundial, por sua vez, ao determinar a metodologia de ação do PCPR pressupõe que esta deva assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento a partir da participação da sociedade civil. A sociedade civil passa à condição de co-responsável pelo seu próprio desenvolvimento e da sustentabilidade do mesmo.

A leitura do Programa de Combate à Pobreza Rural foi realizada em seis projetos territorializados nos estados do Ceará, Pernambuco e Sergipe, cujas escolhas estão relacionadas tanto à diversificação do uso dos recursos (Ceará e Pernambuco), como ao caráter pioneiro dos três estados em relação às assinaturas dos Acordos de Empréstimos (anexo 1). Suas trajetórias com o PCPR são antigas, tendo os estados do Ceará e Sergipe assinado os primeiros contratos em 1995 e o estado de Pernambuco em 1996. A preocupação em

observar a diversificação do uso dos recursos do PCPR é importante para que a pesquisa possa contemplar o sentido que ganha um projeto de desenvolvimento na atualidade.

A utilização dos recursos em Arranjos Produtivos Locais (APLs) no Ceará, com ênfase no desenvolvimento local destaca a atuação diversificada do Programa, assim como a ênfase no 'potencial' do território, auferindo primazia aos APLs como ambientes inovadores, focalizados em conjuntos específicos de atividades econômicas. Nessa modalidade foi visitado o APL de cajucultura no município de Barreira - localizado na macrorregião denominada Maciço do Baturité, distante 75.5 Km de Fortaleza-CE (Figura 1). Trata-se de um projeto que beneficia a castanha de caju (fruto da região), envolve a comunidade local e serve ao mercado nacional e internacional.

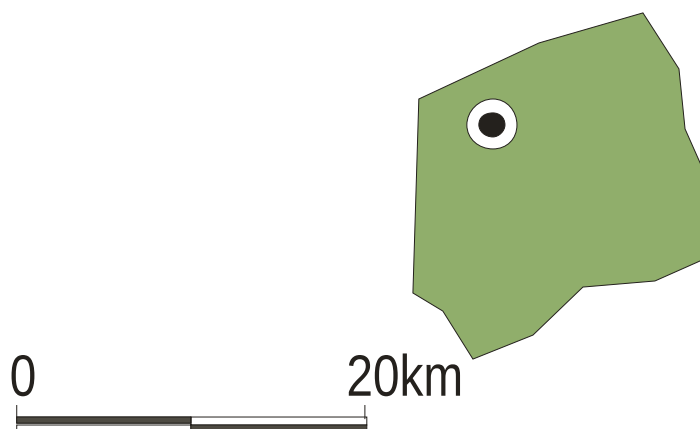
No estado de Pernambuco foram visitados dois projetos, sendo o primeiro, o de Agroindústria de Pequeno Porte em Rede. Nessa especificidade, a visita realizada a um projeto de produção de fitoterápicos na comunidade Serra D'Água no município de Rio Formoso assim como a um de cajucultura do Ceará, manifesta o caráter empreendedor do lugar, servindo para elucidar a relevância do discurso de 'valorização cultural' implícita nas proposições de desenvolvimento local sustentável, conforme expressões dos documentos oficiais, tanto do Banco Mundial, como dos demais agentes responsáveis pelos respectivos projetos.

O segundo projeto financiado pelo PCPR, visitado em Pernambuco, foi o de construção de sanitários domiciliares na comunidade Engenho Diamante no município de Palmares. Tanto o município de Rio Formoso como o de Palmares estão localizados na região Mata Sul, que apresenta forte concentração de terras destinadas à cana-de-açúcar (Figura 2).

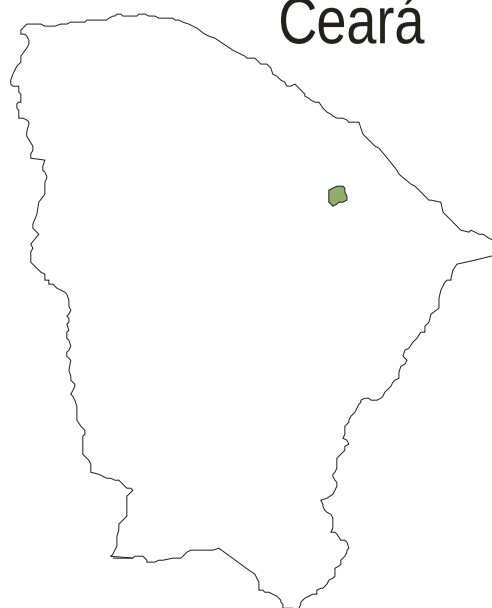
No caso de Sergipe foram visitadas as comunidades rurais de Brasília e Estancinha no município de Lagarto, que fica na região Centro Sul do Estado, conforme figura 3.

FIGURA 1
MUNICÍPIO TRABALHADO
BARREIRA – CEARÁ
2007

Barreira



Ceará

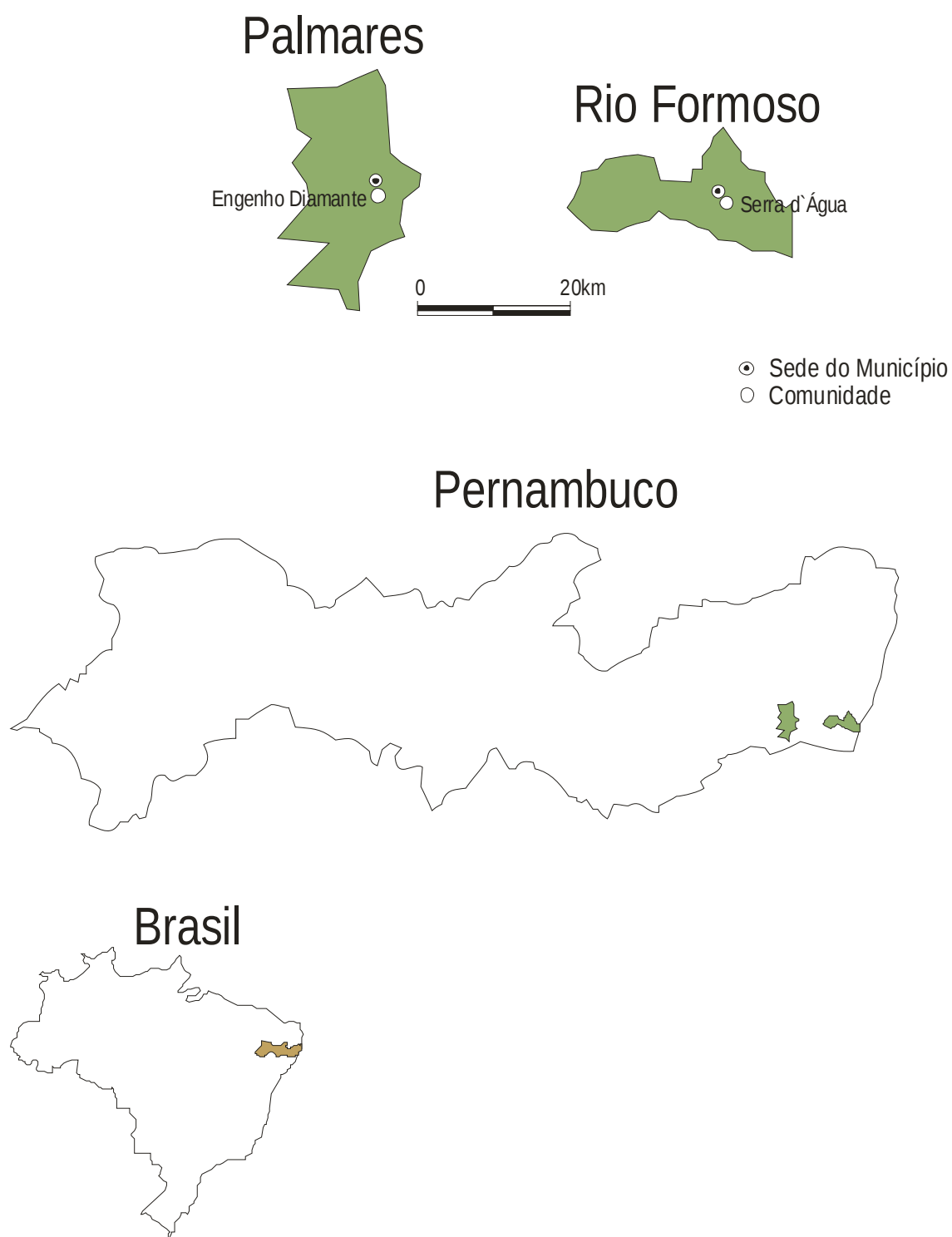


Brasil



Fonte: <http://mapas.ibge.gov.br/divisao/viewer.htm> (adaptado)

FIGURA 2
MUNICÍPIOS E COMUNIDADES TRABALHADAS
PALMARES E RIO FORMOSO – PERNAMBUCO
2007



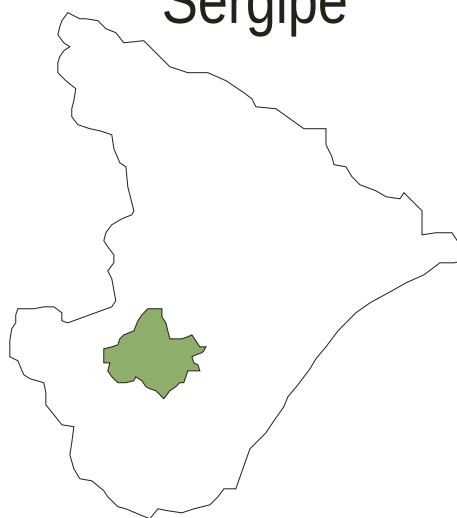
Fonte: <http://mapas.ibge.gov.br/divisao/viewer.htm> (adaptado)

FIGURA 3
MUNICÍPIO E COMUNIDADES TRABALHADAS
LAGARTO – SERGIPE
2007

Lagarto



Sergipe



Brasil



Fonte: <http://mapas.ibge.gov.br/divisao/viewer.htm> (adaptado)

Foram observados três projetos, sendo dois de construção de sanitários domiciliares e um de construção de um centro de múltiplo uso. Nos projetos em Pernambuco, nota-se que a prioridade dos recursos é para o atendimento a infra-estrutura básica. A ênfase é dada à construção de banheiros domiciliares

e de prédios para as Associações Comunitárias Rurais que na especificidade da comunidade Estancinha, recebe o nome de Centro de Múltiplo Uso.

Evidentemente, não se pode deixar de salientar que apenas os estados brasileiros incluídos na histórica zona de pobreza (o Nordeste árido) são contemplados com o PCPR. Atualmente estão utilizando os recursos desse programa os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe, Bahia, e ainda o estado de Minas Gerais, por sua inserção na zona árida, considerada pobre.

A definição das localidades visitadas nos três estados (Ceará, Pernambuco e Sergipe) foi feita a partir da leitura realizada sobre o Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) nestes estados. Nas leituras sobre este programa identificou-se que os projetos territorializados são as principais referências das ações do PCPR, fato comprovado e reforçado pelos representantes das Secretarias, os responsáveis pela administração do PCPR, assim como pelos representantes das Empresas de Consultorias que atuam junto aos programas.

As entrevistas desenvolvidas foram realizadas com gestores do programa, tanto nas Secretarias de Governo dos três estados, como nas Empresas de Consultorias. Foram também realizadas entrevistas nos órgãos gestores nos municípios (Conselhos de Desenvolvimento Sustentável ou Conselho de Desenvolvimento Municipal e Associações) assim como nas próprias comunidades. Nas comunidades, as entrevistas nem sempre seguiram o roteiro previamente elaborado, pois a realidade, no dizer de Thompson (1995) exigiu do pesquisador alguma forma de convivência com a realidade. Esta percepção não reduziu o valor das entrevistas formais, sempre úteis para a aquisição de dados gerais, mas permitiu constatar que é preciso ir sempre muito além dela.

Os questionários foram elaborados de maneira diferenciada, por tipo de Projeto financiado pelo PCPR. Foi aplicado o mesmo modelo de questionário para os moradores beneficiados com projetos de aglomerações produtivas, como nos casos do Arranjo Produtivo Local de cajucultura no Ceará e da Agroindústria de fitoterápicos em Pernambuco. Um segundo modelo de questionário foi aplicado nas comunidades atendidas com infra-estrutura básica, tendo sido visitadas duas comunidades em Sergipe, as comunidades

Brasília e Estancinha no município de Lagarto e uma no estado de Pernambuco, a comunidade Engenho Diamante no município de Palmares.

Além dos trabalhadores do campo, que buscam nas Associações Rurais uma saída para a viabilização das suas conquistas, foram realizadas entrevistas junto às Unidades Técnicas que administram e acompanham as atividades das Associações. São elas: o Projeto São José/CE, o Projeto Renascer/PE e o Projeto Santa Maria/SE⁷.

Foram também realizados levantamentos junto aos acervos públicos, em documentos das Associações, tanto nas comunidades, como nas Unidades Técnicas e ainda nas Secretarias de Governo e em Cartórios.

Como a riqueza subjetiva é algo não linear e contraditório, o contexto social e histórico não pôde ser visto apenas como um enfeite eventual, mas como constitutivo de sua gênese, uma vez que é o próprio contexto histórico em ocorrência no mundo, no país e na região, cujo sentido é dado pelo estágio do desenvolvimento capitalista, que explica a realidade dos atores sociais e as políticas para eles determinadas.

Neste estudo, a dialética se apresenta como um instrumento de reflexão teórico-prática, colocada para que a realidade aparente possa ser superada, pois se acredita, assim como Henri Lefebvre, que o sujeito e o objeto “age e reage continuamente um sobre o outro; eu ajo sobre coisas, exploro-as, experimento-as; elas resistem ou cedem à minha ação, revelam-se; eu as conheço e aprendo a conhecê-las” (1975, p. 49).

A interpretação da realidade a partir da postura dialética abre uma nova perspectiva para a Geografia. Rompe-se com a postura positivista do desenvolvimento linear desenvolvida pelos clássicos, sem correspondência com a totalidade das relações. O materialismo dialético permite orientar o pensamento para a ação, num esforço de compreender o conteúdo teórico da sociedade em seu processo contraditório de humanização/desumanização do homem em suas condições concretas de existência. A sociedade não é passiva

⁷ No estado do Ceará, a Unidade Técnica Projeto São José está na Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional (SDLR); em Pernambuco, o Projeto Renascer é parte da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, e em Sergipe, a Unidade Técnica, Projeto Santa Maria é administrado pela Empresa de Desenvolvimento Sustentável do estado de Sergipe. As Unidades Técnicas e seus respectivos projetos financiados com recursos do PCPR estão alocados em diferentes secretarias nos seus respectivos estados.

diante da natureza: existe um processo dialético entre ambas que reproduz, constantemente, espaço e sociedade. Nesse sentido o espaço é humano, não porque o homem o habita, mas porque o produz. Um produto desigual e contraditório. Por sua vez, o homem é visto enquanto sujeito no processo histórico e não mais como membro de uma coletividade, integrante de um grupo homogêneo (CARLOS, 2002).

E, se a lógica formal se mostra insuficiente para esta tarefa, parece possível buscá-la pelo caminho das contradições. Nesse caminho, a investigação indica que para pensar a realidade é preciso refletir sobre ela até chegar ao concreto, que é uma compreensão mais elaborada do objeto. O objeto, por sua vez, deve ser apresentado conforme sua própria dinâmica, ou seja, no seu movimento. Isso porque a matéria em movimento é a base de tudo o que existe e “todo pensamento verdadeiro é pensamento de um movimento, de um devir” (ibid, p. 90).

Ao apresentar a realidade social construída pela espacialização das relações sociais, a Geografia deve contribuir para um projeto político emancipatório. Para Harvey (2004), não há sentido em permitir que a sociedade se renda ao “utopismo degenerado do neoliberalismo” e ao poder do capitalismo de elaborar a sua auto-reprodução.

O homem, inserido na sociedade de classes, encontra-se imerso nas contradições dessa sociedade e sua condição o obriga a assumir o papel de sujeito no processo histórico do qual é parte. É preciso que ele tome o papel de sujeito social e histórico “que produz o mundo e a si próprio, num processo amplo de reprodução, ultrapassando a mera reprodução biológica e material” (CARLOS, 2002, p. 165). O homem pensado assim, não é apenas o sujeito que ocupa espaço e sim aquele que o produz, reproduz e deve transformá-lo, humanizando-o, como assinala Lefebvre, para quem “a verdadeira superação é obtida não através da amortização das diferenças (entre as doutrinas e as idéias), mas, ao contrário, aguçando essas diferenças” (1975, p. 229).

Faz-se crer, desse modo, que as políticas públicas que tendem (na sua concepção e prática) a apenas reforçar e consolidar as forças de mercado, sem levar em conta a presença de um contexto heterogêneo e desigual, podem dar lugar a impactos negativos sobre as condições de vida e de trabalho da

população, notadamente nas regiões mais atrasadas tradicionais e de 'menor capacidade de competitividade'.

Com o objetivo de produzir um quadro de reflexão sobre o discurso do desenvolvimento, implícito nas políticas de desenvolvimento regional no Nordeste, este estudo trás o debate sobre a ideologia do discurso do desenvolvimento que garante a espacialização de políticas públicas sem, no entanto, apresentar uma sustentação empírica de um estado de bem-estar para as populações.

Para a crítica deste discurso e dos seus desdobramentos no espaço foram traçados quatro capítulos. O primeiro retoma a questão dos pressupostos fundamentais do desenvolvimento, discutindo o crescimento econômico como o núcleo fundante desta ideologia. A questão que orienta o capítulo indaga a possibilidade de equilíbrio da economia capitalista mundial a partir da superação dos desajustes do subdesenvolvimento, que é concebido por nós, na sua relação com o desenvolvimento, como uma unidade de contrários. O segundo examina o pensamento social que elaborou a região Nordeste e o sentido da questão regional na sua funcionalidade para a inserção dessa região no circuito do capital. O terceiro discute o processo histórico-social que faz do Banco Mundial a instituição chave do ajuste estrutural e o papel dele enquanto construtor da ideologia do desenvolvimento local sustentável, que no contexto da realidade estudada expressa o uso do território para a exploração capitalista como manifestação do desenvolvimento regional, no momento atual da acumulação. O quarto e último capítulo situa as políticas de alívio à pobreza ou desenvolvimento regional como políticas instrumentais para operar as contradições da exclusão estrutural engendradas pelo processo de mundialização do capital.

Enfim, o aprofundamento do movimento dialético entre a teoria e a prática de campo, vivenciada sobremodo por quem conviveu no espaço lugar produzido pela política estatal para a reprodução do capital, possibilitou sustentar a utopia do pensar para além do capital e tecer as nossas Considerações Finais.

2. A trajetória do discurso do desenvolvimento e sua inserção no modelo da economia brasileira

É urgente,
antes que se nos torne demasiado tarde,
promover um debate mundial sobre a democracia
e as causas da sua decadência,
sobre a intervenção dos cidadãos na vida política e social,
sobre as relações entre os Estados
e o poder econômico e financeiro mundial,
sobre aquilo que afirma
e aquilo que nega a democracia,
sobre o direito à felicidade e a uma existência digna,
sobre as misérias e as esperanças da humanidade,
ou, falando com menos retórica,
dos simples seres humanos que a compõem,
um por um e todos juntos.
Não há pior engano do que o daquele
que a si mesmo se engana.
E assim é que estamos vivendo.

(José Saramago,
Fórum Social Mundial, 2001)

2. A TRAJETÓRIA DO DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO E SUA INSERÇÃO NO MODELO DA ECONOMIA BRASILEIRA

A possibilidade de desobstruir os entraves para alçar o estágio novo ou de economia moderna deve ser central nos objetivos das nações subdesenvolvidas, pois o contraste entre as estruturas tradicionais deslocadas e as estruturas modernas dessas áreas deve ser superado. Nessa abordagem o progresso representa a única possibilidade de transição do arcaico para o moderno e o pressuposto da remoção de obstáculos para alcançar o desenvolvimento é nuclear.

1.1 O crescimento econômico como princípio do desenvolvimento

Antes da emergência do liberalismo econômico representado pela fisiocracia e pelos clássicos, o pensamento mercantilista (1450 a 1750) se desenvolvia confundindo a noção de riqueza com a de metais preciosos. Considerava-se que a prosperidade dos países estava na quantidade direta de metais preciosos que possuísem, e o estado seria tanto mais forte quanto maior fosse o seu estoque. Embora os mercantilistas fossem empiristas em ação, presos à realidade, eles não elaboraram leis, o que os levou a superação, em meados do século XVIII, pelo liberalismo econômico.

A Escola Fisiocrata foi a primeira a lançar os fundamentos da ciência econômica, se concentrando entre 1756 e 1778, reunida em torno do pensamento de Quesnay e do seu *Tableau Économique* (1758). A explanação fisiocrática obedece a uma ordem natural e providencial, é otimista e solidamente ligada à terra. Os fenômenos econômicos se processam independentes da influência exterior e seguem uma ordem imposta pela natureza. Contendo, desse modo, um equilíbrio geral, ela é regida por leis, da mesma maneira que o organismo humano. A ordem natural emanada de Deus

fundamenta o princípio de liberdade que é a base do progresso econômico e social. Para os fisiocratas apenas a produção agrícola elabora valor, já que só a natureza e a terra são capazes da criação, enquanto a indústria apenas transforma insumos em produtos, ou seja, ela não cria valor. Nestes termos, ao ir misturando a idéia de riqueza à de valor, os fisiocratas justificavam o direito de propriedade da terra.

Paralelamente à Escola Fisiocrática, surgiram os clássicos envolvidos numa revisão das idéias mercantilistas e da constituição de uma Escola Econômica. Eles davam importância crescente à indústria, colocando fora de moda a visão naturista e trazendo para o debate a necessidade de maior liberdade comercial⁸.

A Escola Clássica de Adam Smith e David Ricardo elaborou a primeira teoria moderna do desenvolvimento, cuja preocupação central era revelar como se pode passar de uma economia atrasada agrícola para uma economia avançada industrial. A escola Clássica também buscou estabelecer leis naturais que explicassem os fenômenos econômicos e suas relações.

Adam Smith e David Ricardo colocavam o trabalho como fonte de riqueza. O postulado de Adam Smith, com a sua obra-prima *A Riqueza das Nações*, de 1776, foi sendo incorporado durante a emergência da industrialização na Inglaterra com a abertura de novos mercados. Adam Smith credencia ao trabalho humano a causa da riqueza das nações e à divisão do trabalho, a possibilidade da geração da riqueza. O interesse privado é a forma do progresso da riqueza e se sustenta na premissa da plena liberdade individual⁹, o que traz o mercado e o capital como fatores de produção

⁸ Entre os Clássicos, o centro das preocupações era o crescimento econômico. Para eles haviam apenas três classes sociais: os trabalhadores, os latifundiários e os capitalistas e cada uma delas auferia uma renda determinada, sendo que à parte que ficava com os trabalhadores era totalmente subsumida na sua subsistência, enquanto a parte restante ficaria nas mãos dos capitalistas e latifundiários. Estes últimos, ao consumirem o seu excedente com supérfluos e desse modo, não acumularem, criavam obstáculos ao crescimento econômico, restando aos capitalistas a responsabilidade de reinvestir o excedente que entra no circuito da produção de riquezas e cria as bases da expansão capitalista, o que garante a esta classe o status de revolucionária para a época.

⁹ De acordo com Adam Smith, qualquer cidadão “tem muito melhores condições do que qualquer estadista ou legislador de julgar por si mesmo qual o tipo de atividade nacional na qual pode empregar seu capital, e cujo produto tenha probabilidade de alcançar o valor máximo” (1983, p. 380). Nessa visão os estadistas não deveriam se ocupar, se sobrecarregando com funções desnecessárias. Para Smith poderia inclusive ser perigoso, no caso de autoritarismo ou insensatez, tornando-se mais seguro manter essas decisões com os próprios indivíduos.

essenciais. Nas palavras do próprio Adam Smith, “não é da bondade do açougueiro ou do padeiro que podemos esperar nosso jantar, mas de seu interesse” (1983, p. 41-42). Diz ele que nunca devemos nos dirigir a seu espírito humanitário, mas ao seu interesse e nunca devermos lhe falar de nossas necessidades e sim de suas vantagens (Ibid).

A competição nestes termos é naturalizada e se expressa como busca do interesse individual, conduzida pela mão invisível, capaz de levar à harmonia social. A indústria constitui-se o fenômeno nuclear da produção que ocupa um lugar central na economia política.

Conforme esta visão, ao Estado caberia o estabelecimento de um quadro político presidido pelo *laissez faire, laissez-passer*, para reduzir a intervenção nas leis do mercado, para conseguir uma atribuição mais eficaz dos recursos produtivos. A tese não era da eliminação do Estado, pois a este caberia proteger a sociedade de ataques externos, estabelecer a justiça e outras funções não lucrativas, já que as funções que permitiriam lucratividade deveriam ficar para a iniciativa privada.

Não se discutia uma harmonia entre os interesses das classes sociais, pois a ciência econômica era regida por leis naturais que, inevitavelmente, levariam o sistema ao equilíbrio e a auto-regulação conduzindo a uma harmonia social, desde que não aparecessem interferências exógenas. A ação governamental era desnecessária, já que as intervenções governamentais impediam o pleno funcionamento do sistema.

Com David Ricardo, o clássico que vai exercer maior influência sobre as correntes econômicas posteriores, a preocupação basilar deixa de ser a causa das riquezas passando a uma reflexão aprofundada das leis que administram a distribuição desta riqueza entre as classes. Sua interpretação se torna ponto de partida para as leituras econômicas realizadas a partir da primeira metade do século XIX, sobretudo para os pressupostos marshallianos e marxistas.

Na abordagem ricardiana, a composição de classes é condicionante do crescimento econômico e o lucro é a parte do capital que deve ser disponibilizada como investimento, como motor do crescimento. Neste ponto, David Ricardo alude à distribuição do produto entre as três classes sociais existentes, como ponto central na chamada teoria da repartição e explica como se define a renda da terra - os latifundiários não cultivam a terra, entregam-na

aos capitalistas que contratam trabalhadores, sendo que, parte do produto volta ao latifundiário - a renda da terra. Mas os latifundiários não acumulam, não reinvestem, ou seja, não contribuem com o crescimento econômico. Ora, já que os latifundiários não são empreendedores, para que o lucro não diminua, Ricardo recorre à teoria das vantagens comparativas, segundo a qual os países devem especializar-se nas atividades que desenvolvem de forma mais eficaz, o que reforça a já existente divisão internacional do trabalho pelo livre comércio. Essa especialização levava o país ao desenvolvimento.

Para Ricardo o crescimento depende do aumento da acumulação de capital, isto é, do lucro. Uma taxa de lucro elevada leva a uma poupança para o investimento que, com a melhoria das técnicas de produção, assegura o emprego e a riqueza das nações.

O ponto central residia na estratégia econômica que poderia tirar as nações do estágio de subdesenvolvimento industrial. A doutrina de desenvolvimento através da poupança, do esforço do trabalho e do livre comércio era o único veículo capaz de superar o atraso e elevar as nações à posição de supremacia econômica.

Os postulados dos clássicos advogam o mercado como o mais sensato mecanismo para coordenar a multiplicidade de interesses, decisões e ações dos indivíduos. O mercado se apresenta como a condição para o homem se tornar um ser supremo; é a forma única de produção e de distribuição da riqueza social. O mercado é necessário para que o homem encontre alternativas que melhorem a sua condição social, já que a troca se constitui a única maneira de alcançar o que deseja através da liberdade de agir.

Apesar do peso da influência dos pressupostos de Adam Smith e David Ricardo é no pensamento neoclássico que reside o paradigma dominante da ciência econômica do mundo capitalista.

Marshall (1983), Keynes (1970), Shumpeter (1961) e Rostow (1961) apresentam enfoques programáticos aprofundados em análises funcionalistas do sistema. A lógica subjacente às suas teorias coloca que o obstáculo à transformação das nações é de ordem econômica e impõe a difusão, em todos os Estados, dos níveis e métodos de vida das regiões evoluídas. A tese central sustenta que na relação entre o atrasado e o setor moderno ou industrial reside uma dificuldade para assimilação da necessidade de rompimento da estrutura

de atraso, colocada como estranguladora do crescimento, e que impede a generalização do processo de modernização. O avanço técnico é central na lógica do desenvolvimento.

Em Marshall, na obra *Princípios de Economia* de 1890, o sistema econômico era tido como produto de uma extensão progressiva da independência individual, da liberdade e da concorrência. Marshall acatava a *Lei de Say*, segundo a qual a oferta cria sua própria procura, o que leva a um ajustamento automático da economia. Esta lógica de funcionamento denota um caráter conclusivo ao instrumento chamado de mecanismo da auto-correção dos clássicos. Aqui também se considerava que, numa etapa de crise, o nível de salários diminuiria e a mão-de-obra continuaria empregada. O desemprego era visto como involuntário e, em havendo, ele seria temporário, esporádico e parcial. Nesta abordagem, o sindicato inviabilizava o livre jogo do mercado, pois a organização dos trabalhadores elevava os salários, constituindo um empecilho para a realização de outras contratações. Se os salários descessem, os empresários estariam dispostos a empregarem mais, o que garantiria o pleno emprego e um modelo de desenvolvimento mais justo (MARSHALL, 1983).

No início do século XX, John Maynard Keynes (1970) buscava romper a tradição marshaliana, apresentando uma versão alternativa para explicar o caos econômico do modelo em vigência na Europa. A obra de Keynes considerava o desemprego e a distribuição desigual da renda como duas fraquezas do sistema capitalista e afirmava que o mau funcionamento do capitalismo se dava por deficiência de demanda. Era importante que o governo assumisse o controle apropriado, de modo a exercer influência orientadora sobre a propensão ao consumo, através de seu esquema tributário.

Caberia, portanto, ao Estado garantir a demanda necessária à reprodução que deveria ser continuada e sem a propensão para crises. A propriedade dos instrumentos de produção não era importante para que o Estado tomasse conta de tudo. Se o Estado fosse capaz de determinar a quantidade de recursos essenciais ao aumento dos instrumentos e a taxa básica de remuneração, ele teria feito tudo quanto necessário.

O keynesianismo enfatizava que ao Estado não caberia a propriedade dos meios de produção. Em sua tese estava explícita a manutenção do setor

privado em todas as áreas onde se pudesse garantir o pleno emprego. Considerava o emprego o único meio de evitar a destruição das formas econômicas existentes em sua totalidade e a condição para o sucesso da iniciativa individual. Para assegurar a demanda efetiva era necessário somar as despesas públicas às privadas, sob a forma de consumo e sob a forma de investimentos, resguardando-se ao Estado o papel de equilibrador da economia e fomentador do desenvolvimento.

A *Teoria Geral* contribuiu para fazer com que o governo assumisse a responsabilidade de garantias de empregabilidade em níveis satisfatórios¹⁰. Os pontos ou características essenciais do capitalismo deveriam ser preservados, não importava a sua aniquilação, conforme previa Marx. A preocupação essencial não estava no processo da acumulação, mas em explicar os empecilhos que causavam insuficiência de demanda. Ao assumir o financiamento da ampliação da demanda, o Estado estaria criando as bases para o crescimento econômico (Ibid).

As resultantes imediatas do postulado keynesiano para as questões do emprego e para o papel a ser desempenhado pelo Estado vão determinar a sua enorme aceitação entre os economistas e os planejadores, levando-as a serem dirigidas como recomendação de política econômica na Inglaterra, a partir da década de 1930.

Durante os anos que vão do pós-guerra até início da década de 1970, as idéias de Keynes colocadas em prática tiveram sucesso, permitindo às economias capitalistas centrais um vigoroso processo de acumulação de capital.

¹⁰ As políticas inspiradas na *Teoria Geral* de Keynes (1936) estavam sustentadas na segunda revolução tecnológica, de produção e de consumo em massa de produtos com padrão determinado. Era uma proposta de abandono da tese clássica de um Estado neutro. Quer dizer, para que fosse absorvida a produção, seria necessário somar despesas públicas, tanto sob a forma de consumo, como na forma de investimentos. O paradigma taylorista-fordista baseava-se em ganhos de produtividade, emprego e consumo e se somou à formação do Welfare State, ou o Estado do bem-estar social que deveria assegurar serviços públicos (educação, saúde, previdência, assistência social, seguro desemprego, habitação e transporte) para setores sociais. Os desdobramentos das políticas que se sucediam davam sustentabilidade social ao fordismo que garantia minimização de tensões trabalhistas e/ou sociais. O desemprego resultava do que Keynes chamava de procura agregada insuficiente. Se não havia demanda, a produtividade era desnecessária, neste momento, a intervenção estatal se constituía necessária quando a demanda agregada era insuficiente para gerar pleno emprego (KEYNES, 1970).

Outra corrente neoclássica que exerceu forte influência entre os estudiosos do desenvolvimento foi o estruturalismo shumpeteriano. Ao formular uma explicação para o desenvolvimento do capitalismo através do livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, publicado em 1942, Shumpeter (1961) defendeu que com a introdução de novos fenômenos, novos bens, novos métodos de produção, novos mercados, novas ofertas, ou seja, inovações somente possíveis através da figura do empresário inovador, era possível produzir uma ruptura. Esta concepção de empresário como liderança, fez Shumpeter situar a fonte da mudança econômica nos traços de personalidade de um tipo ideal de homem, ou de grupo de homens, que eram os empresários. Para Shumpeter (ibid), portanto, os lucros advinham das inovações realizadas pelos empresários, sem os quais a economia ficaria estagnada.

A velha noção de concorrência entre empresas seria substituída pela concorrência entre os produtos novos e os velhos e entre as técnicas novas e as velhas. Apostava-se na ruptura do velho modelo agrário, considerando-o um entrave ao surgimento de novos métodos de produção, novos mercados e novas estruturas, introduzidas pelo elemento principal: o empresário inovador. A crise econômica dos anos 1970 e a conjunção de novas tecnologias (informática, engenharia biológica, novos materiais de síntese, etc.) dão ao pensamento shumpeteriano nova popularidade a partir desse período. Suas idéias permanecem atuais, sobretudo neste momento de intenso avanço científico e tecnológico.

Uma quarta acepção neoclássica que muito influenciou o debate sobre o desenvolvimento latino-americano depois da Segunda Guerra foi a de Rostow (1961). Rostow (ibid) considerou importante explicar a história do desenvolvimento econômico de acordo com um conjunto de etapas determinadas. O propósito de Rostow (ibid), naquele contexto, foi esboçar uma alternativa à teoria marxista sobre os rumos da história. No seu livro, *Etapas do Desenvolvimento Econômico: um manifesto não comunista*, Rostow propunha o desenvolvimento como uma espiral. O autor classifica fases de desenvolvimento. Há para ele um ponto de partida que é a sociedade tradicional, de reduzida capacidade produtiva, e um ponto de chegada que se traduz na era do consumo em massa, situação de industrialização. Cada estágio de desenvolvimento econômico representaria o grau de avanço de uma

sociedade em relação ao almejado. O avanço técnico significava o princípio da superação das condições de subdesenvolvimento.

Por este arcabouço teórico presume-se que o desenvolvimento econômico se manifestaria em cinco fases: “la sociedad tradicional, las condiciones previas para el impulso inicial, el impulso inicial, la marcha hacia la madurez y la era del gran consumo em masa” (ibid, p. 160).

A primeira fase é a da sociedade pré-newtoniana que não absorvia a idéia de que o mundo estava sujeito à manipulação sistemática, era pré-requisito para a segunda. Nesta, as sociedades estariam em pleno processo de transição, numa era na qual a sociedade é preparada por forças externas para o desenvolvimento.

É mister esclarecer que a criação dessas pré-condições para o *arranco* foi, em grande parte, uma questão de construir o capital básico como estradas de ferro, portos e rodovias e ainda de encontrar um arranjo econômico a partir da conversão da agricultura para o comércio e a indústria. É o *take-off*, termo introduzido por Rostow (ibid) para caracterizar a decolagem ou arranco, ou seja, para caracterizar a terceira fase que se constituiria no intervalo em que as resistências ao desenvolvimento regular são superadas.

A marcha para a maturidade se daria após a terceira fase, ou a fase do arranco, e é nela que a economia se desloca ascendentemente e, ao mesmo tempo, desloca a tecnologia moderna para a atividade econômica. A economia se modifica à medida que a técnica se aperfeiçoa, novas indústrias se aceleram e indústrias mais antigas se estabilizam.

A última fase é identificada como de longo período (mais ou menos 60 anos), nela se alcança maturidade econômica para produzir o que se quer. Para Rostow é o ponto de chegada. Ao diagnosticar estas etapas evolutivas do capitalismo, este economista leva em consideração que o rompimento com o subdesenvolvimento se dá gradativamente (ibid).

Os postulados mencionados consideram o desenvolvimento a partir de estágios ou etapas, sem levar em consideração as relações internacionais instauradas pelo capitalismo para os diferentes países com as suas histórias próprias. Os obstáculos ao curso livre da ascendência das sociedades industriais só eram explicados por aspectos internos de cada país. A história,

neste particular mantém o caráter evolucionista dos positivistas e o conceito de desenvolvimento assume uma concepção linear e a-histórica.

O que se pôde perceber é que se deduzem medidas de política econômica susceptíveis de melhorar o sistema econômico vigente, onde o Estado, ou não interfere, ou tem sua participação máxima, em estreita união com os monopólios, apoiando o setor privado e fundindo-se a ele ao fornecer-lhes fundos para fazer face às exigências de capital impostas pelo avanço da técnica. Estas proposições aparecem explicitamente nas propostas dos reformadores das políticas públicas para resolver as questões dos desajustes internos a cada país e influenciam economistas em diferentes países da América Latina e do mundo.

Nas teorias supramencionadas se expressa um escamoteamento da origem do excedente econômico que se produz, negando a produção da mais-valia. Esta é assumida apenas como um fator a mais. O máximo que elas explicam é que o trabalho é a fonte do lucro, mas não se discute como se realiza a apropriação gratuita do trabalho alheio, ou seja, da própria fonte do que elas ratificam como desenvolvimento.

2.2 Desenvolvimento e subdesenvolvimento: uma simbiose do capital

O caminho evolucionista, pelas abordagens mencionadas anteriormente, nega as análises históricas de cada sociedade: nega, também, a dinâmica e o movimento como intrínsecos à dialética do desenvolvimento da sociedade. Parte-se do pressuposto de que as nações se encontram em condições de arrancar para o crescimento, e chegar ao desenvolvimento. Não se considera, por exemplo, que nas nações tidas como subdesenvolvidas, em áreas de grandes investimentos, não haja garantias de reprodução.

O que há, portanto, é um processo que expressa uma totalidade, em que o sentido da exploração pelo capital é animado pelas contradições a ele inerentes. O massacre das nações ricas sobre as Colônias afirma a luta do capital contra a economia natural. Como destaca Rosa Luxemburg,

por isso é que o capitalismo considera, como uma questão vital, a apropriação violenta dos meios de produção mais importantes dos países coloniais. Como os laços tradicionais dos indígenas constituem a muralha mais forte de sua organização social e a base de suas condições materiais de existência, o método inicial do capital é a destruição e o aniquilamento sistemáticos das estruturas sociais não-capitalistas, com que tropeça em sua expansão [...]. A esperança de que o capitalismo se limite exclusivamente à concorrência pacífica [...], como base única de sua acumulação, baseia-se na possibilidade ilusória de que a acumulação do capital pode se efetuar sem as forças produtivas, sem o consumo das populações primitivas e que pode confiar no lento processo de desintegração interna da economia (1976, p. 319).

Definiu-se uma função para a economia colonial de cumprir a determinação de suprimento da acumulação primitiva. A desorganização do modo de produção predominante era o resultado esperado dentro da lógica contraditória e combinada da exploração capitalista, pois não se deveria perder de vista o caráter eminentemente submisso dessas economias, cujas determinações se definem fora dos seus espaços.

O capitalismo vale-se das áreas pobres, pois, sem elas, ele não se formaria. O apoio das Colônias para minimizar seus custos é condição *sine qua non* da sua reprodução. As possibilidades internas de avanço técnico, de investimento e racionalidade de cada nação, não são fatores suficientes para a garantia da passagem das etapas propostas por Rostow (1961).

A propagação desigual do progresso técnico, colocado como central para alavancar o desenvolvimento econômico, expressa a maneira da divisão internacional do trabalho, que coloca de um lado o conjunto das economias industrializadas e, de outro, economias exportadoras de produtos primários, que não dispõem do comando do seu próprio crescimento. Estas diferentes/desiguais economias são consideradas como modelos antagônicos e não como unidade, onde a economia avançada se alimenta da economia tida como atrasada. Esta compreensão leva muitos estudiosos a simplificarem suas explicações para as situações das nações, de modo que o subdesenvolvimento passa a ser concebido ora como *condição de atraso*, pela sobrevivência de condições sociais e econômicas muito antigas, ou seja, são os *países*

atrasados, ou *sociedades tradicionais*; ora como *países de crescimento retardatário* ou em *estado de estagnação* (incapazes de dar a arrancada para a auto-superação) em oposição às estruturas modernas. Mas também pode ser a realidade da chamada *economia periférica*, que alude a um outro conceito, o de *periferia*, para designar as nações com setores econômicos tradicionais, de baixa produtividade, que se desenvolvem na periferia dos setores desenvolvidos. A partir a idéia de subdesenvolvimento, discute-se as relações entre os centros, enquanto áreas mais importantes, e as periferias, enquanto áreas que são secundárias e irrelevantes em relação às centrais.

Mirdal (1965) afirma que estes termos, usados antes da Segunda Guerra para os países coloniais, foram substituídos em decorrência das descolonizações, aparecendo outras acepções.

Há que se considerar a força do conceito de sociedade dual, no pós Segunda Guerra, referindo-se a um país onde co-existem dois sistemas econômicos e sociais, totalmente diferentes, ou dois setores, um de frágeis meios materiais e outro de forte avanço tecnológico, ou seja, um *país dual*, como se refere Elias Gannagé,

toda cisão, toda justaposição, todo hiato que se estabelece seja entre uma região e o resto do território, seja entre dois sistemas ou setores, seja entre grupos sociais no interior de uma área espacial determinada tal como a nação. Os pontos de contato são limitados; os nexos são freqüentemente rompidos e as transmissões freqüentemente imperfeitas (1963 apud LACOSTE, 1982, p.167).

Trata-se de países que apresentam duas estruturas, uma representada por tecnologia, produtividade e industrialização avançadas, e outra representando o atraso, com produção predominantemente agrária, pouco desenvolvimento urbano e baixos níveis de renda e de produtividade¹¹. Essa condição de dualidade é percebida como uma fase de transição, onde os denominados países desenvolvidos vão pouco a pouco contaminando os

¹¹ Gunnar Mirdal e Elias Gannagé são teóricos que estudaram a dependência como processo histórico dentro do sistema internacional de relações de poder, o que os coloca ao lado dos críticos do desenvolvimentismo da CEPAL.

países atrasados, dependendo da condução governamental ou do comportamento das camadas dirigentes.

Jackes Lambert, no livro *Os Dois Brasis* (1972) enfatiza o caráter dual das economias subdesenvolvidas, observando a convivência entre o velho e o novo, numa estrutura que chama de dualista contrastante e defende que a passagem da estrutura arcaica para uma moderna se orienta pelo progresso da instrução. Em seu estudo sobre o Brasil, este autor afirma a insuficiência da exploração dos recursos brasileiros, resultando em poucos rendimentos do trabalho por superfície explorada, o que incorre na formação de dois Brasis.

Lambert dedicou um capítulo deste livro ao debate sobre a indissociabilidade entre o avanço econômico e o progresso da instrução e defendeu que a passagem da estrutura arcaica para uma nova e moderna sociedade deveria ser orientada pelo progresso da instrução. Segundo este autor a interpretação da situação do Brasil só seria possível pela análise do que é uma sociedade dualista e da existência de dois Brasis. Para ele havia uma exploração insuficiente dos recursos brasileiros, conforme se dava na agricultura que “desperdiça a mão-de-obra e utiliza unicamente energia animal” (ibid, p. 190), obtendo poucos rendimentos do trabalho por superfície explorada.

Dentro do Brasil havia uma acentuada diferença entre um país próspero e em transformação constante e uma sociedade velha e imóvel, desse modo, reafirmando a teoria do subdesenvolvimento (ibid). No Brasil, segundo o autor, reproduzem-se os contrastes do mundo, tornando-se fácil encontrar aspectos que lembram os de Los Angeles ou Chicago e outros que, sem serem tão trágicos, uma vez que no Brasil há lugar para todos, fazem lembrar os da Índia ou do Egito. Este autor não discutiu a essência das relações de poder subsumidas na relação entre o capital e o trabalho.

O campo passa a ser pensado pela incorporação inevitável aos padrões da sociedade nacional de tipo urbano-industrial¹². O camponês é expropriado

¹² A cidade se configura como o centro de irradiação da modernidade, enquanto o campo é assumido como a periferia, cuja função receptadora das técnicas, não toma o pressuposto da relação desigual entre cidade e campo. Trata-se de um elenco de determinações aonde vai se desfigurando “o homem rural de sua humanidade em termos de consciência e de cultura e ao transformá-lo em mero recipiente de inovações, processa-se a metamorfose do camponês no tipo genérico de agricultor que passa a ser definido unicamente por sua atividade ocupacional no setor agropecuário, desvinculando-o de um processo social e cultural específico” (LEWIN,

ora da sua própria terra, ora da sua produção. Durante esta transformação, o camponês é metamorfoseado em verdadeiro trabalhador para o capital, uma vez que este exige o uso dos implementos e insumos introduzidos pela indústria moderna, o que repercute no privilegiamento das culturas comerciais sem a garantia dos rendimentos dessa produção para quem trabalha nela.

A lógica subjacente coloca que o obstáculo à transformação do país é de ordem econômica e impõe a difusão, em todos os Estados brasileiros, dos níveis e métodos de vida das regiões evoluídas. A tese central sustenta que na relação entre o rural e o setor urbano-industrial reside uma dificuldade para assimilação da necessidade de rompimento da estrutura de atraso. O campo é colocado como estrangulador do crescimento, impedindo a generalização do processo de modernização.

Estas interpretações ratificam subdesenvolvimento e desenvolvimento como momentos diferentes de um mesmo continuum, sendo que o progresso representa a única possibilidade de transição do arcaico para o moderno, ou seja, o pressuposto da remoção de obstáculos é nuclear.

A análise de Lambert (ibid) reafirma a teoria do subdesenvolvimento e traz a desigualdade como um princípio. Ela não enfatiza a coexistência entre tradicional e moderno pelas relações de dependência que se estabelecem entre essas sociedades e o capitalismo internacional, nem considera que os setores ou nações atrasadas - na estrutura dual - são subjugados pelo capitalismo de alguma nação desenvolvida.

A busca incessante do capital por mecanismos para o aumento da força de trabalho, pela presença no mercado de quantidades necessárias de meios de produção e pela existência de mercado para absorver as quantidades crescentes de mercadorias produzidas mostra que, à medida que o capitalismo se apropria de territórios para exploração, as relações entre as nações levam ora ao florescimento, ora à falência de um ramo de produção (HARVEY, 2005; SMITH, N. 1988). Esse modo de articulação entre as nações, necessário à permanência da produção de mercadorias sob o capitalismo leva à compreensão das estratégias do capitalismo para resolver suas crises, que são inerentes ao processo de acumulação.

Rosa Luxemburg (1976), ao se referir aos empréstimos internacionais concedidos aos países atrasados na fase imperialista da acumulação do capital, observa como o desenvolvimento econômico dos países pobres está associado ao desenvolvimento orgânico da economia mundial. Para Luxemburg esses empréstimos têm grande importância na independência de Estados capitalistas modernos, e, ao mesmo tempo,

são indispensáveis para a emancipação dos estados que aspiram ser capitalistas e são, ao mesmo tempo, o meio mais seguro dos estados capitalistas antigos exercerem sua tutela sobre os modernos, controlarem sua economia e fazerem pressão sobre sua política exterior e sobre sua política alfandegária e comercial. São o meio principal para abrir ao capital acumulado dos países antigos novos campos de investimento e ao mesmo tempo, criar naqueles países novos competidores; aumentar em geral, o espaço de que dispõe a acumulação do capital e ao mesmo tempo, estreitá-lo. Essas contradições do sistema de empréstimos internacionais são uma demonstração clássica de até que ponto as condições de realização e capitalização da mais valia se acham separadas no tempo e no espaço [...] (ibid, p. 367).

As barreiras encontradas para o suprimento dessas condições, necessárias ao progresso da acumulação, irrompem sob a forma de tensões e León Trotsky, em *La Revolución Permanente*, escrito em 1930¹³ observa que

Em el proceso de su desarrollo y, por lo tanto, en lucha contra sus contradicciones internas, cada capitalismo nacional recurre em um grado cada vez mas considerable a las reservas del “mercado exterior”, esto es, de la economia mundial. La expansión ineluctable, que surge como consecuencia de las crisis internas permanentes del capitalismo, constituye su fuerza expansiva antes de convertirse em mortal para este último (2000, p. 13).

A maneira perversa sob a qual as economias mais pobres adentram o capitalismo é esboçada por Trotsky, a partir da análise do capitalismo russo e

¹³ Trata-se de uma edição de *La Revolución Permanente*, publicada em Marxists Internet Archive, em 2000. Home Page: <http://www.marxists.org/espanol/trotsky/revperm/indice.htm>

suas profundas relações com o capitalismo europeu. Trotsky mostra que a sociedade russa na segunda metade do século XIX estava sob o influxo e a pressão do meio exterior e via-se empurrada para o capitalismo, tomando um caráter particular e contraditório. Para Trotsky, o capitalismo chegava a galope mergulhando as economias de países atrasados em um mercado mundializado (SMITH, N., 1988; LOWY, 1995; 2000).

Trata-se de um processo estreitamente associado ao modo como se realiza a propagação do progresso técnico, que se materializa de forma irregular, levando o centro a se apropriar tanto das riquezas naturais da periferia, como dos resultados do progresso técnico lá introduzido, e tende a aprofundar o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo.

Essa perspectiva permite advertir que

la tendencia del desarrollo capitalista se caracteriza por un incremento colosal de las relaciones internacionales, lo cual halla su expresión en el volumen creciente del comercio exterior [...] Desde un punto de vista cualitativo, la relación de dependencia de la India con respecto a Inglaterra tiene, evidentemente, distinto carácter que la de Inglaterra con respecto a la India. Sin embargo, esta diferencia hállese informada, fundamentalmente, por la diferencia existente en la nivel del desarrollo de las respectivas fuerzas productivas y no por el grado en que económicamente se basten a si mismas. La India es una colonia, Inglaterra una metrópoli (TROSKY, 2000, p. 12).

As condições desta combinação são definidas pela ligação de todos os países pelo comércio e pelo modo de produção, o que resulta em transformar o mundo inteiro ou todos os países em um só organismo econômico e político. Neste organismo convivem o velho e o novo, o avançado e o atrasado, ou seja, convivem todos os estágios da civilização, “estes diferentes estágios não estão simplesmente um ao lado do outro, numa espécie de coexistência congelada, mas se articulam, se combinam, se amalgamam [...] (LOWY, 1995). Nesta combinação, uns perdem, outros ganham.

A desigualdade do ritmo de desenvolvimento das forças produtivas se manifesta de forma mais complexa nos chamados países subdesenvolvidos, mostrando, como afirma Trotsky, que

as sociedades menos desenvolvidas têm a possibilidade, ou mais exatamente, são obrigadas a adotar certos traços avançados saltando as etapas intermediárias [...]. O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversidades. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado (1962 apud LOWY, 2000, p. 164).

Neste ponto, o teórico do desenvolvimento desigual, Leon Trotsky, diz que os países capitalistas não avançam na mesma fila, no mesmo patamar, de modo a serem percebidos nas suas situações distintas quanto ao desenvolvimento do modo de produção, o que os torna antes de tudo, desiguais.

Em outras palavras, a maneira contraditória do desenvolvimento do/no capitalismo se expressa na exacerbação da interdependência das economias que apresentam forças produtivas em processos diferenciados de evolução. Levando-se em consideração que a lógica do desenvolvimento desigual e combinado se realiza pela co-existência de formações econômicas atrasadas, com combinação de características de tempos históricos distintos, o resultado é uma relação de trocas desigual, responsável por acentuar o caráter profundamente desigual do desenvolvimento.

Esta análise também pode ser apreendida, quando Marx (2000) discute sobre a teoria moderna da colonização no capítulo VIII de *A Origem do Capital: a acumulação primitiva*. Marx faz alusão às sociedades pré-capitalistas e destaca que

o mesmo interesse que impele o laço do capital, o economista, a sustentar a identidade teórica da propriedade capitalista com a sua contrária (a propriedade fundada no trabalho pessoal) obriga-o nas colônias a entrar no terreno das confissões, para proclamar bem alto a incompatibilidade dessas duas ordens sociais. Põe-se, pois, a demonstrar que é preciso ou renunciar ao desenvolvimento das potências coletivas do trabalho, à cooperação, à divisão manufatureira, ao emprego das máquinas em larga escala, etc., ou encontrar

expedientes para expropriar os trabalhadores e transformar seus meios de produção em capital (ibid, p. 102).

Marx tinha como objetivo principal desnudar o movimento da economia capitalista. Contrariamente ao pensamento vigente na Europa do século XIX, para ele, a transformação da sociedade era incontestável se considerada na perspectiva da sua inserção no modo capitalista de produção, pois o capitalismo precisa, para sua própria existência e desenvolvimento, estar cercado por fontes de meio de produção e reservatórios de mão-de-obra.

Ao discutir sobre a tendência histórica da acumulação capitalista, Karl Marx (ibid) aponta os perigos da pequena indústria, mesmo a agrícola e manufatureira e a coloca como corolário da propriedade privada do trabalhador sobre os meios de sua atividade produtiva, visto que, nesta maneira de produzir, a exploração está implícita, pois ela

encontra-se entre a escravidão, o servilismo e outros estados de dependência” [...] Como este regime excluiu a concentração, excluiu também a cooperação numa grande escala, a subdivisão do trabalho nas oficinas e nos campos, o maquinismo e a sábia dominação do homem sobre a natureza, o livre desenvolvimento das potências sociais do trabalho, o concerto e a unidade nos fins, os meios e os esforços da atividade coletiva (Ibid, p. 95 e 96).

Abominando a alienação do trabalhador realizada pela ordem industrial e encontrando na própria indústria a explicativa da dissolução do modo de produção no qual ela está engendradora, Marx mostra que a contradição inerente à relação entre capital e trabalho no capitalismo o leva inevitavelmente à derrocada, pois “tudo isso não é compatível senão com um estado de produção e de sociedade estreitamente limitados [...] Mas alcançando certo grau, esse regime engendra em si próprio os agentes materiais da sua dissolução” (ibid, p. 96).

De acordo com Marx, o avanço da industrialização é ininterrupto e só é capaz de levar à concentração das riquezas ou ao domínio dos grandes grupos de produtores, ganhadores do ponto de vista da elevação da produtividade e

do avanço técnico. Desde quando “o processo de transformação decompõe de baixo para cima, a velha sociedade, que os produtores se transformaram em proletários e suas condições de trabalho, em capital” (ibid, p. 97). Do mesmo modo que o regime capitalista se sustenta pela força econômica das mercadorias, da socialização ulterior do trabalho e da “metamorfose progressiva do solo e dos outros meios de produção em instrumentos socialmente explorados [...] a eliminação da propriedade privada reveste-se de uma nova forma” (ibid).

Dessa maneira, o que agora será expropriado não é mais o trabalhador livre, “mas o capitalista, que é o chefe de um exército ou de uma esquadra de assalariados” (ibid).

O pensamento de Karl Marx nunca esteve voltado para a explicação da industrialização. Não o interessava abordar o uso da ciência para o desenvolvimento da técnica e da produtividade industrial ou agrícola. Sua preocupação centrava-se na explicação dos processos que fariam com que, ao avançar, o capitalismo fosse superado, já que estava elaborando suas próprias contradições, ou a sua antítese, o comunismo.

Para os economistas clássicos e neoclássicos, com o advento da industrialização, o processo de acumulação de capital foi acompanhado pelo aumento correspondente de técnicas responsáveis pela mecanização no processo de produção das mercadorias. A combinação da força de trabalho com a mecanização garante o aumento da produtividade. No entanto, para Marx, o que aumenta é a acumulação de capital com o conseqüente crescimento da miséria do trabalhador. Ou seja, a situação de pobreza das nações não pode ser interpretada como uma etapa a ser superada, mas como resultado das contradições inerentes ao modo de acumulação.

De acordo com a abordagem marxiana, compreende-se que a lógica do crescimento econômico não pode promover desenvolvimento. No capitalismo, o desenvolvimento não segue um movimento linear e nem se realiza sem a inerente produção de contradições. Conforme expõe Antunes, “sendo um modo de metabolismo social totalizante e, em última instância, ‘incontrolável’, dada a tendência centrífuga presente em cada microcosmo do capital, esse sistema assume cada vez mais uma lógica essencialmente ‘destrutiva’ (2003, p. 25). O reconhecimento de que o desenvolvimento de relações capitalistas de

produção trás certo nível de independência, tem como corolário um processo de alienação e de sujeição.

Percebe-se que se trata de resgatar a compreensão da lógica do desenvolvimento desigual e combinado, que se reproduz na sujeição do homem ao capitalismo. A intensidade dessa sujeição é historicamente determinada, pois “na sociedade capitalista, consegue-se tempo livre para uma classe, transformando a vida inteira das massas em tempo de trabalho” (MARX, 1985, p. 607). Não se discute a pertinência de um processo de desenvolvimento equilibrado e nem em desequilíbrio, como oposição ao primeiro. O entendimento para a lógica do capital e, por assim dizer, para o processo de avanço do capitalismo é que trás como corolário a produção da miséria. O que há, como escreve Engels, é que “o capital se divide [...] em capital original e lucro, o incremento do capital [...] embora a própria práxis converta logo esse lucro novamente em capital e o coloque com este em fluxo” (ENGELS apud MARX, 1985, p. 129).

Francisco de Oliveira, ao refletir sobre o sistema de dominação, afirma que o processo normal mostra “uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado moderno cresce e se alimenta da existência do atrasado, se, se quer manter a terminologia” (2003).

As consequências da relação entre essas estruturas produtivas diferentes/desiguais imprimem tanto a dinâmica da economia industrializada, avançada, como a situação das economias periféricas. Estas dependem, em última instância, do vigor da demanda cêntrica (MELLO, 1998, p. 15).

2.3 A ideologia desenvolvimentista na realidade brasileira sob a égide do nacional

A ideologia se torna a expressão dos interesses de uma classe, no sentido de que, em cada época, a classe detentora da força política e econômica é também portadora da força intelectual que é acionada para a garantia e a manutenção da posição de dominação desta classe. As idéias da classe dominante, em cada época, são as idéias dominantes, isto é, a classe

que tem a força material na sociedade é, ao mesmo tempo, a sua força intelectual, de modo a representar a relação de classe de uma forma ilusória.

A partir da segunda metade do século XIX, uma considerável parte da intelectualidade brasileira, inclusive setores da classe dominante, aliaram-se na luta pelo fim da escravatura no país. Procurava-se demonstrar que o regime escravocrata produzia limitações ao desenvolvimento da economia do país, exemplificando o caso da cafeicultura que necessitava cada vez mais de um volume maior de mão-de-obra que fora limitado com a proibição do tráfico em 1850. A partir da década de 70 do século XIX, além das pressões internacionais, forma-se internamente uma sistemática oposição ao regime escravocrata¹⁴, fazendo emergir uma política de branqueamento gerada por ideologias através de estereótipos de inferioridade e/ou superioridade raciais. Neste viés, a ideologia do branqueamento ia se consolidando enquanto mito da democracia racial, apregoando a superioridade do branco (*quanto mais branco, melhor*). Esta ideologia teve como objetivo propagar a inexistência de diferenças raciais no país e mostrar que havia uma convivência harmoniosa entre todos, uma convivência sem conflitos, o que afirmava que a nação era uma só.

Na expectativa do Brasil se tornar um país branco, havia o entendimento de que o homem branco era mais capacitado para ajudar nos propósitos e interesses do processo de desenvolvimento econômico de que o país precisava, o que colocava o passado da sociedade colonial e escravocrata como um obstáculo ao desenvolvimento,

Lia Osório Machado (1995) adverte que as teorias do evolucionismo biológico conferiam certa legitimidade científica ao reclame do progresso como caminho único para a unidade futura da nacionalidade.

Em uma reflexão sobre o pensamento geográfico no Brasil no início do século XX, Lia Osório Machado (2000) lembra que

as idéias geográficas modernas foram introduzidas no Brasil num contexto de um acirrado debate sobre a natureza do ambiente social, institucional e físico do país. Tratava-se da questão de modernizar uma sociedade profundamente

¹⁴ Figuras de destaque na luta abolicionista foram Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e André Rebouças. Para estes a escravidão era uma afronta à dignidade humana, além de uma instituição intolerável.

hierarquizada e conservadora, em pleno processo de adaptação às mudanças responsáveis pelo fim do sistema monárquico e da escravidão (ibid, p. 11).

Tais idéias eram compartilhadas não apenas por geógrafos, mas por ideólogos da filosofia do progresso do século XIX, que se articulavam em torno de uma agenda de modernização. Observa-se uma adaptação das idéias advindas do exterior às condições da nação brasileira.

O desmantelamento do escravismo como ideário político encontra apoio nessa elite intelectual que ambicionava construir a *nação viável*. Entre 1870 e 1930, as teorias raciais são recebidas com entusiasmo. De acordo com Lilia Moritz Swarcz (1993), no seu livro intitulado *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1889 – 1930*, em meio a um contexto caracterizado pela realização de um novo projeto político para o país, as teorias raciais se apresentavam enquanto modelo teórico viável para o jogo de interesses que se montava. Para esta autora, em plena vigência de um ideário positivo evolucionista no Brasil, jogava-se a responsabilidade pelo progresso, no indivíduo, enquanto resultado de uma estrutura biológica singular.

Swarcz (ibid) comenta sobre as diferenças no discurso do branqueamento realizado pelo IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro¹⁵. Neste quadro ela debate sobre a importância e imponência do discurso do Instituto na conformação ideológica do contexto analisado. Conforme texto publicado pela Revista do IHGB:

começo a explicar que o primeiro na terra foi o tronco negro, depois o vermelho e finalmente o branco que deve ser contemporâneo aos primeiros gelos... julgo também que na ordem do desaparecimento a natureza há de proceder pela

¹⁵ Logo nos primeiros anos de sua criação, o IHGB, premiou um projeto, cujo autor, Friedrich Philipp Von Martins, um naturalista alemão e sócio correspondente do Instituto centra seu objetivo na idéia de correlacionar o desenvolvimento do Brasil com o aperfeiçoamento das três raças. Para este autor, enquanto os braços deveriam civilizar as demais raças, os índios, precisariam resgatar a dignidade que perderam para depois galgar a civilização, os negros eram apenas fator de impedimento do avanço da sociedade. Diz Von Martins, “não há dúvida de que o Brasil teria tido uma evolução muito diferente sem a introdução dos míseros escravos negros (RIHGB, 1884, apud SHWARCZ, 1993, p. 112)”.

mesma forma. O tronco negro há de desaparecer antes do amarelo e assim sucessivamente até o branco... (RIHGB, 1973, apud SHWARCZ, 1993, p. 113).

Como indica o texto, a raça negra representa o exemplo do grupo incivilizável, ou com mais baixo estado de civilização humana.

Embora defensor da ideologia do branqueamento, pode-se observar na leitura de Silvio Romero (também sócio do IHGB) uma crítica a este pensamento hegemônico.

Em Silvio Romero, se encontra a proposição da mestiçagem como saída para a situação deteriorada do país. O mestiço surge como um representante nacional e como solução para apressar o progresso da nação, de maneira que o fortalecimento genético trazia a disposição européia para o desenvolvimento, ao tempo que justificava a imigração.

No artigo *A Geografia Social de Silvio Romero*, Alexandrina Luz Conceição (2000) ressalta que em um contexto onde a sociedade era compreendida como um organismo vivo, a decepção de Silvio Romero com os caminhos tomados pela República, o levou a acreditar que a questão da modernização poderia estar na estrutura social do povo. De acordo com a autora, Romero defende o cruzamento de raças.

Na sua dialética de opostos sobrepõe o direito da raça inferior ao da raça superior, dessa forma, não subscreve o discurso de defesa de uma raça superior, mas o direito de igualdade de superação. Em um jogo de espelho, o reflexo que vê, é a negação do que pretende espelhar (ibid, p. 50).

Para Conceição (ibid), Silvio Romero no seu tempo aparecia preso ao signo do evolucionismo, sem perder de vista o progresso no sentido do capitalismo. Romero pensava a realidade brasileira, a partir de dados reais querendo encontrar o caminho para as mudanças. De acordo com a autora, quando Silvio Romero propõe a raça e o meio como condições de interpretação do caráter nacional brasileiro, ele introduz a dimensão natural, sem a pretensão

da defesa de uma superioridade racial, mas procurando pensar a nação brasileira na incessante busca por mudanças (ibid).

A expectativa por mudança fundada no mito da modernidade, produzia uma interpretação do país, especulando-se sobre seus potenciais e limites apresentados pelo território ou pela população frente ao projeto de modernização daquele momento da história nacional (MACHADO, 1995).

Neste sentido, vai sendo consolidada no Brasil uma redefinição da identidade nacional pautada na crítica a uma sociedade estruturada em torno de relações sociais escravocratas e na valorização do nacional pelo sentimento de pertencimento do Brasil ao conjunto das nações progressistas. O discurso da potencialidade do Brasil, neste período, aponta para o concurso de um Estado forte como caminho para o desenvolvimento. De modo específico, este pensamento ajudava a sedimentar e a interpretar a natureza e a sociedade, enraizada na ideologia do progresso.

A construção da visão do país como espaço a ser conquistado afirmava a prerrogativa da ocupação do território. Convém considerar que o território forjava a imagem da nação e fundamentava projetos para o desenvolvimento, conformando um imaginário social e uma representação do nacional ancorado na idéia de espaço a conquistar. O espaço geográfico era concebido como materialidade, fundo territorial vazio a ser ocupado, área a ser civilizada. Voltavam-se as atenções para a construção de uma identidade própria do estado brasileiro, recém constituído. Essa identidade deveria distingui-lo da antiga Metrópole, e ainda, deveria orientar a sua atuação política, missão que foi encampada pela literatura nacional da época, que incorporou em seu repertório elementos geográficos do país em formação e fundamentou, com base na diversidade das paisagens e dos grupos raciais, a unidade nacional.

A unidade nacional que vinha sendo gestada articulada à idéia de mudança foi crucial à legitimação da inserção da economia brasileira no contexto da reprodução capitalista mundial.

Na lógica da acumulação, a relação de dependência entre Metrópole e Colônia gradualmente se dizimava e as relações passavam a se estabelecer entre os países industrializados e aqueles produtores de mercadorias primárias (matérias primas, alimentos, etc.) voltadas ao estrangeiro. Mantinha-se a dependência em relação à demanda externa, mas os excedentes produzidos

pelas antigas colônias agora poderiam ser apropriados internamente (MELLO, 1998).

As determinações dessa inserção, a partir da segunda metade do século XIX, se traduziram pela conformação de uma dada divisão internacional do trabalho, que colocou as economias atrasadas na dependência das demandas por produtos primários advindas do centro. Já neste momento, as teorias formuladas

cimentariam o discurso político-econômico do “subdesenvolvimento” [...]. O espaço, elemento determinante da prática das ciências naturais, além de contribuir para a construção da imagem da nação, deu suporte à política econômica agrícola dominante no período e, ao mesmo tempo, facilitou a inclusão do Brasil, nos domínios do imperialismo que, na época, vigorava nas relações internacionais (DOMINGUES, 2000, p. 94).

Entre as últimas décadas do século XIX, até a Grande Depressão (1929), o café assumiu a geração da renda interna, bem como foi responsável pelo dinamismo da economia nacional. A formação do capital industrial no Brasil esteve sujeita ao desempenho do setor cafeeiro. Os avanços do capitalismo, com a concernente criação do Estado nacional e a demanda externa por café permitiram ao Brasil um novo modo de inserção na divisão internacional do trabalho. De acordo com Octavio Ianni (1988), a busca pela integração à ordem econômica mundial que começava a se desenhar, a partir da década de 1930 no país, se delineava com o esgotamento do modelo oligárquico agrário-exportador.

A coerência desse processo estava na unidade entre a economia cafeeira e o surgimento da industrialização, num contexto de realização de uma nova divisão internacional do trabalho, na qual a dependência do capital industrial em relação ao capital cafeeiro estava associada à posição subordinada da economia brasileira à economia mundo. Esta posição aparecia justificada pela abordagem ricardiana das vantagens comparativas e pelo discurso neoclássico defensor da livre concorrência, o que implicava que o Brasil estava no caminho certo, à medida que se especializava na produção de

produtos primários para exportação¹⁶. Não obstante, a crise mundial de 1929 abalou os alicerces dessas teorias, levando os estudiosos da economia a proporem um maior intervencionismo de Estado.

Na crise de 1929, o novo modelo se configurava sem romper as relações de dependência com o capital estrangeiro. O processo ocorria forçado pela falência do federalismo da República Velha e pela implantação de um Estado fortemente centralizado. A quebra de barreiras entre os estados da federação facilitou a livre circulação de mercadorias, levando à fusão dos mercados isolados e locais. A construção, de portos, ferrovias e rodovias nesse período, integrou fisicamente as regiões, antes dispersas. Entretanto, é importante acentuar que a industrialização não se difundiu igualmente por todo o Brasil. Ao contrário, concentrou-se no Centro-Sul. Tratava-se do modelo de substituição de importações, no qual, a indústria ia se firmando e alterando as estruturas produtivas.

As principais direções da política econômica que emergia entre 1930 e 1945 tomam a institucionalização da intervenção regulatória do Estado na economia, e especialmente nas relações capital/trabalho, a constituição de um setor público empresarial, a centralização do poder, com a afirmação da ideologia do nacional desenvolvimentismo, que vinha sendo elaborada desde a Primeira República.

Abre-se espaço para a ascendência de uma nova proposta de desenvolvimento nacional, com base no fortalecimento da industrialização sustentada pelo Estado getulista. Um programa nacional de desenvolvimento com a utilização da política cambial, fiscal e creditícia. Era um processo que se realizava protegendo o mercado nacional, por meio das altas tarifas sobre os bens importados e no seu controle direto, além do acesso a bens de produção, como máquinas, equipamentos e matéria-prima necessária à modernização da base de produção industrial. A partir de 1930, a pauta de importações passou a se associar à necessidade de bens de capital e insumos para a indústria

¹⁶ O pressuposto das vantagens comparativas de David Ricardo defendia que os países deveriam especializar-se na produção dos bens, cuja produtividade, em virtude das suas maiores possibilidades de produção, fosse maior, e trocar com o exterior o excedente produzido a fim de adquirir outros bens, em cuja produção não fossem tão eficientes.

nacional, levando o Estado a assumir papel determinante na orientação do desenvolvimento.

No transcorrer dessa década, o controle dos câmbios desempenhou a função de racionamento das importações que foram bruscamente comprimidas. Começava a se efetivar uma política deliberada de intervenção estatal na esfera econômica com objetivos industrializantes, principalmente orientados pelas divisas adquiridas nas exportações dos bens primários. O Estado mostrava sua disposição para dirigir a economia, de forma centralizada, por duas vias: investimentos públicos em setores considerados estratégicos, tais como a produção de aço ou ainda, através de uma política fiscal e de controle do câmbio e das importações buscando com isso estimular a produção interna¹⁷.

A performance do Brasil definida a partir daí, como um país de industrialização retardatária e crescimento econômico rápido em associação com diferenciais significativos das suas forças produtivas, se acentuou depois da Segunda Guerra com o despontar da indústria manufatureira enquanto eixo dinâmico da economia do país¹⁸.

A indústria ia alterando, também, a estrutura de classe fazendo surgir uma burguesia industrial e financeira que procurava garantir a hegemonia política na sua direção. Emergia uma burguesia industrial oriunda de setores da oligarquia agrário-exportadora, de grupos comerciais e de grupos imigrantes

¹⁷ O Produto Interno Bruto passou a crescer a uma margem de 7% ao ano, tendo o seu volume aumentado mais de dez vezes entre 1945 e 1980, o que acarretou numa redução da diferença de produtividade média entre o Brasil e os centros capitalistas mais avançados neste período. A partir de 1947, observou-se um deslocamento das exportações como principal fonte de demanda para o crescimento, o que fez declinar de, 14,8 para 7,6%, o coeficiente de exportações em relação ao PIB. Neste mesmo período, a proporção da PEA, duplicou no setor secundário, se ampliou nos serviços urbanos e, em contrapartida, declinou no setor agrícola (SERRA, 1983; COUTINHO, 1983).

¹⁸ O fechamento da economia para as importações foi mais significativo entre fins da década de 1940 até meados da década de 1960. No caso do setor agrícola, o declínio da sua participação na estrutura de renda do país não se deu em consequência de um processo de modernização generalizado, pois a capitalização tecnológica neste setor processou-se sem qualquer dinamismo do ponto de vista de um atendimento generalizado de necessidades, sendo conseqüentemente, bastante desigual e atendendo tão somente a grupos e regiões já privilegiadas. Assim mesmo, a agricultura se expandiu neste período, muito mais vinculada à ampliação da fronteira agrícola do que ao aumento da produtividade. Ela foi importante para liberar recursos de financiamento que deram sustentação ao dinamismo do padrão de crescimento industrial urbano. Este quadro de mudanças estruturais na economia brasileira não refletiu melhoras sociais para as camadas excluídas, ao contrário, garantiu a acentuação das desigualdades, com a preservação de grandes margens de pobreza absoluta, aumentando as distâncias relativas entre os níveis de renda dos brasileiros desde o início dos anos 1960.

desenvolvendo uma capacidade de organização e intervenção em defesa de interesses particulares. Estes interesses situavam-se no plano econômico-corporativo, uma vez que o destaque dessa classe social se dava pela intervenção política. À medida que ia se dando o fortalecimento econômico e político da burguesia, ela ia conquistando hegemonia e consolidando uma aliança com os setores populares e o Estado.

A vida política do Brasil, entre 1945 e 1964, foi caracterizada pelo populismo, absorvido como um processo de mobilização das massas e de aproximação das elites políticas com o povo.

O Estado populista desenvolvimentista representou uma aliança mais ou menos instável entre o empresariado nacional, desejoso em aprofundar o processo de industrialização capitalista, e os setores populares, cujas aspirações de participação econômica e política foram manipuladas pelo primeiro. Ao Estado, sob a aparência de defensor de uma concepção de mundo, caberia o papel de consolidar o projeto desenvolvimentista, como se representasse a homogeneização dos interesses da nação e a eliminação das diferenças subsumidas no projeto nacional¹⁹.

Neste aspecto, embora Gramsci, enquanto pensador marxista, não explore a especificidade da realidade brasileira, o seu livro *O Materialismo Histórico*, publicado em 1973, fornece pressupostos que permitem consolidar uma compreensão da funcionalidade do Estado. Gramsci propõe uma subdivisão do Estado em duas esferas: a sociedade política, na qual se concentra o poder repressivo da classe dirigente, e a sociedade civil, na qual a classe dirigente busca obter o consentimento dos governados, através da difusão de uma ideologia unificadora, destinada a operar como cimento da formação social. A sociedade civil assume aqui um sentido diferente em relação a Marx. Este a situa, na infra-estrutura, como expressão da própria relação de produção capitalista. Já em Gramsci, a sociedade civil expressa o momento da persuasão e do consenso que, em conjunto com o momento da repressão e da violência, asseguram a manutenção do Estado enquanto

¹⁹ Nesta análise, Lipietz observa o desempenho das burguesias de diferentes nações, a partir de Nicos Poulantzas e as coloca como responsáveis pela manutenção desses países numa função exportadora de bens primários. Ler em LIPIETZ, Alain. *Imagens e Miragens: problemas da industrialização do Terceiro Mundo*, São Paulo: Nobel, 1998.

estrutura de poder. A dominação se manifesta pela hegemonia ou pela ditadura, quando realizada pela sociedade política.

Na nova configuração do sistema de classes, a burguesia industrial emergente “assume a liderança discreta ou ostensiva das lutas reivindicatórias e reformistas das massas operárias e de amplos setores da classe média [...] afinal de contas essa burguesia [...] era a classe vitoriosa contra a oligarquia” (IANNI, 1989, p. 101).

Estas condições são responsáveis por garantir à legitimação, por parte do proletariado latino (durante as décadas de 30 a 60 do século passado) da ideologia desenvolvimentista, edificada no nacionalismo e na industrialização (como expressão dos interesses da classe dominante), nas condições apresentadas pela burguesia ascendente²⁰.

A ideologia do desenvolvimento, enquanto um conjunto relativamente consistente de idéias que dariam conta de constituir a meta coletiva mais legítima ou como nas palavras de Gramsci, a ideologia como um cimento social, responsável por alianças entre grupos antagônicos, garantiu a propagação do progresso técnico. Este foi sendo engendrado pelo atraso histórico das sociedades tidas como de desenvolvimento tardio.

O nacionalismo tomado por ideologia ou estratégia depois da Segunda Guerra, pôs no centro do debate a emergência da ruptura da dependência externa. Para Lia Osório Machado (2000) pensava-se a problemática do desenvolvimento associado a mudanças na estrutura social, o que demandava a construção de um modelo próprio de desenvolvimento.

A opção da conduta nacionalista, enquanto suporte histórico do desenvolvimento representava uma opção por um projeto. Tal projeto deveria se apropriar da expectativa da comunidade em relação ao crescimento e desenvolvimento, assegurando o ideal postulado pelo grupo e definindo as inter-relações necessárias para o fim determinado, fixando seus prazos e gestando a sua compatibilidade. A ação ideológica torna o modelo ativo; ela é

²⁰ No México, mais do que em qualquer outro país latino o poder político nacional resultou numa combinação eficiente entre estado-partido-sindicato. Na Bolívia, as reformulações nas relações político-econômicas internas e externas objetivavam destruir os enclaves e garantir a permanência da ordem capitalista. Na Argentina a base sindical do peronismo, se ampliava, absorvendo também setores militares e empresariais, além de segmentos da classe média. Esta coalizão esteve comprometida com a idéia da *pátria grande*, remetendo a uma opção nacional e o compromisso era com a expansão do capitalismo nesses países (IANNI, 1975).

imposta, aceita e assimilada constituindo o senso comum e sua função hegemônica se realiza plenamente, quando não há contra-ideologias, suscitando paralisia e consenso da classe oprimida.

Bakhtin (1995) corrobora na explicação do poder da ideologia como elaboradora de hegemonia. Ele destaca o elemento lingüístico como signo ideológico e revela que “as relações de produção e a estrutura sócio-política que delas diretamente derivam determinam todos os contatos verbais [...], no trabalho, na vida política, na criação ideológica” (ibid, p. 42). A expressão comporta a interpretação desse autor de que “os elementos de dominação coexistem dialeticamente com os elementos de direção, como pólos de uma só relação” (ibid, p. 39) e que, para dirigir e conquistar alianças, a hegemonia precisa dos seus elementos diretivos tanto para sua implantação como para sua manutenção.

Rogério Proença Leite em seu livro: *A Dupla Face do Nacionalismo: ideologia, discurso e dominação em Kubitscheck e Médici* adverte que o nacionalismo, enquanto recurso ideológico vai se conformando por meio da identificação de um grupo, pelo caráter supra individual e pela alteridade. Neste ponto ele alude à capacidade articuladora da língua na constituição de *laços protonacionais*²¹ capazes de processar a elaboração da identidade do grupo, ou seja, “o estágio inicial de onde surgem as raízes que posteriormente configuram a realidade nacionalista expressa na moderna concepção de Estado-nação” (LEITE, 1995, p. 66).

Conforme este autor o Estado brasileiro, ratzeliano – é o legítimo instrumento da representação do povo, o que define para o país um nacionalismo político. Este nacionalismo se definiu no estabelecimento do sentimento de unidade nacional e de defesa dos interesses da nação, dessa forma, escamoteando a convivência irreconciliável entre as classes sociais e unindo-as no propósito estabelecido, transformando o cidadão em “depositário de sujeição e fidelidade à nação, compreendida [...] tão somente como uma unidade politicamente imaginada e sedimentada pela presença supra-individual

²¹ O termo *laços protonacionais* de Erick Hobsbawn é apropriado por Leite para apresentar as características dos tipos de nacionalismos. O seu uso neste contexto serve para justificar o poder da língua, na medida em que ela pode expressar a consciência unificadora de uma nação. Ver em: LEITE, Rogério Proença. *A Dupla Face do Nacionalismo: ideologia, discurso e dominação em Kubitscheck e Médici*. Recife: Ed Universitária UFPE, 1995.

do Estado” (ibid, p. 98 e 99). É um sentimento que assegura a reprodução de formas de inculcação, simultaneamente às formas de justificação, legitimação e disfarce das diferenças e dos conflitos de classe. Atua assim, também e através da ideologia.

Isto posto, a consolidação do Estado burguês, responsável pelo projeto nacional desenvolvimentista do Brasil, ao se efetivar a partir da crise mundial de 1929, encaminhou as mudanças estruturais com reflexo no fortalecimento das instituições da sociedade política, no momento em que se estruturava a fase de substituição de importações. Esta política de substituição de importações, por sua vez, foi relativizando o poder econômico dos cafeicultores, fortalecendo e tornando hegemônica a nova burguesia urbano-industrial. Foram esboçados diferentes mecanismos de ideologização, desde a cooptação de sindicatos e setores da indústria e do comércio, à política educacional constituída a partir de Vargas, exprimindo a instrumentalidade para o desencadeamento de interesses pelo progresso da nação.

Nesse momento, o Estado ia atuando intensamente nas duas instâncias da superestrutura, tanto na sociedade política, quanto na sociedade civil, na defesa dos interesses da ascendente burguesia, camuflando-se atrás de uma ideologia paternalista.

Leite (ibid, p. 101) considera que a maneira como a burguesia imprimiu seu poder no Brasil, “lhe valeu a denominação de *via prussiana* pelo seu caráter eminentemente autoritário e conservador”. A reprodução do nacional exigia não somente uma reprodução do sentimento de pertencimento, mas ao mesmo tempo, uma reprodução da submissão dos sujeitos sociais às regras da ordem estabelecida, uma reprodução da sua submissão à ideologia dominante, uma reprodução da capacidade de bem manejar a ideologia dominante pelos agentes do projeto nacional, a fim de assegurar pelo discurso a defesa dos interesses da nação.

A aceitação do pressuposto do desenvolvimento se estabeleceu num “clima ideológico dominante, como a última palavra da sabedoria objetiva e cientificamente inspirada” (MÉSZÁROS, 2004, p. 126). Segundo Mészáros, assim fez Galbraith, ao justificar as crises da Europa Ocidental no entre guerras e a dos Estados Unidos na Grande Depressão, pela incapacidade dessas

potências em oferecer o pleno emprego, dessa maneira, negando que as crises pudessem ter sido conseqüências dos lucros decrescentes.

De acordo com Mészáros (ibid, p. 143), a ideologia tem o papel de nuclear, uma estratégia sutil no processo de convencimento, e aparece relacionada ao estabelecimento do desenvolvimento com crescimento econômico nos países considerados atrasados. Não é nova a sua idéia de dominação. Em vez da imposição cruel das relações de poder estabelecidas para subjugar a oposição de classes, ela se apresenta subsumida na condição do natural, com o objetivo de dominar a sociedade por meio de algum tipo de consenso.

2.4 A inscrição da abordagem cepalina no modelo de desenvolvimento brasileiro

O processo de alianças e coalizões entre as classes sociais, a integração interna das economias, tornaram-se condição para o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. A integração viria definir um padrão de acumulação responsável pelo ajustamento do país a uma etapa determinada do sistema do capital.

O diálogo internacional assumido no pós Segunda Guerra para resolver as questões da pobreza das nações requeria um processo que conduzisse a um modelo de economias urbano-industriais imbuídas de atitudes modernas em relação aos padrões de produção e consumo, às relações de trabalho e à satisfação plena da demanda.

Naquele contexto, a necessidade de afirmação da hegemonia norte americana e o medo do comunismo despertavam interesses dos Estados Unidos em promover ajustes nos países cujas economias eram consideradas atrasadas. Como afirma Roberto Leher a ideologia do desenvolvimento no pós guerra “tem como determinante a pujança econômica dos EUA, sobretudo como ideologia política, expressando relações sociais que ultrapassam as fronteiras nacionais” (1998, p. 50).

A batalha anticomunista se realizava pelo receio do poder de organização entre os pobres e fazia com que os Estados Unidos difundissem sua receita de alto padrão de crescimento e prosperidade. Esta receita americana estava fundamentada nas teses de Rostow²², segundo as quais, todas as nações se encontram em condições de avançar linearmente por etapas seqüenciais de crescimento para chegar ao desenvolvimento. Há um ponto de partida, a sociedade tradicional, e um ponto de chegada que se traduz na situação de industrialização (Rostow, 1961).

As tensões que resultaram da necessidade da hegemonia norte americana levaram a ONU à elaboração das comissões econômicas regionais, que assumiram a atribuição de explicar as disparidades entre as economias tidas por atrasadas e as economias centrais. Naquele momento foi criada a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe) que, contrariando a explicativa da ONU de que o atraso de algumas nações era uma etapa prévia do desenvolvimento econômico, apresenta-o como uma resultante das transações desfavoráveis para os países pobres nas relações de comércio internacionais. Assim, não se falaria mais em *atraso*, e sim em *subdesenvolvimento*.

Os pensadores da Cepal estavam imersos nas reflexões sobre a natureza do processo de industrialização que eclodira na região entre 1914 e 1945 e, ao mesmo tempo, queriam mostrar a industrialização como o caminho seguro para alcançar o take-off de Rostow. As idéias da Cepal – a industrialização pela substituição de importações; a deterioração dos termos de troca; a necessidade de proteção do mercado interno; o papel fundamental do Estado no processo de desenvolvimento – conferiam um entendimento, segundo o qual, o caráter primário exportador da América Latina, definido na divisão internacional do trabalho, deveria ser posto em xeque. Ao afirmarem que os países estavam em desvantagem como fornecedores de produtos primários e compradores de produtos acabados, eles questionavam as determinações da forma de inserção da região na economia mundo.

²² Walt Whitman Rostow era naquela conjuntura um dos ideólogos do Departamento de Estado dos Estados Unidos. Ao escrever *Las Etapas del Crecimiento Económico: un manifesto no comunista, a partir de uma análise evolucionista*, Rostow (1961) explora a noção de que o desenvolvimento do capitalismo e da produção é uma meta a ser alcançada por etapas. O seu objetivo era apresentar uma alternativa à teoria marxista sobre os rumos da história.

Esta conjuntura afirmava o desafio cepalino em relação à idéia das vantagens comparativas, que já vinham sendo frustradas desde a crise de 1929 e pela Revolução getulista que impulsionou certa autonomia aos Estados, desmentindo a idéia de que o atraso da periferia era um elo na cadeia que faria chegar ao desenvolvimento. O pensamento da Cepal foi se definindo na elaboração de um arcabouço estruturalista, onde se denotava a existência de uma consciência em favor de que sem a orientação e intervenção financeira do Estado, não havia como a América Latina romper com seu passado agrário e subordinado na divisão internacional do trabalho. Afirmava-se uma compreensão do subdesenvolvimento, como uma especificidade histórica²³ – era a própria forma tomada na experiência do capital nos novos países e, se as relações centro-periferia não mudassem, o subdesenvolvimento se eternizaria (OLIVEIRA, F. 1977, p. 03).

De acordo com o discurso cepalino a continuidade no modelo agroexportador tenderia a distanciar cada vez mais o poder econômico entre os países *periféricos* e os países *centrais*. Preconizava-se uma política de industrialização e modernização com protecionismo estatal (FURTADO, 1961; PREBISH, 1964).

A tese da industrialização polarizava os debates acerca do desenvolvimento econômico, político e social do continente latino-americano. O desempenho da indústria, através da substituição de importações, deveria tornar eficiente o mercado interno e reverter a dinâmica que favorecia o setor externo.

Elaboradores desta abordagem, como Celso Furtado e Raúl Prebisch, ao identificarem os obstáculos ao desenvolvimento, analisam a história das relações centro-periferia e concluem que o subdesenvolvimento não é um estágio necessário para a formação de uma moderna economia capitalista, mas uma resposta à entrada das empresas capitalistas modernas nas estruturas arcaicas. O subdesenvolvimento era a própria periferia e a ruptura deveria partir dela própria. (FURTADO, 1961; PREBISH, 1964 & FIGUEIREDO,

²³ Esta redefinição causou forte impacto sobre os paradigmas prevalecentes e a questão do subdesenvolvimento ganhou centralidade tornando insuspeitada a questão nacional, de sorte que até o 1º. programa econômico cubano pós-revolução socialista pautou-se na premissa cepalina da substituição de importações (Ver em OLIVEIRA, F. 1977).

1978). Para estes, o obstáculo vem das nações desenvolvidas que impulsionam processos de substituição de importações nas nações subdesenvolvidas, que acabam por absorver padrões e valores de produção e consumo das primeiras, onde as inovações do processo produtivo constituem o elemento dinâmico da economia.

Os países desenvolvidos imersos na lógica da divisão internacional do trabalho privilegiam as exportações de produtos acabados, orientando uma deterioração do sistema de trocas e afetando o processo de acumulação das economias pobres, à medida que “esses problemas com o comércio exterior tendem a se agravar com o aumento da industrialização periférica e a crescente demanda por importação de uma tecnologia manufatureira” (PREBISH, 1964, p. 15).

As limitações do desenvolvimento da América Latina estão presas aos termos de trocas, que criam uma situação de dependência para os países e, ainda, aos padrões de consumo dos setores ligados aos mercados estrangeiros.

No Brasil, de forma particular, o grande problema da indústria era a baixa capacidade de financiamento do desenvolvimento, que até meados da década de 50, dependia das divisas advindas das exportações dos bens primários, e do escasso capital estrangeiro. Destaca-se que para ampliar as exportações de produtos industriais e aumentar a industrialização, o problema da acumulação insuficiente de capital deve ser sanado e o Estado deve ser convocado para resolver essa questão. Para Raul Prebisch (ibid), o capital estrangeiro deve ser solicitado apenas por um período limitado de tempo e associado a medidas (estatais) que afetem os padrões de consumo e investimento dos grupos de renda elevada, como por exemplo, uma política de redistribuição e de incentivos aos investimentos, uma política de criação de novos mercados e de exploração racional dos mercados existentes.

O Estado ganha uma feição autônoma e é visto como “capaz de definir e implementar um curso de ação para evitar a dependência externa e estimular a formação de capital nas economias latino-americanas” (ibid, p. 15). Supõe-se um Estado autônomo, capaz de uma política de mudança para um desenvolvimento auto sustentado na região, em detrimento do modelo de industrialização periférica que resultou na dependência externa. Os

desenvolvimentistas defendem que a política mais adequada deve centrar-se nos estímulos às exportações de produtos manufaturados.

Celso Furtado (op. cit) salienta que o Estado e os industriais deveriam se tornar agentes do desenvolvimento auto-sustentado, opondo-se ao controle da indústria estrangeira. A produção teórica realizada a partir de Celso Furtado e da Cepal redefiniu o discurso acadêmico e formou quadros para os órgãos de planejamento. A tese da industrialização por substituição de importações foi reforçada nos programas econômicos (entre os anos 1950 e 1980-84) do final da era getulista²⁴.

Maria da Conceição Tavares define a política de substituição de importações como um processo de desenvolvimento “parcial e fechado que, respondendo às restrições de comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos” (1972, p. 35). O processo de substituição de importações pode ser considerado uma resultante da crise de 1929, quando houve uma redução da demanda por produtos primários. Considera-se que a incapacidade de importação de produtos industrializados pelos países pobres é uma resposta da redução dos preços dos principais produtos da pauta de exportações desses países, em consequência desta crise.

O desenvolvimento auto-sustentado deveria ser promovido por uma política racional de Estado, com adequada e limitada utilização dos recursos estrangeiros, com ação empresarial organizada (para a promoção de uma industrialização crescente e exportações industriais), e ainda com a integração econômica regional, no caso da América Latina (pela cooperação

²⁴ O Programa de Metas de Juscelino Kubitschek é uma transposição quase literal do trabalho que Celso Furtado dirigiu no Grupo misto BNDE – CEPAL entre 1952-54, quase inteiramente cumprido. Francisco de Oliveira, discutindo a importância de Furtado para o pensamento econômico latino e brasileiro, ressalta que a produção teórica da economia levou às ciências sociais a redefinirem seus programas, desde o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), e Darcy Ribeiro, no Rio, a Florestan Fernandes e sua Escola de São Paulo. Oliveira observa que “produziu-se um fecundo intercâmbio – híbrido, até certo ponto – que resultou em um programa de pesquisa que abandonou o decalque do modelo europeu, em que se buscavam a lacuna da civilização (um programa latino-americano, na verdade, desde Sarmiento na Argentina), para entender a forma específica da periferia) [...] Furtado, tendo como pano de fundo, a elaboração cepalina, transformava-se, assim, no novo demiurgo, juntando-se, com justiça, ao seleto grupo da geração de 1930”. OLIVEIRA, F. de. Diálogo na Nova Tradição: Celso Furtado e Florestan Fernandes. In: NOVAES, A. (Org). A Crise do Estado-Nação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 445-463, 2003.

internacional), e interna, em relação às regiões brasileiras. A região, enquanto porção do espaço a sofrer a intervenção estatal, serve aos interesses do modelo de desenvolvimento ou da produção capitalista. A ação regional passaria a constituir a possibilidade de homogeneização do espaço via sua monopolização pelo capital.

Compreendia-se que as disparidades regionais brasileiras eram determinadas pelo atraso do setor primário traduzindo o pensamento positivista de linearidade dos processos desenvolvimentistas balizados no evolucionismo das teorias econômicas clássicas e neoclássicas. Não se refletia sobre a natureza do processo de desenvolvimento, mas acatava-se a proposição de que o caminho para o mesmo era a superação do tradicionalismo e esta só seria possível pela consolidação da integração nacional que iria viabilizar o processo de expansão do capitalismo no território nacional.

Essa compreensão da realidade da economia latino-americana, na especificidade brasileira, leva os desenvolvimentistas a defenderem que a remoção dos obstáculos e o fim da dependência, neste contexto, estarão vinculados a uma intervenção planejada do Estado.

Esta proposta se apresentava como abstração de um sistema econômico de funcionamento perfeito, capaz de derrubar os obstáculos postos pela industrialização periférica. Era necessário que fosse ampliado o setor de indústrias manufatureiras que pudesse acumular capital suficiente para desencadear o desenvolvimento duradouro. Tais pressupostos encontraram na realidade brasileira, de um lado, empreendimentos centrados na produção de bens perecíveis e semiduráveis e, de outro, empresas inteiramente nacionais.

A industrialização em 1950 não se encontrava completa, os bens produzidos não conduziram a indústria além dos limites da demanda por esse tipo de produto. Contudo, o nacional-desenvolvimentismo como uma frente político-ideológica convergia no sentido de levar o país, através da ação estatal (planejamento e intervenção econômica) e de uma ampla frente classista – à superação do atraso econômico-social. Propunha-se a construção de uma nação desenvolvida e soberana. Este projeto encontrou mudanças na realidade brasileira, a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960). A ascensão de Juscelino Kubitschek marcou o início do processo de

industrialização, particularmente ajustado aos interesses do capital internacional.

Não obstante à nova situação de aliança entre o capitalismo nacional e o capital estrangeiro, ao Estado caberia a função de assegurar a compatibilidade com o ideal nacionalista em processo, obscurecendo o antagonismo de classes e construindo um consenso, a fim de poder consolidar a unidade da nação, para a promoção do desenvolvimento.

A nova situação exigia que o Estado se tornasse novamente mediador, dessa vez da reprodução ampliada das empresas privadas nacionais e internacionais. A essa reestruturação correspondeu uma reorganização da estrutura de classes, levando a burguesia a assumir uma posição de subordinação em relação a grupos internacionais, a fim de garantir seus interesses de classe. A entrada de tecnologia e do capital estrangeiro tornou-se a marca de um período onde a nação era convocada a superar seu atraso. A chegada dos recursos na forma de financiamentos, empréstimos e investimentos garantiu a instalação de novas empresas²⁵, corroborou para a consolidação da monopolização do capital no campo, gerando a ampliação das disparidades regionais, das desigualdades sociais e dos focos de tensões sociais.

O período juscelinista marcou a elaboração da idéia de uma revolução brasileira e a ênfase no nacional se apresentava como a superação das diferenças, uma ideologia capaz de forjar, ao mesmo tempo, uma unidade de interesses e uma mudança social levando à libertação econômica.

Com Juscelino Kubitschek os setores burgueses tomaram espaço político na esfera governamental e se tornaram fração hegemônica do bloco no poder, ao tempo em que definiram sua interação com o capital monopolista internacional, o que sugere uma burguesia dependente e associada enquanto classe dirigente que incorporou elementos populistas às suas práticas para o exercício da hegemonia.

²⁵ Não se pode dissociar o salto que as empresas brasileiras de bens de produção deram (sobretudo a partir dos anos 1950). O Estado tratou de compartilhar no ramo da produção com o capital estrangeiro, neste caso, notou-se a complementaridade, sobretudo nos ramos automobilístico e nas indústrias de autopeças. No caso da complementaridade com as empresas privadas nacionais a dependência era maior no tocante à tecnologia (desde a diferenciação nos produtos, marcas e marketing financeiro) e ainda, às garantias de mercado para exportação (SERRA, 1983).

O papel de dirigente que a burguesia brasileira associada à JK assumiu, enquanto projeto político, econômico e ideológico, foi o de incrementar uma forte intervenção do Estado na economia, com massiva penetração de capital estrangeiro e medidas internas associadas, responsáveis pelo crescimento econômico desejado. No plano ideológico, o discurso nacionalista mantinha um papel determinante. A ênfase no nacional significava a mudança social desejada por todos e, conseqüentemente, o progresso.

O reconhecimento do alinhamento da burguesia brasileira com os interesses do capital estrangeiro e das forças internas que se levantaram para corroborar com a consolidação do modelo econômico levou a acreditar que o desenvolvimento dirigido pelo Estado garantiria a incorporação da população situada na base da sociedade.

A constatação da aliança para a estratégia da revolução burguesa foi analisada por diversos autores que interpretaram o projeto nacional-desenvolvimentista do Brasil,

Buscando o entendimento de como as medidas para o crescimento econômico foram concebidas no Brasil, Silveira (1988) examinou as interpretações sobre a relação entre a burguesia brasileira e o poder político (razão de muitas controvérsias no debate político intelectual no quadro interpretativo do pós Segunda Guerra) e destacou Nelson Werneck Sodré, como um dos intelectuais que acreditaram na revolução transformadora da burguesia industrial. De acordo com Sodré, a burguesia queria cumprir suas “tarefas históricas: a eliminação do latifúndio, a libertação da nação junto ao jugo imperialista e a condução de um desenvolvimento capitalista autônomo” (SODRÉ apud SILVEIRA, 1988, p. 66).

De fato, foi Nelson Werneck Sodré, em seu livro: *História da Burguesia Brasileira* (1976), quem explicitou a tese sobre uma possível revolução brasileira através da burguesia que, segundo ele, era dona de um projeto nacional democrático. Ao buscar compreender as relações entre esta classe, o latifúndio, o imperialismo e os trabalhadores operários e camponeses, Sodré reafirma a posição da burguesia urbano-industrial como classe revolucionária, sendo persistente ao afirmar que “o problema democrático, realmente está no centro das ações políticas da burguesia enquanto luta pelo poder [...]” (1976, p. 376). Sodré destaca que ao atingir os seus objetivos de classe, a posição da

burguesia em relação ao proletariado sofre alterações significativas, tendendo a ficar debilitada, sendo que “as suas vacilações e concessões decorrem de sua debilidade face ao imperialismo, e não de seus interesses, que são contrários aos do imperialismo” (ibid, p. 364).

No momento que ficou evidenciada a aliança da burguesia com o capital internacional, a tese defendida por Sodré declinou. Ficou constatado que a burguesia estava optando por um projeto de desenvolvimento com base em uma economia internacionalizada.

Caio Prado Júnior trouxe reflexões críticas quanto à consciência tomada pela esquerda em torno da realidade brasileira. Ao realizar estudo em torno do método de análise adotado nos debates sobre a situação econômica do país, ele afirmou que os teóricos optaram por enquadrar os acontecimentos e situações aos conceitos por eles consagrados e denunciou que, naturalmente, “com o espírito [...] tendencioso, encontra-se sempre [...] alguma coincidência que permite um tal enquadramento mais ou menos aproximado [...] para satisfazer as necessidades teóricas do preconceituado pesquisador” (PRADO JÚNIOR, 1968, p. 109).

Para esse autor, a tentativa de enquadramento da realidade às teorias dadas *a priori* foi responsável por uma assimilação *exdrúxula*, a da economia agrária brasileira com a dos países europeus. Neste contexto, pesquisadores brasileiros, inquietos em tornar válidos os seus ideários, associavam a situação agrária do Brasil à dos europeus egressos da Idade Média, cuja estrutura era de pequenos produtores individuais, de camponeses que trabalhavam para subsistência em condições de opressão e de exploração. Para esta realidade, se propunha uma reforma agrária que abarcasse significados sociais e econômicos (ibid).

Não se considerava que a economia agrária brasileira se constituía de forma diferenciada da dos europeus com uma estrutura de grandes propriedades e larga exploração mercantil, sobretudo no Nordeste, sem se compreender o domínio absoluto do trabalho escravo. Esta situação de manutenção da estrutura fundiária se perpetua há muito tempo e é modificada quase que exclusivamente na relação de assalariamento, como no caso das áreas dos canaviais nordestinos e paulistas que, na verdade, acentuaram a concentração das terras (ibid).

Tal fato era negligenciado nas perspectivas esquerdistas do contexto analisado (década de 1960). Nesta interpretação, segundo Prado Júnior (ibid), o latifúndio constituía uma sobrevivência arcaica, inteiramente obsoleta e ultrapassada pelas exigências do desenvolvimento econômico. Mas a mesma crítica não servia a observação do latifúndio açucareiro e nem à indústria açucareira, que algumas vezes foi entendida como condição necessária ao aumento de produtividade e ao desenvolvimento econômico do país, apesar das fortes tensões que esta estrutura disseminou na região.

Florestan Fernandes (1975) destacava que a burguesia não poderia ser revolucionária no Brasil, e nem em qualquer outra periferia, exatamente porque, quando ela passa ao comando do modo de produção, ela se torna subordinada às forças do capital, ela perde autonomia e renuncia aos ideais de liberdade e igualdade em nome da dominação territorial, econômica e política e dos arranjos de classes que se subordinam aos lucros da acumulação.

Apesar da intenção de encontrar uma saída para o Brasil, o modelo de desenvolvimento brasileiro que se definiu durante o governo juscelinista não estava isento de contradições, que, aliás, se tornaram evidentes na década de 1960. O aprofundamento das diferenciações sociais correspondeu ao agravamento das disparidades setoriais e regionais na produção, acarretando em desequilíbrios sociais e econômicos e profundas contradições do modelo de desenvolvimento adotado na década de 1950.

O início dos anos 1960 foi marcado pela aceleração da inflação, redução dos investimentos e déficits. Este quadro manifesta uma importante crise, expressa na redução de financiamento adequado para o setor público (com elevado déficit) e para o setor privado, além da alta concentração de renda que limitava o consumo das camadas mais pobres da população.

As reformas demandadas pela crise do modelo, durante os primeiros anos da década de 1960, levaram ao rompimento do pacto populista que se havia firmado entre a burguesia urbano-industrial e as classes populares. A situação que emergiu com o colapso do Estado populista levou a um novo alinhamento, segundo o qual a burguesia nacional preferiu aliar-se como sócio-menor ao capital monopolista internacional (CARDOSO, 1972; OLIVEIRA, 1977).

Nem a internacionalização da economia, nem a aliança da burguesia com o capital estrangeiro a partir do regime militar negligenciaram a funcionalidade da unidade nacional. A associação da idéia de desenvolvimento à de segurança, assim como a redução das possibilidades de participação da sociedade civil, neste período, apenas tornaram-se a marca do nacionalismo desenvolvimentista da ditadura militar.

No caso brasileiro, Francisco de Oliveira na *Crítica à Razão Dualista: o ornintorrinco* verifica que os atores atuaram em busca da ampliação e consolidação de estruturas de dominação capazes de propiciar crescimento. Para ele é impossível se pensar em um projeto inintencional, pois

a espinha dorsal dos atos de política econômica que levaram à industrialização, foi pensada para ter como resultado exatamente a industrialização que se logrou; [...] O importante para a tese que aqui se apresenta é que tais medidas foram concebidas internamente pelas classes dirigentes como medidas destinadas a ampliar e expandir a hegemonia destas na economia brasileira (2003, p. 75).

Importa destacar que a injeção de capital externo e a chegada das transnacionais se tornaram elementos constitutivos da relação de dependência, ao tempo em que era funcional para o tipo de desenvolvimento que se impulsionava no país. O processo de reprodução do capital que se viabilizava exigia uma aceleração da acumulação que tomava as formas do elenco de indústrias prioritárias que se instalavam no país. Sem essa entrada de capitais não seria possível nem a expansão da produção nacional nem a rápida e significativa ampliação do parque industrial. É importante reconhecer que os meios e os fins preconizados, foram coerentes entre si e logrados.

A crise da economia brasileira na década de 60 trouxe a crítica à proposta desenvolvimentista dos cepalinos, através da tese da dependência. Esta tese, esboçada no auge do descrédito no projeto nacional desenvolvimentista brasileiro (início dos anos 1960) teve forte impacto entre os cientistas sociais, porque mostrava os limites estruturais do processo de industrialização e explicava como se processou o controle do sistema produtivo

nacional pelos grandes monopólios internacionais, caracterizando a dependência. É uma abordagem que se atém às explicações das relações de dependência, segundo as quais, tal condição se coloca na periferia de um sistema de subordinação-dominação entre as nações e as classes.

Para Francisco de Oliveira (2003) o discurso desenvolvimentista cepalino mostrava que a periferia estava se auto-interpretando, moldando sua própria política de crescimento, na contramão das teorizações realizadas pelo centro. Essa interpretação tornou-se paradigmática para a economia brasileira, transformando-se em programa econômico do período de 1950 até 80-84.

A abordagem sobre as relações de dependência, inscrita na segunda metade da década de 1960 procurava denunciar os limites do modelo de industrialização que se projetava na América Latina. Teve como principais expoentes André Gunder Frank, Charles Bettelheim, Gunnar Myrdal, Elias Gannagé, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, entre outros²⁶. O livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, publicado em 1970, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, ao esboçar uma análise da natureza política e social do desenvolvimento e da dependência na América Latina e como esse processo assume uma especificidade em cada país analisado, causou impacto à ideologia desenvolvimentista já em crise nesse período.

Os pensadores vinculados a essa abordagem buscaram evitar uma análise do desenvolvimento de forma fragmentada, maneira criticada por eles pela ênfase dada apenas aos elementos econômicos, ao caráter do Estado como entidade racional que se coloca acima da sociedade e à visão da dependência como uma variável externa²⁷. Suas observações sobre o modelo

²⁶ A grande parte dos estudiosos dessa abordagem é vinculada à CEPAL, mas apresenta discordância em relação ao discurso dominante na referida comissão (apresentado pelo grupo encabeçado por Raúl Prebisch e Celso Furtado) para se alcançar a autonomia do processo de desenvolvimento econômico. Para Luiz Toledo Machado, não existe uma *teoria* da dependência, “mas simplesmente a dependência dentro do sistema internacional de relações de força e poder” (1999, p. 01). O que se pretendeu chamar de *teoria da dependência* é uma situação evidente; “uma tentativa de nova versão do modelo neocolonial, já descrito e conhecido desde o século XIX quando, então, o sistema político das nações hegemônicas impôs às ex-colônias um novo *modelo* sócio-econômico e político de exploração em nome do liberalismo triunfante” (Ibid).

²⁷ Não se apresenta nesta discussão, propostas para desencadear o desenvolvimento. Os pressupostos da abordagem da dependência não negam que os desenvolvimentistas concordam com a existência de relações de subordinação entre um centro e uma periferia, eles apenas apresentam argumentações contrárias à remoção dos obstáculos ao desenvolvimento.

que vinha sendo adotado pelas nações se pautavam no elo entre as economias periféricas e o mercado mundial estabelecido pelas relações centro-periferia e destacavam que as relações não estão balizadas apenas nos sistemas de exportações-importações, mas também através dos IEDs – investimentos industriais diretos das economias centrais nos novos mercados nacionais (CARDOSO & FALETTO, 1977).

André Gunder Frank (1969) rejeitou os argumentos de Raul Prebisch e Celso Furtado, de que a distribuição de renda e a democracia nas sociedades urbano-industriais garantiriam desenvolvimento do mercado interno. Para Gunder Frank (ibid) este argumento só serviria para coalizão de classes, assim como para o projeto nacional-desenvolvimentista.

Ao apresentar seu argumento de que a dependência era uma condição imposta pelas relações de domínio das nações ricas sobre as subdesenvolvidas ou sobre as Colônias, Gunder Frank (ibid) esperava superar o discurso dos teóricos estruturalistas ligados a Cepal, denominados por ele de pseudo marxistas.

A relação de dependência, para este autor, é imposta à América Latina e externa a ela, e o único responsável, o imperialismo, se expressa em três contradições básicas: exploração/apropriação do excedente econômico; polarização metrópole/satélite e continuidade da mudança. Ele desenvolve inicialmente (nos escritos entre 1963 e 69) a tese de que a dependência externa explica o subdesenvolvimento destacando que a América Latina inicia sua história como parceira da expansão capitalista mundial, convertida num satélite da Europa.

A reflexão de André Gunder Frank se tornou alvo de freqüentes críticas de pensadores como Samin Amin e Geovani Arrigui, para quem Gunder Frank, embora tenha enfatizado as relações de intercâmbio, excluiu a análise dos modos de produção internos, não fazendo referência às diferenças internas e nem aos diferentes estágios de desenvolvimento. Arrigui afirma:

Para eles, o entendimento da condição da dependência demanda uma compreensão da expansão capitalista na estrutura social dos países da periferia a partir das suas características internas e de como se relacionam com as economias centrais.

não acho que você tem a pretensão de analisar dialeticamente as inter-relações entre o intercâmbio desigual e as limitações impostas sobre os fatores de produção pelas condições sociais de produção. O aspecto principal desta tendência é a subordinação da análise de classe à análise da estrutura colonial (ARRIGUI apud GUNDER FRANK, 1980, p. 27).

A ausência da relação entre as classes sociais e as relações de produção específicas de cada nação é responsável pela desvinculação da análise em relação às contradições internas. Frank, nos seus diferentes ensaios, levou em conta o processo de acumulação em escala mundial, no qual o desenvolvimento econômico e o subdesenvolvimento dependente são parte de um único processo.

Para Cardoso & Faletto (1977), a teoria da dependência deve ser compreendida na história da inserção da América Latina no sistema capitalista mundial. É preciso entender a dinâmica própria dos países. Estes não devem ser colocados como simples reflexos de estruturas externas e dentro dos limites lançados pelas relações de dominação/subordinação. Assim, as estruturas dependentes precisam ser entendidas como totalidade nas dimensões das relações com o externo e nas relações internas²⁸, ou seja, visto a partir dos relacionamentos entre os níveis econômicos, sociais e políticos numa análise específica dentro de cada nação, e global, enquanto processo que é inerente ao modo de produção capitalista desde o final do século XIX.

A divisão internacional do trabalho permitiu ao Brasil um processo de expansão capitalista, onde a presença dos pólos de comando que controlavam os fluxos financeiros orientava as transferências internacionais de capitais. Esta determinação denuncia o desenvolvimento das relações internacionais que se realizavam apenas sob a forma crescente de intercâmbio gerando uma forma de dependência que decorria da própria estrutura da economia mundial²⁹.

²⁸ Cardoso & Faletto (1977), ao realizarem uma análise do desenvolvimento latino-americano e refletirem sobre a relação entre subdesenvolvimento, periferia e dependência, destacam que são justamente os fatores políticos-sociais internos vinculados à trajetória dos centros hegemônicos que podem produzir políticas que se aproveitem das condições e oportunidades de crescimento econômico. De igual modo, as forças internas são as que redefinem o sentido e o alcance político-social da diferenciação espontânea do sistema econômico.

²⁹ Charles Bettelheim, comparando a economia dos países centrais à dos países que segundo ele, apresentam economia estagnada ressalta que a indústria nascente dos países ricos não precisou enfrentar a concorrência de indústrias poderosas já estabelecidas e dominadas pelo

As relações assimétricas eram responsáveis pela dependência do país, enquanto exportador de matérias-primas para os centros industrializados, pois a condição fundamental do sistema determina padrões de dominação/subordinação que agudizam a marginalização das economias exportadoras de produtos primários como um todo.

O caráter dessa dependência concernente ao modo de inserção dos países latinos na economia mundial corroborou para que se estabelecessem medidas contra os efeitos negativos da dependência. Entre estas, a integração interna das economias buscando reduzir a sua vulnerabilidade externa no sistema de divisão internacional do trabalho. Integração que definiu um padrão de acumulação responsável pelo ajustamento do país a uma determinada etapa do sistema do capital, com base na intervenção planejada e na apropriação dos espaços regionais.

Ademais, para os defensores da tese da dependência, a condição de subordinação das economias pobres exclui a possibilidade do desenvolvimento e não se coloca apenas como um obstáculo a ser superado pela ação racional do Estado. É preciso reconhecer que o desenvolvimento é reflexo do progresso tecnológico dos pólos dinâmicos da economia mundial e precisa ser compreendido, como um processo social onde os aspectos econômicos estão apoiados numa estrutura de relações sociais de modo que as contradições de classes não podem ser resolvidas, uma vez que há interesses divergentes entre as classes que o pleiteiam, fazendo-as buscar caminhos diferenciados para o processo de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a condição de dependência de algumas nações é importante para o desenvolvimento e expansão de outras.

Não obstante a crise do modelo de desenvolvimento e o debate entre cepalinos e dependentistas, os militares se propuseram, a partir de 1964³⁰, a

grande capital. Essas economias não dependiam para a sua reprodução ampliada da importação de equipamentos do exterior. Se eram pouco industrializadas, nem por isso essas economias eram desequilibradas. Para Bettelheim, a situação de dependência política e econômica dos países subdesenvolvidos está vinculada ao imperialismo.

³⁰ Com o regime instalado em 1964, o modelo foi levado às suas últimas consequências e induziu ao Milagre Brasileiro. O Milagre Brasileiro (1968-73) se estabeleceu num contexto externo favorável, dominado pelo crescimento acelerado. Este deveria se processar a partir de investimento em setores diversificados e participação mínima do Estado, ou seja, com base no setor privado. Um crescimento que também serviria para legitimar as práticas intervencionistas do Regime Militar, cuja prática precisava re-colocar *o país nos trilhos*, conforme propagavam seus ideólogos. Neste período, o endividamento externo aumentou pela ampla entrada de

retomar o desenvolvimento econômico que ganhou força com JK. O propósito era acelerar o ritmo do crescimento econômico, conter a inflação e garantir investimentos, através de uma aproximação com o capital estrangeiro e com a política externa norte-americana, a chamada Aliança para o Progresso³¹.

A continuidade do desenvolvimento neste contexto se associaria também ao apoio dos organismos multilaterais de financiamento, como o Banco Mundial e o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento³². Estes, enquanto intermediadores das relações entre os governos e os mercados de capitais, se apresentavam como as instituições que possuíam os instrumentos para reduzir a pobreza, combater o analfabetismo e aplicar políticas econômicas rentáveis e competitivas, assumindo papel decisivo na definição e indução do modelo de desenvolvimento econômico e político no Brasil.

O projeto de desenvolvimento dessas agências passava pela transformação das economias de base agrícola para economias de base industrial. Para tanto, o papel do Estado era de captar capitais privados, nacionais e estrangeiros, facilitando a institucionalização dos grupos nacionais, assim como a entrada de grupos estrangeiros. A cooperação internacional que se consolidou a partir daí serviu para acelerar o progresso tecnológico que foi apropriado diferenciadamente dentro do país, consolidando diferenças ao processo de produção do espaço.

Esta conjuntura trouxe um debate mais forte em torno da estrutura agrária que era colocada como inadequada e acatada como um dos problemas das deformações da economia, reforçando o discurso da Cepal de transformação das estruturas tradicionais. O desenvolvimento do setor agrícola

recursos que deveriam fazer jus à *Teoria do Bolo*, segundo a qual o bolo deveria crescer primeiro para depois ser dividido.

³¹ A Aliança para o Progresso (1961), era um programa de ajuda financeira, liderado pelo presidente Kennedy, cujo objetivo oficial destacado era a estabilidade e a segurança dos países latinos, com exceção de Cuba. Todo um aparato foi montado, no Departamento de Estado dos EUA, para difundir e implementar a ideologia desenvolvimentista. A estratégia principal esteve centrada nos acordos bilaterais, como a Aliança para o Progresso; porém outras modalidades de ação foram muito importantes como a propaganda (Voz da América, USAID) e os organismos internacionais derivados do sistema de Nações Unidas, como os surgidos em Bretton Woods (FMI e Banco Mundial), PNUD, Unesco, etc.

³² Nos primeiros anos de atuação, os financiamentos do Banco Mundial privilegiavam os projetos de infra-estrutura física, tais como comunicação, transporte e energia, como medidas de base para o crescimento econômico dos países subdesenvolvidos da América Latina e da África. Aproveitando-se das vantagens de obtenção de lucros nestes setores, o Banco Mundial permitiu o estabelecimento de um canal de cooperação financeira.

era condição necessária para o desenvolvimento econômico do país, por ser ele irracional e improdutivo e por reagir às inovações tecnológicas. Ao mesmo tempo, a condição miserável em que viviam as massas rurais, associada à estrutura concentrada da terra, que pouco produzia, operavam como situações que demandavam correção. A superação do atraso, tanto para o Banco Mundial, o BID, como para a Cepal, se realizaria pela modernização do campo que era a expressão do conservadorismo, que emperrava o avanço do desenvolvimento.

Os meios indicados para desenvolver a nação deveriam estar sob o controle do Estado planejador, que seria o propulsor da efetivação da superação dos desequilíbrios entre as nações.

Em que pese a importante movimentação para um protagonismo estatal no processo de industrialização orientado para integrar o Brasil, as décadas de 1950/60 não foram particularmente prósperas quanto à defesa de um projeto de integração com desenvolvimento e progresso social internos. Seu maior saldo foi a consolidação de uma opinião favorável - via ideologização - ao planejamento estatal e à necessidade de adoção de políticas governamentais planificadas assentadas numa perspectiva que revaloriza o conceito de região, que se tornou imprescindível ao processo de apropriação do espaço pelo capital sob a égide do Estado, conforme se verá no capítulo seguinte. É importante destacar que a organização do espaço e sua articulação com os interesses da reprodução capitalista se colocavam para os desequilíbrios regionais³³, tornando a região um pano de fundo das intervenções necessárias ao projeto de ampliação da reprodução capitalista.

Nesta visão a região Nordeste era vista como uma região marcada pelo reacionarismo rural ou por forças do atraso que acabariam por boicotar os alentos de saída da crise elevados pelos setores empresariais das áreas mais desenvolvidas do país.

³³ No discurso do desenvolvimento nacional e regional ver-se-á a crença na redução ou eliminação dos desequilíbrios regionais. Neste ínterim, a geografia neo-positivista que difundia a idéia que o espaço poderia ser organizado para um uso racional foi útil. Uma proposição mais esboçada realizada pela geografia crítica confronta o caráter pragmático da geografia quantitativa que historicamente se colocou a serviço do planejamento capitalista. Para os geógrafos críticos, o que se processa é uma apropriação do espaço, tornado território, a ser explorado/dominado pelo sistema do capital.

Neste ponto, verificam-se as bases para o fundamento de uma política de intervenção planejada. Uma proposta de descentralização das atividades governamentais através de operações setoriais dentro das regiões. Uma proposta de integração nacional oriunda da demanda da reprodução capitalista internacional em todo o território nacional associada à integração do país, numa economia única, dissolvendo a estrutura de ilhas e possibilitando o crescimento econômico, entendido como desenvolvimento.

Mészáros (2004), ao chamar de falácia a apresentação de soluções tecnológicas para os problemas sociais, observa que houve um entusiasmo exagerado dos intelectuais com a possibilidade de expansionismo no pós-guerra, em lugar dos “antagônicos sistemas sociais capitalista e socialista foram-nos oferecidas categorias tecnologicamente (e, é claro, tecnocraticamente) definidas como o ‘novo Estado Industrial’, o ‘sistema industrial moderno’, a mítica tecnoestrutura [...]” (ibid, p. 124).

Em síntese, o desenvolvimento não é compatível com ações distributivas, seu ritmo não evita que se alastrem irracionalidades. Ele apenas alimenta grupos de interesses econômicos e políticos. A negação dessa dialética impede a apreensão dos desdobramentos sócio-espaciais da ideologia desenvolvimentista nos diferentes países. Explicar esse fenômeno exige que as abordagens levem em consideração as formas assumidas pelo processo de reprodução do capital a partir da apropriação de espaços para acumulação.

3. A retórica dos desequilíbrios regionais e sua funcionalidade para a inserção do NE no circuito do capital

Se, como crê a maioria de nós,
temos o poder de moldar o mundo
de acordo com nossas concepções e nossos desejos,
como então explicar que tenhamos coletivamente criado tamanho
horror?
Nosso mundo físico e social pode ser e tem de ser feito,

refeito, e, se der errado, refeito de novo.
Onde começar e o que fazer são as interrogações essenciais.

Bellamy, escreveu assim:
“Na crença de que a Idade do Ouro se acha diante,
e não atrás de nós, e não está distante.
Nossos filhos por certo, a vão ver, e também nós,
que já somos homens e mulheres,
caso o mereçamos por nossas obras”.

E quando essa Idade do Ouro chegar,
poderemos finalmente alimentar
a esperança de “dizer adeus ao medo,
à tensão, à ansiedade,
ao excesso de trabalho e às noites sem dormir”.

(DAVID HARVEY,
2004)

3. A RETÓRICA DOS DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS E SUA FUNCIONALIDADE PARA A INSERÇÃO DO NE NO CIRCUITO DO CAPITAL

O pensamento que traduziu a elaboração de políticas sociais para a região Nordeste se construiu no corte metodológico que compreendia dois modelos não antagônicos. Considerava-se que as diferenças entre as regiões brasileiras se definiam pelo grau de desenvolvimento, traduzindo o pensamento positivista de linearidade dos processos desenvolvimentistas basilarados no evolucionismo das teorias econômicas clássicas e neoclássicas. Não se refletia sobre a natureza do processo de desenvolvimento. Acreditava-se que o caminho para o mesmo era a superação do tradicionalismo e este só seria possível pela ampliação das relações capitalistas no espaço regional, obviamente pela introdução de inovações técnicas para o crescimento econômico via a industrialização.

A perspectiva de país dual, com uma estrutura atrasada e uma moderna, se manifestava nos relatórios, diagnósticos e estudos sobre o Brasil e sobre a região Nordeste, nos quais a superação do atraso era necessária, por que permitiria sobrepor um desenvolvimento econômico à estrutura tradicional que, por sua vez, era o grande impasse ao crescimento econômico do país.

Tratava-se de um discurso que buscava legitimar a superposição do moderno sobre o arcaico, não os considerando como unidade, e sim, pela necessidade de incorporação do novo apropriando-se e modificando o velho da sua forma pré-existente, sujeitando-o às suas determinações. Este novo é aqui concebido como o desenvolvimentismo nacionalista engendrado no Brasil depois da crise de 1929, de modo mais expansivo com a internacionalização da economia que se realizou a partir dos anos 1950, consolidando a integração nacional, e esta, à economia-mundo.

Os trabalhos, tanto dos órgãos de planejamento, quanto das universidades, destacavam a concepção de país com duas estruturas e colocavam que, do ponto de vista histórico, a dualidade sempre se manifestou no reconhecimento aberto dos *dois brasis*: um país mais avançado do ponto de vista sócio-econômico, cuja maior expressão territorial foi sempre o estado de São Paulo, e outro Brasil pobre, atrasado e conservador, representado pelos estados do Nordeste.

As ciências sociais, assim como a literatura nacional contribuíram para legitimar esse modo de pensar o Brasil e a especificidade do Nordeste, assim como a essencialidade do intervencionismo estatal, assinalando que "a ciência também é uma supra-estrutura, uma ideologia" (GRAMSCI, 1977, p. 457). Para Gramsci, a ideologia se torna ciência quando assume a forma de "hipótese científica de caráter educativo energético [...] e é verificada (criticada) pelo desenvolvimento real da história" (ibid, p. 507).

3.1 O pensamento social sobre o Nordeste

A região Nordeste tem sido historicamente associada à falta de água, à agricultura fraca, à fome e à miséria. Suas características singulares são referenciadas para destacar uma relação entre sociedade e natureza, como elementos estanques componentes da paisagem nordestina. A natureza é trabalhada discursivamente como a causa principal da pobreza da região (RIBEIRO, 1999).

Conforme observa Ribeiro (Ibid), a associação entre clima e pobreza revela um tratamento determinista da questão que contamina boa parte da produção intelectual/cultural sobre o Nordeste. A fórmula determinista permanece usual nas interpretações contemporâneas levando a região a assumir um papel ativo, como um conceito que carrega consigo uma ação. Trata-se de um recorte espacial, cuja característica física destacada, por si só desencadeia ação.

Rosa Maria Godoy da Silveira (1980) analisa a passagem do Norte do século XIX para o Nordeste do século XX e ressalta que a grande seca de 1877 colocou a estiagem como o mais grave problema do chamado Norte, tornando-o produto de toda uma série de imagens e textos, produzidos a respeito desta região. De acordo com Silveira (ibid), na criação desse Nordeste, realizava-se uma operação por meio de uma imagem depreciativa, na qual se imbricam a calamidade natural provocada pela seca, associada à ignorância, ao servilismo e ao abandono.

No estudo *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*³⁴, Albuquerque Júnior destaca que o Brasil “seria um país cindido entre a inteligência do Sul [...] e, de outro lado, o ‘nortista’, fantasioso, imaginoso e sensitivo, delirante e compadecido” (2001, p. 104). Contrastava-se um Norte decadente em relação a um Sul em ascensão (últimas décadas do século XIX).

Concretamente, o Nordeste atravessou o Império e a República incluído na chamada região Norte, pois ainda não existia uma divisão regional que incluísse essa denominação. As décadas de 1920 e 1930 marcaram o processo de separação entre Norte e Nordeste, mas somente na década de

³⁴ Tese de doutoramento publicada em 2001, premiada pela Fundação Joaquim Nabuco. O autor investiga como e quando se formou o que hoje compreendemos como Nordeste brasileiro. Aqui ele enfatiza obras de José Lins do Rego e Gilberto Freyre, entre outros.

1940, o IBGE elaborou a divisão regional do Brasil e instituiu oficialmente o que se passou a conhecer por região Nordeste.

O termo Nordeste foi usado inicialmente para designar a área de atuação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) criada em 1919, e naquele contexto, a região surgia como a parte do Norte sujeita às estiagens. Para Albuquerque Jr., “O Nordeste é, em grande medida, filho das secas; Estes discursos, bem como todas as práticas que este fenômeno suscita, paulatinamente instituem-no como um recorte espacial específico, no país” (Ibid, p. 68).

Ribeiro (1999), estudando os discursos sobre a seca realizados pelos membros do Instituto Regional do Ceará - o IHGB, no final do século XIX, os observa como referenciais para a elaboração de um imaginário de Nordeste³⁵. Destacando essa perspectiva ele apresenta a estrutura discursiva das falas dos membros daquele Instituto:

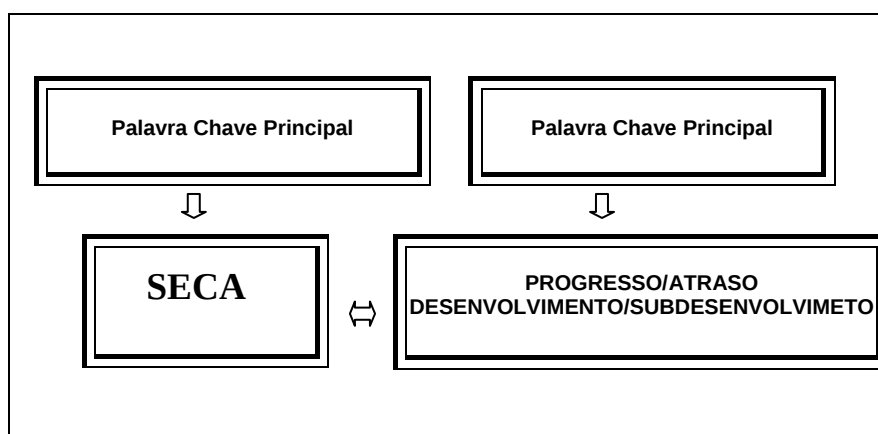


Figura 4 - **Estrutura Discursiva sobre o Nordeste**

Fonte: RIBEIRO. R. W. Rio de Janeiro, 1999.

Tratava-se da utilização de um recurso que deveria exibir para todo o país os contornos da miséria, que segundo o autor “deve ferir os brios da

³⁵ O IHGB do Ceará foi construído para dar continuidade ao projeto de construção da identidade nacional. A seca é responsabilizada pela pobreza, que ganha maior dimensão à medida que a condição de miséria da população nordestina é posta como responsável pelo atraso da região e como um problema nacional. Ler em RIBEIRO, Rafael Winter. *Seca e determinismo: a gênese do discurso do Semi-Árido nordestino*. In: Anuário do Instituto de geociências/UFRJ, vol. 22, Rio de Janeiro, 1999.

nação” (ibid, p. 29). Com isso, os pensadores inferiam uma nova região de contornos delimitados pela estiagem, ao mesmo tempo, apresentavam-na como um problema nacional. A estrutura discursiva montada levava ao entendimento de que o atraso passava, essencialmente, pela ausência da água.

Esta estrutura discursiva se reproduz expressando o ‘grande problema’ da região Nordeste, até os dias atuais. O discurso do Deputado Osvaldo Coelho proferido em 1985 confirma tal estrutura:

a terrível e prolongada seca nordestina, destruidora de vidas, causa de sofrimentos incontáveis e de grandes prejuízos, aparentemente cessou. As chuvas voltaram depois de cinco anos de estiagem, colorindo a paisagem e fazendo renascer no nosso povo a tímida esperança por melhores dias (COELHO, 1985, apud RIBEIRO, 1999, p. 71).

Nesta interpretação, onde há escassez de água o desenvolvimento não se realiza, pois se a seca é um fenômeno físico com repercussões graves nos meios econômico-social e os efeitos, como a mobilidade da população (aqui entendida apenas sob o prisma da falta da água), a dizimação dos rebanhos, o aniquilamento da lavoura e a fome precisavam ser erradicados. Não obstante, para que o desenvolvimento fosse alcançado era preciso investir recursos para tornar a água disponível, o que resolveria a questão do desenvolvimento regional.

Rosa Maria Godoy Silveira (op. cit) destaca que a ascendência da economia cafeeira estabelecida no Centro Sul, em detrimento do dinamismo do setor agrário açucareiro do chamado Norte na passagem dos séculos XIX para o século XX, deu fôlego a uma interpretação da região que encontrava na falta de água uma estratégia para barganhar recursos e poder. Este discurso ganhou palco em um cenário onde, paradoxalmente, buscava-se a manutenção do poder da oligarquia rural, e a denúncia das desigualdades sócio-econômicas dentro da região e entre as regiões do país.

O estudo de Rafael Winter Ribeiro (1999) ratifica as interpretações de Rosa Maria Godoy Silveira (1980), Francisco de Oliveira (1977; 1990) & Iná

Elias de Castro (1992), quando mostra como a permanência desse discurso esteve ligada às estratégias da elite regional conservadora para conseguir maior participação na divisão das verbas federais e se consolidou como instrumento de legitimação da atuação dos diferentes grupos sobre o espaço. Ao mesmo tempo, esse discurso associou-se à necessidade de dar à região uma compensação por seus azares climáticos e pela impossibilidade de um auto desenvolvimento (Ibid).

Esta maneira de interpretar os problemas do Nordeste contribuiu para uma leitura de região com graves distorções sociais, cujo domínio econômico e político de uma oligarquia forte e resistente agravava a situação. O domínio da monocultura latifundiária, que destruía a natureza em favorecimento de um único produto, era comum onde a presença de coronéis era marcante, mesmo quando estava em fase de declínio.

Um estudo realizado por Paulo Henrique Martins (1989), elaborado com o propósito de subsidiar uma discussão sobre o Nordeste (como objeto sociológico), observa que até a década de 1950 as reflexões sobre esta região foram influenciadas pelo positivismo, onde aparecem com destaque as figuras de Euclides da Cunha e Gilberto Freire, com suas correspondentes literaturas sobre o Brasil e o Nordeste.

As reflexões realizadas por Euclides da Cunha, Gilberto Freire, assim como na *Geografia da Fome* de Josué de Castro (depois dos anos 50) e nos estudos do professor Manuel Correia de Andrade (depois dos anos 60) ajudaram a compreender a realidade sócio-econômica do Nordeste, ao tempo que apresentavam a necessidade de um projeto de mudanças para a região.

A presença forte do coronelismo, exaltada por Euclides da Cunha, tornou-se objeto de minuciosas análises interpretativas cuja preocupação dominante foi sempre examinar as relações conflituosas entre as diferentes esferas local, regional e central, encarando-as pelo confronto permanente entre esses poderes para a ampliação de suas respectivas faixas de competência (SAES, 1993).

Em *Os Sertões*, publicado pela primeira vez em 1902, Euclides da Cunha apresenta uma das mais importantes obras da literatura brasileira registrando a história de um povo sertanejo com características peculiares pela pobreza, pela questão da terra, pela fé e religiosidade. Nesta obra, destaca-se

a força de um povo sofrido que usa a fé como arma contra os problemas da seca, contra o coronelismo e contra os desmandos que imperam no sertão (CUNHA, 2002). Através da obra *Os Sertões*, a região sertaneja ficou conhecida por sua luta, mas é mister refletir sobre o caráter descritivo e ao mesmo tempo fiel do livro, que denuncia a seca, a fome, o latifúndio e o coronelismo como características típicas que iriam perseguir a imagem construída para o Nordeste, ainda por longos anos.

Este coronelismo ressaltado na literatura regionalista se estabeleceu pela dominação e dependência pessoal³⁶. A relação de poder entre o proprietário da terra e o trabalhador, a quem o primeiro cede a terra, se exprimia ideologicamente como obrigação e fidelidade para com o proprietário da terra. Tratava-se do exercício de dominação concernente às práticas político-eleitorais em estados capitalistas de características peculiares, ou seja, naqueles estados onde aparecem relações não capitalistas no campo (meeiros, parceiros, colonos), os trabalhadores estão mais propensos ao controle dos coronéis. Essa submissão da classe camponesa confere aos proprietários, participação no processo eleitoral³⁷.

A prática coronelista expressou a aliança compulsória da oligarquia agrária nordestina ao capital industrial do Centro-Sul, e neste processo reproduziu a manutenção de relações de produção não-capitalistas no Nordeste que, de acordo com a divisão territorial do trabalho, eram essenciais às relações de trocas entre o centro desenvolvido e a periferia.

O forte discurso regionalista de Euclides da Cunha, com ênfase na seca e no coronelismo, se tornou pano de fundo para a exploração das ciências

³⁶ O coronelismo, compreendido como um conjunto de práticas somente possíveis no estado capitalista se legitima pela defesa do direito de propriedade e expressa a unidade contraditória da classe dominante com o seu organismo de representação, o Estado. É preciso entender que sempre há uma fração da classe dominante que detém o controle das instituições do Estado, assim fazendo prevalecer os seus interesses sobre os dos demais da mesma classe. Nestes termos, a luta dos coronéis sempre foi pelo domínio político, já que “é hegemônica a fração que detém o controle da política de Estado, chegando a definir uma política de desenvolvimento prioritariamente favorável aos seus interesses” (SAES, 1993, p. 85).

³⁷ A realização de eleições sempre alimentou a ilusão dos camponeses a cerca da natureza do Estado como um poder neutro, representante geral da sociedade, e indica as limitações do exercício de direito do voto no campo mostrando que esse exercício representa apenas a garantia da legitimidade do Estado, e não a participação e/ou ascensão dos trabalhadores no processo. Nesta relação, os grandes proprietários de terra no Nordeste asseguraram a sua posição de classe, mantendo cargos políticos e fatias da renda nacional em investimentos individuais que lhes abonaram a reprodução na classe à qual historicamente pertenceram.

sociais e foi sendo acompanhado a partir dos anos 1930 pelo pensamento de Gilberto Freire³⁸.

Em 1933, com a publicação do livro de Gilberto Freyre *Casa Grande & Senzala*, eclode uma nova perspectiva de análise com o social se apresentando com mais força em diferentes abordagens. As obras de Freire voltaram-se ao passado colonial que era apresentado como história social do brasileiro e estudado a partir da domesticidade e cotidianidade ou da história íntima, conforme mostra o autor. Para Gilberto Freire, o retorno ao passado explicava o caráter do povo. Ao referir-se ao dia-a-dia da monocultura escravocrata, Freire mostra que

a casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o banguê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater famílias [...]); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo) [...]; de política (o compadrismo) (1981, lxiii)³⁹.

A explicação da história do Brasil e do Nordeste se fazia na denúncia da política da falsa modernização que vinha dizimando as tradições nacionais. Era a política imperialista do colonizador, dos senhores de engenho, que resultava na destruição das matas virgens da costa, ou seja, a perda do equilíbrio ecológico apontada em trechos dos seus livros. Para Freyre

³⁸ Gilberto Freire se tornou um dos intelectuais brasileiros associados à expressão mais radical da análise do Brasil após a Revolução de 1930, junto a Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. Nestes autores reside um legado de explicações sobre as raízes da formação brasileira abandonando a temática do início do século, situada no campo da crítica aos indicadores de desenvolvimento. Havia uma tendência entre os estudiosos em comparar os indicadores brasileiros aos de países desenvolvidos, mantendo sempre um tom de denúncia da 'realidade brasileira' ou do 'vexame brasileiro'. Essa tendência se manteve, entretanto em "Raízes do Brasil" (publicado em 1936), de Sérgio Buarque de Holanda, "Formação do Brasil Contemporâneo" (publicado em 1942), de Caio Prado Jr. e "Casa Grande & Senzala" (1933), de Gilberto Freire, ela foi sendo rompida.

³⁹ Trecho retirado do prefácio do livro *Casa Grande & Senzala*.

[...] Em estado de monocultura absoluta, tudo se desequilibra e se perverte na vida de uma região. [...] O latifúndio moderno da usina: sua ânsia, a de "emendar" os campos de plantação da cana, uns com os outros, formando um só campo, formando cada usina um império [...] O espírito do senhor latifundiário que procura dominar imperialmente zonas maciças, espaços continuados [...] Açúcar com A maiúsculo. Um açúcar dono dos homens e não ao serviço da gente da região. Quando muito, ao serviço de uma minoria insignificante (FREYRE, 2004)⁴⁰.

Seus trabalhos acusam a ganância de lucro que fez com que o colono português destruísse a mata, provocando prejuízos ao próprio senhor de engenho e ainda, ao homem e aos animais da região. Com a destruição das matas a cana dominaria a costa. A natureza do Nordeste deixaria de ser harmoniosa na sua interdependência para se desenvolverem relações de subordinação entre os homens, os animais e as plantas⁴¹. A destruição das matas pelas coivaras e a substituição pelos canaviais, pelos engenhos e a forma brutal de explorar a terra virgem e abandoná-la, sem cuidar da agricultura, manifestava o caráter nefasto do imperialismo que se praticou no Nordeste.

A obra freyriana, sobretudo, a partir do *Manifesto Regionalista* e do livro *Nordeste*, constitui uma elaboração acerca da identidade nordestina, na qual o autor apresenta sua resposta à perda de importância da região Nordeste no cenário nacional. A tese central era que o Brasil representava um conjunto regional e deveria adotar uma administração regionalizada, pois assim as peculiaridades de cada região do país seriam consideradas.

Em *Nordeste*, Freyre expressa certa hostilidade à razão burguesa ocidental, defendendo que, ao resguardar a sua cultura a região se tornaria auto-suficiente. Desse modo, o autor dava ênfase à miscigenação que vinha

⁴⁰ Trecho do 3º. Capítulo: *A Cana e a Mata* (s/n), do livro *Nordeste*. (Biblioteca Virtual da Fundação Gilberto Freyre). Edição mais recente: FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. São Paulo: Global, 2004. Home Page: <http://bvgf.fgf.org.br>

⁴¹ Gilberto Freyre realizava um estudo ecológico de um dos Nordeste, destacando o Nordeste da cana-de-açúcar que ocorre no solo massapé, nas várzeas da Bahia ao Maranhão, desvelando a relação do homem com a monocultura. Abordou o homem nobre, gozando dos benefícios do seu domínio sobre a terra, sobre os escravos e ainda a imponência do cavalo, que lhe completava a figura senhorial.

consolidando a nação e tornando-a, nas palavras do autor, *uma quase democracia*. Para Freire (ibid), a democracia só não se revelava por causa da conservadora tradição do Brasil que, segundo ele, se sustentava disfarçada em princípios de defesa e ordem. A miscigenação praticada no Brasil corrigiu a distância social entre a casa-grande e a senzala e o que a monocultura escravocrata realizou, dividindo a sociedade brasileira em senhores e escravos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação (ibid).

No período entre as duas guerras, ambiente de efervescência política (em virtude da transição do poder da oligarquia à burguesia urbano-industrial), essa literatura de denúncia aparecia como perigosa e revolucionária. Embora no cenário de um Nordeste explorado, dominado pela cana, e onde a miscigenação tendia a representar a democratização racial, observava-se que as classes sociais não eram colocadas como oponentes. É como se eles não se encontrassem num campo de lutas, e sim, como parceiros, que de certa forma, estavam produzindo o espaço nordestino num ambiente de antagonismos entre o homem e a natureza e não entre classes sociais (BASTOS,1987)⁴².

No pós Segunda Guerra, a tradição positivista de leitura sobre a região se manteve no debate em torno do desenvolvimento. As idéias de autores cujos trabalhos discutiam a necessidade da superação do subdesenvolvimento, ao tempo que denunciavam as bases da integração do país à divisão internacional do trabalho, apresentavam como saída a disseminação de relações de produção nos moldes capitalistas.

Pode-se ler em várias passagens da exposição de Josué de Castro, em sua obra clássica *A Geografia da Fome*, publicada em 1956, a compreensão do caráter dinâmico do desenvolvimento, entendido como a superação do atraso. O atraso, visto no sentido habitual da palavra, podia ser lido como o realismo da incapacidade do setor agrícola, ora concentrado, ora ineficiente, do ponto de vista da produtividade, e do atendimento das demandas do crescimento econômico. Esta visão era confirmada aparentemente pelo descompasso entre

⁴² BASTOS, Elide Rugai. Gilberto Freyre: a sociologia como sistema. *Ciência & Trópico*. Recife, v.15, n. 2, p. 157-164, jul./dez. 1987.

a produção de alimentos básicos e o déficit alimentar acusado pelas necessidades estimadas a partir da demanda de consumo minimamente adequada do ponto de vista nutricional.

A importância do estudo de Josué de Castro sobre a incidência da fome no conjunto brasileiro confirma a veemência de suas preocupações com o estrangulamento das possibilidades de reprodução da vida. O estudo permitiu um alardeamento no tocante às condições de cada área estudada. Em particular, este texto ajudava a consolidar uma visão da pobreza do Nordeste.

Na sua indignação com o desconhecimento da sociedade em relação as condições sócio-econômicas e geográficas das áreas de muita fome, Josué de Castro considerava que a ausência da discussão sobre este tema estava relacionada

a um silêncio premeditado pela própria alma da cultura: foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido, ou pelo menos pouco aconselhável de ser abordado publicamente (1992, p. 30).

A obra de Castro denunciava o imperialismo econômico realizado pelo comércio internacional como responsável pelo agravamento da fome, já que a produção, a distribuição e o consumo de alimentos são abordados como fenômenos exclusivamente econômicos. Ao se mostrar incomodado com a ordem política e econômica da civilização ocidental, Josué de Castro (Ibid) apresentava como porta de saída dessa condição a integração do Brasil. A interação entre indústria e agricultura iria representar ganhos de produtividade.

Ao estudar a Zona da Mata e o Sertão Nordestino, o autor mencionado o fazia enfatizando que poucas regiões do mundo se prestavam tão bem para um ensaio de natureza ecológica, assim destacando tanto as condições edafo-climáticas responsáveis pela constituição de sua paisagem natural, como o processo de devastação que produtos como a cana-de-açúcar e o cacau realizaram na região. Para ele o uso racional e planejado dessas áreas deveria minimizar ou extinguir a fome do território nacional.

A abordagem de Josué de Castro, que tanto contribuiu para a

identificação das causas dos problemas brasileiros tem origem na sua indignação das condições de moradia de um terço da população recifense que, morando em palafitas sobre os rios Capibaribi e Beberibi, alimentava-se dos mariscos que se criavam em condições desfavoráveis. Ele avança de uma análise biológica e médica do problema alimentar, para uma visão geográfica, sociológica e política, como aborda Andrade: “Josué de Castro vai dos estudos sobre a fome em Recife para uma *Geografia da Fome* no Brasil, e para a *Geopolítica da Fome*, através do qual observa essa anomalia no mundo” (1995, p. 112).

Ao vincular os padrões alimentares das regiões brasileiras, às condições ecológicas e à problemática da dominação subjacente à divisão internacional do trabalho, o autor ia assumindo posições consideradas progressistas, sendo favorável ao progresso tecnológico como uma saída das condições miseráveis nas quais o Brasil se incluía.

Ao discutir as idéias conclusivas do Primeiro Seminário sobre Desnutrição e Endemias Rurais do Nordeste realizado em 1958⁴³, Castro sinalizava simpatia em relação às prerrogativas apontadas, chegando a transcrevê-las para o seu livro:

- O Nordeste necessita integrar-se à economia nacional e carece de medidas de iniciativa pública e privada, capazes de promover a elevação dos seus níveis econômicos e a melhoria da distribuição da riqueza;
- É urgente a elevação dos índices de produtividade no Nordeste para que se possa melhorar os níveis de saúde e dominar a incidência das endemias regionais;
- A subcapitalização e o subemprego são obstáculos à exploração racional das riquezas e potencialidades do Nordeste, representado, com a má distribuição da propriedade agrícola, fatores importantes da produção e desestímulo à economia agrária regional;
- A indústria e a agricultura no Nordeste não devem ser consideradas atividades antagônicas e necessitam, ambas, de organização técnica e ajuda financeira para diminuir o custo da produção, criar e desenvolver mercados e permitir o largo emprego dos indivíduos úteis, permanecendo assim a fixação do homem nordestino (Ibid, p. 169 e 170).

⁴³ O I Seminário sobre Desnutrição e Endemias Rurais foi realizado na cidade de Garanhuns, em 1958. Em 1957, Josué de Castro participa da fundação e preside a Associação Mundial de Luta Contra a Fome (ASCOFAM) No Brasil, uma série de ações visando o conhecimento e o combate à fome foram realizadas pela Ascofam.

Por essa via o desenvolvimento do capitalismo, entendido como a possibilidade da superação do atraso, engendraria as bases para a destruição do flagelo da fome. Considerava-se que a nova situação alteraria com grande profundidade as condições de alimentação, estimulando novas condições de trabalho e de acesso a terra.

Em *A Fome e as Duas Faces do Estado do Ceará*, José Levi Sampaio⁴⁴, ancorado no pensamento de Josué de Castro e na sua contribuição aos estudos sobre a fome aviva a relevância da sua obra:

constatamos que sua obra deixou significativo legado político e econômico, aplicado pelas instituições internacionais (ONU, BIRD, FMI, OMS, FAO, UNESCO, UNICEF, etc.) responsáveis pelas propostas de planejamento planetário para construir e reconstruir territórios. Josué propunha mudanças nas estruturas dominantes, via terra, educação, saúde, meio ambiente e solidariedade entre os homens (SAMPAIO, apud CARVALHO, 2002, p. 02).

As observações de Josué de Castro sobre o Nordeste não podem ser reduzidas à constatações de características da região. Embora tenham sido determinantes para o pensamento social sobre o Nordeste e para o ideal de integração econômica, sua importância é muito superior. A obra em seu conjunto veio influenciar um imaginário da região fortalecendo as teses desenvolvimentistas e apontando o progresso como saída para o problema da fome e das desigualdades regionais.

A despeito da importância da obra de Castro para a geografia brasileira, Carvalho (2003) chama atenção para as observações feitas por Milton Santos & Antônio Carlos Robert Moraes. Para estes, Josué de Castro ajuda a construir

⁴⁴ Pode-se ler em: SAMPAIO, José Levi F. *A fome e as Duas Faces do Estado do Ceará*. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP. São Paulo, 1999. In: CARVALHO, Antônio Alfredo Teles de. *Josué de Castro: um geógrafo de múltiplas contribuições revisitado em suas idéias*. Revista Geousp - Revista da Pós-Graduação em Geografia/USP. São Paulo, USP, No. 13, 2002.

uma geografia social crítica no país, na medida em que inovou na análise de fenômenos sociais pouco estudados⁴⁵. Moraes alude que a *Geografia da Fome* abriu aos geógrafos novos horizontes ao apontar uma perspectiva de engajamento social, de atuação crítica. Ainda que a abordagem de Castro não ultrapassasse a esfera da proposta regional, apresentava realidades tão contraditórias, que a simples descrição adquiria uma força considerável de denúncia, fazendo da sua leitura e da geografia, um instrumento de ação política (Ibid).

A esta elaboração de um pensar sobre o Nordeste se somaria, entre outros trabalhos, todo o conhecimento produzido (em livros e pesquisas) pelo professor Manuel Correia de Andrade, sobretudo, na sua obra mais conhecida: *A Terra e o Homem do Nordeste* de 1973. Nesta obra, ainda na introdução, o autor já destacava o problema da necessidade do planejamento para a região como crucial ao desenvolvimento social. Ao descrever sua trajetória acadêmica, ele reafirma a importância de conhecer de perto os vários problemas que afligem o povo brasileiro e que vinham travando seriamente o desenvolvimento nacional. Para este autor os problemas são, ora de ordem geográfica – condições climáticas e edáficas; ora de ordem histórica – relacionados às estruturas e tradições arcaicas que necessitam sofrer uma grande transformação social e teórica; mas, sobretudo, de ordem econômica (baixa produtividade, ausência de planejamento e má distribuição de renda).

Em *Geografia Econômica do Nordeste*, Andrade (1987) deixa explícito que não tem a intenção de condenar nem elogiar a atuação de homens nem de organizações, mas apenas focar suas ações.

Tanto em Josué de Castro, quanto em Manuel Correia de Andrade, vislumbra-se a necessidade de ruptura do velho arcaico com a introdução dos novos fenômenos, novos métodos de produção que constituirão uma estrutura inovadora, o que confirma uma perspectiva orientada no pensamento shumpeteriano e rostoniano, responsáveis pela idéia de que a introdução de

⁴⁵ Carvalho (2002) observa que a geografia clássica de La Blache, predominante no país neste período, não comportava este tipo de abordagem, o que em parte explica a restrita divulgação da obra de Castro entre os geógrafos contemporâneos seus ou mesmo sucedâneos, tornando-o até os dias atuais 'um desconhecido'.

inovações requer um corte com as resistências que se fazem no/pelo lugar.

É importante destacar, no entanto, que essas contribuições disseminaram estudos relacionados aos antagonismos sócio-econômicos presentes no Brasil, alguns dos quais, fazendo interpretações críticas em relação à realidade brasileira e nordestina e ainda às políticas públicas para esta região⁴⁶.

Tratava-se de um modo de pensar a saída para as disparidades regionais historicamente denunciadas, já que no pós Segunda Guerra (momento de redefinição do modelo de acumulação) o trabalhador se encontrava em um nível de subordinação consolidado na divisão social do trabalho.

A par da historiografia, que se produziu sobre o Nordeste (no campo da literatura nacional, das ciências sociais e econômicas, etc.), é mister considerar que o imaginário produzido sobre essa região serviu para aprofundar a articulação do espaço regional à economia mundo. A região passa a ser colocada como o palco dos interesses e ações da expansão capitalista. Tais interesses encontram na questão regional, abalizada pelo movimento regionalista e pela retórica dos desequilíbrios regionais, a sua afirmação.

3.1.1 Um reencontro com a questão regional

O regionalismo, como um discurso ideológico responsável por mascarar uma realidade e apresentar outra, notadamente por que se constitui uma tentativa de homogeneização simbólica do espaço, historicamente apresentou o Nordeste como retardatário, como evidência dos desequilíbrios regionais, levando ao Estado as reivindicações para sanar tais desequilíbrios. Para Markusen, se trata de “uma reivindicação política de um grupo de pessoas

⁴⁶ Pode-se ler em estudos como: ANDRADE, *Estado, capital e industrialização do Nordeste*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. Entre as construções críticas mais conhecidas estão: *Elegia para uma re(li)gião*. SUDENE, *Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes*, publicado em 1977, *Crítica à razão dualista* publicado pela primeira vez em 1972, ambos de Francisco de Oliveira. *O Nordeste Brasileiro: uma política regional de industrialização* de Raimundo Moreira de 1979 e ainda o trabalho de mestrado em Sociologia na USP de Amélia Cohn, intitulado *Crise regional e planejamento. O processo de criação da SUDENE*. São Paulo, 1972, mimeo.

identificado territorialmente contra um ou muitos mecanismos de Estado” (1981, p. 83).

Em artigo intitulado *Nordeste pensado, Nordeste pensante: cultura mais que interessante*⁴⁷, Roberto Martins (1984) mostra que o regionalismo nordestino é um processo de ocultamento das divisões sociais por que é agenciado ideologicamente e cumpre a função de transferir a natureza das relações sociais para a região. Sem assumir o seu caráter ilusório,

o discurso ideológico do regionalismo enfatizando a afirmação de solidariedades fundamentadas em vínculos territoriais e culturais, e clamando pela existência de interesses econômicos e políticos comuns, escamoteia as contradições econômicas, políticas e sociais ao nível empírico das formações espaciais diluindo os conflitos e lutas de classes ou de frações de classe [...] o regionalismo tal como ideologia ilude, abstraindo pela construção de um conhecimento que dá a realidade [...] (ibid, p. 105).

Mas para Albuquerque Jr. (2001), na modernidade, o regionalismo deve ser pensado como reagente, porquanto, ao participar da formulação do seu objeto, ele é uma estratégia política “dentro de um universo histórico, intelectual e até econômico específico” (ibid, p. 49). O regionalismo é uma produção imagético-discursiva determinada historicamente em um dado lugar e se impõe pela repetição, dificultando a produção de verdades em relação aos espaços sobre os quais se produzem (ibid).

A formação discursiva a qual se refere Albuquerque Jr., não nega o caráter ideológico (também historicamente determinado) do regionalismo, na verdade, ele parece reforçar essa compreensão, uma vez que enquanto instrumento ideológico, o regionalismo produz a imagem-espelho de Nordeste

⁴⁷ No artigo citado, Roberto Martins procura desmontar o que ele mesmo chama de ‘fala Nordeste’, ele destaca que se trata de um postulado elegante e sedutor, que quando apresenta o Nordeste, toma-o como algo dado, feito e acabado, sem indagar como a realidade foi concretamente produzida. Toma o resultado de um processo como se fosse seu começo, toma os efeitos pelas causas, as consequências pelas premissas, o determinado pelo determinante. Ver em: MARTINS, Roberto. *Nordeste pensado, Nordeste pensante: cultura mais que interessante*. In: MARANHÃO, Silvio (Org.). *A Questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

que é mais eficaz às formas de acumulação da oligarquia rural e dos políticos que a representam.

Iná de Castro analisa a materialização do regionalismo nordestino como um fenômeno político.

No Nordeste, o papel da sua elite é inequívoco, tanto na definição do caráter regional como na projeção de sua imagem [...], portanto, a própria identidade regional é influenciada pelo comportamento das suas elites em relação à própria região, ao poder central e às outras regiões (1992, p. 36 e 37).

O esforço das elites regionais para convocar todos os nordestinos em torno da causa regional reflete a vontade política da homogeneização pelo aniquilamento das diferenças e enquadramento de todos numa situação de harmonia social, onde as lutas e reivindicações são únicas e os interesses são de todos, negando a reflexão sobre as contradições intra-regionais e entre as classes na região.

A ação regionalista, segundo Liana Carleial “pressupõe a defesa de um determinado princípio ou proposta atrelado a um dado território ou região” (1993, p. 51), e neste ponto, se coloca a questão do Estado. “Quem coloca a questão para o Estado, ou então, quais grupos têm possibilidades de serem ouvidos pelo estado?” (Idem). Ao fazer uso do poder de Estado, do clientelismo e dos currais eleitorais (ainda não dissolvidos no interior do Brasil, onde toma diferentes formatos), o regionalismo mantém o controle de um grupo sobre os subalternos. Outrossim, os representantes do poder econômico local, confundido com poder político, acabam por se tornarem os interlocutores entre as comunidades marginalizadas e o poder regional e nacional, assegurando a hegemonia dessa classe.

Durval Muniz de Albuquerque Jr. chama atenção para a força dos discursos que acabam por revelar uma identidade regional. Para o autor, se trata de um

saber estereotipado, que reserva a este espaço o lugar do gueto nas relações sociais em nível nacional, região que é

preservada como elaboração imagético-discursiva como o lugar da periferia, da margem, nas relações econômicas e políticas do país, que transforma seus habitantes em marginais da cultura nacional (2001, p. 27).

O autor sintetiza o que se conhece sobre o Nordeste, fundamentado nas leituras clássicas sobre esta parte do país, desde a fase pré-industrial até os estudos realizados pelos movimentos contrários à forma de inserção desta região na economia mundial, inscritos pela esquerda a partir dos anos 1930, e destaca

um Nordeste como um novo recorte espacial no país, rompendo com a antiga dualidade Norte/Sul [...]. A desterritorialização das forças sociais do Norte do país [...] atinge, no começo do século, o seu cume com as alterações trazidas pelo fim da escravidão, pela crise da produção açucareira, e pelo surgimento das usinas, que põem os bangazeiros em processo falimentar, tudo isso acompanhado do surgimento de um novo pólo de poder no país: o Sul (Ibid, p. 35).

Albuquerque Jr. destaca a passagem dos romancistas e ensaístas nesta busca dos *filhos da elite regional desterritorializada*, significando uma tentativa de reviver as glórias passadas da região. Um forte discurso que sustenta uma melancolia em torno da arquitetura e da paisagem rural da época, através de um regionalismo intelectualizado, mas tão perigoso quanto o regionalismo populista dos políticos. Neste contexto ele enfatiza “a seca, o cangaço, o messianismo, as lutas de parentela pelo controle dos Estados [...] uma área de poder que começa a ser demarcada, com fronteiras que servirão de trincheiras para a defesa dos privilégios ameaçados” (Ibid, p. 27).

O Nordeste é criado mais no plano cultural que no plano político. Ele é gestado como “espaço da saudade dos tempos de glória, saudades do engenho, da sinhá, do sinhô, da Negra Fulô, do sertão e do sertanejo puro e natural, força telúrica da região” (Ibid).

O caráter particular (às vezes melancólico, às vezes pela precariedade

das condições materiais de existência, outras vezes pelo atraso, pela preservação do arcaico) presentes nos discursos historicamente produzidos sobre e para o Nordeste corroborou para a afirmação positivista de uma identidade territorial da região e fortaleceu a defesa de região desprezada, isolada pela política de Estado, de modo a favorecer a consolidação de grupos que sempre se beneficiaram do regionalismo. Trata-se da

região da miséria e da injustiça social; o lócus da reação á transformação revolucionária da sociedade. Nordeste dos coronéis e comendadores discricionários e dos Fabianos e Severinos amarelos, servis, quase animais a grunhir em seu estado absoluto de alienação. Nordeste que mesmo assim, fundamentavam com seus mitos populares o sonho de se constituir em territórios de revolta contra a exploração e a dominação burguesas. Estes Nordestes, construídos pelo avesso, ficam presos, no entanto, aos mesmos temas, imagens e enunciados consagrados e cristalizados pelos discursos tradicionalistas (Ibid, 36).

Os discursos tradicionalistas escolhem o lugar de coitadinhos, de vítimas, de pedintes injustiçados para consolidar uma elaboração regional. Ao referir-se à intelectualidade reprodutora desse discurso, Albuquerque Jr. enfatiza que “esses *revolucionários* ajudam os *reacionários* a consagrarem uma dada imagem e um texto da região que se impõe até hoje como verdade” (ibid).

Congruente ao regionalismo nordestino, a formação da região também responde aos interesses da reprodução capitalista, uma vez que, no contexto de sua formação, buscavam-se medidas contra os efeitos negativos da dependência externa. A expansão capitalista pelo território nacional aparecia como uma alternativa à redução da vulnerabilidade do país na divisão internacional do trabalho.

Não obstante, a noção de região foi se moldando na geografia e na economia tendo por base as diferenciações físico-geográficas, políticas, econômicas, culturais, antropológicas e sociais, de forma que os conceitos criados sempre se desdobraram nas noções de homogeneização ou de polarização, pressupondo a homogeneidade e o seu contrário (LEMOS, 1991).

No decorrer da história das civilizações, as regiões foram se configurando através de processos expressos sempre por meio da territorialidade de um grupo, onde prevaleciam suas características de identidade com o entorno físico-natural e seus limites. A idéia de diferenciação de áreas deriva dessas territorialidades e está ligada a mecanismos de dominação, de situação hegemônica de conquista, poder, conforme sugere sua base etimológica latina, que corresponde a *regere* – *reg* – significa domínio⁴⁸.

Na descrição do francês Vidal de La Blache (final do século XIX), as paisagens de uma região se constituíam a superposição, ao longo da história, das influências humanas e dos elementos naturais. Eram as características duradouras dos fenômenos naturais que deveriam ser privilegiadas, de modo que a região fosse uma paisagem determinada pela homogeneidade de uma determinada área. A região era uma síntese harmoniosa e era vista como realidade exterior ao observador (LACOSTE, 1985).

As interpretações da geografia clássica do final do século XIX, até meados do século XX, orientaram o discurso da diferenciação de áreas e constituíram fundamento do recorte espacial que deu origem às regiões brasileiras e continuam a influenciar às regionalizações até os dias atuais.

No pós-guerra, a geografia ganhou destaque para o projeto de consolidação do novo pacto desenvolvimentista corroborando com a nova divisão territorial do trabalho. A nova estrutura espacial com rodovias, ferrovias, meios de comunicação e urbanização, minimizavam a influência da idéia de região natural de Vidal de La Blache. Esta nova geografia associa-se ao planejamento e seu viés positivista lhe garantia status de neutralidade. O que vai interessar é a classificação das regiões partindo de estatísticas e de mensurações de dados, destacando-se aí a idéia de organização do espaço

⁴⁸ Resgatando-se a história do conceito de Região na Antiguidade, o termo era empregado para designar uma área onde se situava determinado domínio: a região montanhosa, a região mais rica, etc. Mas é no século XIX, com Ratzel, que emerge o conceito de região natural associado ao determinismo ambiental, fundado na idéia de que os fatores físicos definiam o desenvolvimento da sociedade. Esta idéia é refutada pelo possibilismo de Vidal de La Blache, segundo o qual o acervo de técnicas que o homem elaborava para lidar com a natureza exprimiria a relação entre a população e os recursos, ou seja, o *gênero de vida*, confundido com a idéia de cultura local e dava fundamento para o aparecimento da região como objeto da geografia possibilista. A região passava a ser definida mais pelas possibilidades dos seus ocupantes (Paul Vidal de La Blache), do que pelas condições impostas pela natureza (Friedrich Ratzel). Estando sempre em associação com a diferenciação de áreas, delimitadas como uma extensão de síntese de fatores naturais e humanos, a região se constituiu um conceito chave no pensamento geográfico moderno.

com forte influência na economia. As regiões passam a ser definidas pelo método de estatísticas, privilegiam-se formas, movimentos ou fluxos, tornando-se úteis para as decisões do Estado⁴⁹.

O geógrafo Kaiser (1997) observa que a região é uma criação intelectual por que depende das informações que ela precisa captar, ela pode ser simples e complexa, dependendo da quantidade de dados a apresentar: a região climática, a região agrícola, ou seja, as regiões homogêneas utilizadas pelo IBGE.

Esta concepção de região foi útil quando o Estado, na década de 1950, resolveu buscar medidas contra os efeitos negativos da dependência através da política de planejamento estatal, consubstanciando-se como alternativa à vulnerabilidade externa do país no sistema de divisão internacional do trabalho.

À medida que a integração das regiões brasileiras ia se realizando por meio da expansão capitalista, ocorria uma aceleração do desenvolvimento imposta pelas próprias modificações do sistema.

Nessa configuração, o que se revela por meio da questão regional é que o conteúdo não apenas instituiu a região, como exerceu uma tarefa ideológica de justificação de uma intervenção capitalista ressaltada como necessária à aniquilação dos desequilíbrios regionais e das desigualdades sociais, face à situação da região Nordeste, classificada como arcaica.

Entretanto, a estrutura de acumulação no capitalismo não autoriza a oposição entre o atrasado e o moderno, uma vez que são as leis que regulam a divisão do trabalho que operam o princípio de desigualdade, dentro de uma mesma totalidade. Para Gadiel Peruci (1984), são leis impessoais que não dependem da vontade individual de um dirigente político, mesmo esclarecido, ou do discurso de grupos sociais, mesmo os dominantes.

Em outras palavras, o que se apresenta como estrutura dual, é na verdade, para o capitalismo, uma estrutura combinada, na qual moderno e atrasado estão imbricados, um em função do outro, ou seja,

⁴⁹ Para Kaiser (1977), a região tem base material e pode ser desenhada, inclusive para evidenciar os dons da natureza e suas inibições. Observando a relevância da região enquanto objeto de estudo da geografia, este autor refletiu sobre o utilitarismo dessa ciência para os estudos regionais e para o planejamento. Ao criticar o determinismo simplista das *regiões naturais* destacou que a região é mais palco das ações com intensidades variáveis do que um palco com equilíbrio. Nas suas considerações ressaltou que era preciso definir as dimensões dos impactos espaciais dos fenômenos, pois eles agem como freios e forças, tornando a região concreta e histórica.

a acumulação se nucleariza, concentrando capital num determinado espaço dentro de um processo histórico de complementaridade e integração com as partes do conjunto, e tal processo de concentração não se realiza autonomamente, mas também, sustentado pelo valor produzido nas áreas periféricas [...] (PERUCI, 1984, p. 15).

É preciso, portanto, compreender a funcionalidade da região nas diferenciações produzidas pelo movimento do capital em escala mundial, quer seja na sua inclinação à homogeneização do espaço, ou via tendência a igualização dos processos de reprodução. É este sentido que dá ao Nordeste a condição de ser interpretado nas suas diferenciações. À maneira que o capital se movimenta, vai também engendrando determinadas formações regionais, com concomitantes processos de centralização e concentração desse capital, e ao mesmo tempo, as diferenciações concernentes às contradições do processo de produção do/no espaço no capitalismo. O Nordeste se define no limiar até onde estão estabelecidas as relações entre espaço e capital, logo a determinação da região precisa pressupor mudanças no seu recorte espacial-territorial, o desaparecimento e o surgimento de outras regiões, conforme aponta Liana Carleial (1993), pois as diferenças não só são apropriadas em proveito da reprodução, como tantas outras vezes são criadas.

O conceito de região deve ser descortinado a partir das formas assumidas pelo processo de reprodução do capital e com base na compreensão da totalidade das relações sócio-espaciais, como sugerem Francisco de Oliveira (1987), Liana Carleal (1993) e Sandra Lencione (1999).

Rosa Maria Godoy Silveira (1990) também dá ênfase à forma específica de reprodução do capital, como aspecto fundante do recorte regional. Dessa maneira, a autora pensa o recorte regional de forma dinâmica, apresentando-o como um contínuo reajustamento das fronteiras, a partir de um complexo de imbricações e relações⁵⁰.

⁵⁰ Rosa Maria Godoy SILVEIRA, *Região e História: questão de método*. In: SILVA, Marcos A. da. *República em Migalhas: história regional e local*, São Paulo, Marco Zero/Anpuh, 1990. Em outro estudo *Regionalismo, Ideologia do Espaço – a gênese da região Nordeste (1980)*, a autora explica que o grande interprete da existência de desequilíbrios regionais no Brasil foi

Interpretando a região à luz das formas assumidas no processo de reprodução do capital, as concepções de região, de contornos rígidos e com características homogêneas ou nucleadas pelos interesses do regionalizador, se desfazem. Sobressai a compreensão de Francisco de Oliveira, na qual a região é o espaço onde estão imbricados dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital “e por conseqüência uma forma especial da luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e animam uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos de reposição” (1999, p. 39).

O capital precisa encontrar na região as condições favoráveis à acumulação, ao tempo que a região vai se conformando de acordo com as formas de atuação desse capital.

A região Nordeste é, pois, uma construção ideológica dirigida à nação pelas elites da própria região. À medida que o capital se apropriasse dessa região, conforme proposição da ideologia desenvolvimentista (justificada, neste contexto, pela redução dos desequilíbrios regionais) dirigida à nação durante as décadas de 1950 e 1960, o desenvolvimento nacional se tornaria realidade.

Não obstante, esse discurso fundamenta a aceitação de um espaço regional propenso a intervenções planejadas, tornando-se uma política decisiva para o domínio do espaço pelo capital sob a égide do Estado, conforme será destacado no item seguinte.

As defesas por políticas assistenciais oriundas desta prática, ao contrário de sanar os desequilíbrios, acabaram por reforçá-los, já que os recursos foram usurpados pelos grandes proprietários e pelos velhos coronéis que se apropriaram da velha experiência escravista, explorando o trabalho nas frentes de emergência, para onde eram destinadas grande parcela dos recursos da indústria da seca, mas cuja retórica se justificou pela necessidade de aniquilação dos tais desequilíbrios.

Celso Furtado. Para a autora, ao aprofundar conhecimento sobre a região Nordeste a partir do estudo sobre A Formação Econômica e Social do Brasil, Furtado ressaltava a articulação entre o Nordeste e o Centro Sul, advertindo para a ameaça que os desequilíbrios regionais representavam para a unidade nacional, ou seja, para a expansão da forma capitalista de produção.

3.2 O planejamento a serviço do capital: vãs ilusões da/na 'organização do espaço

A partir da Segunda Guerra, o capitalismo procurou descortinar novos mercados que pudessem representar possibilidades de realização de produção de mais-valia. Ao se mobilizar, o sistema de produção procurou abrir novas áreas para a redução dos custos de circulação e comunicação, quer dizer, novos espaços de realização do trabalho, num processo que impôs a contração das distâncias espaciais em relação ao tempo, de modo a maximizar a lucratividade do capital. David Harvey (2005), discutindo o papel das crises do capitalismo na imposição de uma nova racionalidade no sistema de produção, mostra como elas têm o efeito de expandir a capacidade de produção e de renovação das condições da acumulação. A expansão geográfica para novas regiões se sustentava como alternativa ao restabelecimento do modo de produção capitalista, uma vez que garantiria demanda efetiva.

A intensificação das relações capitalistas no Nordeste foi se ajustando por meio de práticas diretas de apropriação do território, através das quais o Estado era chamado para fazer a regulação, assumir a política de planificação e afiançar objetivos econômicos e sociais determinados. A regulação pelo mercado, com reduzida intervenção do Estado, mostrava-se insuficiente, impondo o abandono da ideologia do *laissez-faire* e mostrando que a intervenção estatal não era uma atitude nociva à economia, mas uma forma de interferir na alocação de recursos de modo a racionalizá-los.

Os estudos produzidos pelas agências estatais de planificação como a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), o BNB o IPEA e os estudos da academia marcavam orientações favoráveis ao progresso da industrialização e adotavam a premissa que identificava a região Nordeste como a irmã pobre, o pedaço tradicional do Brasil⁵¹. A conjuntura em questão,

⁵¹ Tanto a atuação da SUDENE, quanto diferentes estudos sobre o desenvolvimento na região Nordeste tiveram forte orientação na Teoria dos Pólos de Crescimento e Desenvolvimento de François PERROUX, difundidas na obra: *A economia do século XX*, publicada em 1967. Entre os estudos mais visitados nesta linha está o livro: *Espaço, polarização e desenvolvimento* (1967), de Manuel Correia de Andrade. A essência do debate da teoria de Perroux foi capturada pela lógica do desenvolvimento regional planejado para o Nordeste brasileiro. A

associada à ameaça de irupção de conflitos (pela organização das Ligas Camponesas em 1959), despertou o interesse do governo americano em ajudar a Sudene, através da Aliança para o Progresso em 1961 e, no ano seguinte, da apresentação do Relatório Bohan, com propostas diretas de ação para a região⁵².

Quanto ao relatório Bohan, a recomendação era minimizar as pressões e tensões sociais na região com proposta concreta de ação⁵³. Na redação original do Relatório Bohan, havia um reconhecimento do papel de vanguarda levado a cabo pelas Ligas Camponesas, movimento que aparecia muito próximo dos trabalhadores, ao tempo que dava respostas às suas causas. O documento afirma:

nas regiões nordestinas de cana-de-açúcar, como pode o trabalhador rural saber que há uma possibilidade de mudança e progresso sem o recurso à violência? [...] Quando o cortador de cana-de-açúcar em Pernambuco ou colheteiro (sic) de abacaxi na Paraíba tem um problema, uma questão premente, volta-se agora para as Ligas Camponesas para pedir auxílio. Afora a sua doutrina revolucionária, o atrativo básico das Ligas é o seu serviço de conselhos de simpatia (sic) e sua assistência quase jurídica ao trabalhador rural. Na realidade, as Ligas pouco fazem pelo camponês nos tribunais (atribuindo tais fracassos como prova de necessidade de uma revisão da ordem social), mas o trabalhador, tal como uma mascote judiada, fica tão impressionado com a simpatia demonstrada que se transforma num adepto leal e incondicional das Ligas. (Relatório da Missão ao Nordeste do Brasil, versão original,

leitura do processo desencadeado pela SUDENE mostra preocupação com as características espaciais, com as possibilidades de coordenação e controle eficazes das operações do projeto para um quadro territorial potencial, político e dinâmico, passível de manipulações e exploração.

⁵² A Aliança para o Progresso trazia a retórica da ajuda econômica dos Estados Unidos para a América Latina na década de 1960. Tratava-se de investimentos tanto norte-americanos, como de países europeus e empresas privadas. Era uma resposta a revolução socialista cubana, e seu grande objetivo era impedir o avanço dos movimentos revolucionários na América Latina e promover o isolamento de Cuba. Neste mesmo ano Cuba foi excluída da OEA. Quanto ao relatório Bohan,

⁵³ Se considerarmos que a fronteira agrícola se constituiu fonte de crescimento econômico, temos que ela reduziu as tensões sociais à medida que canalizou populações de áreas de conflito fundiário para as novas terras, assumindo desse modo, um papel político importante. Este fato, como tantos outros, manifesta o caráter assistencialista do programa, cujo interesse era esvaziar as Ligas Camponesas, embora concretamente, a preocupação nuclear fosse com o desenvolvimento econômico. Ao auxiliar a USAID a SUDENE ajudou a desmontar os movimentos camponeses, ao facilitar mecanismos de colonização de imigrantes nordestinos no Sul do país, e finalmente, ao viabilizar, o que acabou se tornando a sua grande tarefa, a expansão do capital monopolista do Centro-Sul para o Nordeste (COHN 1972, OLIVEIRA, F. 1981 & MOREIRA, 1978).

apud (OLIVEIRA, F. 1981, nota 58, p. 135)⁵⁴.

Celso Furtado em 1959, como líder da Sudene, ao discutir a relação entre o aumento de produtividade e a permanência dos salários nas economias em crescimento ressaltava sua preocupação com a manutenção do projeto de integração nacional, pois segundo ele, em circunstâncias de antagonismos,

a classe trabalhadora, seja qual for o regime, se organiza eficientemente e assume posição política poderosa [...] Se tal fenômeno vier a ocorrer no Brasil, país de grande extensão geográfica, a formação de grupos regionais antagônicos poderá ameaçar a maior conquista de nosso passado: a unidade nacional (FURTADO 1959, apud OLIVEIRA, F. 1981, nota 56 p. 135).

Ou seja, a estratégia de acomodação dos grupos sociais em confronto na região estava entre as preocupações práticas da Superintendência (apesar dos conflitos ideológicos vividos internamente), por essa razão, a ela caberia o papel de implementação dos programas que deveriam esvaziar os conflitos na região, ao mesmo tempo, com a planificação, a Sudene resguardava a retórica dos desequilíbrios regionais.

Para Furtado (1961; 1970), a ameaça a este projeto nacional se fazia pelas forças do atraso na região que era marcada pelo reacionarismo rural. Tais forças, ao impedirem a reforma agrária e a redução dos conflitos no campo, ou ainda, à garantia de melhores condições de trabalho na zona canavieira acabariam por boicotar a saída da crise que estava sendo preparada pelos setores empresariais das áreas mais desenvolvidas do país.

A integração nacional processava a incorporação dos diferentes espaços numa matriz produtiva nacional se sustentando na intervenção estatal

⁵⁴ (Relatório da Missão ao Nordeste do Brasil, versão original. In OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

chamada a financiar e a construir as condições para o progresso e a assumir os princípios protecionistas de inspiração keynesiana⁵⁵.

No abandono da tese clássica do Estado neutro, tornou-se necessário somar despesas públicas, tanto sob a forma de consumo, como sob a forma de investimentos para assegurar uma política de bem-estar. O Estado, tomado por princípios protecionistas, assumiu o projeto de desenvolvimento econômico, financiando e construindo as condições para o progresso.

A integração numa economia única era necessária porque dissolveria a estrutura de ilhas e possibilitaria crescimento econômico e desenvolvimento⁵⁶.

A necessidade de integrar-se aos planos e projetos do desenvolvimento encontrou uma região com fortes tensões políticas e sociais, marcada pelo desequilíbrio de forças entre a oligarquia rural canavieira e os trabalhadores, numa realidade de forte concentração da terra, indústria da seca e avançados índices de desemprego.

O planejamento, por sua vez, esteve centrado na proposição de que o Estado daria conta de resolver estes conflitos. No caso do Nordeste brasileiro, o que coube ao Estado foi à tarefa de encontrar as condições para a sua inserção ao modelo econômico nacional, conforme mostrou Francisco de Oliveira, destacando o discurso de defesa da integração realizado pelos desenvolvimentistas: “a solução para o problema do Nordeste tem de ser encontrada na integração mais estreita dessa região com o resto do país, que se acha em rápida expansão” (1977, p. 136).

⁵⁵ O pressuposto Keynesiano, que vinha sendo assimilado como paradigma na Segunda Revolução Tecnológica de Produção e de Consumo em massa afirmava que a demanda insuficiente atrapalhava o funcionamento do sistema e que era importante que o governo assumisse o problema orientando a propensão a consumir, assim, portanto, ficaria para o Estado a responsabilidade de garantir a demanda continuada e necessária à reprodução. As idéias de Keynes, sobretudo pela importância atribuída ao Estado, assim como para as questões do emprego encontram forte aceitação entre economistas e planejadores. Estas preocupações aparecem explícitas nas propostas das políticas públicas reformistas para as questões do subdesenvolvimento no Pós Segunda Guerra, influenciando os cientistas sociais, os economistas preocupados com as questões do desenvolvimento na América Latina e os diagnósticos da CEPAL.

Para Pamplona, os países de desenvolvimento acentuado conheceram nos trinta anos que se seguiram ao final da Segunda Grande Guerra um crescimento sócio-econômico de nível avançado, sem paralelo na história. “Este sucesso pode ser atribuído ao êxito das políticas macroeconômicas de sustentação da demanda efetiva” (1997, p. 354).

⁵⁶ Mas a noção de integração nacional era na verdade uma demanda da reprodução capitalista em todo o território nacional e colocava o Nordeste na condição de exportador de produtos agrícolas e de produtor para o mercado interno, contribuindo com a transferência de excedentes do setor agrícola exportador para o setor industrial.

O Estado deveria fomentar a acumulação capitalista pelo uso do território para a reprodução. Este processo se realizaria à medida que coordenasse o projeto de integração interna e mundial da economia brasileira pela via do planejamento.

A concentração de recursos em determinados pontos do espaço tornar-se-ia uma estratégia interessante para eliminar a lógica centro-periferia e daria um sentido de justiça social, fazendo-a politicamente atrativa.

Neste contexto, a Teoria dos Pólos de Crescimento e Desenvolvimento de François Perroux⁵⁷ (1964), segundo a qual “o crescimento econômico não se faz de forma difusa por todo o espaço de um país ou cobrindo as várias partes de uma região, mas se manifesta em certos pontos [...]” (PERROUX apud ANDRADE, 1987, p. 59), sugere um entendimento de que apenas algumas áreas podem ser favorecidas, uma vez que suas condições são mais propícias do que outras. Nessas áreas surgem as indústrias que irradiam outros serviços dinamizando a vida de uma região. Esta teoria procurava explicar os efeitos inevitáveis e assimétricos que são gerados por uma unidade de produção, uma firma, uma indústria, etc., gerando um efeito polarizador e delineando a idéia de região polarizada e de região homogênea.

Boudevil, reforçando essa perspectiva de ordenamento do território ou aménagement du territoire, destaca que

o interesse supremo do espaço homogêneo e do espaço polarizado é tão somente esclarecer uma política e ajudar a construir um espaço piloto (programa) mais aprimorado possível [...]. A consciência de uma vida regional pode provocar a polarização das atividades mais propícias ao

⁵⁷ Entre os geógrafos mais visitados pelo debate em torno da abordagem realizada por PERROUX, está Manuel Correia de Andrade, com o livro: *“Espaço, polarização e desenvolvimento: a teoria dos Pólos de Desenvolvimento e a realidade nordestina”*. Recife: CRAM/Imprensa Universitária, 1967. Esta teoria inspirou vários trabalhos de planejadores, assim como a própria atuação da SUDENE. O conceito de espaço econômico passou a ser incorporado por estudiosos do planejamento, como Jacques-R. Boudevil (1961), discípulo mais direto de Perroux, que propõe também a idéia de região homogênea e de região polarizada, correspondendo a primeira, a um espaço contínuo cujas partes apresentam aspectos semelhantes, e a segunda, resultante da interdependência entre várias áreas em decorrência dos fluxos comerciais que se realizam nas cidades, ou seja, é um espaço submetido à influência de um pólo. Ler em: BOUDEVIL, Jacques-R. *Os espaços Econômicos*. São Paulo: Coleção Saber Atual, Difusão Européia do Livro, 1973. Constata-se uma crítica geográfica da Teoria dos Pólos em: SANTOS, Milton. *Pólos de crescimento econômico e justiça social*. In: *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: EDUSP, 2003.

crescimento da produção nacional concebida em conjunto. O progresso econômico pode ser buscado não para a região, mas sim pela região (BOUDEVIL, 1973, p. 25 e 26).

O que se observa é que se desenha um conjunto de medidas que devem responder às demandas da organização mais racional do espaço para a viabilização da acumulação capitalista⁵⁸. Essa tendência, de acordo com Francisco de Oliveira, mostra que o planejamento é a própria

antítese dialética entre valor e mais-valia, entre trabalho morto e trabalho vivo, trabalho pago e trabalho não pago; mas desde que o planejamento no sistema capitalista limite-se a recolocar no início do ciclo produtivo os elementos finais que estão no produto, isto é, limite-se a repor os pressupostos da produção capitalista, sua possibilidade torna-se perfeitamente plausível: em síntese, o planejamento num sistema capitalista não é mais que a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital (1981, p. 24).

Em face da importância do planejamento para a materialização das políticas de desenvolvimento regional para o Nordeste, se realizou no espaço regional a expansão do capital monopolista na região. As políticas públicas, procedentes desta experiência levaram o Estado a assumir o controle das relações entre as classes, atuando no sentido da garantia da reprodução dos interesses dos grupos detentores do capital que assumem suas determinações históricas.

3.3 A espacialização das políticas de desenvolvimento regional

⁵⁸ Neste ínterim, a geografia brasileira, inserida nos órgãos de planejamento, colocou-se pragmática, fazendo-se útil e desse modo, conquistando status. A região era entendida dentro da ótica dos desequilíbrios regionais e não “sob a ótica da divisão regional do trabalho no Brasil, vale dizer, sob a ótica do processo de acumulação de capital e de homogeneização do espaço econômico do sistema capitalista no Brasil” (OLIVEIRA, F., 1981, p. 25).

Os discursos em defesa do desenvolvimento da região Nordeste nos diferentes contextos históricos colocavam no atraso da agricultura e na correspondente incapacidade desse setor responder ao mercado capitalista devido à sua baixa produtividade, a responsabilidade pelo insucesso. Esse discurso impunha a modernização do setor como decisiva na política de combate à inflação que, por sua vez, contribuiria para o crescimento econômico.

Para esse fim, as tentativas de planejar a economia brasileira sofreram avanços e retrocessos até 1956, quando da formulação do Plano de Metas (1956 - 1961)⁵⁹ que pelo impacto e profundidade pode ser considerado a primeira experiência de planejamento no Brasil.

A análise dos planos circunscritos no Brasil entre os anos 1950 a 1980 explica as diferenças entre o Plano Trienal (cuja proposição mais coadunada com as intenções do GTDN⁶⁰ foi interrompida no golpe de 1964), e a opção dos governos militares, com forte centralização de poder e no desenvolvimentismo de Estado, marcando o modelo que se inscreveu para o Nordeste.

Em termos empíricos, da segunda metade do século XIX, até meados do século XX, a região realizava a troca de mercadorias por relações externas, ou seja, a reprodução capitalista por meio do capital comercial resguardava as especificidades regionais. O espaço permaneceu diferenciado, já que tanto as relações sociais, quanto os processos de trabalho eram mantidos. As pequenas mudanças eram comandadas de fora pelo ajustamento aos padrões de produção exógenos. As compras e vendas de mercadorias se davam com os demais espaços ainda não integrados, mas conservavam a individualidade.

⁵⁹ Até 1956 as tentativas não passaram de proposições como no Relatório Simonsen (1944 – 1945), a Missão Cooke (1942 – 1943), a Missão Abbink (1948), a Comissão Mista Brasil-EUA (1951 – 1953), o plano Salte (1948), e outras experiências. O Plano de Metas impôs a opção pelo planejamento, como plataforma de governo. LAFER, Betty Mindlin. Planejamento no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

⁶⁰ Por iniciativa do Banco do Nordeste foi criado em 14/12/56, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), funcionando sob a direção de um representante do Banco junto ao Conselho de Desenvolvimento da Presidência da República. Esse órgão foi transformado no Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) e teve um papel decisivo na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959. Ler: Documento do GTDN – Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste/GTDN. In: Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza, v. 28, no. 04, 1997, pp. 387-432.

Durante as décadas de 30 a 50 do século XX houve a intensificação da transferência do eixo de acumulação do setor agroexportador para o setor industrial. O Estado, além das condições político institucionais, ia fomentando a estruturação das estradas e a conseqüente viabilização do capital comercial, ao lado da indústria automobilística e da derrubada das barreiras alfandegárias entre os Estados, reforçando o poder de competição das mercadorias do Centro-Sul com as das outras regiões. A expansão das rodovias, além de levar à incorporação de novas terras minimizando os aumentos de preços dos produtos agrícolas nos centros urbanos, foi importante para integrar o Nordeste nessa *divisão nacional do trabalho*, como região exportadora de produtos agrícolas, possibilitando um maior intercâmbio inter-regional⁶¹.

Wilson Cano (1984) ressalta que se produzia uma interpretação equivocada das causas da pobreza no Nordeste, o que corroborava para o desenvolvimento de um regionalismo emocional e de um paternalismo fundado em uma falsa imagem de região. Para este autor, não se deve remeter à análise da situação do Nordeste ao imperialismo paulista, pois o que aconteceu foi uma integração do mercado nacional que permitiu a ampliação da complementaridade agrícola e industrial, face às contingências do setor externo e a abertura intercapitalista inter-regional para as indústrias regionalizadas⁶². Esse processo seria responsável por diferentes efeitos como: efeitos de estímulo, de bloqueio ou inibição e de destruição, quando fosse “inevitável o confronto competitivo entre atividades mais modernas e eficientes localizadas principalmente em São Paulo, com atividades similares, porém atrasadas, localizadas na periferia” (ibid, p. 65).

Entre outras explicações, Cano (ibid) mostra que o movimento bancário comercial brasileiro nega tal hipótese, dado que foi a periferia quem recebeu recursos oficiais durante o desenvolvimentismo. O autor nega também que São

⁶¹ Com efeito, ia se impondo a modernização numa dialética em que o capital comercial explorava o excedente da produção de subsistência e o da fronteira agrícola. Foram criados mecanismos legais e institucionais para assegurar o processo de integração à economia mundo. A institucionalização do salário mínimo tornava a força de trabalho uma mercadoria plenamente desenvolvida, cujo valor se definia pelos baixos custos da alimentação produzida no setor agrícola.

⁶² Ver em: CANO, Wilson. Desequilíbrios Regionais no Brasil: alguns pontos controversos. In: MARANHÃO, Silvio (Org.). A Questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

Paulo tenha usufruído das divisas geradas pelas demais regiões do país para pagar suas importações e mostra que se a periferia é obrigada a consumir produtos industriais caros de São Paulo é porque há uma concentração espacial da indústria no país.

Nesta interpretação, as disparidades regionais aparecem como inerentes a inserção das regiões no movimento de reprodução capitalista, de modo que as diferenças resultam inevitáveis. Ou seja, para a acumulação é igualmente importante a marginalização e a inserção de áreas no sistema de competição. Para o autor, à medida que novos espaços forem necessários ao processo de exploração, eles serão recompensados com as condições necessárias para se incluírem na divisão internacional do trabalho, seja como reservas de valor, ou como fomentadoras das condições de acumulação.

Nesse processo, o Estado vai legitimando a tendência à concentração do capital e à reprodução dos padrões de produção e relações de trabalho capitalistas, pois

propostas como as de tentar simplesmente trazer mais recursos para as regiões periféricas, ou aquelas que conclamam maior alocação de indústrias na periferia, parecem não atinar com a totalidade do problema. Estas duas reivindicações, quando muito, poderão atender aos anseios de parte da classe dominante periférica, mas dificilmente poderão significar o real atendimento das necessidades das amplas massas desassistidas (Ibid, p. 70).

O capital gerado pela exportação de produtos primários do Nordeste se deslocava para o Centro Sul e provocava o aumento das disparidades regionais. Essas disparidades são a repercussão própria da integração, haja vista que a expansão do capitalismo ocorre por ciclos sucessivos, num movimento de concentração e centralização do capital. No primeiro momento, em que a expansão capitalista no Brasil tem o centro em São Paulo, o ciclo toma espacialmente a forma de destruição das economias regionais. Nessa dialética, a destruição das economias garante a concentração e centraliza o capital ao se apropriar dos excedentes das outras regiões (OLIVEIRA, F., 1981).

De acordo com Francisco de Oliveira, na relação entre o Centro-Sul e o Nordeste:

são as próprias formas anteriores de reprodução do capital, nos Nordeste, que são postas em xeque; suas circularidades específicas de reprodução são ultrapassadas e dissolvidas pela nova forma de reprodução do capital da região em expansão, tendo em vista o caráter cumulativo que os aumentos de produtividade do trabalho imprimem ao processo de produção de valor (Ibid, p. 76).

A expansão do sistema de transporte, a quebra de barreiras entre as regiões gerou o movimento de concentração. As regiões estagnadas exportaram seus capitais para a região central, acarretando no movimento de centralização. Na verdade, a destruição aparente das economias regionais foi uma das formas da expansão do sistema em escala nacional. A estagnação aparece como uma fase inevitável do ciclo de expansão do capital.

A integração em uma economia única, em um único sistema de produção, só se daria à base do capital produtivo com a intensificação de relações de produção capitalistas no interior do Nordeste. A região se consolidou pela transferência do capital produtivo de outras áreas, sob a égide do Estado, notadamente daqueles estados desenvolvidos, para as regiões que assumem o lugar de subordinadas na divisão territorial do trabalho, e os planos de desenvolvimento vão consolidar essa tendência⁶³.

O Nordeste que apresentava uma economia considerada estagnada, mergulhada na crise do complexo agroexportador tinha como saída às propostas propugnadas pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que teve à frente Celso Furtado. Essas propostas entregariam ao setor industrial a responsabilidade de criar uma base econômica regional dinâmica para garantir a autonomia regional, já que a região dispunha de boas dimensões de mercado e matéria-prima e mão-de-

⁶³ Para dar um exemplo que cabe como uma luva no caso do planejamento regional para o Nordeste do Brasil, Francisco de Oliveira afirma: “desde que o Estado foi capaz de transformar uma parte da mais valia, os impostos, e fazê-los retornar sob o controle da burguesia, como capital, tornou-se capaz de operar uma mudança de forma do excedente que retornou ao processo produtivo. Isto e somente isto é o que o planejamento é capaz de fazer num sistema capitalista” (OLIVEIRA, 1981, p. 24).

obra abundante e barata. Essas condições dariam conta de reduzir o subemprego urbano e de criar uma nova classe na região.

O Grupo de Trabalho apresentou estudo acerca das atividades agrícolas e de abastecimento e tinha como questão central o aumento dos preços agrícolas⁶⁴. O aumento dos custos do agrário, por causa dos insumos industriais (máquinas/fertilizantes) e a ausência de subsídios à agricultura fazia com que a lucratividade do capital fosse reduzida. Destacava-se ainda o problema da estrutura agrária concentrada (minifúndio/latifúndio) ociosidade de terras, não penetração de novas técnicas e relações de trabalho – levando o Grupo de Trabalho a salientar necessidade da reforma agrária. Os três objetivos apresentados estavam associados à exploração dos produtos alimentícios, correção de dificuldades no setor agropecuário, produção de matérias-primas para o mercado interno e necessidade de atuação do Estado. A modernização da produção requeria equipamentos agrícolas, tratores (produzidos no Brasil), defensivos, armazéns e silos, além do desenvolvimento de pesquisa e fomento, crédito agrícola e política de preços mínimos.

A ação do Estado neste contexto era para orientar a modernização da agricultura, buscando sua integração ao novo circuito produtivo, ou seja, ao complexo agroindustrial e criando as condições favoráveis para a consolidação do modelo de desenvolvimento capitalista dependente, liderado por empresas estrangeiras e firmando a internacionalização crescente do mercado interno.

A partir dos governos militares, os diversos programas propunham alterações ao setor agrícola e relacionavam entraves à entrada das inovações que eram necessárias para a racionalização da agricultura: à estagnação da produtividade, o analfabetismo no campo que dificultava introspecção da modernização. Neste íterim, a re-alocação geográfica para aliviar as pressões demográficas⁶⁵, a eliminação do controle de preços e facilitação para exportação, o aprimoramento de políticas de preços mínimos e expansão de créditos, o aumento da capacidade de armazenagem, incentivos à utilização de adubos, corretivos e sementes melhoradas, investimentos em mecanização,

⁶⁴ Os preços agrícolas entre 1950 e 1960 aumentavam mais que o nível geral dos preços por causa do aumento da demanda (industrialização/urbanização). A renda gerada no setor industrial teria sido transferida para o agrário o que dificultava o desenvolvimento do setor industrial.

⁶⁵ Este aspecto fazia da colonização uma estratégia destacável, assim como programas de treinamento com os serviços de extensão rural e a criação de áreas de demonstração.

pesquisa e aperfeiçoamento de métodos de produção⁶⁶ tornaram-se medidas necessárias a um processo 'revolucionário' demandado pelo campo.

De 1968 até 1973, o Brasil passou pelo 'milagre brasileiro', uma fase de crescimento com repercussões no aumento da produção agrícola. Aumento este que beneficiava principalmente, produtos de exportação. Esta política vislumbrava a intensificação do capital no campo, e a região Nordeste se constituía alvo para esse processo.

O I PND (1972 a 1974) se orientava na agricultura moderna empresarial do Centro-Sul, e mostrava que a agricultura nordestina podia ser viável desde que adotasse medidas de racionalização da estrutura agrária com irrigações, modernização da estrutura de comercialização e introdução de pesquisas agrícolas para a criação de novas tecnologias, sempre atentas aos efeitos da absorção de mão-de-obra. A modernização da agricultura tornaria dispensável a reforma agrária.

As preocupações do II PND (embalado no momento do esgotamento do Milagre Brasileiro) eram com a balança de pagamentos e o setor agropecuário ganhava prioridade pela necessidade de consolidar a vocação brasileira de supridor mundial de alimentos e matérias-primas agrícolas, para tanto tornou-se necessário, além da incorporação de áreas de fronteiras (Centro-Oeste, Amazônia e Vales Úmidos do Nordeste), a modernização das áreas já incorporadas ao mercado.

Diferentes mecanismos de intervenção foram acionados, como a política de preços mínimos, o crédito rural, a pesquisa e a extensão num contexto de transição de país rural para urbano, focalizado pelo Censo Demográfico de 1970. O sistema de crédito rural, o incremento ao comércio exterior e a ampla absorção de capital no campo alteraram a base técnica⁶⁷.

A modernização da base se realizou com aplicação de recursos, criação

⁶⁶ O governo Costa e Silva entendia que a contenção da inflação demandava uma agricultura de produtividade elevada e uma ruptura de barreiras de abastecimento, o que implicava em incentivar o uso de insumos básicos, o fortalecimento e especialização do crédito rural, além do incentivo à industrialização no meio rural.

⁶⁷ A Política de Integração Nacional do I e II PND tinha intenção de promover a descentralização econômica além da reorientação dos fluxos migratórios, com a ajuda do BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento), que se concretizou com financiamentos de projetos que visaram o uso de fertilizantes, à pesquisa e a extensão rural, à concessão de créditos à agricultura, à irrigação e a pecuarização.

de instituições de pesquisas e assistência técnica, estabelecimento de um sistema nacional de crédito rural e orientação do uso de técnicas e insumos modernos propiciando a integração da agricultura ao circuito industrial.

Ou seja, até os anos 1980, as divisas geradas pela exportação de produtos primários promoveram a substituição de importações pelo avanço da industrialização, tanto pela oferta de mão-de-obra excedente do campo, como pelo valor da cesta básica definindo os salários urbanos e fomentando o aumento da lucratividade do setor industrial. A continuidade das exportações nesse período garantiu pagamentos da Dívida Externa, além do crescimento industrial que se convencionou chamar de agroindustrial e que esteve no centro de toda mudança na base técnica do setor rural.

O Estado planejador através da Sudene no Nordeste assumiu a regulação da expansão do capital no campo concebida como o próprio desenvolvimento. Este modelo manteve a centralização das decisões, a direção das aplicações de crédito e um tipo de modernização com efeitos perversos. Uma modernização estimulada pela internacionalização do capital no setor rural, que levou à intensificação da interiorização dos processos produtivos definidos pelo avanço das forças produtivas dos países capitalistas avançados, incitados por empresas transnacionais ligadas às agroindústrias.

A criação da Sudene em 1959⁶⁸ visava promover uma reorientação na economia nordestina através da expansão industrial e agrícola. Os pontos destacados que constituíam o projeto original eram a intensificação do

⁶⁸ Em 15 de dezembro de 1959, o Congresso Nacional aprovou a criação da Sudene, sendo nomeado para o cargo de superintendente, Celso Furtado. Seu primeiro Plano Diretor, aprovado no final de 1961 foi exaustivamente combatido pelas oligarquias nordestinas. Apesar disso, em 1962, o Plano foi aprovado, tendo sua estrutura baseada no diagnóstico elaborado pelo GTDN. Sua atuação orientou-se no sentido da criação de uma infra-estrutura econômica regional; do aproveitamento racional dos recursos hídricos e minerais; da reestruturação da base agrícola e racionalização do abastecimento; a melhoria dos sistemas de saúde e de educação, além do levantamento cartográfico que também fez parte das diretrizes. Os demais Planos Diretores, num total de quatro (até o ano de 1974) baseavam suas atuações, sobretudo, na implantação de infra-estrutura. A adoção de incentivos, a exemplo da isenção do Imposto de Importação e do Imposto de Renda, deu início ao processo de industrialização da Região. O Artigo 34 da Lei nº 3995, com a política de incentivos financeiros, beneficiou inicialmente as empresas de capital 100% nacional. Em 1963, surge o Artigo 18, da Lei nº. 4239 que ampliou os incentivos a todas as empresas, independente da nacionalidade. O impulso maior, no entanto, foi dado a partir da criação do Finor (Fundo de Investimentos do Nordeste) em 1974. O Fundo foi o grande responsável pelo grande desenvolvimento econômico da região ao longo dos últimos 20 anos. Ver em: GTDN, uma semente plantada pela sociedade. In: <http://www2.uol.com.Br/JC/cadernosdonordeste/index.htm>.

desenvolvimento industrial, a transformação da estrutura agrária na zona da mata, a expansão da fronteira agrícola na direção do Maranhão e sul da Bahia e a transformação da economia do Semi-Árido, com tecnologia. As características das reformas empreendidas a partir daí subsidiaram o capital que se dirigia para a região.

3.4 Da centralidade da Sudene à crise do planejamento: integrando para desintegrar

A experiência de planejamento dos programas da SUDENE a partir da sua criação visava um modelo de intervenção diferenciado. O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) criado em 1956 pelo presidente Juscelino Kubitschek, elaborou o documento intitulado *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*, cuja formulação foi um diagnóstico da região que se tornou o documento básico das políticas de desenvolvimento e que acabou por consolidar uma nova percepção da região com base nas suas contradições internas⁶⁹.

⁶⁹ O documento fazia alusão às disparidades nos níveis de renda sempre comparadas às do Centro Sul, aos investimentos do setor público para políticas assistenciais (enquanto no Centro-Sul os investimentos se dirigiam ao setor produtivo) à presença de um único fator de dinâmica que era a exportação de produtos primários (açúcar e algodão) sujeitos às variações do mercado interno e de preços, à sujeição da produção de alimentos às condições climáticas e ainda à ausência de uma política de industrialização. Todos esses fatores expressavam a ineficiência dos investimentos estatais no tocante às suas práticas compensatórias, que eram consideradas imprescindíveis à substituição das importações.

O planejamento do desenvolvimento chegou ao Brasil nos anos 40. No Nordeste, ainda constituía uma experiência pouco conhecida, na segunda metade dos anos 50. Alguns membros da elite do 'Partidão' tinham ciência do assunto, pelo que liam ou ouviam sobre a condução da economia soviética, pautada pelos princípios da planificação. As experiências da Comissão do Vale do São Francisco (1946) e do BNB (1952) eram muito preliminares. O avanço do planejamento, de forma sistemática, só veio a ocorrer com a criação da Sudene, que se beneficiou dos trabalhos dirigidos por Celso Furtado, em articulação com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Celso Furtado veio para o Brasil e atuou primeiro, junto ao BNDE, onde pensou novas bases para o desenvolvimento da economia brasileira. Ligou-se depois ao Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) coordenando estudos e propostas de planejamento que sustentaram o Projeto inicial da Sudene, que naquele contexto dispunha de uma sólida capacidade técnica e institucional. De 1958 – ano em que o GTDN foi transformado em Conselho de Desenvolvimento do Nordeste – a março de 1964, a Sudene trabalhou com nomes como os de: Francisco de Oliveira, Luiz Leite Vasconcelos, Jader de Andrade, Estevam Strauss, Juarez Farias, José Maria Aragão, Abraão Fajnzylber, Nailton Santos, Evanildo Coelho de Araújo, Diniz Xavier, Isaías Vasconcelos, David Kitover, Antônio Santiago Pessoa e Wolckmar M. Vasconcelos, dentre outros. LER: CARVALHO, Otomar de. Sudene 40 anos: a herança. In: <http://www2.uol.com.Br/JC/cadernosdonordeste/index.htm>. Ler também: Documento do GTDD –

De acordo com os relatórios do GTDN, os gastos públicos no Nordeste apresentavam valores superiores à arrecadação realizada na região, sendo maior o dispêndio nos anos de secas com despesas dirigidas essencialmente aos programas emergenciais e não em investimentos produtivos⁷⁰. Enquanto os recursos públicos patrocinavam a política de açudagem do Semi-Árido havia um fluxo de recursos privados emigrando para o centro-sul.

Essa conjuntura levou o GTDN a propor a resolução dos problemas do Nordeste a partir de uma política integrada e coordenada por diferentes organismos e ainda a reformulação das políticas postas em ação anteriormente. As medidas propostas deveriam elevar o nível da renda regional, de modo a minimizar a 'situação de dependência' do Nordeste.

Durante o regime militar os projetos implantados visavam, no plano discursivo, minimizar as mazelas da seca na região, iniciando em 1970 com o Programa de Integração Nacional (PIN) e em 1971, o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA)⁷¹. Este último se fez mais eficaz para a modernização e capitalização da agricultura do que para a desconcentração da estrutura fundiária nas regiões. Em 1971 foi criado também o Programa de Irrigação do Nordeste, para a criação de zonas irrigadas, executado pelo DNOCS e CODEVASF, com resultado limitado quanto ao número de famílias assistidas e ainda privilegiando empresas agroindustriais.

Em 1974 o governo federal criou o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE) estruturado através dos PDRI's, promovidos pelo Banco Mundial, numa ação conjunta de órgãos públicos de atuação no Nordeste, criando as condições infraestruturais para a modernização da agropecuária regional.

Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste/GTDN. In: Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza, v. 28, no. 04, 1997, pp. 387-432.

⁷⁰ Na Zona da Mata, o IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool (na medida em que protegia o mercado e subsidiava a produção) auxiliava a estrutura econômica açucareira.

⁷¹ O PROTERRA previa o apoio ao minifundista através da compra ou desapropriação, mediante indenização em dinheiro e a implantação de programas de modernização agropecuária e agroindustrial através de financiamentos e juros baixos. As desapropriações se dariam pela adesão dos grandes proprietários permitindo inicialmente a compra de terras inférteis por bons preços, às vezes retornando aos mesmos por testas de ferro. Este programa acabou se constituindo em fonte de crédito rural que se orientou, contraditoriamente, principalmente para a pecuária.

Neste mesmo ano foram criados o Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste (PDAN) e o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) em substituição ao sistema 34/18⁷², e em 1976 foi criado o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste (Projeto Sertanejo). Foram criados também em 1979, o Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste (PROHIDRO) e o Programa especial de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste (PROCANOR), e ainda o Programa de Emergência para lutar contra as secas⁷³.

Contudo, as mudanças ocorridas no setor agropecuário não representaram avanços sociais para o campo. O Nordeste manteve sua importância como região produtora de produtos agropecuários (20% do total nacional), mas o peso relativo desta atividade para a economia nacional sofreu redução.

Segundo Araújo (2000) houve uma considerável contribuição da indústria na melhoria dos indicadores econômicos do Nordeste. Entre 1967 e 1989, a agropecuária reduziu sua contribuição no PIB regional de 27,4% para 12,1% em 1990, enquanto a indústria cresceu de 26,6% para 29,3% e o setor terciário cresceu de 49% para 58,6%.

O Relatório de 1993 da Comissão Mista sobre o desequilíbrio inter-regional mostra que, a partir de 1970 até 1989, a expansão da área cultivada com frutas (mamão, manga, melancia, uvas) nas áreas irrigadas do São Francisco (cacau e abacaxi) em manchas do Sertão e Agreste (tomate, café, soja e borracha) em áreas do Agreste, do Cerrado, Zona da Mata e São Francisco, consideradas pelo melhor valor no mercado significou um crescimento da ordem de 3%, para 13,5% respectivamente, do valor da

⁷² A partir dos anos 1950, o impulso ao crescimento no Nordeste recebeu incentivos fiscais do 34/18, os investimentos da Petrobrás (Bahia), da Vale do Rio Doce (Maranhão), do BNDES, do BNB e ainda de empresas nacionais e multinacionais.

⁷³ Além do Projeto Sertanejo, que visava apoiar pequenos proprietários, parceiros, arrendatários e trabalhadores sem terra, a partir da criação de núcleos em sub-regiões que orientariam a aplicação de créditos, serviços e insumos fazendo-os mais resistentes à seca, outros programas setoriais como o Programa de Interiorização de Ações de Saúde e Saneamento do Nordeste (PIASS), o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), o Programa de Desenvolvimento de Comunidades Rurais (PRODECOR), além do programa nacional PROÁLCOOL, e diversos outros, foram criados para consolidar a política intervencionista de planificação na região.

produção agrícola na região (ARAÚJO, T. B., 2000). Paralelamente, a redução na produção de algodão, mamona, mandioca, sisal e a expansão dos cultivos do arroz, cacau, feijão, milho, laranja e da cana-de-açúcar denotam apenas a preocupação já apresentada dos governos militares com a geração de divisas através da expansão das exportações.

As zonas canavieiras, cacauzeiras e o Sertão semi-árido são áreas de forte concentração fundiária, dada à hegemonia da pecuária, o monopólio da cana e as terras de especulação, favorecendo efeitos importantes como a intensificação da mobilidade do trabalho e a redução da produção de alimentos. A ampliação da área cultivada para os canaviais, a partir da atuação do PROÁLCOOL na década de 1970, denota o caráter seletivo da modernização. No caso do algodão, o padrão de exigência da indústria têxtil modernizada, associada à presença do bicudo, reduziu a possibilidade dos pequenos produtores do Semi-Árido extraírem renda dessa atividade, levando-os a se inserirem no mercado através dos excedentes do milho, feijão e mandioca.

Com o abandono da proposta inicial de reforma agrária da Sudene, a estratégia de buscar na fronteira agrícola novos espaços de ocupação permitiu ao Nordeste um dinamismo agropecuário e agroindustrial no Piauí, sul maranhense e oeste da Bahia, agradando às oligarquias rurais que puderam beneficiar-se da situação se mantendo nas estruturas de poder.

Na medida em que não houve apoio às categorias de trabalhadores descapitalizados, os efeitos dessas políticas para o Nordeste aprofundaram as tendências de pecuarização e concentração fundiária. O que se observou foi um fortalecimento da agricultura de exportação dos médios e grandes produtores, uma vez que eles dispunham das condições de apropriação do sistema de créditos, afirmando a tendência de valorização das suas terras, fato que contribuiu para a intensificação da expropriação e das desigualdades sociais no espaço agrário nordestino.

É importante destacar que a Sudene não se constituiu, originariamente, uma fonte de recursos para favorecer os interesses oligárquicos ou para reproduzir a estrutura social dominante. Na verdade, pretendia opor-se à cultura política tradicionalista, 'arcaica' e criar as bases para as mudanças na estrutura socioeconômica. Suas funções foram desvirtuadas durante o regime

militar (1964 -1985). Na época, o caráter de intervenção e planejamento estratégico do órgão cedeu lugar a uma política de subsídios fiscais que atendia aos interesses de uma elite oligárquica, que só agiu em interesse próprio.

A perda de vigor da Superintendência durante o regime militar esteve associada à redução dos incentivos fiscais federais concedidos, em função da criação de benefícios em outras regiões do país (ISMAEL, 2005). A ditadura eliminou também a autonomia política dos estados no Conselho deliberativo da Sudene, tornando-a vulnerável aos grupos políticos predatórios. A Sudene foi aos poucos se transformando numa agência de financiamentos de projetos industriais, reproduzindo no Nordeste o modelo de concentração industrial já praticado no restante do país. Em outras palavras, a maior parte dos seus recursos foi aplicada nos pólos industriais de Recife, Salvador e Fortaleza, ampliando as desigualdades entre os estados da região e minando a legitimidade que lhe era peculiar, ao tempo que ia se identificando com as práticas que antes condenava (ibid). Esta perda de legitimidade e poder levou o planejamento regional a ser centralizado no governo federal através do Sistema Nacional de Planejamento. Neste contexto a Superintendência ia perdendo o poder de elaborar projetos e enviar diretamente para o Congresso Nacional.

Na realidade, a Sudene foi chamada a auxiliar o desmonte dos movimentos camponeses, a facilitar mecanismos de colonização de imigrantes nordestinos para o Sul do país, e finalmente, a viabilizar o que foi a sua grande tarefa: a expansão do capital monopolista do Centro-Sul para o Nordeste (COHN 1972; OLIVEIRA, F., 1977 & 1981; MOREIRA, 1979), acabou perdendo funções, no contexto de redefinição do papel que o Estado iria assumir com a crise que ameaçava a década de 1980.

Ao escrever *Um projeto para o Brasil* e discutir a necessidade de um projeto de auto-transformação social, Celso Furtado (1969) afirmava que o desenvolvimento possuía duas dimensões: a econômica e a humana, cujo sentido é a resposta a um projeto de auto-transformação do grupo humano. Ainda que se tratasse de um fenômeno induzido, o significado do desenvolvimento para Celso Furtado decorreria de um projeto que se cria na coletividade ou nos grupos que nela exercem uma atividade política. Para o

autor, apenas o fator dinâmico externo não dá conta do desenvolvimento. Este se constitui na transformação do conjunto das estruturas de uma sociedade em função dos objetivos que a sociedade se propõe a alcançar.

Entretanto, em sua obra autobiográfica, no Tomo III (publicada em 1979), refletindo sobre as distorções estruturais do subdesenvolvimento no Brasil, Furtado confessa:

Fui levado a afirmar que era condição essencial para o desenvolvimento do Brasil a preocupação com uma sociedade aberta, propícia à ampliação das bases de sustentação do Estado. Eu dizia então que a sociedade brasileira era aberta em seu seguimento urbano e fechada no rural, o que configurava um quadro instável (1997, p. 37).

O mesmo autor afirma ainda que o quadro de fechamento que se apresentou no Brasil desde a década de 1960 interrompeu a evolução política das décadas seguintes e retardou o desenvolvimento disseminando antagonismos profundos na sociedade. Este fato mostra que a ameaça ao desenvolvimento não dependia apenas da visão corrente que destacava áreas atrasadas.

Na realidade era preciso entender o Brasil, não dentro da ótica dos desequilíbrios regionais, mas “sob a ótica da divisão regional do trabalho no Brasil, vale dizer, sob a ótica do processo de acumulação de capital e de homogeneização do espaço econômico do sistema capitalista no Brasil” (OLIVEIRA, F., 1981, p. 25).

A consolidação de um quadro de monopolização do território pelo capital, não garantiu nem a homogeneização do espaço, eliminando suas diferenças, nem conseguiu erradicar as diferenças regionais.

Neil Smith (1998), na sua interpretação sobre o desenvolvimento desigual e combinado, observa que a ideologia não pode ser pensada como um conjunto de idéias erradas, mas como um conjunto de idéias radicadas na experiência prática de uma certa classe social que vê a realidade conforme seu interesse e de forma parcial. A ideologia é tida como uma reflexão invertida e truncada da realidade.

Nesta acepção, o planejamento como uma alternativa de organização do espaço para o desenvolvimento assumia a forma da própria luta dos contrários, assim, “é uma forma típica da *rationale* do capitalismo monopolista, e ao mesmo tempo do Estado anti-Nação, que tenta reconstruir pelo planejamento a comunidade ilusória, pela qual diz representar a Nação” (op. cit., 16).

O fundamento desse Estado é de que ele se sustenta como organização especializada para mediar a luta entre as classes antagônicas garantindo a conservação do conjunto das instituições que mantém a dominação de uma classe sobre a outra, pois

desde que o Estado foi capaz de transformar uma parte da mais valia, os impostos, e fazê-los retornar sob o controle da burguesia, como capital, tornou-se capaz de operar uma mudança de forma do excedente que retornou ao processo produtivo. Isto e somente isto é o que o planejamento é capaz de fazer num sistema capitalista (Ibid, p. 24).

Nessas condições, o desenvolvimento no Nordeste por meio de áreas de dinamismo econômico não conseguiu eliminar a leitura de região do *atraso*. O que se assistiu foi uma retórica voltada à realização de políticas setoriais privilegiadoras, conformando um modelo excludente e seletivo de desenvolvimento.

Por sua vez, o Estado, surgido de uma função aparentemente não econômica como a conservação da lei e da ordem⁷⁴, impõe-se pela necessidade de infundir sobre outras classes da sociedade uma ordem que diga respeito à classe dos proprietários dos meios de produção básicos, de tal modo, sendo condicionado por relações de poder econômico. Na obra, *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Engels assinala:

⁷⁴ Para Hobbes (LEVIATÃ), os homens viviam em condições infinitamente piores (estado natural), concorrendo violentamente com seus semelhantes pela glória ou ganhos materiais, caso o Estado não fosse criado. E os homens não estavam fadados a viverem sempre assim, havia uma maneira de tornar a vida melhor, menos curta e menos brutal – mais civilizada e longa se, os estados representassem os interesses dos cidadãos. O Estado neste contexto deveria ser assumido como imperativo da cooperação, uma vez que se tornaria reflexo dos desejos do cidadão, o motor da ordem, sendo que o respeito, a justiça e a equidade seriam irrealizáveis sem ele. A natureza do estado como uma entidade livre, acima das comunidades e capaz de evitar as situações de guerra (manifestações inevitáveis nas sociedades que viviam sem leis) é a que diz respeito à condição natural dos homens.

mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da ordem. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela, se distanciando cada vez mais, é o Estado (1982, p. 191).

Na análise marxiana, o Estado historicamente se comportou como sustentáculo do poder da classe social economicamente mais forte, desse modo, privilegiando-a. Nessa configuração, o estado planejador não poderia realizar a superação da contradição básica do capitalismo. O planejamento se afirmou como instrumento da apropriação de novos espaços de exploração para o capital.

A rigor, a política de desenvolvimento regional brasileira entrou em declínio a partir dos anos 1980, tendo em vista os problemas de natureza fiscal e financeira enfrentados pelo setor público. A partir desse momento, prevaleceram políticas de curto prazo, de combate à inflação e controle de gastos públicos, de maneira que os planos ganharam um caráter secundário.

Os anos 1990 trouxeram o prolongamento da crise fiscal e financeira iniciada na década anterior. A falta de recursos federais para o Nordeste era sentida á medida em que as dificuldades de financiamento do governo federal aumentavam. A redução do FINOR, do FPE (Fundo de Participação dos Estados) e do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) contribuiu para minar as tentativas de políticas públicas.

Até a década de 1990, os governos tiveram que enfrentar a crise da dívida e o crescente endividamento do setor público. Neste cenário, os planos nacionais e regionais de desenvolvimento iam sendo sufocados pelas negociações com os credores externos e internos, ao mesmo tempo, além das dificuldades de financiamento do poder público, a redefinição do papel da União no desenvolvimento econômico dos estados e regiões, no transcorrer da reforma do estado, foi decisiva para a fragilização das perspectivas de elaboração de políticas de desenvolvimento regional. A explicativa para esta

tendência passa pelo entendimento da crise da dívida e dos seus desdobramentos, principalmente no que concerne à nova concepção de desenvolvimento regional.

4. Os novos sentidos do desenvolvimento no contexto da descentralização

*“A modernidade dissimula por
baixo da novidade (pretensa e
pretensiosa novidade) a
fastidiosa gravidez do repetitivo,
e redundância que nos faz
acreditar na inteligibilidade deste
mundo.*

*Brilho e redundância, a
aparência de novidade que a
repetição quotidiana e cultural
toma, dissimulam a reprodução
total. Inversamente, a re-
produção do antigo no moderno
dissimula a sociedade actual que
se itera e se reproduz.*

*A intensidade do repetitivo não
exclui nem o babelismo, nem as
obsessões, nem as retóricas [...].*

*Pelo contrário: ela atrai estas
diversões e complementos”.*

(HENRI
LEFEB
VRE)

4. OS NOVOS SENTIDOS DO DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO DA DESCENTRALIZAÇÃO

Durante os anos de 1980, no Brasil, a face mais visível do declínio do nacional-desenvolvimentismo foi a crise da dívida que levou o Estado ao esgotamento financeiro minando sua capacidade de planejamento. Tendo em vista a importância dos investimentos das estatais e dos investimentos

públicos, a repercussão da crise foi decisiva para a estagnação econômica e a conseqüente dificuldade de investimento tanto para o crescimento, quanto para o atendimento social.

Este quadro exige a compreensão da crise do capitalismo que se revela em meados dos anos 1970, em um período de transição entre o padrão de acumulação fordista e a inauguração da economia flexível em escala internacional⁷⁵, trazendo desdobramentos para o modelo de desenvolvimento.

Naquele momento a estagnação econômica mundial levava à perda de competitividade dos estados, fazendo a economia mundo entrar em longo período de estagnação, a fase de contração econômica (WALLERSTEIN, 2003)⁷⁶. Nesta fase, a baixa lucratividade, em virtude da superprodução, vai implicar em modificações na direção dos investimentos que passaram da esfera produtiva para a esfera financeira, promovendo a abertura dos mercados financeiros. Fortalece-se, a partir desse momento, a hegemonia americana do futuro, contexto no qual os grandes bancos passam a assumir maior poder de decisão no sistema operando as práticas de valorização do capital fictício.

⁷⁵ A produção em massa com seus critérios de organização industrial e sólido crescimento garantiu à economia capitalista os '30 anos gloriosos' que coincidiram com a ascensão norte-americana no Pós-Segunda Guerra. A economia americana torna-se a economia de maior expansão, com desenvolvimento de longo prazo, combinando com a fase A do ciclo de Kondratiev, discutida por Immanuel Wallerstein. Trata-se da criação de novos mercados pela necessidade de reconstrução das economias que guerreavam. A retomada econômica da Europa e Japão nos anos 1960 e a conquista dos mercados americano e do Terceiro Mundo, pelas economias reconstituídas, contribuíram para minar a preponderância norte-americana, além de levar a uma saturação do mercado e concomitantemente, a redução da rentabilidade industrial.

⁷⁶ Sobre este aspecto, a ação do governo americano é destacada por Chesnais (2003), Duménil-Levy (2003) e Wallerstein (2003) em diversos momentos, ao abordarem o papel motor do Estado (Tesouro e Federal Reserve dos Estados Unidos) na determinação da alta de juros em 1979, conhecida por 'golpe de 1979', que iria definir o regime de acumulação com dominância financeira.

A interferência americana na alta do preço do petróleo em 1973, com efeito imediato na crise de superprodução, expressa a ação inteligente desse Estado na regulação da crise. Ocorre a partir daí uma escalada de atividades especulativas. A elevação do preço do petróleo ajuda no restabelecimento dos países de economia avançada, na medida em que os excedentes monetários dos países do Cartel foram utilizados para importações de produtos oriundos do Norte, restabelecendo a demanda nesses países. Outra parte desses recursos serviu para alimentar as contas bancárias nos Estados Unidos e na Alemanha. Este aumento dos fundos bancários passou a ser usado para empréstimos aos países pobres, transformando estes bancos em grupos de pressão junto aos países que já vinham atropelados pelas dificuldades com seus balanços de pagamentos. O acúmulo desses empréstimos leva o serviço da dívida (juros flutuantes) a níveis intoleráveis.

A especulação passou a ser acatada como contrapartida à queda da rentabilidade do capital na esfera produtiva, já que sem oportunidades de lucros no setor produtivo, os capitalistas se dirigiram para os investimentos financeiros especulativos. Esta é, de acordo com Walerstein (2003), Durménil e Levy (2003) a consequência mais importante da fase descendente do ciclo de Kondratiev.

Para Chesnais (2003), à proporção que o aumento nos ganhos de produtividade e o crescimento associaram-se à especulação financeira, a demanda nada mais foi do que uma criação do regime, sustentada no crédito, enquanto os investimentos são mantidos por empresas do setor financeiro, garantindo altas taxas de produtividade e crescimento e, ao mesmo tempo, expressando a instabilidade da financeirização.

As grandes empresas remetem a exploração de grandes empréstimos a fim de obterem lucros especulativos de curto prazo em detrimento de investimentos produtivos e os bancos com o sistema de créditos assumem papel nuclear como operadores de dinheiro futuro, o capital fictício. É o capitalismo da grande empresa, dos bancos e da predominância do cálculo financeiro sobre a estratégia produtiva, o chamado capitalismo moderno.

A mundialização do capital, que se realiza sob a égide do capitalismo financeiro, exerce um poder mundial sem precedentes, provocando o desemprego estrutural, seja em decorrência do declínio nos investimentos produtivos, seja devido aos avanços no campo da informatização, ou pela preferência pela liquidez em curto prazo (as empresas optam por aplicar nos mercados financeiros).

Nessa direção, Daniel Bensaid (2000) aborda o apoio dado pelo poder diplomático, monetário e militar dos imperialismos dominantes que participam do G8, na formulação de um *Novo Direito Internacional* e ao processo de ajuste estrutural⁷⁷, com efeito para a mundialização, observando o poder dos oligopólios mundiais, as deslocalizações industriais, os IEDS (investimentos externos diretos) e seu crescimento.

⁷⁷ Segundo CASTELLS, M. (1999), a meta era a unificação de todas as economias ao redor de um conjunto de regras homogêneas do jogo, para que o capital, os bens e os serviços pudessem fluir para dentro e para fora, conforme os critérios de mercado.

As forças econômicas dominantes querem pôr um *Novo Direito Internacional* a seu serviço. Este novo direito é elaborado para costurar a defesa das grandes corporações, garantindo-lhes o máximo de proteção e de direitos, e ainda procurando inutilizar os direitos nacionais como, as leis e os regulamentos que garantem a proteção aos consumidores (BOURDIEU, 2001).

As instâncias internacionais como o FMI, o Banco Mundial e a OMC administram este denominado *Novo Direito Internacional* e, de modo invisível, também os governos locais. O espaço de decisão permanece desafiado por relações externas e exteriores a ele, são relações que expressam o jogo de forças inerentes aos interesses das novas instituições de poder e aos interesses da sociedade.

Não obstante, a atuação predatória da ofensiva neoliberal, ao viabilizar o *Novo Direito Internacional* que define as reformas estruturais e setoriais, garantiu maior movimento do capital que se tornou mais flexível, nestes termos, fugidio, fugaz, tornando-se 'virtude' deste novo tempo histórico. Nesse movimento, o capital se deslocou atrás de garantias de acumulação, apropriando-se de territórios para o seu consumo.

Nesta conjuntura, dada a rapidez da técnica e da informação, há a redução das barreiras espaciais, assegurando poder de exploração de parcelas do espaço nas suas diferenças em termos de disponibilidade de materiais de qualidades específicas e custos inferiores, infra-estrutura, oferta e controle do trabalho sob condições de acumulação mais flexíveis. As diferenciações de condições de receptividade, conhecimento, técnica, ciência, estratégias de acumulação das elites locais, redes de poder e influência, também são requisitos de valorização do espaço. Nota-se que a produção muda de lugar ou de região e que quanto menores são as barreiras espaciais, mais as variações do lugar se tornam atrativas ao capital (CASTELLS, 1999).

Em tais circunstâncias se observa que, embora o mundo tenha se tornado menor, mais curto e mais denso, dado o avanço técnico-informacional, ele se tornou mais complexo, há nele uma centralização do poder, do dinheiro e, prioritariamente, das decisões, tudo isso ignorando as forças sociais. A mundialização do capital revaloriza as vantagens localizacionais, reforçando a competitividade entre os lugares, dessa forma, manifesta sua iminência em

todos os lugares. Cada lugar específico se organiza colocando suas vantagens localizacionais a serviço do momento da reprodução.

As especificidades que estabelecem a diferenciação entre os lugares resultantes, tanto dos processos da natureza, como dos processos econômicos e sociais, tiveram seu valor relativizado pela mundialização do capital. As redes e fluxos complexificaram os lugares, de modo que a criação e o desfazer dessas parcelas do espaço se processam com enorme rapidez. Novos territórios são construídos e desconstruídos a depender da função que vão assumindo para a reprodução do capital.

Para o caso dos países em desenvolvimento que mostraram durante os anos 70, ritmos de crescimento econômico superiores aos do mundo desenvolvido (embora tal desempenho tenha se baseado no modelo primário exportador e na substituição de importações), o acesso ao financiamento desse desenvolvimento se esgotou nos anos 80, unindo circunstâncias desfavoráveis adversas. Além do endividamento externo e do esgotamento do padrão de crescimento econômico interno, esses países tiveram que enfrentar os desafios da nova revolução tecnológica e organizativa da produção flexível.

Este novo modelo alcançou a década de 1980, nos países em desenvolvimento, desvendando as contradições do sistema, à medida que houve uma redução dos empréstimos, em consequência ocorreu uma eclosão da crise da dívida nesses países. Os novos empréstimos que passaram a ser realizados junto ao FMI (recursos de bancos privados) exigiram dos países tomadores, as Cartas de Intenção, agravando em muito a conjuntura.

Assim, a mobilidade geográfica do capital passou a ser central na nova dinâmica do sistema de acumulação e da produção do espaço, expressando sua dinâmica decisiva para a gestão do estilo de desenvolvimento, que passou a ser implantado.

Neste contexto, a mudança do discurso do desenvolvimento sob esses novos pressupostos que o capitalismo vem se configuração nas últimas décadas acentua sua lógica destrutiva, que concebe:

- a substituição do padrão taylorista e fordista pelas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas com foco nos territórios;
- a desregulação neoliberal privatizante e excludente que vem solapando o modelo de Estado de bem-estar social:

Trata-se de uma transição com especificidades que se explicitam nos campos econômico-social, político e ideológico.

Demarcando o campo político e econômico-social, a ofensiva foi definida para fomentar a competitividade entre Estados e empresas e gerar consumo, postulados em um modelo de desenvolvimento que privilegia a inserção internacional fundada em operações que se realizam dissociadas das demandas internas. Desenvolvimento é então apreendido como integração econômica mundial, e esta se materializa a partir da espacialização da globalização. A globalização, por sua vez é concebida como um paradigma⁷⁸. É como se, de fato, existisse um mundo homogêneo ou em processo de homogeneização econômica e social.

No campo ideológico, o neoliberalismo lança mão da crença de que as relações capitalistas são as únicas formas de relações sociais historicamente possíveis, dando ao mercado a força de regulador livre, equilibrador e justo dos interesses e relações sociais.

O neoliberalismo soube enfrentar o desafio de inculcar suas fórmulas dispondo das teses de Friedrich Hayek e Milton Friedman que expressam a idéia básica do livre mercado e da intervenção estatal como um risco para a liberdade individual e o caminho mais seguro para a imposição de regimes autoritários.

Milton Friedman em 1985, ao reeditar seu livro *Capitalismo e Liberdade*, rejubilava-se no Prefácio à Edição, porque suas idéias, assim como as de Hayek, embora tivessem sido publicadas pela primeira vez, há mais de vinte anos, estavam se tornando comuns para o grande público e respeitadas pela comunidade intelectual. Não obstante, é preciso reconhecer que a aceitação desses seus discursos não se produziu no acaso, mas tomados pela onda privatista, concernente à reestruturação produtiva em curso. A tese mais importante é a da liberdade do mercado e a noção balizadora do neoliberalismo

⁷⁸ ⁷⁸ Neste domínio, Fiori (1998) examina a globalização como uma apologia ideológica. No dizer de Fiori, o termo globalização mascara uma lógica do desenvolvimento que é, antes de mais nada, não eqüitativo e concentrador, e mostra-o como o orientador do novo tipo de desenvolvimento que precisa acontecer.

é a de que o setor público, ou seja, o Estado pela sua ineficiência é o responsável pela crise⁷⁹.

Essa tese, subjacente ao quadro atual do capitalismo contemporâneo tem orientado o debate sobre o futuro dos Estados, obrigando a questionar se na nova ordem mundial haverá lugar para um sistema político global amparado pelos Estados-nacionais.

Trata-se de uma conjuntura que impõe mudanças de paradigma técnico econômico e organizativo da produção e adaptações sociais, culturais e institucionais, dentre as quais cabe citar: a reforma e descentralização do Estado; um destaque para o papel destinado ao território como ator do desenvolvimento e, não somente, como espaço ou suporte passivo do desenvolvimento de atividades; e a emergência do desenvolvimento local como cenário econômico, político e social, exigindo um redirecionamento integrado das políticas públicas, voltadas para espaços territoriais.

4.1 A funcionalidade do estado na lógica do capital financeiro

Uma vez que as relações econômicas são reguladas pelo mercado, a natureza do Estado e a sua função, enquanto instituição reguladora e 'promotora do bem-estar social' e econômico muda. Este Estado deve conduzir uma economia de mercado perante o sistema financeiro internacional, com ampla abertura comercial, e privatizações.

⁷⁹ A presença de liberais no poder, durante a década de oitenta e a restauração conservadora de governos como Margareth Thatcher, na Inglaterra (1979); Ronald Reagan, nos EUA (1980); e outros, inauguraram outro modelo de desenvolvimento econômico. A nova retórica vai se construir a partir de medidas que foram decisivas na formulação de macro-políticas econômicas. O propósito dos conservadores se impôs durante o Consenso de Washington em 1989. Na ocasião, foram formuladas as políticas de ação que viabilizariam o programa de estabilização e as reformas estruturais e setoriais com a finalidade de ajustar as economias dos países devedores, colocando-os em condições de pagamento de suas dívidas com credores externos, aptos para receberem novos empréstimos e disponíveis para a circulação do capital financeiro internacional. Ler: BATISTA JR., P. N. *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. In: SOBRINHO, Barbosa Lima. *Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

A inserção dos países nesse processo se realizou de forma assimétrica e hierarquizada e vem se traduzindo em limitações à autonomia das políticas nacionais dos Estados (BELLUZO, 2001).

Na busca por novos mercados e pela internacionalização da produção, a redução de fronteiras garantiu a flexibilidade necessária às novas articulações, transformando, principalmente os países menos desenvolvidos, em meros consumidores de produtos industriais e em fontes de matéria-prima e mão-de-obra barata.

Esta estratégia, facilitada a partir da queda da guerra fria, da implementação do *Novo Direito Internacional*, da hegemonia das agências financeiras multilaterais dirigiu uma reestruturação na economia mundial, que passou a ser dominada por investimentos à escala global, processos de produção flexíveis e desregulação das economias nacionais.

Nesta conjuntura, as economias nacionais deveriam abrir-se ao mercado mundial adequando seus preços aos preços internacionais; a exportação deveria ser priorizada; as políticas monetárias e fiscais tinham que ser orientadas para a redução da inflação e da dívida pública; a regulação estatal tinha que ser mínima.

Os países periféricos tiveram que se submeter a essas exigências como condição de renegociação das dívidas externas com as agências financeiras multilaterais. Esta condição viria garantir o retorno dos investimentos.

Para Boaventura de Souza Santos (2002), o Estado Nação parece ter perdido a sua centralidade tradicional enquanto unidade privilegiada de iniciativa econômica, social e política. Observou-se que os Estados, ao buscarem fazer alianças, foram minando sua soberania dentro de uma lógica justificada por meio do argumento da ineficiência do Estado, que além de tudo, se encontrava falido. Tal argumento ia legitimando as medidas que levaram à quebra dos monopólios públicos, as privatizações, etc.

Os Estados nacionais das economias periféricas absorveram as orientações emanadas de um poder global que toma as decisões, através de instituições e organismos multilaterais (OMC, Banco Mundial, FMI, BID). A própria ONU, considerada a mais abrangente organização multilateral mundial está sendo dominada pela mesma lógica mercantil e de poder. O *Novo Direito Internacional*, ou seja, a criação de novas regras, para os fluxos de capitais,

mercadorias, serviços e informações, política de enxugamento do estado, privatizações, desregulamentações, etc., sustenta a condição do funcionamento do momento atual da reprodução do capital, como observa Pierre Bourdieu

é a lógica do campo e a força própria do capital concentrado que impõem relações de força favoráveis aos interesses dos dominantes. Estes detêm os meios de transformar essas relações de força em regras do jogo aparentemente universais através das intervenções falsamente neutras das grandes instâncias internacionais (FMI, OMC) por eles dominadas ou sob o véu das representações da economia e da política que estão em condições de inspirar e de impor e que tinham encontrado sua formulação mais bem acabada no projeto do AMI (Acordo Multilateral de Investimento): essa espécie de utopia de um mundo livre de todas as coerções do Estado e entregue apenas à arbitrariedade dos investidores dá uma idéia do mundo realmente globalizado que a internacional conservadora dos dirigentes e dos executivos das multinacionais industriais e financeiras de todas as nações visa impor ao apoiarem-se no poder político, diplomático e militar de um Estado imperial pouco a pouco reduzido a funções de manutenção da ordem interna e externa (2001, p. 114).

Mas a forte presença dessas organizações, de forma contraditória e combinada, confirma o que a história recente do capitalismo tem demonstrado. Na medida em que os Estados continuam contribuindo decisivamente para o funcionamento do mercado, sobretudo, nos países centrais (onde a atuação dos governos tem sido fundamental para o bom funcionamento dos negócios na esfera dos mercados), eles sustentam um papel decisivo na disputa/manutenção de posições no espaço econômico mundial (SOUZA, 2000)⁸⁰.

⁸⁰ Na verdade, a idéia que o poder político dos estados nacionais possa ser suplantado, num mundo sem fronteiras econômicas supõe a superação entre poder político e econômico. Os Estados Nacionais continuam a ocupar papel crucial na defesa dos interesses dos seus capitalistas no cenário internacional, prova disto é o dispêndio de recursos em eleições tanto para o executivo, como para o legislativo – (por que o fariam se o estado não tivesse força?). São os estados nacionais que criam as condições para que os fluxos da globalização se realizem com velocidade. A medida em que o movimento do capital exige a derrubada de fronteiras, este processo se expande justamente porque os estados nacionais funcionam como mola propulsora, promovendo a crescente abertura das economias nacionais para mercadorias

Nas nações dominantes o Estado vem assumindo a defesa dos interesses não só dos seus próprios capitais, mas do capital de origem estrangeira, quer dizer, quando atrai investimentos externos, o estado assegura vantagens em relação a esse capital forâneo, que deve se articular ao fortalecimento do capital local. Entretanto, coisa bem diferente se passa no caso dos estados dos países periféricos. Nestes casos a mundialização do capital tem tido o efeito de reforçar a subordinação aos interesses do capital financeiro internacional, dessa forma, se tornando mínimo para as questões nacionais (Ibid). Nas palavras de Mészáros (2003), o sistema do capital não sobreviveria uma única semana sem o forte apoio que recebe do Estado.

Destarte, se o Estado capitalista aparece como o 'comitê executivo' do mercado (conforme destaca Francisco de Oliveira), do que o árbitro neutro, colocado acima das classes sociais (como em Hobbes e Locke), isto se deve às articulações do capital financeiro dentro de cada estado nacional. Sem as políticas de desregulamentação, de privatização e de liberalização do comércio empreendidas pelos governos nacionais, o capital financeiro e os grupos internacionais não teriam conseguido romper os obstáculos e explorar os recursos existentes e necessários à sua ampliação.

Desse modo, a eliminação dos Estados nacionais não é procedente para o atual momento do capitalismo, mas por outro lado, nos países de economia periférica, eles precisam ser desmantelados para abrigar as determinações dos grandes grupos financeiros que operam independentemente da soberania nacional.

Para Pierre Bourdieu (op. cit.), esta operação que leva à globalização não causa uma homogeneização, mas ao contrário, leva à extensão de um pequeno grupo de nações dominantes sobre o conjunto das praças financeiras nacionais. Enquanto para muitos a globalização se coloca como inexorável e irreversível, para outros, a globalização é apenas uma retórica pregada pelos governos que precisam justificar sua submissão ao processo de financeirização da economia.

Como principal consequência se tem o aumento das desigualdades de oportunidades entre pessoas e entre países ricos e pobres, expressando

e capitais produtivos e especulativos; Ver em SOUZA, Angelita Matos. "Estado e Dependência no Brasil" São Paulo: Annablume, 2000.

exatamente o contrário do que propõe o discurso da homogeneização, portanto, “é vão esperar que essa unificação garantida pela ‘harmonização’ das legislações conduza exclusivamente por sua lógica, a uma verdadeira universalização” (ibid, p. 121). Essa integração na realidade tende a enfraquecer os poderes locais, regionais e nacionais, sendo o dado mais perverso neste plano, o processo de naturalização da exclusão. Essas condições aprofundam a dessocialização do capital e libertam-no dos vínculos sociais que garantiram certa proteção social na fase do Welfare State.

Sob o manto da descentralização, o Estado que se tornava mínimo para a defesa do nacional no Brasil realizou, durante a década de 1980, reformas políticas importantes, particularmente a retomada das eleições diretas e as deliberações da Constituição Federal de 1988⁸¹.

A democratização e a descentralização propostas pela Constituição de 1988 legitimam a alteração das bases de autoridade dos governos. Nesse contexto, a descentralização foi compreendida como distribuição das funções administrativas entre os níveis de governo.

A descentralização viria permitir a introdução de regras de comportamento privado no setor público, de modo a estabelecer maior concorrência no âmbito de cada esfera descentralizada de governo e propiciar condições para a cobrança de serviços públicos eficientes por parte da população. Trata-se de um novo paradigma de organização que pressupõe a eficiência do setor público.

No conceito de Benett (1990), a descentralização consiste na redistribuição de recursos, na criação de espaços de decisão e competências, e em atribuições de responsabilidade e de poder político-econômico em cada formação econômico-social específica. Nota-se que o elemento decisivo nesta conceituação é a redistribuição de poder político-econômico. Constitui desse modo, uma resposta do Estado à necessidade de atender à multiplicidade de

⁸¹ Não obstante, esta era a grande reivindicação dos anos de 1970 e 1980, havendo unanimidade entre as forças ligadas tanto à esquerda, quanto à direita. Considerava-se que a excessiva centralização do regime militar negava a participação da sociedade civil nos processos decisórios, que, associada a cultura de corrupção, produzia consenso em torno da emergência de um modelo de descentralização.

demandas territorialmente diferenciadas, ou seja, de enfrentar o desafio de articular o geral com as particularidades na gestão pública.

Esta redemocratização e/ou descentralização, associada ao contexto da crise do Estado inaugura um período de transição com a ruptura do padrão de financiamento do setor público e a perda por parte do Estado de definir interesses regionais que possam fortalecer as regiões e minimizar suas diferenças. Ao mesmo tempo, fortalece-se o discurso da presença necessária da sociedade civil, esta que é chamada para administrar suas próprias demandas.

Surge um novo ordenamento regional, onde as iniciativas locais devem constituir a expressão da descentralização e, onde a sociedade civil é chamada para ser protagonista. A descentralização emerge como mecanismo de redistribuição do poder político que pode permeabilizar o regime às pressões e à participação dos setores populares. Significa também um instrumento de implementação sobre determinada base territorial de um desenvolvimento em favor das maiorias sociais, mediante a redistribuição espacial de recursos (RIKER, 1987).

Na prática, as políticas públicas enquanto ações direcionadas para modificar uma determinada realidade territorial, têm de um lado, a população sendo convidada a definir prioridades, e do outro, as decisões relacionadas a recursos ainda fortemente concentradas.

O destaque é para o território enquanto ator do desenvolvimento. Entra em vigência um modelo que visa o uso do território em decorrência dos seus potenciais. Trata-se de entender as interconexões entre o local (a comunidade) e o global (o supranacional) trazendo para o centro dos interesses econômicos a valorização do potencial de cada território. Os lugares são tornados territórios pelo capital e passam a apresentar a alternativa encontrada pelo capitalismo para suprir as suas demandas, por sua vez, a descentralização transfere para a sociedade civil (contraditoriamente, retira dela) a responsabilidade pela eficácia desse território.

4.2 O território como ator do/no desenvolvimento

O capital produz territórios, à medida que desenvolve práticas espaciais visando sua conquista/apropriação e uso, ou seja, estabelece sua territorialidade quando vai definindo relações sociais e de produção no lugar. Esta idéia de dominação/apropriação, pelo poder do capital, se estabelece no momento que, ao abrir novos espaços para a sua acumulação/reprodução, o capital os torna territórios de uso e exploração em função dos seus fins.

Assim, o território se conforma como uma estratégia de política econômica para o crescimento e fortalecimento dos sistemas produtivos locais. O território aparece como o local apropriado para a inovação tecnológica e organizativa e o fortalecimento do tecido produtivo empresarial local.

À medida que a crise de financiamento da década de 1980 começa a demandar soluções, exigindo que o Estado procure na potencialidade dos seus territórios a garantia da produção de superávit para pagamento dos juros da dívida interna e externa, impõe-se um redirecionamento no papel das políticas, que devem partir do território. Este deixa de ser apenas um suporte passivo do desenvolvimento e passa a ser ator no processo de desenvolvimento. Ele resulta da apropriação e controle por parte de um determinado agente social. Esta apropriação não está vinculada à propriedade, mas ao controle efetivo, legitimado ou não pela sociedade.

Milton Santos adverte que “as configurações territoriais são apenas condições. Sua atualidade, isto é, sua significação real advém das ações realizadas sobre elas” (2001, p. 248) e por isso não é possível pensar o território como base material, pois “deveremos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (ibid, p. 247). Ou seja, é o uso do território e não o território em si mesmo que o faz importante. Enquanto existirem vantagens localizacionais nesses territórios, do ponto de vista da reprodução, as empresas têm olhos para seus próprios fins, o que coloca a exclusão como condição inerente à produção capitalista do espaço (MILTON SANTOS, 2001; DAVID HARVEY, 2005 & NEIL SMITH, 1998).

Para Marcelo Lopes de Souza (1995), os territórios existem e são construídos e desconstruídos em diferentes escalas, desde a da rua à escala internacional. Quer dizer, sempre que houver homens em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza, criando continuamente valor, ao modificar esta natureza através do trabalho, estar-se-á também diante de um território.

As economias locais se recriam diante da articulação mundial: novas formas de organização surgem – redes de pequenas empresas, produção flexível e descentralizada são conectadas às forças do mercado global que enquadram os territórios em redes e viabilizam uma globalização que se realiza pelo interesse dos grupos empresariais detentores do controle das técnicas e da informação⁸².

Sobre esse aspecto, Milton Santos (1996) salienta que a articulação em redes vem impondo uma união vertical dos lugares, à medida que vão sendo disponibilizados créditos internacionais para os países pobres e nessa união ocorre um acontecer hierárquico ou uma tendência à racionalização das atividades sob o comando do mercado universal e dos governos mundiais.

O FMI, o Banco Mundial, o GATT, as organizações internacionais, as Universidades mundiais, as Fundações que estimulam com dinheiro forte e pesquisa fazem parte do governo mundial que pretendem implantar, dando fundamento à globalização perversa e aos ataques que hoje se fazem, na prática e na ideologia, ao Estado Territorial (Ibid, p. 18).

Para Milton Santos (ibid), a partir dessa realidade se observa que vai emergindo no território, tanto as verticalidades - enquanto normas, regras utilitárias que colocam os lugares no mercado mundial em benefício das relações de mercado, como as horizontalidades, que se constituem na própria forma de organização do território em função dos seus próprios interesses de produção e de consumo. Para esse autor, o território hoje pode ser formado de

⁸² Nesta configuração a globalização se reveste pela oferta de oportunidades de inclusão ao permitir que novas regiões manifestem sua especificidade, sua criatividade. O capital se mobiliza abrindo novos espaços para a sua acumulação/reprodução, e os torna territórios de uso e exploração em função dos seus fins⁸². Suas características empreendedoras passam a representar vantagens locais para o capital, já que os lugares procuram inovar para atender às novas demandas.

lugares contíguos e de lugares em rede. Todavia, são os mesmos lugares que formam as redes e que formam o espaço banal. “São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas” (ibid, p. 16).

O lugar neste momento tem (re)surgido impulsionado pela globalização, que se nutre das suas especificidades e dos custos, quer sejam de mão-de-obra, quer sejam de matérias-primas ou ainda, vantagens fiscais. A reconstrução do lugar o coloca em evidência de uma forma diferente. O lugar ganha uma capa diferente dando a impressão de ser um campo aberto para especulações. Passa a adotar uma imagem de território dinâmico, empreendedor, apto para receber investimentos externos.

Concentram-se os esforços em apresentar um potencial de atração de recursos com base na imagem, nas capacidades de gerar relações positivas em torno de suas características ambientais específicas, os atores sociais e sua mobilização, as estratégias e projetos para o desenvolvimento produtivo local.

Aparecem os discursos do empreendedorismo, de autonomia e participação, com a adoção de políticas públicas ditas descentralizadoras. Estas políticas racionalizam recursos, pois se o território tem seu potencial e as comunidades, o conhecimento para lidar com a produção - então os investimentos podem ser abreviados em função das vantagens ali alocadas.

Para Marcelo Lopes de Souza (Op. cit), a questão primordial que deve preocupar, não está nas características geoecológicas, nem nos recursos naturais de certa área, nem mesmo nas ligações afetivas e de identidade entre o grupo social e seu espaço, pois os territórios podem ter um caráter permanente ou uma existência periódica. Para o autor, tudo depende dos interesses do capital num dado momento da reprodução, o que importa é perceber como se estabeleceram a apropriação, o controle, a vulnerabilidade e flexibilidade as quais os territórios estão submetidos.

Neste ponto, é importante salientar o caráter empreendedor dos Estados, cujos esforços no sentido de se tornarem chamarizes dos investimentos do capital, os transformam em gabinetes para viabilização de estratégias de atração de empreendimentos, pois dificilmente, na contemporaneidade, “desenvolvimento algum em larga escala acontece sem

que o governo local (ou a coalizão mais ampla de forças que constitui a governança local) ofereça como estímulo, um pacote substancial de ajuda e assistência” (HARVEY, 2005, p. 175).

Promove-se um pseudo-poder de decisão para as esferas administrativas mais próximas do cidadão. A retórica da autonomia do lugar, do respeito à gestão do e pelo lugar torna as cidades ou os municípios atrativos⁸³.

Os atores locais ganham maior destaque, na medida em que conhecem melhor as suas potencialidades (circunstâncias ambientais, econômicas, culturais e políticas) concretas.

Dessa forma, o que se nota é que as políticas neoliberais, não apenas procuram explorar as eventuais potencialidades dos territórios, como buscam o corte de custos por parte dos estados nacionais, para que esses optem por acertos nos balanços de pagamento, de modo a garantir superávit (imprescindível à remuneração dos juros da dívida interna e externa).

Pode-se ver como a reestruturação econômica impõe adaptações pondo em evidência a interação entre os âmbitos local e global, considerando que é o nível local que dispõe do ambiente propício à inovação. Nestes termos, os gestores públicos são convocados a estimular as iniciativas de desenvolvimento local com intervenções na reestruturação dos seus sistemas produtivos, de modo que esta orientação do desenvolvimento possa promover a revanche ao caos provocado pela globalização.

Esta possibilidade de correção dos desajustes oriundos da reestruturação produtiva não é a mesma daquela apresentada por Milton Santos (1996) quando se referia ao espaço banal. Para Santos (Ibid), o espaço banal é o espaço de todos e este é elaborado pelas horizontalidades, ou seja, quando o território se articula como espaço de luta dos trabalhadores oprimidos para estabelecer a sua revanche à força das redes verticais.

⁸³ No caso do espaço urbano, segundo Harvey (2005), os investimentos enfocam a qualidade de vida. A valorização de áreas urbanas degradadas, inovação cultural e melhoria da estrutura urbana servem de atrações para que esses espaços possam ser consumidos. Segundo Harvey (Ibid), “acima de tudo a cidade tem de parecer um lugar inovador, estimulante, criativo e seguro para se viver ou visitar, para divertir-se e consumir. [...] os festivais e os eventos culturais também se tornam focos das atividades de investimento. [...] o espetáculo e a exibição também se tornam símbolos de uma comunidade dinâmica [...]” (Ibid, p. 177).

4.3 A iminência do desenvolvimento local no cenário econômico, político e social

O desenvolvimento local no Brasil, como temática de estudo ganhou maior significado na segunda metade da década de 80, com as reflexões sobre as primeiras experiências de descentralização de políticas públicas durante o debate em torno da formulação da Constituição Federal. No entanto, o local - visto sob a perspectiva de um novo enfoque de construção do desenvolvimento, ou como base de uma nova visão de desenvolvimento, somente surgiu na década de 90, quando foram exercitadas diversas experiências apoiadas por organismos internacionais, governamentais e não governamentais⁸⁴.

Atualmente, o processo de mudança em curso torna atual a reflexão sobre o local como cenário revestido de significado, constituindo-se palco das estratégias e políticas de desenvolvimento voltadas para a melhoria da qualidade de vida das populações. O desenvolvimento local se coloca como uma resposta endógena às conseqüências da crise econômica, e ao mesmo tempo, como reflexo da descentralização econômica, política e social.

A dimensão local engendrada pelos processos concomitantes de mundialização do capital, descentralização e mudanças no papel do Estado vem sendo interpretada como uma comunidade de atores públicos e privados, que oferece um potencial de recursos humanos, infra-estruturas educativas e institucionais, na qual a mobilização e a valorização geram idéias e projetos de desenvolvimento alternativo (PRÉVOST, 1996). Daí por que se considera que o que estrutura o local, ou seja, os relacionamentos, as redes que ligam o pequeno mundo territorial com o mundo cultural, político, econômico e social, se constitui o contraponto à globalização (Ibid).

⁸⁴ Merece destaque, nesse contexto, a iniciativa do Projeto de Cooperação entre o Banco do Nordeste e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) que em 1995 deu início a um Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local. O caráter sistêmico e integrado do processo, articulado a uma concepção de desenvolvimento, transcendeu as experiências até então implementadas e inaugurou uma nova concepção sobre o local. Este passo inicial contribuiu e motivou uma série de novas experiências que têm enriquecido o debate em torno da construção de novas alternativas de desenvolvimento sustentáveis.

Para muitos autores, a globalização questiona o padrão anterior de desenvolvimento apoiado no Estado Nacional, o que a faz ampliar as possibilidades de desenvolvimento local, pois as condições da globalização na dinâmica dos sistemas produtivos “ha favorecido las vinculaciones entre los elementos funcionales y territoriales, lo que impulsa al encuentro de las estrategias de desarrollo endógeno y de desarrollo exógeno” (VÁZQUEZ BARQUERO, 1998, p. 23).

Segundo Barquero, o desenvolvimento econômico local se define como um processo “de crecimiento y cambio estructural que mediante la utilización del potencial de desarrollo existente en el territorio conduce a la mejora del bienestar de la población de una localidad o un territorio” (Ibid, p. 16). Ao contrário da visão do desenvolvimento exógeno de caráter redistributivo, que incentiva a atração de capitais e empresas externas para impulsionar o desenvolvimento das localidades periféricas, o novo paradigma do desenvolvimento endógeno ou local considera como espaço preferencial, economias de regiões e cidades, que possam crescer utilizando o potencial de desenvolvimento presente no território.

Tem a ver com o estreitamento das articulações entre o sistema produtivo e a sociedade, conforme as orientações emanadas na lógica do ajuste estrutural. É uma interpretação “orientada para a ação, na qual os atores locais determinam o caminho de crescimento da economia local através de suas decisões de investimento e de suas iniciativas” [...] (ibid, 2001, p. 93).

A teoria do desenvolvimento local refere-se a organizações produtivas imersas “em entornos que permitam formar coalizões entre atores locais – de modo a impulsionar a inovação -- bem como remete a mudanças estruturais e ao desenvolvimento local” (ibid).

Em documento produzido para a Conferência de Istambul, J. Borja e Manuel Castells (1997) observam que na relação global/local, o local se constitui o lócus de gestão do global, dada a sua importância no tocante à produtividade e competitividade econômicas, a possibilidade de integração sociocultural e da representação e gestão das políticas públicas. De acordo com o documento, pretende-se dar um poder superior aos governos locais que poderão desenvolver seus empreendimentos locais, de modo a atrair capital e ampliar sua competitividade,

os governos locais dispõem de duas importantes vantagens comparativas com respeito a seus tutores nacionais. De um lado, gozam de uma maior capacidade de representação e legitimidade com relação a seus representados; são agentes institucionais de integração social e cultural de comunidades territoriais. De outro, gozam de muita flexibilidade, adaptabilidade e capacidade de manobra em um mundo de fluxos entrelaçados, demandas e ofertas cambiantes e sistemas tecnológicos descentralizados e interativos (BORJA & CASTELLS, 1997, apud BOURDIEU, 2001, p. 19).

O local adquire um sentido mais soberano e incorpora o poder da representatividade legítima, tanto do pensar a comunidade, quanto do fazer para a comunidade. Reitera-se que nas estratégias de desenvolvimento, a sociedade local não se comporta passivamente aos processos de transformação em curso, ela desenvolve iniciativas a partir de suas particularidades territoriais conforme os planos econômico, social, cultural e político.

O local como resultado da nova espacialidade imposta pelas condições da dinâmica capitalista alia cooperação e concorrência, incorpora trabalhadores informais (como saldo da crise estrutural), famílias, e empresas. Combina especialização com flexibilidade e trás como elemento central a organização territorial do sistema produtivo baseado em micro, pequenas e médias unidades. Estas devem desenvolver vantagens e produzir um ambiente favorável a mudanças (CRUZ, 2004).

A expectativa da geração de trabalho, emprego e renda é central na perspectiva do desenvolvimento local. Nesse campo entram as políticas públicas, que têm por objetivo promover o desenvolvimento econômico à escala local e regional, dentro das novas condições concorrenciais do capitalismo.

Conforme assinala Cruz (ibid), os elementos sociais e culturais, como cooperação ou espírito comunitário, solidariedade, tornam-se fatores de produção ou se combinam para produzir vantagens competitivas de elevada performance. Para ele, esses elementos acabam por produzir capacidade de realizar um processo efetivo de democratização dentro das comunidades.

Nesse aspecto, as diferenças de enfoque em relação ao modelo anterior podem ser percebidas no quadro abaixo:

ENFOQUE CONVENCIONAL	ENFOQUE ALTERNATIVO
i. Crescimento quantitativo como guia: maximização da taxa de crescimento do produto interno bruto; • Desenvolvimento polarizado; • Crescimento hierarquizado e cantralizado; • Controle exercido pelas classes economicamente dominantes; • Intervenções setoriais: pólos de crescimento, polígonos industriais, zonas francas; ii. Estratégia baseada no apoio externo: investimentos estrangeiros, ajuda exterior; iii. Tese do transbordamento ou difusão do crescimento a partir dos núcleos centrais: tese da locomotiva: os países centrais arrastam os países em desenvolvimento;	i. Maior preocupação para: • melhorar distribuição de renda; • assegurar a sustentabilidade ambiental; • elevar a qualidade de vida; • melhorar as relações trabalhistas; • satisfazer as necessidades básicas da população; ii. Potencialização dos recursos próprios: • articulação do tecido produtivo territorial; • maior vinculação do tecido empresarial local; • mais controle do processo de desenvolvimento iii. Estímulo de iniciativas de desenvolvimento local; iv. Desenvolvimento territorialmente mais equilibrado; v. Criação de ambiente institucional que impulse o desenvolvimento do potencial local; vi. Controle exercido pelas comunidades locais;

Quadro 1 - Diferenças de Enfoque de Modelo de Desenvolvimento.
 Fonte: Adaptado de: ALBUQUERQUE, Francisco. Fortaleza: BNB, 1998.

Como se pode observar, na busca do equilíbrio do desenvolvimento se supõe um potencial de desenvolvimento endógeno, que deve ser identificado e se manter articulado à estrutura social e política. Os gestores locais devem

atuar promovendo a criação dos espaços de intervenção, que por sua vez, devem definir uma agenda de atuação que envolva o conjunto da sociedade organizada.

Verifica-se nesta formulação, que é o fator endógeno quem deverá transformar o crescimento em desenvolvimento através da organização da região e, ao mesmo tempo, a capacidade de inclusão social.

Contudo, para delimitar com maior precisão o conceito de desenvolvimento local ou endógeno é necessário diferenciá-lo do mero crescimento econômico. A presença de novas atividades numa região, num estado ou município pode elevar os seus níveis de produção e renda, sem que, entretanto, ocorra um processo de desenvolvimento econômico e social. Para Boisier (1993), o processo de desenvolvimento de uma região depende fundamentalmente

da sua capacidade de organização social que se associa ao aumento da autonomia regional para tomada de decisões, ao aumento da capacidade de reter e reinvestir o excedente econômico gerado pelo processo de crescimento, a um crescente processo de inclusão social e a um processo de permanente conservação e preservação do ecossistema regional (Ibid, p. 53).

A noção de poder local aparece fundamentada na presença de uma rede de atores locais e das relações que configuram o sistema produtivo no qual, os agentes econômicos, sociais, políticos e institucionais se organizam com sua cultura própria e geram uma dinâmica de aprendizagem coletiva. Juntos, exercem a cooperação para inovar e competir, resultando “que el desarrollo regional jamás puede ser exógeno; el atributo de la ‘endogeneidad’ es condición sine qua non del desarrollo, pero no necesariamente del crecimiento” (VÁZQUEZ BARQUERO, 1998, p. 20).

Não é demais assinalar os aspectos mais substantivos da nova formulação:

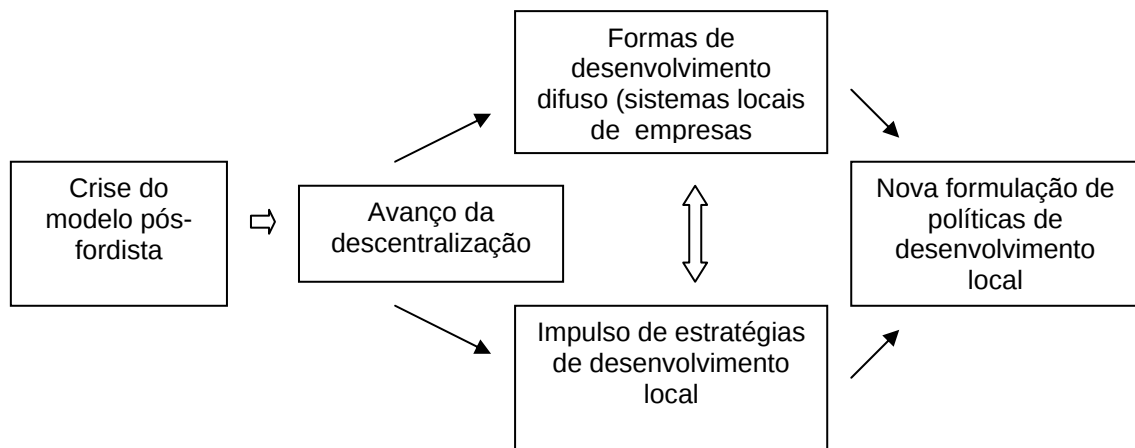


Figura 5 – **Transição para o Modelo de Economia Flexível.**

FONTE: Adaptado de: ALBUQUERQUE, Francisco. Fortaleza: BNB, 1998.

Trata-se de uma estratégia que deve impulsionar mecanismos de ações para a comunidade local, a valorização do seu potencial inovador e os seus valores culturais, em um processo de articulação produtiva entre os atores locais e os agentes do desenvolvimento. Naturalmente, o que se faz é uma transferência de competências e de poder, num contexto de descentralização político-territorial.

Para tal realização deve ocorrer um processo de negociação estratégica de agentes territoriais, o apoio político administrativo dos gestores públicos locais, além da incorporação de inovações tecnológicas no tecido produtivo local. Nesta perspectiva, o território socialmente organizado e suas peculiaridades culturais são aspectos importantes.

Observa-se, no entanto, que a heterogeneidade econômico-regional das diferentes nações, somada às transformações estruturais pelas quais a economia mundo vem passando resulta na falta de correspondência entre o discurso presente nos projetos que são elaborados para o local e as práticas espaciais desenvolvidas.

Uma evidência empírica desta prática territorial pôde ser analisada em pesquisa de campo, realizada no município de Barreira, no estado do Ceará, durante o mês de julho do ano de 2006.

O território apropriado pelo capital vem tendo seu uso regulado com fins de um aproveitamento máximo. Um aproveitamento em estreita correspondência com padrões adequados aos interesses do mercado. Essa prática envolve não só atores privados empresariais e a sociedade civil em seu conjunto, mas gestores públicos, alertando para que o desenvolvimento pretendido não é resultado exclusivo de ações empresariais, mas depende, fundamentalmente da forma como o conjunto da comunidade organiza as condições da produção. O espaço territorial, dado o seu potencial é concebido como agente no processo de adequação das condições pretendidas pela lógica de desenvolvimento que se institui.

O programa visitado no município de Barreira no estado do Ceará ajuda a refletir sobre as ações desencadeadas em nome do desenvolvimento local com ênfase no território, como elas se consolidam e são legitimadas pelas comunidades onde se inscrevem. Ao mesmo tempo, por se tratar de um programa apoiado com recursos do Programa de Combate a Pobreza Rural (PCPR), cujo suporte técnico e financeiro vem do Banco Mundial, este programa ajuda a compreender as ações e interesses dessa agência⁸⁵.

Para o Banco Mundial (um dos organismos que orienta o ajuste estrutural), as políticas de redução da pobreza prevêm programas voltados para aumentar o capital humano e físico dos pobres a fim de permitir que eles possam tirar proveito das oportunidades econômicas (BANCO MUNDIAL, 2002). A pesquisa realizada junto ao Arranjo Produtivo Local (APL) da cajucultura em Barreira/CE ajuda a entender a relação entre esse discurso, voltado para as áreas pobres e a realização do desenvolvimento local.

4. 4 A experiência dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) no Ceará

⁸⁵ Embora se trate de um programa de combate à pobreza, o PCPR do Banco Mundial, principal financiador (apoiado por contrapartida dos estados e dos municípios onde se territorializa) usa o mote de política de desenvolvimento local sustentável. O capítulo subsequente trás uma descrição do programa, mostrando sua importância para efeito desta pesquisa, analisando sua eficácia no combate à pobreza e os interesses que o permeiam.

Para o estudo realizado no estado do Ceará, buscou-se a compreensão da lógica subjacente à estratégia baseada no apoio às aglomerações produtivas que tem ganhado preferência por parte das políticas públicas de desenvolvimento local, envolvendo diferentes denominações, entre as quais: cluster, distrito industrial, ambiente inovador, sistema produtivo local. No Brasil, essa forma de articulação vem sendo denominada de Arranjo Produtivo Local (APL).

Arranjos Produtivos Locais (APLs) são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos. O conceito de APL adotado pela Redesist (Rede de Pesquisa em Sistema e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais)⁸⁶ envolve a participação e a interação de empresas - que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedores de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de representação e associação. Os APLs envolvem também diversas instituições públicas e privadas voltadas para formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento.

De acordo com os estudos realizados por pesquisadores da Redesist, trata-se de um fenômeno endógeno, que apresenta forte identificação com o território no qual está localizado e que apesar da abertura econômica e da crise fiscal vem sobrevivendo e gerando ocupação e renda e ainda dinamizando as economias locais. Para esses autores, a capacidade de inovar permite a introdução de novos produtos e processos organizativos, essenciais à garantia da competitividade dos atores locais. É uma estratégia que busca maximizar os efeitos positivos dessas aglomerações, de modo que sejam favoráveis à competitividade das empresas e do território (AMARAL FILHO & SOUZA, 2003).

⁸⁶ A REDESIST é uma rede de pesquisa do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que desde 1997 é pioneira nos estudos sobre APLs no Brasil.

Brito & Albagli (2003) consideram que naqueles arranjos produtivos onde há interdependência, articulação e vínculos consistentes, os resultados são a interação, a cooperação e a aprendizagem, com potencial para gerar capacidade inovativa endógena, competitividade e desenvolvimento.

Para fins de política pública, os APLs são atividades e localidades que reúnem vantagens comparativas e vantagens competitivas, pois são susceptíveis de oferecer respostas e retornos rápidos e crescentes e que por isso devem ser potencializadas.

No Ceará, a metodologia utilizada pelo governo do estado para encontrar as aglomerações produtivas nas comunidades foi à identificação e o mapeamento das atividades produtivas existentes, indicando o setor, a localização, o número de estabelecimentos, o número de trabalhadores e o grau de especialização da atividade (AMARAL FILHO, 2004)⁸⁷.

O interesse na identificação e localização dos arranjos produtivos está relacionado à presença de atividades que aparecem na pauta de exportações, o que levou os planejadores a entenderem que existem potencialidades a serem exploradas por estratégias e políticas de desenvolvimento, tornando-se opção de investimento para auxiliar no combate à pobreza rural.

Em entrevista realizada junto à Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional do Ceará, em julho de 2006, um dos consultores envolvido com os APLs⁸⁸, observa que se trata de iniciativas que não podem ser menosprezadas, quando se sabe que “se tem 10 produtores reunidos, essa é uma maneira de atingir a comunidade, então é interessante que tenha investimento porque esse é um empreendedorismo que está se manifestando” (Pesquisa de Campo, julho de 2006).

⁸⁷ Os trabalhos de identificação, localização e acompanhamento desses APL's são realizados por uma Empresa de Consultoria que atua junto à Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional (SDLR). Trataremos desse tema no item 5.2.1 No jogo do mercado: o lugar das consultorias.

⁸⁸ O consultor em referência, membro da Consultoria que trabalha na identificação e organização dos APLs na SDLR do Ceará, é economista e professor aposentado da UFC, além de pesquisador da REDESIST e do IPECE (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará). Na ocasião da pesquisa de campo, o professor concedeu entrevista, onde ressaltou a importância dos APLs no estado e a relevância desses arranjos nos estudos atuais sobre desenvolvimento local.

Esta compreensão dos APLs, considerados empreendedorismos latentes levou o estado do Ceará a atender ao arranjo de Barreira, com recursos do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR).

Embora o papel do PCPR no arranjo produtivo não seja determinante para a sua existência este programa subsidia as aglomerações por entender que se trata de uma alternativa consistente que pode ajudar a reduzir a pobreza.

No caso do Ceará, o PCPR foi criado em 1995 e desde a sua implantação, apoiou-se na experiência do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor – PAPP e no suporte técnico e financeiro do Banco Mundial.

Nos primeiros anos, as principais ações do PCPR destinaram-se principalmente ao acesso à água e à energia elétrica do meio rural e foram se materializando sob a responsabilidade do Projeto São José⁸⁹, que se constitui o instrumento financeiro para subsidiar programas de combate à pobreza rural, e o principal mecanismo de atendimento às políticas de desenvolvimento local, com atuação em 177 municípios do estado, como se pode observar no anexo 02.

A importância do Banco Mundial como financiador do PCPR é destacada pelo coordenador de Projetos Especiais da SDLR/CE que, durante a pesquisa de campo, ressaltou a eficiência das aplicações realizadas. De acordo com o referido coordenador, as avaliações feitas pelo Banco manifestam a sustentabilidade dos trabalhos que são desenvolvidos pelas comunidades. O entrevistado destaca que quando os representantes do Banco Mundial chegam para o acompanhamento, eles passam de dois a três dias escutando as comunidades sobre o desempenho dos projetos: se atenderam às demandas; como se deu a participação da comunidade; se o recurso foi bem aplicado; se as condições de vida estão melhores; etc. Se a avaliação for negativa, o projeto pode ser suspenso, conforme ressalta o entrevistado.

⁸⁹ O Projeto São José é a Unidade Técnica responsável pela administração dos programas do Banco Mundial, como o PCPR e o Programa de Crédito Fundiário. As ações do Projeto São José decorrem com investimentos em infra-estrutura básica, apoiando Associações Comunitárias rurais na organização, fomentando a produção e estimulando a autonomia das comunidades no esforço de redução da pobreza (Manual de Operações do Projeto São José, 2000).

eles têm uma classificação: se o projeto apresenta uma situação insuficiente, se uma situação regular, se uma situação satisfatória ou se excelente. Então estas supervisões terminam com uma minuta que descreve o que é que está bom, o que é que precisa melhorar, etc., e quando eles fazem a próxima visita, o referencial é a minuta da reunião anterior e o projeto já deve apresentar correções para os itens que foram destacados no documento (Pesquisa da Campo, julho de 2006).

Além disso, o entrevistado observa que a cada dois anos é feita uma avaliação externa e cada estado é obrigado a fazer uma licitação aberta (nacional e internacional) e contratar uma consultoria para uma auditoria mais profunda do projeto. A explicativa do coordenador de Projetos Especiais chama atenção para a participação das Empresas de Consultorias especializadas no ramo de auditoria que, segundo o entrevistado, dão indicativos para a correção das imperfeições “e essa prática acaba garantindo a eficiência e sustentabilidade dos projetos” (Ibid).

Outra reflexão realizada nessa mesma perspectiva foi apresentada pelo gerente do Programa de Combate à Pobreza Rural na Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania do estado de Pernambuco, durante pesquisa de campo em julho de 2006. Para o referido gerente, as avaliações que são rotineiramente realizadas pelo Banco Mundial, são importantes para que as próprias secretarias que administram o Programa possam avaliar os seus trabalhos. O gerente observa ainda que os projetos devem atender a comunidades carentes, destacando que se deve evitar usar recursos de forma desperdiçada ou inadequadamente e ressalta que se os órgãos responsáveis levarem à sério, é possível realizar um bom trabalho. Para ele, embora os projetos do PCPR não garantam sozinhos o desenvolvimento sustentável das comunidades, eles representam boa ajuda para os mais carentes.

A realidade estudada a partir do Arranjo Produtivo de cajucultura no município de Barreira, relatado a seguir, colabora para uma compreensão do debate em questão.

4.4.1 O Arranjo Produtivo de cajucultura em Barreira – CE

O estudo sobre o Arranjo Produtivo Local (APL) de derivados da cajucultura foi realizado em Barreira que tem o 60^o. Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)⁹⁰ do estado do Ceará e uma população estimada para 2006 de 21.520 habitantes, dos quais, em torno de 63% vive na zona rural.

De acordo com dados da Produção Agrícola Municipal – IBGE/2002, o município de Barreira é responsável por 3% da produção do caju no estado, como mostra a tabela abaixo. A tabela 1, também demonstra que o percentual de 3% é relativamente baixo em relação ao total da região e do estado. Apesar disso, interessa destacar a relevância da atividade na formação do arranjo produtivo.

Tabela 1
Produção de Castanha de Caju em Barreira e municípios vizinhos – 2002

Município	Área Colhida (ha)	Produção (ton)	Participação no total do estado
Aracoiaba	5.235	2.094	
Barreira	7.800	3.120	3%
Ocara	14.980	5.369	
Pacajus	9.584	4.554	
Região	37.599	15.137	14,8%
Ceará	362.226	102.431	

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE/2002⁹¹.

Trata-se de uma atividade que, além de contribuir com a pauta de exportações do estado, destaca Barreira na rota do turismo rural do país, conforme publicidade da Revista *Panorama Turismo Rural e Agricultura Familiar*, na qual se pode ler:

a grande extensão de cajueiros nativos em Barreira fez desta cidade uma grande produtora e beneficiadora da fruta e seus

⁹⁰ A elaboração do IDM utilizou um conjunto de 30 indicadores, abrangendo os quatro grupos a seguir: i) Fisiográficos, fundiários e agrícolas; ii) Demográficos e econômicos; iii) Infra-estrutura de apoio; e iv) Sociais.

⁹¹ Elaborado por: AMARAL FILHO & SCIPÃO, Tatiana. *Arranjo Produtivo Local de Derivados da Cajucultura em Barreira*. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará- IPECE/SEPLAN, 2005.

derivados. Empresas como a *B Caju* e a *Cana* fazem parte do Roteiro da Castanha e do Caju e abrem suas portas para os turistas para mostrar todo o processo de produção de doces, sucos e rapaduras que mesclam caju com goiaba e outras opções (SILVA, 2006, p. 21).

O Jornal *O Estado de São Paulo* trás uma reportagem na qual ressalta o arranjo de Barreira e ratifica a importância dele para o município:

Beneficiamento da castanha de caju mudou Barreira

A virada da castanha de caju em Barreira começou há 16 anos com o PA-Rural (Programa de Apoio Rural). Foi criada a Sociedade Beneficente de Barreira, associação comunitária cuja principal atividade, além de obras sociais, é uma cooperativa de beneficiamento de castanha. O PA-Rural, como a fábrica é chamada na cidade, é uma espécie de “unidade-escola”, como descreve entusiasticamente Antônio Peixoto, vereador mais votado nas últimas eleições em Barreira. Sócio e fundador da associação, hoje ele tem também sua própria unidade [...]. Diversas pequenas fábricas de processamento de castanha de caju foram montadas. A primeira exportação foi em 1999. “Passamos 6 meses para conseguir”, diz Peixoto, o principal exportador de Barreira, referindo-se ao período para juntar a carga de um contêiner. Agora, dois são preenchidos por mês, e a previsão é dobrar o volume em dois anos (DANTAS, 2005)⁹².

Interessa observar, de acordo com os textos acima, que a cajucultura se apresenta como uma alternativa para o município, revelando-se pela possibilidade de desencadear a formação de uma aglomeração produtiva, onde algumas empresas sobressaem.

A adaptação da cajucultura às condições da região do Maciço de Baturité, onde está situado o município, está associada à sua resistência à semi-aridez, de modo a se destacarem na economia do município nos pequenos estabelecimentos, a plantação de cajueiro, do feijão e da mandioca, convivendo com a caatinga arbustiva densa.

⁹² Por Fernando Dantas, enviado especial do jornal *O Estado de São Paulo*, Fortaleza/CE, 2005.

O período de safras da cajucultura se estende aos meses de setembro, outubro e novembro, meses em que a atividade ocupa intensiva mão-de-obra e acaba empregando em torno de 15 pessoas em cada hectare em atividades. As atividades vão desde a poda, à retirada dos galhos secos, à adubação e à retirada das formigas.

Até 1988, a produção de castanha de Barreira era vendida *in natura* para empresas localizadas em municípios próximos, entre eles, para a capital Fortaleza, de onde saía beneficiada. Em 1989, com o projeto de construção de Centros Comunitários Rurais do PAPP, Barreira foi contemplada com um desses Centros Comunitários denominado de PA Rural (Programa de Apoio Rural) (AMARAL FILHO & SCIPÃO, 2005).

Embora seja o nome do programa, o PA Rural passou a se constituir a Associação de Produtores, composta pela unidade de beneficiamento da castanha de caju, uma rádio comunitária, um hospital e uma área de eventos sociais.

Antes da Associação PA Rural, o município contava com uma Associação de Produtores criada em 1986, mas somente a partir de 1989, com a construção da PA Rural, a atividade de beneficiamento do caju passou a ser estimulada recebendo recursos de outros programas⁹³. O beneficiamento da castanha foi aos poucos ocupando o espaço que antes era da produção da cajuína, produção de doces e do farelo do caju (ibid).

Os primeiros recursos que chegaram para a PA Rural visavam a produção da codorna, mas foi a larga produção de caju no município (antes utilizado apenas para a produção da cajuína, doces e farelo do caju) que atraiu os investimentos que se destinaram ao beneficiamento da castanha e derivados do pedúnculo (sucos, doce cristalizado, cajuína, caju passa, etc) (Ibid).

De acordo com dados da Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional do Ceará, para o Arranjo Produtivo Local de castanha de Barreira, o

⁹³ Juntamente com os recursos para criação da PA Rural, chegou financiamento para ser iniciada alguma atividade produtiva, neste contexto, foi escolhida a produção de codorna. Os recursos do PAPP destinaram-se a compra de equipamentos, ampliação da unidade, embalagens, capital de giro para matéria-prima, caldeira e ampliação do espaço físico, viabilizando a transição de micro empresa de teste para uma empresa “de fase mais organizada” (FILHO & SCIPÃO, 2005).

PCPR através do Projeto São José destinou 94.496,83 para equipamento e melhora na infra-estrutura. Entre os 27 projetos produtivos que estão recebendo ou que estão aptos a receberem apoio do PCPR no estado, este é o quarto em valor de investimento (PROJETO SÃO JOSÉ, 2005).

Na entrevista concedida, o consultor da SDLR/CE, observou que está ocorrendo uma retomada de investimentos para esta atividade que, segundo ele, vêm dando certo. O consultor destaca que o arranjo produtivo de castanha de Barreira se iniciou com o antigo PAPP, “que hoje pode ser entendido como o PCPR, ou o Projeto São José, e agora, o São José apenas retoma seu propósito de investir “em atividades que estão dando certo” (Pesquisa de Campo, julho de 2006).

O entrevistado destaca também que, inicialmente, a castanha era vendida aos atravessadores que levavam para grandes empresas, mas com a PA Rural, desencadeou-se a formação de parcerias com diferentes órgãos. Além do apoio do Projeto São José, a Associação recebe apoios do SEBRAE na área de treinamento, da Secretaria de Ação Social, que subsidiou financeiramente a montagem dos equipamentos para a produção da cajuína, da Secretaria de Indústria e Comércio, com a doação de kits de beneficiamento de castanha.

A adaptação dos produtores à nova estratégia de organização foi sendo consolidada ao longo da década de 90, com o surgimento de pequenos fornecedores que encontraram vantagem ao entregar sua produção à Associação, que oferecia além do trator, preços mais vantajosos do que os oferecidos pelos atravessadores.

A castanha produzida em Barreira passou a ser adquirida por meio de diferentes canais: além do PA Rural, atuam também o atravessador, que repassa o produto para grandes empresas de beneficiamento localizadas na Região Metropolitana de Fortaleza; as mini-fábricas, que atuam independentes da PA Rural, a empresa Única do Caju LTDA., que chegou ao município estimulada pela iniciativa do arranjo produtivo e que atua adquirindo a castanha diretamente dos produtores e exportando-a.

Nem todos os associados produtores fornecem sua produção para a PA Rural, muitos deles não dispõem de capital para o período do plantio e sem financiamento, acabam por vender a castanha na folha para o mercado, por um

preço inferior, mesmo assim, aqueles que a entregam, não têm qualquer obrigação legal com a organização, mesmo estando associados.

Para Antônio Peixoto⁹⁴, administrador da PA Rural, a Associação serve principalmente para ensinar outros pequenos empreendedores do local, assim como de outros estados. “Ela estimulou o aparecimento de mini-fábricas dentro e fora do estado” (Entrevista c/ A. P., julho de 2006).

A PA Rural ou Associação Beneficente de Barreira iniciou suas atividades com 45 associados (famílias) e 15 pessoas trabalhando no beneficiamento da castanha de caju. Hoje ela tem cerca de 120 associados. Entre 12 trabalhadores da Associação que foram entrevistados a respeito da importância daquela organização e da atividade que estavam desenvolvendo para a comunidade, observou-se um sentimento de valorização do trabalho que desempenham:

- Pior é nada;
 - Aqui nós temos nosso salário certo;
 - O trabalho é cansativo por que a gente fica fazendo a mesma coisa o tempo todo, mas é bom por que a gente tem o trabalho;
 - Não dá tempo conversar não, por que a gente tem que fazer rápido o serviço para não perder dinheiro;
 - Ruim é quando não tem a castanha;
 - Ainda tem a ajuda ao hospital;
 - Eu acho que se a gente trabalhar bem, a gente tem o emprego;
 - Tem uns serviços que são mais pesados, como o da caldeira;
- (Entrevista c/ trabalhadores da PA Rural, julho de 2006).

Os trabalhadores ficam distribuídos em diferentes atividades. As mulheres fazem a seleção das castanhas, tanto *in natura*, como torradas. Os homens se ocupam com a seleção da castanha que sai do cozimento e ainda fazem outras atividades mais pesadas.

⁹⁴ Antônio Peixoto é um dos mais importantes interlocutores no processo de territorialização da PA Rural, tornou-se o vereador mais votado nas últimas eleições em Barreira. É sócio e fundador da associação e hoje ele tem também uma unidade própria, a *B Caju*.

A mão-de-obra ocupada na Associação é formada principalmente por jovens (moças e rapazes) e mulheres que, antes de desenvolverem aquela atividade, estavam desempregados. Nota-se, no entanto, que se trata de mão-de-obra sobrando no município, que nunca teve acesso a um emprego formal ou que passou a estar desempregada, sendo, nos dois casos, oriunda do desemprego estrutural (ibid).

Parte dessa mão-de-obra vem se ocupando da atividade gerada pelo beneficiamento do caju durante os períodos de demanda.

- Antes eu não tinha nenhum emprego;
- No terreno a gente não tira quase nada;
- Eu trabalhava em um supermercado e depois que fui demitida, nunca mais arranjei trabalho;
- É uma pena que não tenha trabalho o ano todo; (ibid).

Nesse sistema de metabolismo sob controle do capital, como bem salienta Ricardo Antunes (2003), o trabalho é ainda mais precarizado, por diversas razões. Na especificidade de Barreira, pode-se fazer uma leitura diferenciada com relação às teses que defendem a idéia do esgotamento ou mesmo do fim do trabalho (e da classe trabalhadora). O que se observa é que o trabalho se realiza na complexidade das formas desregulamentadas.

A forma de ser da classe trabalhadora – a classe-que-vive-do-trabalho -- ao permanecer despossuída dos meios de produção, estrutura-se sem poder escolher a atividade que deseja desempenhar. Apesar do discurso de que o trabalho se realiza pelo desenvolvimento da comunidade, os empregos informais têm lugar nessa realidade.

Com a ampliação do desemprego estrutural, vive-se a implementação pelo mercado mundial de alternativas de trabalho desregulamentadas. São os serviços sub-contratados que se expandem em escala global.

A presença dominante de mulheres e jovens nos serviços de classificação da castanha confirma uma outra tendência significativa no mundo do trabalho contemporâneo: trata-se da mão-de-obra feminina, que vem sendo absorvida pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho precarizado e desregulamentado (ANTUNES, 2003).

No processo de produção há uma intensa divisão do trabalho, que contribui para garantir às exigências dos padrões internacionais de qualidade, conforme explica a gerente da PA Rural, na ocasião da visita à Associação.

A gerente da PA Rural que, no contexto, era a irmã do presidente, o Sr. Antônio Peixoto, ao tempo que apresentou as instalações, mostrou e explicou todo o processo de produção das atividades desenvolvidas no Arranjo Produtivo em discussão. As ilustrações de 6 a 15 dão uma compreensão da trajetória da castanha no município, desde a plantação, até o produto final. As diferentes etapas do processo de classificação da castanha produzida no município de Barreira são:



Figura 6 - Plantação da cajueiros, Barreira/Ce.
Fonte: o autor, 2006.



Figura 7 – Classificação da castanha *in natura*, Associação PA Rural, Barreira/Ce.
Fonte: o autor, 2006.



Figura 8 - Caldeira p/ o cozimento da castanha. Associação PA Rural, Barreira/Ce.
Fonte: o autor. 2006.

Figura 9 – Corte e descaroçamento da castanha. Associação PA Rural, Barreira/Ce.
Fonte: o autor, 2006.



Figura 10 - Forno pl o ressecamento da castanha. Associação PA Rural, Barreira/Ce.
 Fonte: o aor, 2006.

Figura 11 – Processo de despliculação da castanha. Associação PA Rural, Barreira/Ce.
 Fonte: o autor, 2006.



Figura 12 – Mão-de-obra feminina na classificação p/ qualidade e cor. Associação PA Rural, Barreira/Ce.
 Fonte: o autor, 2006.



Figura 13 – Mão de obra feminina na classificação do produto final. Associação PA Rural, Barreira/Ce.
 Fonte: o autor, 2006.



Figura 14 – **Ensacamento para exportação. Associação PA Rural, Barreira/Ce.**

Fonte: o autor, 2006.

Figura 15 – **Castanha pronta para comercialização. Associação PA Rural, Barreira/Ce.**

Fonte: o autor, 2006.

A figura 6 mostra a realidade agrícola do município, cuja atividade dominante é a cajucultura. As demais figuras apresentam as diversas etapas do beneficiamento desse produto. O beneficiamento se realiza desde o momento da secagem, quando a castanha fica exposta ao sol, à classificação por qualidade e tamanho da castanha ainda crua, o cozimento e o repouso. As castanhas passam pelo corte, estufa, umidificação e mesa de pré-classificação, de acordo com a cor, o tamanho e os defeitos. As cascas das castanhas são utilizadas na caldeira, pois o óleo LCC (líquido da casca da castanha de caju) é altamente inflamável e o excedente é comercializado para indústrias de cerâmica para serem utilizados no fogo. A lenha utilizada na estufa é proveniente da polpa do cajueiro.

A Associação compra parte dessa produção e beneficia. A gerente da PA Rural confirma que é difícil para os sócios entregarem sua produção a Associação, conforme se pode lê:

nem todos podem entregar o produto aqui. Muitos deles não podem ficar esperando que a gente venda para somente depois receberem o dinheiro. A maior parte dos que entregam têm alguma outra fonte de renda. Com a concorrência de empresas maiores nós não podemos garantir nada pra eles (Pesquisa de Campo, julho de 2006).

Os lucros da associação são reinvestidos na produção, no centro social (administrado como entidade filantrópica). Não há distribuição dos lucros entre os associados.

Como o investimento para embalar a castanha é muito alto e a PA Rural não tem capital suficiente para entrar neste mercado, a maior parte da mercadoria é vendida para o mercado externo, em torno de 60%, principalmente para os Estados Unidos, Canadá e Oriente Médio e 40% para o mercado interno, sendo para São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Fortaleza, Salvador e Manaus. Os clientes da PA Rural são empresas embaladoras que compram a castanha, torram, embalam e distribuem para o mercado (AMARAL FILHO & SCIPÃO, 2005).

Muitas mini-fábricas surgidas em Barreira são de funcionários e ex-funcionários, sócios e ex-sócios. Estes aprenderam o processo e montaram seus negócios em casa, apoiados com financiamento do Banco do Nordeste. Foi esse crescimento do número de mini-fábricas que acabou estimulando a chegada da empresa exportadora Universal Única do Caju Ltda, que recebe parte da castanha beneficiada no município e se dedica a apenas exportá-la para o mercado americano. Em regra, os pequenos produtores repassam a produção para empresas locais, que fazem o beneficiamento e posteriormente exportam em consórcio com a Empresa Única do Caju LTDA (AMARAL FILHO & SCIPÃO, 2005).

Nota-se que se trata de uma cadeia produtiva, cuja lógica de organização trás a demanda da organização local, assentada na proposição de

um desenvolvimento de base, ou de baixo para cima, cuja iniciativa deve residir na comunidade local.

O APL de Barreira/CE desenvolve dependência em relação ao mercado externo, e conseqüentemente, ao preço do dólar, por isso, o setor passa por dificuldades. Os Estados Unidos, como principal mercado para a castanha de Barreira (cerca de 90% das exportações) consegue ditar os preços do produto. O faturamento da PA Rural, assim como das demais mini-fábricas depende da produção e das condições desse mercado. Neste ponto, o Estado não consegue interferir na determinação do preço ou na garantia do mercado. O que se observa é que além da intensiva concorrência entre os atores, o empreendedorismo destacado, com forte liderança da PÁ Rural no negócio, não elimina o peso da concorrência com as empresas particulares.

Para o Sr. R. membro do Conselho de Desenvolvimento Sustentável do município,

a PÁ Rural foi se estabelecendo como a mãe das pequenas indústrias de Barreira. Aqui, temos mais ou menos umas 15 mini-fábricas de beneficiamento de castanha, umas estão funcionando, outras estão fechadas, pra mim, isso depende do administrador. Esta que é de Peixoto está sempre vendendo. Quando o administrador quer, a coisa dar certo (Pesquisa de Campo, julho de 2006).

A entrevista com o Sr. R. foi realizada durante visita a uma das mini-fábricas do município, denominada B Caju, cujo proprietário é o presidente da Associação PA Rural, o Sr. Antônio Peixoto.

Questionado sobre se existe interferência política de lideranças locais na gestão da Associação, o Sr. R. foi enfático e respondeu:

o Conselho de Desenvolvimento Sustentável, que era o antigo Conselho de Desenvolvimento Municipal tem autonomia. A gente trabalha pra todo mundo, independente do lado político que a pessoa está. A gente não pergunta de defende o prefeito ou se é da oposição e depois, isso não interessa para o trabalho que fazemos. Tem muitas Associações no

município, quando precisam de alguma coisa, nós procuramos atender (ibid).

O entrevistado não quis discutir diretamente a participação política do presidente da PA Rural nas eleições municipais, ao mesmo tempo, destacou que se trata de uma pessoa idônea, que “contribui muito para o desenvolvimento das atividades da cajucultura em Barreira” (ibid). Para ele, não interessa quem é o presidente, quem é do Conselho, o importante é que sejam pessoas interessadas em beneficiar o município (ibid).

Na ocasião da pesquisa constatou-se que além da PA Rural existem no município de Barreira outras 14 mini-fábricas territorializadas em virtude do estímulo dado pela primeira. Essas realizam a produção envolvendo o trabalho familiar e gerando de 12 a 15 empregos cada uma, em períodos de safra. Algumas dessas empresas ainda são informais e, segundo o conselheiro entrevistado, passam algum tempo paradas por causa da concorrência. Na realidade, a dependência do mercado e das diretrizes dos compradores expressa a reduzida força do lugar com relação às garantias do sucesso do negócio.

Durante a pesquisa foi possível visitar uma dessas micro-unidades que se encontram paradas. Na comunidade de Caiana, o prédio da Associação Comunitária, que envolve três comunidades rurais, Caiana, Cajazeira e Alto Santo é também uma mini-fábrica de beneficiamento de castanha de caju.

Observou-se que se trata de um projeto que recebeu apoio do SEBRAE e do Banco do Brasil e que se encontra desativado há mais de dois anos, conforme resultado da entrevista. No interior do prédio estão as máquinas para o beneficiamento da castanha. A castanha deve ser entregue a uma cooperativa que reúne outras oito associações. Além dessas máquinas, a associação conta com toda a estrutura de beneficiamento, como se pode notar pelas figuras abaixo:



Figura 16 - **Placa de inauguração da mini-fábrica.** Com. Caiana, Barreira/Ce.
Fonte: o autor, 2006.

Figura 17 – **Vista frontal do Prédio da mini-fábrica.** Com. Caiana, Barreira/Ce.
Fonte: o autor, 2006.





Figura 18 – **Vista de fundos da mini-fábrica.** Com. Caiana, Barreira/Ce.
Fonte: o autor, 2006.



Figura 19 – **Mesas classificadoras da castanha na mini-fábrica.** Com. Caiana, Barreira/Ce.
Fonte: o autor, 2006.



Figura 20 – **Vista interna da mini-fábrica.** Com. Caiana, Barreira/Ce.
Fonte: o autor, 2006.



Figura 21 – **Caldeira da mini-fábrica.** Com. Caiana, Barreira/Ce.
Fonte: o autor, 2006.



Figura 22 - Forno **da mini-fábrica**.
Com. Caiana, Barreira/Ce.
Fonte: o autor, 2006.

A associação encontra-se sob a coordenação de uma líder comunitária que, embora more em Fortaleza, mantém uma residência na comunidade e tem o seu esposo como tesoureiro. Em depoimento, os pais da coordenadora da mini-fábrica, que é ao mesmo tempo, presidenta da associação, declararam que sua filha é funcionária pública em Fortaleza, mas desenvolve um trabalho de apoio à comunidade e que, na última eleição, foi candidata a vereadora.

É possível notar que a presença de lideranças políticas que procuram buscar os projetos para as comunidades, apadrinhando-os, não difere de outras realidades, já estudadas, no quadro de referências do associativismo rural.

Em entrevista, três jovens que participaram de cursos preparatórios (oferecidos pelo SEBRAE para aprender a lidar com o beneficiamento da castanha na comunidade em questão) relataram que o desenvolvimento da

atividade fica na dependência das condições da safra, que por sua vez, depende das condições ditadas pelo mercado. Elas destacaram que entre os meses de janeiro e junho de 2005 tiveram 122 horas de cursos⁹⁵. Nota-se que se trata de um conjunto de medidas visadas pelo Programa de Revitalização de mini-fábricas de Castanha de Caju, apoiadas pelo Banco do Brasil e SEBRAE, que passou a ser fomentado depois da PA Rural, e que ajudam a consolidar a vocação da cajucultura do município de Barreira.

A preocupação levantada pelas jovens está relacionada ao fato de que, depois de um ano e meio que o prédio da Associação foi construído e equipado, ainda não tinham começado a trabalhar. Só tiveram trabalho na época dos cursos e não acreditam que a situação vá mudar.

Quando questionadas em relação ao aprendizado desenvolvido nos cursos que freqüentaram, uma delas relacionou às etapas do processo de beneficiamento:

primeiro recebe-se a castanha, leva-se para a secagem, para a classificação, depois vem o armazenamento, o cozinhamento, o repouso, o corte e depois a castanha vai para a estufa, nesta ela passa por duas etapas: estufa – umidificador – estufa; volta então para o repouso e vai ser despeliculada para então ser classificada pela qualidade e cor (são três cores) e então ensacadas (Entrevista c/ M. J., julho de 2006).

Além do detalhamento do processo de beneficiamento aprendido nos cursos que foram realizados, as entrevistadas mostraram-se conhecedoras do processo desenvolvido até a implantação da mini-fábrica na comunidade. Ao mesmo tempo consideram uma perda de dinheiro. Uma das jovens observa que se trata de “um investimento que não vai pra lugar nenhum” (Entrevista c/ S. R., julho de 2006).

Sobre este aspecto, outro importante depoimento foi o do administrador do PA Rural, Antônio Peixoto, para quem os problemas enfrentados no arranjo produtivo não dependem apenas do interesse de cada administrador, mas da

⁹⁵ Entre eles: Saber Empreender; Iniciando um Pequeno Grande Negócio – Agroindústria Castanha de Caju; Redes Associativas; Gestão da Qualidade: princípios; Gestão da Qualidade: as pessoas;

falta de matéria-prima que se associa à quedas de safra e à concorrência com outras empresas que vêm formando parcerias com empresas maiores em outros países, como é o caso da Índia.

O administrador da PA Rural ressalta que nem sempre as relações com o mercado beneficiam a população, pois “tem aí grandes empresas competindo no mercado, e isso tem dificultado muito o nosso trabalho” (Entrevista c/ A. P., julho de 2006).

Antônio Peixoto ressalta o papel que o capital indiano vem desempenhando em empresas cearenses. Para ele, à proporção que estas empresas voltam à ativa, apoiadas pelo capital indiano, elas dificultam o mercado para a castanha de Barreira. Antônio Peixoto assinala que tanto a PA Rural, quanto as mini-fábricas beneficiadoras sofrem restrições na competição com as grandes empresas de Fortaleza, já que não dispõem de capital de giro suficiente para armazenar a castanha e esperar os períodos da entressafra. A opção mais corriqueira é entregar sua mercadoria à empresa exportadora.

Veja, a PA Rural desde que foi implantada é um modelo. Vem gente de outros estados conhecer a produção e o beneficiamento da castanha daqui e todos que vem gostam do que vêem. Agora, nem sempre as coisas estão boas, por que as empresas mais poderosas acabam se destacando mais e a gente não pode fazer grande coisa. Quando a situação fica ruim, os produtores não têm o que fazer (ibid).

Ele destaca que se a PÁ Rural tivesse condições de beneficiar e exportar sua produção e não tivesse que enfrentar a concorrência, tudo estaria melhor.

Em Barreira, a Única do Caju Ltda., é a única que exporta⁹⁶. Embora seja a maior das unidades de produção no município, quando chegou a

⁹⁶ A empresa possui três associações que trabalham com exclusividade para o seu abastecimento: a Associação Jatobá, que faz somente o corte da castanha e emprega 50 pessoas, uma segunda é a Associação Barroso, que vem fazendo somente o corte da castanha e emprega 25 pessoas, a terceira é a Associação Lagoa Nova, esta última abarca todo o processo de produção (corte e seleção) e emprega 50 pessoas. As associações seguem as normas de produção exigidas pela Única, sendo que apenas a Associação de Lagoa Nova tem autonomia de comprar independentemente a sua matéria-prima. As duas outras associações recebem a matéria-prima da Única.

Barreira em 1989, ela foi contemplada com estímulo do poder público. A prefeitura cedeu o terreno e a EMBRAPA-CE cedeu a estufa e o umidificador (Pesquisa de Campo, julho de 2006).

Apenas a Única do Caju Ltda. exporta diretamente para o mercado exterior. Além da sua produção, ela recebe o produto beneficiado das demais unidades e somente ela consegue estocar a matéria-prima no período de entressafra. 90% da produção volta-se para exportação, “o que a torna uma âncora para todas as pequenas fábricas da região, para a qual o PÁ Rural, juntamente com as micro unidades, entregam o que produzem” (op. cit.).

Há outras empresas que mantêm parcerias com o SEBRAE e com o Banco do Nordeste⁹⁷. Algumas exportam para o mercado interno (São Paulo, Amazonas, Pernambuco e para a Região do Cariri Cearense), outras entregam a produção para a Única.

Essa realidade mostra uma apropriação do espaço pelo capital resultando em territórios lucrativos, uma vez que para o capital, o que importa é a garantia do produto a baixo preço para que seja possível retirar o máximo de lucratividade do trabalho.

As contradições produzidas não são mensuradas no processo de conquista desse espaço tornado território. O que consta é a manifestação de abertura para o empreendedorismo, que vem consolidar e gerar, do ponto de vista dos defensores dessa lógica, uma possibilidade para a sustentabilidade do desenvolvimento.

Observa-se nesse caminho, que o desenvolvimento local das comunidades carentes, pela via dos APLs, se associa a uma forma de enquadramento às necessidades do mercado. Se o mercado está favorável, a economia dessas comunidades também estará se realizando de modo a garantir condições básicas de sobrevivência, o que manifesta que a regulação do local se estabelece na escala global, levando a questionar o modo de apropriação e controle desses territórios, mas principalmente, a vulnerabilidade

⁹⁷ Outras mini-fábricas como Empresa Caná Sucos, criada em 1988, fabrica sucos, doce cristalizado e cajuína e emprega 55 funcionários. A unidade vende diretamente para o consumidor e para empresas que prestam serviços de merenda escolar. A Cajulinda é outra micro empresa de propriedade de um ex-funcionário que trabalhou 12 anos na PA Rural, e que a partir de 2000 criou sua própria unidade de beneficiamento da castanha. Ele entrega o produto à Única.

e flexibilidade a que os mesmos estão sendo submetidos, conforme esboçam Santos (1996); Souza (1996); Neil Smith (1998) & Harvey (2005).

Trata-se de um novo sistema de produção que facilitou a localização de cada produto em territórios geográficos onde as vantagens comparativas se colocam favoráveis ao sistema de acumulação de empresas, impulsionando o processo de globalização econômica.

Contrariando o discurso da valorização do lugar, cuja ênfase recai no poder local e no fortalecimento sócio-econômico das comunidades envolvidas, o processo de reestruturação produtiva centra-se em produtos finais, que possam interessar ao mercado global enquanto as vantagens comparativas lhes propiciarem tais condições.

Para Manuel Castells (2001), esse apelo à valorização do potencial inovador do lugar, seja econômico ou cultural, leva as pessoas a resistirem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertencimento. Mas, destaca que o sentido de comunidade mostra que as pessoas “constroem abrigos, mas não paraísos” (ibid, p. 84).

Tal idéia difere da elaborada por Santos (1996) & Sherer Warren (1993), quando se referem às redes horizontais. Para estes, os territórios podem se articular em redes, parcerias entre a comunidade, entre territórios e estabelecer um novo sentido para a articulação que pode garantir resistência às redes verticais. Dessa forma, o território pode se constituir uma revanche, uma possibilidade de auto defesa e reação às condições impostas pelo caos global resultante das transformações ocorridas.

Mas a realidade mostra que as empresas têm olhos para seus próprios fins, ou seja, é o uso do território, e não o território em si mesmo que o faz importante. Este processo de apropriação pelo capital promove, ao mesmo tempo, territorializações, desterritorializações e reterritorializações.

Sobre este aspecto, Harvey manifesta preocupação com essa tendência,

percebemos aqui esse empreendedorismo crescente sob uma luz diferente, pois a busca para se obter capital de investimento confina a inovação a um caminho muito estreito, elaborada em torno de um pacote favorável ao

desenvolvimento capitalista e a tudo que isso acarreta (2005, p. 180).

O neoliberalismo acentua a supremacia do mercado como mecanismo de eficiência e justiça e os governos são pressionados a garantir certa proteção social às crescentes populações carentes, podendo, por vezes, entrar em conflito com o primado absoluto das forças do mercado.

Se a lógica do mercado é socialmente excludente, porque é concentradora de recursos e agrava a questão ambiental, além de retirar a propriedade da terra e gerar dependência, do ponto de vista social, os trabalhadores encontram-se imersos numa lógica desigual que reproduz fortes contradições. Estes trabalhadores têm grande dificuldade de encontrar possibilidades efetivas de reprodução de suas vidas na economia, dita globalizada.

Esta conjuntura coloca em dúvida as práticas espaciais com foco no desenvolvimento local, pois aparecem fundamentadas, não em um movimento contra hegemônico, como querem fazer crer os discursos oficiais, mas nos interesses do capital.

Entretanto, o peso do discurso do desenvolvimento local, enquanto proposição hegemônica ganha força em virtude, sobretudo, das reflexões em torno do desenvolvimento sustentável, este que começa a despontar na década de 1960, como reflexo da tomada de consciência em relação à intensiva exploração dos recursos naturais, por causa da massificação dos padrões de consumo⁹⁸.

As preocupações com o meio ambiente só se ampliam a partir dos anos 1970, com as reuniões da ONU e os documentos resultantes: o documento Limites do Crescimento, em 1972; a Declaração de Cocoyok em 1974; o

⁹⁸ Embora a degradação ambiental estivesse aliada aos processos produtivos de larga escala, espalhados pelos continentes, a questão ambiental não estava presente nas inquietações sobre os caminhos do desenvolvimento, antes da década de 1960. Conseqüentemente, não havia preocupação com os riscos de exaustão de recursos ou com os problemas de degradação do meio ambiente. A partir da tomada de consciência, entretanto, elabora-se uma crítica ao desenvolvimento que se centra unicamente na correção dos desequilíbrios macroeconômicos, por que este não garante a inovação do tecido social e econômico, portanto, é insuficiente para assegurar o desenvolvimento produtivo.

Relatório Brundtland, em 1987; e a Rio 92. Esta última se torna marco das discussões porque traz para o debate a necessidade de comprometimento dos países na resolução do problema.

Os discursos depois da Rio 92 apontam para o desafio de um processo de desenvolvimento que estimule o aparecimento de comunidades sustentáveis, capazes de suprir suas demandas, descobrir suas vocações e desenvolver o próprio potencial, dessa maneira, incorporando a abordagem, já em foco, do desenvolvimento local.

Diz respeito a uma ideologia que pretende “implementar uma política de gestão racional de recursos naturais estratégicos localizados nos principais nichos ecológicos mundiais [...]” (FERNANDES, 2002, p. 250).

Não se trata de preconizar a negação do lucro, mas de chamar atenção para a exaustão dos recursos naturais e de sensibilizar o planeta para tal desgaste. A aplicação dessa ideologia não ficou apenas no campo das intenções, ela foi sendo traduzida em ações, que podem ser constatadas pelos vários programas nos diferentes setores da gestão pública.

No capítulo que segue, o desenvolvimento sustentável será observado na interação com o desenvolvimento local e na sua aplicabilidade em políticas de combate à pobreza rural no Nordeste.

5.0 O Desenvolvimento Sustentável: discurso e prática espacial

A ilha da Utopia tem
cinquenta e quatro cidades espaçosas e magníficas.
A linguagem, os hábitos, as instituições,
as leis são perfeitamente idênticas.
As cinquenta e quatro cidades são edificadas
sobre o mesmo plano e possuem
os mesmos estabelecimentos e edifícios públicos,
modificados segundo as exigências locais.
A menor distância entre essas cidades
é de vinte e quatro milhas,
a maior é de uma jornada a pé.
Os utopianos convertem em pão os cereais;
bebem o suco da uva, da maçã, da pêra;
bebem também água pura ou fervida
com mel e alcaçuz, que possuem em abundância.
A quantidade de víveres necessária
ao consumo de cada cidade e de seus territórios
é determinada da maneira mais precisa.
Não obstante, os habitantes
não deixam de semear o grão e criar gado,
muito além das necessidades do consumo.
O excedente é posto em reserva, para os países vizinhos.
Quanto aos móveis, utensílios domésticos,
e outros objetos que não podem ser encontrados no campo, os
agricultores vão procurá-los na cidade.
Eles se dirigem aos magistrados urbanos
que lhes mandam entregar sem remuneração nem atraso.
Todos os meses se reúnem para celebrar uma festa.
Quando chega o tempo da colheita
os filarcas das famílias agrícolas
comunicam aos magistrados das cidades
quantos braços auxiliares necessitam;
e enxames de ceifadores chegam no momento convencional
e, se o céu está plácido,
a colheita é feita quase num só dia.

(Thomas Morus,
Utopia)

5.0 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DISCURSO E PRÁTICA ESPACIAL

Os debates mundiais sobre degradação ambiental que deram origem à abordagem de desenvolvimento sustentável passaram a acontecer a partir dos anos 60, quando o desgaste gerado pelo crescimento econômico já se mostrava irreversível.

O documento *Limites do Crescimento*⁹⁹, publicado em 1972, apontava para o esgotamento dos recursos naturais decorrentes do crescimento populacional e destacava a necessidade de congelamento desse crescimento e do crescimento industrial, atacando fortemente as teorias de crescimento econômico.

O clube de Bariloche respondeu à posição do documento Limites do Crescimento criticando o crescimento acelerado e sem planejamento, mas sem defender a estagnação do crescimento econômico como resposta à crise ambiental, e sim a utilização de tecnologia para o melhor aproveitamento das reservas, o que alteraria as previsões de esgotamento rápido das mesmas.

A tensão entre as proposições do documento Limites do Crescimento e o clube de Bariloche no final da década de 1960 e início dos anos 1970, se confundia, segundo Bryan (2005), com a divergência de interesses entre países 'ricos' e países 'pobres'. Para o clube de Bariloche, os países pobres não deviam parar de crescer, pois o que faltava a eles era a apropriação de tecnologias que maximizassem o uso dos recursos que estavam sendo desperdiçados ou insuficientemente aproveitados. Enquanto isso os defensores do documento Limites do Crescimento reforçavam a tese da ideologia ecológica, segundo a qual, a contenção do desenvolvimento evitaria agressões ao meio ambiente.

Logo depois, em 1974, a ONU elabora a *Declaração de Cocoyok*¹⁰⁰ que trás uma visão da destruição ambiental a partir de um diagnóstico da situação da África, Ásia e América Latina. Nesta declaração, a destruição ambiental dos continentes é compreendida como resultante da pobreza que leva a população

⁹⁹ Documento apresentado na 1ª Conferência Sobre o Meio Ambiente em Estocolmo 1972. Ler em: BRYAN, Newton A. P.: [et. al]. *Desenvolvimento Sustentável: histórico: conflitos e perspectivas*. São Paulo: LaPPlanE/UNICAMP, 2005.

¹⁰⁰ A Declaração de Cocoyok resultou de uma reunião da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio-Desenvolvimento) e do UNEP (Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas), em 1974.

carente à superutilização do solo e dos recursos naturais, ou seja, a degradação passa a ser explicada pelo curso da pobreza das nações pobres, e não como resultante das relações de exploração mundial.

Quando em 1987, a ONU publica o *Relatório Brundtland*¹⁰¹, onde o termo desenvolvimento sustentável aparece pela primeira vez, ela apresenta uma lista de medidas a ser seguida mundialmente, e pressupõe que a expansão econômica possa se realizar com melhorias nos indicadores sociais e na preservação ambiental. O desenvolvimento sustentável, neste documento, foi definido como aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as próprias necessidades.

Este relatório faz parte de uma série de iniciativas, anteriores à Agenda 21, as quais consolidam uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, ressaltando os riscos do uso excessivo dos recursos naturais.

A Agenda 21 foi elaborada como resultado do acordo entre os 179 países durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992. A Agenda determina por uma reflexão dentro cada país sobre o modo como os diferentes setores da sociedade poderiam cooperar apontando soluções para os problemas sócio-ambientais. O documento se tornou instrumento para a reinterpretação do modelo econômico que deveria ser mais participativo nos níveis local, nacional e global, de modo a contemplar harmonia, equilíbrio, promoção da qualidade e não apenas da quantidade do crescimento na direção de um desenvolvimento sustentável. A

¹⁰¹ Intitulado também de *Nosso Futuro Comum*, o documento publicado em 1987, se tornou referência mundial para a elaboração de estratégias e políticas de desenvolvimento eco-compátíveis. As medidas mais importantes apresentadas pelo Relatório foram: a) limitação do crescimento populacional, b) garantia da alimentação a longo prazo, c) preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; d) diminuição do consumo de energia e desenvolvimento das tecnologias; e) aumento da produção industrial nos países não-industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas, f) controle da urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores; g) as necessidades básicas devem ser satisfeitas h) as organizações do desenvolvimento devem adotar a estratégia do desenvolvimento sustentável; i) a comunidade internacional deve proteger os ecossistemas supranacionais; j) guerras devem ser banidas; k) a ONU deve implantar um programa de desenvolvimento sustentável. Ler em: BRÜSEKE, Franz J. O Problema do desenvolvimento sustentável, In: Cavalcanti, Clóvis (org) Desenvolvimento e natureza – estudos para uma sociedade sustentável, São Paulo: Cortez, 1995.

Agenda 21 foi elaborada para ser adotada por organizações do sistema das Nações Unidas, pelos governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente. Ela se constitui a mais abrangente tentativa de orientação do desenvolvimento para o novo século, pautado na sustentabilidade ambiental, social e econômica. De acordo com Comissão Pró Agenda 21 – Rio, cada país precisava assumir a responsabilidade de elaborar sua própria Agenda.

Francisco Albuquerque (1998), membro do Instituto Latino-americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (ILPES/ONU) chama atenção para o caráter dinâmico das modificações organizativas e de gestão que precisavam se realizar a partir do novo paradigma de desenvolvimento sustentável. Ele observa que as alterações do modelo de desenvolvimento devem estar sustentadas na incorporação do conhecimento e nas alterações tecnológicas, entendidas como processos de inovação social, que são:

as novas alternativas e métodos de gestão de pessoal, tais como a racionalização da jornada de trabalho, o aperfeiçoamento do sistema de motivação e a delegação de responsabilidades e competências pessoais, dentre outras. Assim, em muitas ocasiões, o êxito competitivo não depende tanto da aquisição de novas máquinas, como de melhorias organizativas e mudanças sociais e culturais que permitam o estabelecimento de redes de comunicação mediante as quais seja possível unir esforços e gerar sinergias positivas [...] (ALBUQUERQUE, 1998, p. 15).

É preciso salientar que, nesse contexto social de incorporação de novos valores, as mudanças institucionais necessárias nos diferentes planos territoriais e de políticas públicas vêm introduzir as demandas por uma vantagem competitiva que se pauta na organização, na gestão, na informação e no conhecimento.

De acordo com essa abordagem a inserção na economia mundo só se faz pela competitividade, garantida pela difusão territorial do crescimento que, por sua vez, impulsiona o uso/incorporação de novos territórios, favorece a equidade social e a qualidade de vida da população total envolvida.

A adequação a uma gestão inovadora, com criatividade e motivação dos atores sociais, nessa perspectiva, repercute na negociação entre os níveis local e regional, as organizações sociais, as instituições e o setor privado, apoiando a produção, facilitando a cooperação e viabilizando a competitividade, conforme metodologia do desenvolvimento endógeno ou local, anteriormente destacada.

Essas mudanças no processo produtivo e no método de gestão são ao mesmo tempo, a otimização tanto da linha de produção, como dos avanços na organização da produção, do trabalho, da informação, da qualidade, da comercialização, entre outros. Ademais, todas essas alterações se realizam em um ambiente de estímulo social e cultural que deve ser propiciado pelos diversos agentes sociais, públicos e privados, em cada território.

O caráter endógeno do desenvolvimento está associado à dinâmica de transformação econômica e social que se gera a partir das respostas das regiões/cidades aos desafios da competitividade, aos quais estão submetidos. Os atores locais devem adotar estratégias e iniciativas que possam lhes garantir condições de inserção no mercado com conseqüente melhorias na qualidade de vida. Nessa especificidade, o desenvolvimento sustentável proposto deve se realizar a partir da potencialidade que cada lugar tem de desenvolver suas capacidades para absorver capital, suas condições de reprodução e para oferecer trabalho, de maneira a se adequar às condições do mercado mundializado. Esse discurso aponta para o desafio de um processo de desenvolvimento que deve estimular o aparecimento de comunidades sustentáveis. Valoriza-se aqui o papel do território enquanto espaço reagente. O local é valorizado pelo seu potencial inovador que deve interessar às perspectivas do desenvolvimento global, de modo que o território não é escolhido pelos interesses ou preocupações com o lugar, mas pelo que oferece para a garantia da competitividade.

São iniciativas que se colocam na procura de equilíbrio entre produção e consumo com distribuição de riquezas. Insiste-se que o desenvolvimento é possível sem a degradação ambiental e social, ou seja, sem o desenvolvimento desigual. Discute-se sobre o desenvolvimento sustentável colocando-o como a possibilidade de conciliação entre o processo de desenvolvimento e a manutenção do equilíbrio ambiental planetário em um contexto no qual, a

exigüidade de recursos naturais, fome e o desemprego são tão latentes (SACHS, 1986).

Apesar dos debates e das mudanças no processo organizativo de produção, no padrão atual de acumulação, o que continua sendo necessário à reposição do processo de valorização do capital, é que os produtos devem ter menor tempo de duração e reposição ágil no mercado, de modo a aumentar a velocidade do circuito produtivo. Trata-se de um domínio no qual as leis do mercado transformam tudo que é supérfluo em necessidade, colocando o desperdício e a destrutividade como traços desse novo tempo histórico, no qual a redução dos ciclos de vida dos produtos é a marca mais importante (RICARDO ANTUNES, 1995; MÉSZÁROS 2003 & KURZ, 1992).

Neste ponto, é mister destacar que as observações da Declaração de Cocoyok/ONU sobre a exploração dos recursos e seu esgotamento na África, Ásia e América Latina, cujas economias são periféricas, longe de atribuir a tais continentes a responsabilidade pela degradação ambiental deveriam considerar a destruição dos recursos naturais na sua inserção no processo de produção do espaço pelo capitalismo. A avaliação da ONU no referido documento, não apenas nega que há um processo de desenvolvimento que é desigual, como realiza uma análise focada na causalidade. Não se observa que a lógica que regula o desenvolvimento dessas nações impõe um processo destrutivo. Destarte, o caráter desigual do desenvolvimento revela um mecanismo de alimentação recíproca que combina a produção social do espaço africano, asiático ou latino-americano com destruição ambiental, em uma unidade essencial, qual seja, a de estabelecer um regime de acumulação que se apropria dos dotes de muitos para promover a riqueza de poucos.

Não obstante, a posição da ONU confirma o seu papel na regulação do sistema de produção, trazendo subjacente uma concepção de mundo na qual não existe luta de classes. Ao tempo que propõe complementaridade e cooperação para solucionar o problema ambiental denota pelo discurso de aparente neutralidade uma adaptação funcional às políticas de poder.

É ingênuo esperar, entretanto, como observa Marcionila Fernandes (2002), que organizações como ONU, Banco Mundial, FMI, G7, OMC, responsáveis pela consolidação do processo de ajuste estrutural venham

questionar o ordenamento econômico, pois se assim procedessem estariam negando seus próprios princípios.

5.1 A ideologia do desenvolvimento sustentável no Brasil

No Brasil, as reformas estruturais iniciadas com o propósito da garantia da retomada do crescimento têm como foco o redirecionamento do desenvolvimentismo brasileiro. Este redirecionamento deve garantir a modernização da estrutura econômica, no sentido de colocá-la nos padrões de competitividade internacional, sob pena de o país ficar condenado ao *atraso*.

Para este objetivo, além da criação de mecanismos de atração de capitais por meio das reformas estruturais, foi preciso ativar os mecanismos necessários à obtenção de um consenso.

A dimensão do desenvolvimento focado no uso do território expressava o conteúdo aceito pelos países centrais, que achavam conveniente acatar um discurso de desenvolvimento orientado pelas forças do mercado, na medida em que pudessem ser adotadas medidas de proteção ao meio ambiente sem, necessariamente, o rompimento do modelo de produção. Além disso, a presença de um ambiente marcado pela valorização da sociedade civil, bem como para a multiplicação dos mecanismos de mediação e representação, contribuiu para firmar um ideário de aceitação de uma possível sustentabilidade do desenvolvimento.

O consenso relacionado ao valor da sociedade civil foi se consolidando no mesmo processo que levava o Estado a se tornar mínimo. De forma contraditória e combinada, à medida em que o Estado passava a ser considerado ineficiente e dessa forma, responsável pelas mazelas sociais, creditava-se à sociedade civil as iniciativas pelo seu próprio 'desenvolvimento'. Era preciso que o Estado entendesse o potencial das iniciativas da sociedade e delegasse poderes à mesma.

Reportando-se a essa nova maneira de interpelar a sociedade civil, Canclini afirma que, "[...] hoje se usa sociedade civil para legitimar as mais heterogêneas manifestações de grupos, organismos não governamentais,

empresas privadas e até indivíduos” (2001, apud PAULA, 2005, p. 269). Mas “como cada um entende de forma diferente este nome, esta entidade amorfa aparece como típica comunidade imaginária [...]” (ibid). Ou seja, a simples presença da população não implica em defesa dos seus interesses, pois há de se considerar que, conforme Ander: “la participación no és algo que se concede, como algunos parecen presumir: és simplemente el derecho del, a decir su palabra, a decidir sobre su próprio destino” (1974, p. 188).

Apesar do relativo consenso em torno do poder de articulação e do exercício da participação da sociedade organizada para a proposta que se pretende consubstanciar, o modelo de desenvolvimento sustentável reitera a importância da continuidade do Estado assumir a responsabilidade com o desenvolvimento regional para servir de fonte interna de financiamento. Mas, admite-se que além dessa fonte, o governo estadual deve buscar financiamento externo, junto ao governo federal e aos órgãos multilaterais de financiamento, como é o caso do Banco Mundial.

Neste ponto é importante refletir sobre a atuação do Banco Mundial no Brasil, que ocorre desde 1949, quando foi firmado o primeiro empréstimo do BIRD ao país (US\$ 75 milhões para a área de energia e telecomunicações), mas que vem se alterando e se intensificando nos anos subseqüentes. De 1949 para cá foram mais de 380 operações de crédito, que somam em torno de US\$ 36 bilhões (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2002)¹⁰².

A adoção de uma política de descentralização administrativa que prevê maiores investimentos de governos estaduais, municipais e das diversas representações da sociedade civil vem acompanhada de poder de barganha das agências multilaterais, que passam a exercer um papel de coordenação de investimentos setoriais no país (PAULA, 2005).

Desde os anos 1990, o Banco Mundial inclui financiamento para projetos em cinco áreas: redução da pobreza, ajuste fiscal sustentável, retomada do crescimento, crescente efetividade do desenvolvimento e melhor administração dos ativos ambientais. Todos esses cinco temas aparecem estreitamente

¹⁰² A assistência do Grupo se efetiva por meio do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), da Corporação Financeira Internacional (IFC) e da Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (AMGI) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

relacionados com o objetivo principal da assistência do Grupo Banco Mundial, ou seja, a redução da pobreza.

Entre as suas estratégias, o Banco ressalta uma estreita parceria com o FMI e o BIRD, com as agências internacionais de desenvolvimento e com organizações da sociedade civil, além da participação de Associações Comunitárias ou outros representantes de beneficiários na elaboração e na implementação dos projetos.

A atuação dessa agência no Brasil é regida pela *Estratégia de Assistência ao País – EAP (Country Assistance Strategy - CAS)*, um documento que descreve as prioridades, a composição e a distribuição da assistência. O documento destaca que o crescimento da renda per capita é condição para a redução da pobreza e que a primeira prioridade para o crescimento é a continuação da estabilidade macroeconômica com taxas de juros decrescentes (que dependem do ajuste fiscal e da continuação das reformas do setor financeiro). A segunda prioridade é a melhoria das condições para o desenvolvimento do setor privado (inclusive através de maior acesso ao financiamento, à infra-estrutura e a investimentos na educação).

De acordo com o Banco Mundial, pobreza e desigualdade continuam a ser os desafios mais importantes do desenvolvimento a longo prazo do Brasil. Para eles, não há uma solução única, simples e rápida para esses desafios, mas uma gama de estratégias que devem funcionar conjuntamente.

As políticas de redução da pobreza incluem desde crescentes oportunidades de obter receitas por meio da estabilidade e da retomada do crescimento até as políticas voltadas para aumentar o que o Banco Mundial denomina de capital humano e físico dos pobres (especialmente através de educação, saúde, reforma agrária, solos urbanos e rurais) a fim de permitir que eles possam tirar proveito das oportunidades econômicas e uma rede de segurança social para protegê-los.

Neste encaminhamento, as principais linhas de atuação dos projetos financiáveis devem oferecer oportunidades de geração de emprego e renda às comunidades rurais pobres e apoiar as comunidades no planejamento e implementação de seus subprojetos.

Paradoxalmente, o Banco Mundial com o consentimento dos estados, ao estabelecer o ajuste estrutural como a condição de investimentos nos países

pobres acaba por assumir a definição das políticas desses países, expressando o sentido contraditório do seu discurso pelo desenvolvimento sustentável, uma vez que o ajuste beneficia tão somente os grandes grupos detentores de capital – dando à sustentabilidade, um sentido fetichizado.

A exigência da continuidade das reformas do setor financeiro, apenas confirma que essa agência vem legitimando medidas antidemocráticas de subtração dos investimentos, sobretudo, dos serviços públicos, já que estimulam a liberalização econômica e o aniquilamento de conquistas relacionadas aos direitos trabalhistas.

Em diversos países considerados subdesenvolvidos, as transformações políticas ocorridas pós-ajuste estrutural passaram pela “privatização de terras públicas e comunitárias, além da privatização das águas e das florestas” (REZENDE & MENDONÇA, 2004). Contraditoriamente, o consentimento do ajuste pelos governos dos países que buscam os empréstimos demonstra que enquanto o Estado deixa de promover a desconcentração fundiária, ele está estimulando o controle do território por grandes empresas e ainda a integração dos camponeses ao agronegócio. Além da política chamada mercado de terras (Crédito Fundiário, Banco da Terra), o Estado estabelece uma nova política pela via da mercantilização da terra.

Trata-se de uma conjuntura que torna incompreensível a realidade da formulação das políticas internas dos países devedores que estão sendo delegadas à instituição que capitula o receituário neoliberal, cristalizando uma política macroeconômica fundada numa lógica que restringe o atendimento das demandas do povo, ao mesmo tempo que alinha todos os setores do país a um modelo de desenvolvimento gestado nos circuitos financeiros supranacionais.

Apesar disso, a ideologia do desenvolvimento sustentável com ênfase no local, como aparece nas propostas de políticas públicas no Brasil, se generalizou. Esta ideologia se afirmou tornando-se, de acordo com os seus interlocutores, a estratégia de desenvolvimento que permite fazer uso do potencial competitivo do território, de modo a melhorar sua eficiência na utilização dos recursos, no usufruto do sistema de relações e das especificidades culturais.

No decorrer dos últimos anos vem ocorrendo uma avalanche dessas políticas de recorte sustentável que, de forma progressiva, vêm ganhando força

no seio da sociedade. Nas comunidades mais pobres onde elas se territorializam, elas substituem as políticas anteriores, consideradas 'políticas de cima para baixo' e, segundo documentos do Banco Mundial, elas buscam a promoção de uma gestão local, procurando assegurar o desenvolvimento econômico e social.

A análise dos projetos que visitamos em trabalho de campo nos estados do Ceará, Pernambuco e Sergipe mostra que o propósito nuclear está na conjugação do desenvolvimento local e do desenvolvimento sustentável, implicando para os seus formuladores, que um está no outro. As práticas desenvolvidas com base nessa proposição passaram a ser elaboradas na região Nordeste a partir do Projeto Áridas que será tratado a seguir.

5.2 Adequação do desenvolvimento sustentável ao Nordeste

As idéias e propostas nascidas na Conferência Internacional sobre Impactos de Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semi-Áridas – ICID¹⁰³, realizada em Fortaleza em 1992, tornaram-se um marco metodológico referencial para a elaboração das políticas públicas que versam sobre o modelo de desenvolvimento sustentável.

O evento de Fortaleza, assim como o seu produto final – o Projeto Áridas - foi aos poucos desencadeando na sociedade local e regional o novo modelo, que precisava se estabelecer em bases sustentáveis do ponto de vista

¹⁰³ Uma das reuniões preparatórias da Conferência Rio-92. A Conferência Internacional sobre Impactos de Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semi-Áridas – ICID desencadeia uma série de outras Conferências no Nordeste e implementa o Projeto Áridas, que propõe mudanças nos rumos do desenvolvimento, com vistas à redução da pobreza e à melhoria da qualidade de vida. A Conferência foi divulgada internacionalmente e envolveu desde o Ministério das Relações Exteriores, até os meios acadêmicos. A ICID contou com a cooperação técnica, de instituições como: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, Secretaria de Ciência e Tecnologia - MCT, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, Universidade Federal do Ceará, Museu Emílio Goeldi e a Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ. Estas Instituições foram responsáveis por organizar os grupos de trabalho que trataram dos estudos de casos brasileiros. Foram mais de 1000 participantes de 45 países discutindo os aspectos relativos aos problemas climáticos, sociais e de desenvolvimento sustentável das principais regiões semi-áridas do planeta. Seus principais resultados constituíram a Declaração de Fortaleza. Estes documentos foram encaminhados à Rio'92, com vistas a subsidiar as discussões relevantes sobre as regiões semi-áridas. VER: Fundação Grupo Esquel Brasil na home Page: <http://www.rebidia.org.br/esquel/esquel.htm>

social, econômico e ambiental se desdobrando em condições para maior flexibilidade e descentralização.

A idéia surgida na Conferência foi se corporificando e sendo introjetada por pesquisadores, professores, formuladores de políticas públicas e organizações, além dos governos estaduais, inicialmente os do Ceará e Bahia, através das suas secretarias.

O Projeto Áridas se consolidou como um programa de trabalho que envolveu parcerias de entidades públicas e privadas e técnicos do país e estrangeiros, cuja pretensão era identificar instrumentos que viessem, de forma definitiva, erradicar a pobreza e garantir o desenvolvimento sustentável. A metodologia do projeto se propunha a avaliar a sensibilidade da economia regional à variabilidade climática, bem como identificar os impactos sobre a agropecuária, os recursos hídricos e seus usos, a oferta e a demanda de energia, os diversos tipos de unidades de produção agrícola e outros empreendimentos dependentes do clima e dos recursos hídricos (Projeto Áridas, 1993).

A meta de construir estratégias de desenvolvimento para o Nordeste foi aos poucos fornecendo subsídios para a elaboração dos planos estaduais de desenvolvimento sustentável e ainda, fortalecendo o discurso da descentralização e da gestão participativa. Para esta última, os projetos precisavam integrar-se efetivamente às comunidades, consultando-as de forma permanente para conhecer e incorporar as suas percepções e demandas, estabelecendo os meios necessários para que a mesma participasse da implementação das medidas propostas.

Adota-se a consciência de que a nova política territorial impõe diferente significado à presença da sociedade civil, que é convocada a participar da gestão do território.

Além da ênfase no poder local, o Áridas destaca a importância das dinâmicas sociais e econômicas específicas dos diversos tipos de comunidades a serem envolvidas no Projeto (ibid, 1993). Neste específico, subscreve-se a manifestação do caráter empreendedor da comunidade.

No caso do estado do Ceará, em 1995, o governo Tasso Jereissati apresentou à sociedade o Plano de Desenvolvimento Sustentável para o período 1995-1998, cujas bases foram formuladas como uma experiência piloto

a partir do Projeto Áridas. Destaca-se que o papel do Estado deveria ser muito mais de colaborador e incentivador das iniciativas do setor privado, das comunidades e dos governos municipais, do que um papel de realizador de políticas. Por essa abordagem, a capacidade de realização dos projetos pode ser potencializada, à medida que o Estado se torna capaz de induzir ações de outros agentes da sociedade, mais como um incentivador do que como um executor (Ibid).

No plano de governo deste estado para os anos de 2003-2006 dá-se ênfase à organização das comunidades rurais. O documento assinala que a promoção da organização dos produtores rurais e da sociedade local dará maior efetividade e eficiência às ações do governo.

A construção de parcerias em prol do desenvolvimento rural, contempladas em planos municipais e aprovadas pelos Conselhos locais e por outros agentes públicos e da sociedade civil representa a contrapartida dos parceiros às iniciativas do Estado.

O aspecto importante a ser considerado a partir do Áridas é que sua consolidação como referencial metodológico para as estratégias de desenvolvimento regional no Nordeste norteou diferentes planos de governos estaduais e municipais no Brasil afora, nos marcos do desenvolvimento sustentável, apoiados pelas agências multilaterais de financiamento e 'cooperação'. A proposta de realização das diretrizes do desenvolvimento sustentável foi se expressando em metas, ações, empreendimentos, que podem ser constatadas em diferentes programas e políticas públicas.

Dentro dessa modalidade, para responder a legitimidade do discurso do desenvolvimento local sustentável, optamos por continuar o estudo dos projetos apoiados pelo Programa de Combate à Pobreza Rural do Banco Mundial (PCPR), que será apresentado a seguir. Para tanto, considera-se que embora o PCPR tenha sido pensado como programa compensatório, quando se materializa em projetos específicos, suas ações, de acordo com os planos de governo vêm garantir apoio ao desenvolvimento sustentável¹⁰⁴.

¹⁰⁴ Por sua vez, nota-se o uso do termo *sustentável* de forma generalizada nas políticas públicas de assistência aos pobres, como uma estratégia capaz de gerar consenso junto à sociedade civil.

5.3 O Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR): o lugar da pobreza no jogo da acumulação

O PCPR foi pensado originalmente como um programa de alívio à pobreza (Poverty Alleviation Program) e colocado como instrumento de medida compensatória, acompanhando a mesma lógica dos programas assistencialistas do antigo PAPP¹⁰⁵. O Banco Mundial (principal financiador do Programa) destaca uma estratégia chamada de *rede de proteção*, fazendo referência a um tipo de ajuda dirigida aos grupos mais pobres da sociedade rural, que precisam de amparo por serem vítimas dos programas de ajuste estrutural.

O Banco Mundial faz empréstimos apenas a governos (federal, estadual ou municipal)¹⁰⁶, ou às agências e órgãos controlados por eles. A União é a avalista final de todos os financiamentos.

No caso do Brasil, os financiamentos do Banco Mundial são coordenados pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (SEAIN-MPO). Para os estados e municípios, os passos iniciais normalmente ocorrem nas respectivas secretarias de fazenda, planejamento ou da área específica do projeto.

Atualmente a assistência do Programa de Combate à Pobreza Rural se realiza em projetos nos estados de Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Minas Gerais. Os primeiros empréstimos realizados pelos estados da pesquisa foram:

Tabela 2

**Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR)
Estados do Ceará, Pernambuco e Sergipe
Projetos financiados 1995/96 - 2001**

¹⁰⁵ O PAPP (Programa de Apoio ao Pequeno Produtor) foi um dos principais programas especiais de desenvolvimento regional executados nos anos 70 e 80 no Brasil. Na avaliação de José Otamar de Carvalho (1994) a execução do PAPP foi comprometida pelas mudanças na administração pública brasileira, com a 'operação desmonte' iniciada no Governo Sarney no segundo semestre de 1988, e ampliada em 1990, no primeiro ano do Governo Collor. Neste momento, a ênfase do PAPP na execução de projetos produtivos foi sendo diminuída.

¹⁰⁶ O apoio ao setor privado é realizado pela Corporação Financeira Internacional (IFC)

Mutuário	Coordenação do Projeto	Financiamento (US\$ milhões)	Aprovação	Fechamento
Governo do estado do Ceará	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	70 (Total do projeto: 116,7)	29 de junho de 1995	30 de junho de 2001
Governo do estado de Pernambuco	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social	39 (Total do projeto: 52)	12 de dezembro de 1996	31 de dezembro de 2001
Governo do estado de Sergipe	Secretaria da Agricultura, do Abastecimento e da Irrigação-SAGRI	36 (Total do projeto: 60)	29 de junho de 1995	30 de junho de 2001

Fonte: Fonte: GRUPO BANCO MUNDIAL, acesso em 20/06/2006.

Nos primeiros anos, as principais ações do PCPR destinaram-se principalmente ao acesso à água e a projetos produtivos do meio rural. Os acordos de empréstimos realizados a partir do encerramento dos primeiros estavam condicionados à prestação de contas dos anteriores e às avaliações periódicas realizadas tanto pela sociedade civil organizada, por meio das Associações e Conselhos, pelas Unidades Técnicas responsáveis pelos projetos, assim como pelo próprio Banco Mundial. A sequência dos empréstimos concedidos aos estados do Ceará, Pernambuco e Sergipe foi:

Tabela 3
Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR)
Estados do Ceará, Pernambuco e Sergipe
Projetos financiados a partir de 2001

Mutuário	Coordenação do Projeto	Financiamento (US\$ milhões)	Aprovação	Fechamento
Governo do estado do Ceará	Secretaria de Desenvolvimento Local Regional - Projeto São José	37,5 (Total: 50)	26 de junho de 2001	30 de junho de 2009
Governo do estado de Pernambuco	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social - Projeto Renascer	30,1 (Total: 40)	26 de junho de 2001	31 de janeiro de 2007
Governo do estado de Sergipe	Secretaria da Agricultura, do Abastecimento e da Irrigação-SAGRI - Projeto Santa Maria	20,8 (Total: 28)	29 de janeiro de 2002	30 de junho de 2006

Fonte: GRUPO BANCO MUNDIAL, acesso em 20/06/2006.

Como metodologia, as intervenções comunitárias são focalizadas nas comunidades mais pobres e se aplicam mediante ações seletivas, e descentralizadas. Os tipos de projetos financiáveis a partir de 2001 já apresentavam maior diversificação e estão destacados no quadro abaixo:

Tipo de Atividade	Subprojetos Elegíveis
Infraestrutura	Sistemas simplificados de abastecimento d'água; Pontes; Passagem molhada; Melhoria de estradas e caminhos de acesso; Saneamento básico; Eletrificação rural; Armazém comunitário; Telefonia rural;
Produtivos	Processamento primário de produtos agrícolas; Processamento elaborado de produtos de origem agrícola; Pesca; Agricultura irrigada; Produção de pecuária comunitária; Produtos industrializados não agrícola; Produção de semi-manufaturados, manufaturados e artesanatos; Mecanização agrícola;
Sociais*	Escola Comunitária; Creches; Lavanderia comunitária; Laboratório de informática; Sanitários domiciliares; Posto de saúde comunitário; Casas populares; Centros comunitários;

Quadro 2 – **Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) - Subprojetos Elegíveis.**

* No estado de Pernambuco, estes são considerados projetos de Desenvolvimento Humano.

Fonte: Manual de Operações do PCPR II, Pronese, 2002.

A coordenação, operacionalização e controle da execução dos subprojetos destacados na tabela 3 é de responsabilidade da Unidade Técnica que administra o PCPR, que no estado do Ceará é o Projeto São José; em Pernambuco, o Projeto Renascer (antigo Prorural) e em Sergipe, o Projeto Santa Maria. À Unidade Técnica cabe também assessorar as comunidades e os poderes públicos locais para a formação ou consolidação dos Conselhos Municipais, além do fornecimento de informações ao Banco Mundial.

Nos Manuais de Operações do PCPR dos estados de Pernambuco e Sergipe foi possível observar que este programa atua com três componentes básicos, a saber¹⁰⁷:

¹⁰⁷ Trata-se de uma descrição do PCPR em Sergipe, cuja metodologia se aplica também aos demais estados brasileiros atendidos pelo Programa. Ver em: Manual de Operações do PCPR II, Pronese, 2002, 127p. Ou em: <http://www.pronese.se.gov.br>. Pode ser lida em: Manual de Operações PCPR II, PE, dezembro de 2001. Esta descrição encontra-se também na Home Page do Grupo Banco Mundial: <http://obancomundial.org>

1) subprojetos comunitários – se trata de uma proposta de investimento a ser identificada, executada, operada e mantida pelas comunidades rurais através de suas Associações. Representa o principal componente do Programa, concentrando 90% do total de recursos previstos e sua implementação se realiza através de três sub-componentes, que representam níveis crescentes de descentralização e gestão direta da sociedade local sobre os investimentos, como detalhado abaixo:

a) Fundo Municipal de Apoio Comunitário (Fumac) - é a principal linha de financiamento de projetos comunitários do Banco Mundial, com alocação de 80% do custo total do componente. A partir dele, constitui-se no município um Conselho do Fumac, ou Conselho Municipal formado por membros do município (Igrejas, representante da prefeitura, da Câmara de Vereadores, Presidentes de Associações, outros), que atua também como intermediário entre as Associações e as Unidades Técnicas. Neste subcomponente, as comunidades rurais, através de suas Associações, encaminham suas propostas de financiamento ao Conselho Municipal, as quais comporão o Plano de Desenvolvimento Municipal – PDM, que deve incluir também, além das demandas oriundas do PCPR, as que poderão ser atendidas por outras fontes de recursos ou outros programas.

- O Conselho Municipal é encarregado de estabelecer as prioridades do município e selecionar os projetos segundo a ordem de importância para o desenvolvimento local. O papel deste Conselho é também organizar a participação das comunidades para a tomada de decisão em relação às suas prioridades e o encaminhamento destas prioridades às Unidades Técnicas para financiamento. Devem ainda exercer autonomia em relação aos agentes sociais e financeiros que atuam nas comunidades, assim como em relação ao poder político. Suas decisões precisam refletir os anseios das comunidades, gerando maior poder aos beneficiários para que eles apliquem os recursos no que realmente precisam, sem interferências políticas. O

Conselho deve elaborar o plano de desenvolvimento rural, primando pela participação dos diferentes setores da comunidade, como Associações Rurais, Organizações Não-Governamentais, Igreja, Cooperativas etc. O Conselho deve ser preparado (com capacitação, assessoramento e assistência técnica) para promover a integração e a complementaridade das ações do PCPR com outros programas e projetos de desenvolvimento de iniciativa municipal, estadual ou federal, e orientar as autoridades municipais na priorização de aplicação dos seus recursos orçamentários próprios.

- Os recursos relativos aos subprojetos aprovados devem ser transferidos diretamente pelas Unidades Técnicas para as contas bancárias das Associações beneficiárias, com a intermediação do Conselho Municipal, através de um contrato firmado entre as duas partes (Unidade Técnica e Associação Beneficiária). O Conselho Municipal terá ainda a responsabilidade pela seleção e graduação das comunidades e associações; análise, supervisão e assistência técnica aos subprojetos e às Associações, através da contratação de serviços de consultores (agentes de mudança), os quais poderão ser complementados com o apoio de organizações não governamentais e provedores de assistência técnica especializada, a ser contratada, tanto pelos Conselhos Municipais como pela própria Unidade Técnica.

b) Fundo Municipal de Apoio Comunitário - Piloto (Fumac-p) - compreende a forma mais descentralizada de financiamento de subprojetos comunitários, contando com uma disponibilidade de 15% do custo total do componente. O Conselho Municipal, que opera com o Fumac-p, além de exercer todas as atividades inerentes ao Conselho Municipal focalizado no Fumac, tem ainda a prerrogativa de assinar contratos, administrar o 'Fundo' para financiamento dos subprojetos aprovados e liberar recursos para as Associações a partir de orçamento previamente definido e objeto de Planos de Desenvolvimento Municipal – PDM's.

c) Programa de Apoio Comunitário – PAC. Conta com 5% do custo do componente. Neste subcomponente, os subprojetos serão

apresentados pelas comunidades à Unidade Técnica, a quem cabe a responsabilidade pela análise, aprovação, liberação de recursos, monitoramento e supervisão, bem como a provisão de assistência técnica às Associações beneficiárias, diretamente ou através de provedores selecionados e contratados pelas mesmas. Este subcomponente será mantido no PCPR, somente com o objetivo de permitir o atendimento dos municípios que, por dificuldades absolutamente intransponíveis, não possam ter Conselhos Municipais formados ou com condições mínimas de funcionamento. Na eventualidade de financiamento via PAC, a Unidade Técnica deve garantir transparência do processo mediante a fixação de um limite máximo de recursos para os municípios envolvidos, não podendo exceder o montante médio dos municípios com o Fumac e a criação de um Comitê Municipal com a participação de 03 membros que opinarão sobre a legitimidade dos subprojetos apresentados pelas Associações beneficiárias.

2) - Desenvolvimento Institucional - Para este componente estão previstos 5% do custo total do Programa, que se destinam ao financiamento de atividades de capacitação e de assistência técnica para os Conselhos Municipais e Associações Comunitárias; divulgação de informações sobre o Projeto; estudos para avaliação de impacto do Projeto, bem como estudos especiais que venham a ser acordados com o Banco Mundial e as relacionadas com o programa do Governo do estado para modernização e reforma do Estado, incluindo estudos para identificação de áreas para aumentar a competitividade (*clusters*). Contempla, também, o desenvolvimento institucional da própria Unidade Técnica.

3) - Administração do Projeto – este componente deve financiar gastos incrementais da Unidade Técnica com atividades relacionadas com a coordenação e administração do PCPR, incluindo atividades de supervisão, monitoria e avaliação de impactos, contando, para tanto, com 5% do custo total do Programa (Manual de Operações do PCPR II, Sergipe/Pronese, 2002).

As Associações Comunitárias constituem a instância de representação da comunidade junto aos Conselhos Municipais e à Unidade Técnica. Como

entidade de representação, elas precisam ser cadastradas na Unidade Técnica para que possam receber os fundos públicos que venham a ser aprovados.

Os fundos previstos para financiamento de subprojetos comunitários pelo Programa de Combate à pobreza Rural obedecem à seguinte composição:

Tabela 4
Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR)
Orçamento por Subprojeto e Responsável

Tipo de Subprojeto	Comunidade	Governo do Estado	Banco Mundial
Infra-estrutura	10%	15%	75%
Produtivos	10%	15%	75%
Sociais	10%	15%	75%

Fonte: Manual de Operações PCPR II, PE, dezembro de 2001.

Para serem financiados, os subprojetos devem ser identificados como prioritários pelas comunidades que os demandam, através das suas Associações Comunitárias. Estes subprojetos devem ser encaminhados aos Conselhos gestores em cada município, onde são analisados e aprovados para serem executados. As Associações beneficiárias são responsáveis pelo controle, operação e manutenção dos projetos ou empreendimentos conquistados¹⁰⁸.

Neste momento, não se pode deixar de destacar que, na sistemática de elaboração dos projetos, envolvem-se as Empresas de Consultorias, que vem se consolidando como um dos mais importantes agentes da espacialização destes projetos no campo¹⁰⁹. Para efeito desta pesquisa, observou-se a

¹⁰⁸ Exceção será feita para certos tipos de infra-estrutura econômica, que pela sua natureza e localização, tais como eletrificação rural, alguns tipos de abastecimento de água, pontes e passagens molhadas, poderão ter sua propriedade e/ou a responsabilidade por operação e manutenção transferida pela comunidade ao poder público municipal ou estadual ou mesmo a concessionárias privadas, desde que seja exigido o pagamento direto de tarifas dos usuários dos investimentos pelo consumo dos serviços prestados pelos referidos investimentos (como no caso de eletrificação rural e abastecimento de água) ou indiretamente através de impostos e taxas (como no caso de pontes, passagens molhadas) aplicados ao público em geral.

¹⁰⁹ As Consultorias são empresas de prestação de serviços que atuam junto às secretarias, de modo geral, utilizando a estrutura das mesmas. Estão relacionadas à lógica perversa do neoliberalismo, que impõe ao mercado (já que o Estado deve ser mínimo), a realização, o

presença dessas empresas nas Unidades Técnicas nos estados do Ceará e Pernambuco. Elas estavam utilizando esta forma de prestação de serviços, que tem se tornado uma das modalidades encontradas para a privatização do público, com repercussões nas formas de gestão dos serviços públicos, conforme será discutido no item subsequente.

Em geral, o PCPR é uma estratégia de intervenção focalizada nos segmentos mais pobres da população rural, cujo pressuposto político é o de que as mudanças devem ser geradas a partir do envolvimento direto dos beneficiários em todos os processos até a etapa final. Este pressuposto substantiva o desenvolvimento sustentável dos municípios e das comunidades que devem:

- i. reduzir a pobreza através do acesso a serviços e infra-estrutura básica, criando oportunidades de trabalho e renda;
- ii. aumentar o capital social através da capacitação, participação nos processos decisórios e de organização da sociedade;
- iii. promover a descentralização dos processos de decisão;
- iv. estimular a autonomia e desenvolvimento local sustentável;
- v. incentivar as potencialidades econômicas, integrando as cadeias produtivas da região (MANUAL DE OPERAÇÕES DO PCPR II, Pernambuco, 2001).

O programa em si não destaca o desenvolvimento sustentável, no entanto, a sua escolha, como base para avaliação do discurso da sustentabilidade, se deveu à observação de que no processo de sua implementação, os governos vão fomentando uma retórica com o intuito de escamotear a mesma lógica assistencialista que o sustenta.

Embora o PCPR tenha um caráter compensatório, para efeito de política pública, os Estados lançam mão deste discurso porque o efeito simbólico do termo contribui para consolidar uma perspectiva política de abordagem dos problemas com suas possíveis respostas, deslocando-os de uma totalidade concreta.

acompanhamento, e certo controle sobre a gestão das políticas públicas (projetos). Esta discussão será realizada no item subsequente.

Para o Banco Mundial, o enfoque em políticas compensatórias significa acatar que a pobreza (conforme Declaração de Cocoyok, 1974) leva à super-utilização dos recursos ambientais.

A partir dessa idéia, o combate à pobreza voltou a ser uma das estratégias do Banco para intervir nas nações pobres sob o pretexto de solucionar tal problemática.

Mas essa idéia não é nova, já que a lógica assistencialista que sustentou o Desenvolvimento de Comunidades no Brasil (D.C.), desde a sua implantação nos anos 1950, como metodologia de ação para o desenvolvimento social obedeceu propósitos iguais aos atuais, pois,

nas justificativas e discursos que são formulados, a perspectiva é a do reconhecimento e valorização comunitária; na prática, no entanto, a tendência dominante é, tão somente, por em destaque a sua instrumentalidade desligada da demanda comunitária. A demanda privilegiada é aquela que responde às exigências de modernização e desenvolvimentismo que algumas nações tentam implementar (SOUZA, 1991, p. 43).

O Desenvolvimento de Comunidades, naquele contexto, associava-se à estratégia da ONU de intervir nas nações pobres sob pretexto de solucionar a problemática da pobreza no então 'Terceiro Mundo'¹¹⁰.

Lisboa (2001) analisando a lógica da participação política no campo observa que o que consolidou a noção de Desenvolvimento de Comunidade no país foi uma combinação de elementos desfavoráveis ao trabalhador brasileiro, associado à disponibilidade do grande capital em se projetar. No Nordeste, a exploração e a exclusão das populações rurais, acompanhadas por uma atmosfera de agitação e denúncia das condições que prevaleciam na região

¹¹⁰ O principal argumento para fundamentar aquela proposta era que a condição de pobreza tornava a população receptiva a propaganda anti-capitalista, além do que, a ajuda aos países em desenvolvimento reverteria em ampliação dos mercados, sobretudo, o norte americano. A possibilidade de crescimento para o mercado norte americano fez com que os Estados Unidos incrementasse, com apoio da ONU, na década de 1950, programas assistencialistas na América Latina.

expressavam a fragilidade da população, bem como a sua receptividade às propostas de organização.

No caso do PCPR, elaborado como substitutivo ao antigo PAPP, o que se nota na prática é que o Banco Mundial vem determinando desde a concepção do desenvolvimento, às políticas econômicas dos países periféricos, sob o pretexto de ajuda econômica e de promoção do desenvolvimento social. O Banco, dessa maneira, acaba por exercer soberania em relação a esses países. Além do impacto na dívida externa, a perda de autonomia dos países na formulação e execução das suas políticas e da política macroeconômica.

As determinações da política econômica alheias aos interesses e necessidades da sociedade e economia nacional trás desdobramentos para as economias locais, que passaram a ficar condicionadas à disponibilidade de recursos proporcionados pela renegociação dos débitos externos.

Esta modalidade de financiamento vem orientando a ação dos organismos que, além de conceberem o modelo de desenvolvimento, definem as prioridades de atendimentos (nos países tomadores de empréstimos), os locais onde devem investir e até a metodologia de ação. Entre as estratégias, a privatização dos serviços para identificação dos supostos problemas, o estabelecimento de metas para atingi-los, e o acompanhamento da aplicação dos recursos vêm sendo orientados pelo modelo de Consultorias, conforme ressaltado a seguir.

As empresas de Consultorias vêm se consolidando como um dos mais importantes agentes da espacialização das políticas públicas no campo. No transcorrer da pesquisa de campo, chamou atenção a presença dessas empresas nas Unidades Técnicas nos estados do Ceará e Pernambuco, onde elas tem se tornado uma das formas encontradas para a privatização do público, com repercussões nas formas de gestão dos serviços públicos.

5.3.1 No jogo do mercado: o lugar das consultorias

Na América Latina, a maioria dos estudos sobre a pobreza usa modelos teóricos do Banco Mundial, para quem a pobreza deve ser focalizada, sem que necessariamente, sejam realizadas abordagens universalistas sobre o problema. Diz respeito a um enfoque que descarta investigações sobre as causas da pobreza.

Esta maneira de pensar os estudos e, a partir deles, as soluções dos problemas dos países, emana das diretrizes do Consenso de Washington e está relacionada a uma estrutura que vem sendo montada pelo modelo das consultorias. Um modelo de estudos realizado por empresas de prestação de serviços profissionais, por meio de etapas claras de ação, que são: a investigação ou levantamento de informações, a identificação ou constatação de causas, o estudo de alternativas viáveis, a proposição de soluções e, em alguns casos, o acompanhamento e assessoramento na implementação das medidas recomendadas para solucionar os problemas existentes (NEVES, JR., 2005)¹¹¹.

As consultorias são empresas de vendas de serviços relacionadas às mudanças que se dão por dentro de instituições públicas, como as Universidades públicas que são levadas a recorrer às fontes externas de financiamento para sustentar seus trabalhos de pesquisa (BORÓN, 2005).

A nova modalidade de financiamento realizada pelas agências multilaterais fez com que os organismos financiadores passassem a definir o quê, como, quando e onde investir e até mesmo, investigar. A proeminência dessas agências de financiamento chama atenção do sociólogo Atílio Borón (ibid)¹¹², para quem o neoliberalismo não é apenas um programa econômico, mas uma corrente de pensamento de caráter filosófico. Ou seja, o neoliberalismo se impõe como uma ciência para entender o atual estágio de acumulação do capitalismo. E isso tem influência também nas investigações das ciências sociais, impacto que se manifesta em frentes caracterizadas pela exaltação dos fatores econômicos no estudo da sociedade e pelo

¹¹¹ Documento adquirido na Biblioteca Temática do Empreendedor/Sebrae-
<http://www.bte.com.br>

¹¹² Se trata de uma Conferência intitulada: Pensamento crítico precisa ser reconstruído na América Latina, realizada pelo sociólogo argentino Atílio Borón, em agosto de 2005 no XXV Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia, que ocorreu em Porto Alegre, onde o mesmo analisou as causas do declínio do pensamento crítico na América Latina.

individualismo metodológico, com o fim dos atores coletivos e das pesquisas feitas coletivamente (ibid). Neste conjunto de mudanças não há mais espaço para projetos de emancipação social e a sociedade passa a ser uma somatória de indivíduos.

Na ausência de projetos emancipatórios e para fazer jus à exaltação dos fatores econômicos que respondem às mudanças emanadas das agências financiadoras, a sistemática de operação em execução se realiza por meio das empresas de consultorias. Estas dizem respeito a um modelo que expressa conteúdo e forma do avanço do capitalismo, cujo funcionamento restringe investimentos para serviços públicos que devem ser progressivamente privatizados, sob diferentes modalidades de terceirização, parcerias, etc.

Várias agências ligadas a governos estão tendo que aceitar este cenário, passando a sobreviver com verbas de organismos internacionais, como o Banco Mundial, que cobram o preço na medida em que determinam a agenda de investigações na América Latina.

Em muitos estados esse cenário torna-se complexo, dada a prática de treinamentos reproduzidos em larga escala, sem que se realizem debates sobre os mesmos no âmbito da sociedade civil, levando a questionamentos sobre as intenções dos projetos dirigidos pelas consultorias e submetidos à sociedade.

Qual então é a intenção: a de apenas 'reproduzir', 'treinar', sem que se amplie a capacidade de reflexão e de produção de novos conhecimentos elaborados coletivamente, numa perspectiva crítica?

Esses projetos, de um modo geral, estão atrelados a grupos de técnicos, que detêm certa hegemonia em relação aos sistemas de assessoramento, ou seja, que detêm o poder do conhecimento e, por conseguinte, do controle, por meio da consultoria, cuja articulação, desde o âmbito federal até o municipal, vem garantindo a reprodução de um segmento de burocratas e tecnocratas que trabalham de forma aparentemente técnica, 'neutra', mas que de alguma maneira estão identificados com os objetivos de fortalecimento da política forjada pelo Banco Mundial.

A sistemática de operação da empresa Campo Consultoria e Agronegócios Ltda., que atua junto ao projeto Renascer em Pernambuco e da Consultoria que trabalha com os APL's no estado do Ceará compreende desde

a elaboração de manuais de operação e de estudos de mercado, definição de modelos de gestão, apoio na elaboração de projetos de financiamento, organização da produção e comercialização, à preparação de equipes técnicas e assistência especializada de agentes multiplicadores, entre outras (Pesquisa de Campo, julho de 2006).

Nas operações de identificação, localização, acompanhamento e assistência aos arranjos produtivos locais no Ceará, a Consultoria atua dentro da estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional (SDLR). Em Pernambuco a Consultoria Campo, no contexto da pesquisa, assistia ao Projeto Renascer prestando serviços técnicos especializados aos projetos produtivos do conjunto de produtores integrantes do Projeto de Agroindústrias de Pequeno Porte em Rede. Em Sergipe houve dificuldade de acesso a informações sobre o funcionamento do PCPR e da presença de consultorias no programa.

Na ocasião da pesquisa de campo questionamos um representante dessa Consultoria quanto à escolha da agroindústria de fitoterápicos em Rio Formoso para estudo. O Sr. J. C. considerou a escolha correta porque, segundo ele, trata-se de um projeto viável, como indica a matéria feita pelo Jornal Renascer, publicado em novembro de 2004, conforme se pode observar a seguir.



Figura 23 - Propaganda da agroindústria de fitoterápicos em Serra D'Água, Rio Formoso/Pe, 2004.

Fonte: Jornal Renascer, 2004.

A visita à comunidade Serra D'Água no município de Rio Formoso permitiu um contato com duas famílias envolvidas com o Projeto, que afirmaram:

- desde que fizemos os cursos e depois da construção do prédio e da chegada de parte dos equipamentos da agroindústria, não trabalhamos mais. Já tem mais de um ano e o prédio não funciona. A terra para plantar as ervas está lá, sem nada;
- eu posso dizer que foi melhor, nós aprendemos muito nos cursos, mas enquanto não chegar dinheiro para produzir as ervas e enquanto eles lá de Recife não encontrarem pra quem a gente vender, não adianta nada;
- até agora não fizemos nada. Só no tempo dos cursos. Mas nem tem como produzir ainda, por que ainda faltam máquinas, nem tem a quem vender;
- olhe, a verdade é que para o dinheiro que se gastou, o certo era empregar mais pessoas e não somente 10. Mas, não é um negócio que dá muito dinheiro e se a gente tiver que botar mais pessoas, quando for dividir, não sobra nada (Entrevista c/ moradores da comunidade Serra D'Água, envolvidos com o Projeto, julho de 2006).

Na visita à comunidade foi possível observar o descontentamento das pessoas que acreditaram no projeto e convivem com o prédio da agroindústria que deveria funcionar, mas nunca foi usado (Figura 24).

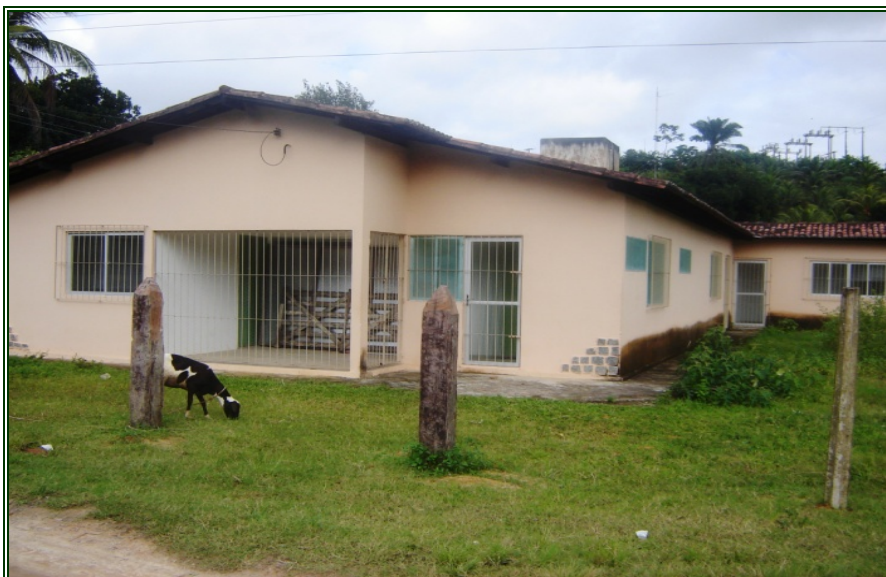


Figura 24 - Prédio da agroindústria de fitoterápicos no povoado Serra D'água, Rio Formoso/Pe, 2006.

Fonte: O autor, julho de 2006.

Além disso, ao visitar o terreno disponibilizado para o plantio das ervas medicinais, notou-se que se encontrava abandonado sem vestígio de qualquer tratamento ou cultivo, confirmando os depoimentos supramencionados.

O que se nota é um distanciamento entre o discurso sobre os empreendimentos sugeridos e acompanhados pela Consultoria, que afirma ouvir à comunidade e respeitar os seus valores culturais, conforme proposições do desenvolvimento local sustentado e a realidade dos projetos nas suas respectivas comunidades.

O fluxograma lançado abaixo permite entender o esquema de trabalho da empresa, no sentido do acompanhamento sistemático e da suposta funcionalidade dos projetos que acompanha, e é ilustrativo do tipo de atividade desempenhada por empresas dessa natureza, quando voltadas para o espaço rural.

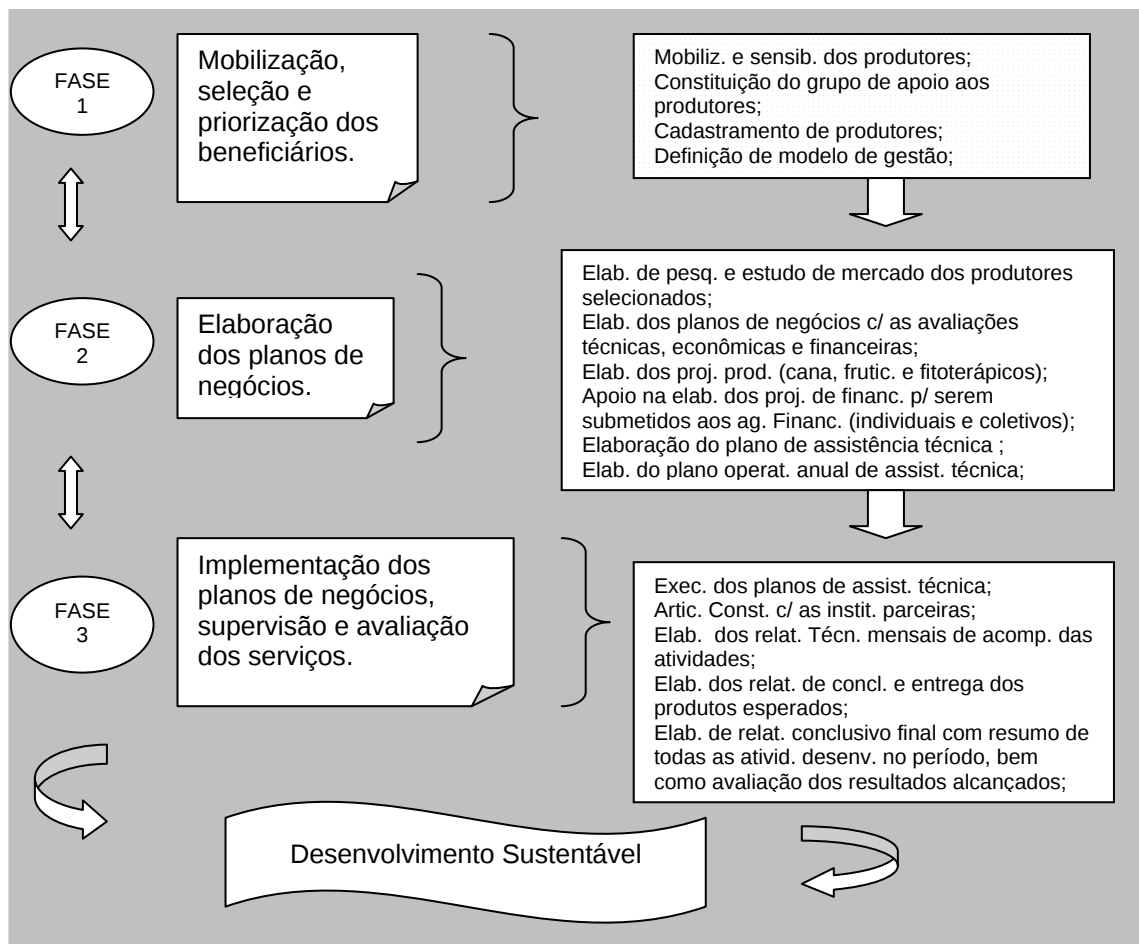


Figura 25 – **Fluxograma de atividades de Empresa de Consultoria para atuação junto aos projetos.**

Fonte: Adaptado de uma das Consultorias que atua junto ao PCPR.

A estrutura descrita é afirmativa de um processo descentralizado de ações que deveria acontecer de forma eficiente. No entanto, não foi o que se assistiu na comunidade visitada. Apesar disso, as consultorias continuam a ser apresentadas como protótipos de eficiência e de garantia da otimização de resultados.

O fenômeno da abertura de empresas de consultorias se circunscreve na maioria dos países da América Latina e forma quadros a serviço do Banco Mundial, para incrementar as políticas públicas nesses países. Destaca-se nesses casos uma correspondência com os interesses do mercado que precisa da transformação de certos serviços (antes públicos, garantidos pelos técnicos das secretarias de estado) em mercadorias a serem negociadas em balcão. Neste momento a remuneração das horas das consultorias (serviços

prestados, passagens, hospedagem, alimentação, suporte, etc.) representa uma das modalidades de privatização do público.

Pablo Gentili (1998) reflete sobre a privatização do público no campo educacional, advertindo para as variadas formas encontradas nessa dinâmica. Para o autor, a privatização no âmbito educacional envolve três modalidades complementares:

- 1) fornecimento público com financiamento privado (privatização do financiamento);
- 2) fornecimento privado com financiamento público (privatização do fornecimento);
- 3) fornecimento privado com financiamento privado (privatização total) (ibid, p. 75)¹¹³.

Todavia, trata-se de um desdobramento do discurso que prega a redução da intervenção estatal e a transferência - em nome da eficiência e da qualidade - de suas responsabilidades para o setor privado.

As Consultorias consultadas na pesquisa de campo constituem a forma da segunda dimensão apresentada por Gentili (ibid), através do fornecimento dos serviços pelo setor privado, por meio do financiamento público.

De maneira geral, as justificativas que legitimam a presença dessas consultorias estão fundadas na construção de uma estrutura que direcione a obtenção de resultados:

- i. as Consultorias devem diminuir os riscos de fracasso na implementação dos projetos, à medida em que todo o processo

¹¹³ Para Pablo Gentili (1998) a primeira forma de privatização mencionada ocorre por meio do financiamento por empresas privadas a projetos e pesquisas nas Universidades públicas. A segunda modalidade está associada a venda de serviços educacionais realizado pelas consultorias, muito freqüente na política educacional do MEC, fortalecida a partir, principalmente, da polêmica política de formação continuada dos governos federal, estadual e municipal. A terceira forma de privatização diz respeito à estratégia de transformação da educação, que se constitui um direito público subjetivo em um serviço que as pessoas devem pagar para ter acesso. Neste específico, o Estado Mínimo é essencial por que à medida que se nega a oferecer educação pública e de qualidade libera as demandas por vagas para a iniciativa privada que, por sua vez, vem se expandindo progressivamente desde a segunda metade da década de 1990 no Brasil e nos demais países que vem sofrendo reformas educacionais. Ler em: GENTILI, Pablo. A Falsificação do Consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

- de implantação pode ser otimizado auxiliando na determinação de prioridades e caminhos críticos;
- ii. as Consultorias influenciam na escolha dos modelos de gestão a serem adotados, por exemplo, modelos padronizados de gestão voltados à certificação externa (ISOS, normas setoriais, modelos de eficiência operacional e excelência, etc.);
 - iii. a contratação de uma Empresa de Consultoria acaba por promover a elaboração do sistema de gestão na forma de um projeto estruturado, com prazos, recursos e responsabilidades bem definidos;
 - iv. a organização que contrata uma Consultoria passa a ter um parceiro no controle das atividades e dos cronogramas;
 - v. as Empresas de Consultoria devem guiar o processo de implantação de forma que as atividades planejadas agreguem valor e/ou sejam estratégicas para a organização¹¹⁴.

Os defensores desse modelo consideram que a competitividade do mercado exige excelência e qualidade em produtos e serviços prestados, e para isso, as empresas referidas estão direcionando esforços e recursos em busca de um sistema de gestão que possa ser altamente eficaz para seus negócios.

O discurso da eficácia na oferta dos serviços é referendado pela ideologia do Estado ineficaz e se sobressai como estratégia para solucionar a crise. Nestes termos, a privatização é justificada como essencial para que se alcance a eficiência da máquina administrativa do Estado, ao tempo que incentiva a livre competição do mercado e o que é concebido por descentralização.

Esse caráter privatista, resultante do alargamento das funções do privado, ainda que subvencionadas pelo poder público é reproduzido pelo consentimento das elites nacionais que assumem poder político.

A interpenetração entre as esferas pública e privada, por meio da apropriação cada vez maior do espaço público, no que concerne ao carreamento de recursos, à oferta de serviços e ao aprofundamento de características mercadológicas é uma estratégia que interfere nos modelos de

¹¹⁴ Conforme textos da Biblioteca Temática do Empreendedor/Sebrae-
<http://www.biblioteca.sebrae.com.br>; Textos: *Comece Certo*, Sebrae/SP; *Manual do Empreendedor Rural*. Ivaldeci Mendonça Consultoria e Advocacia Empresarial, 2004; PEDROSA, Carlos José. *Planejamento estratégico: reinventando o seu negócio*, 2005; SOUZA NETO, José Lourenço de. *Liderança na Organização que Aprende*, 2006;

gestão dos projetos sociais. Trata-se de um processo de transposição das teorias e práticas empresariais renovadas pelas imposições do processo produtivo, que exige o alcance de novos patamares de produtividade. Essa ação massiva de convencimento ideológico acionada pelo governo mostra que se trata de forjar novos padrões de regulação social.

Diante desse quadro, se questiona: em que medida se pode falar em poder local ou em autogestão? Esse modelo de desenvolvimento dá respostas às necessidades de autonomia das comunidades e a respectiva democratização da sociedade?

As experiências com o APL de cajucultura em Barreira/Ce e a agroindústria de fitoterápicos em Rio Formoso/Pe denotam ingerências alheias aos interesses das comunidades. Vale então refletir sobre as experiências de aplicação do PCPR em projetos de infra-estrutura básica.

Os programas visitados nos estados de Pernambuco e Sergipe, entre os anos de 2005 e 2006, foram elucidativos para compreender a lógica de autogestão no campo das políticas sociais de cunho sustentável. Destaca-se nos manuais dos projetos um sentido de autodeterminação das comunidades, que são convidadas a discutir e definir prioridades.

5.4 A experiência do PCPR em Pernambuco

No estado de Pernambuco, o Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), hoje coordenado pelo Projeto Renascer¹¹⁵, foi implantado em 1997 (a partir do acordo de empréstimos realizado em dezembro de 1996) com recursos do Banco Mundial, para beneficiar comunidades rurais pobres organizadas em associações e/ou cooperativas e que apresentem suas

¹¹⁵ O Renascer gerencia programas de desenvolvimento local integrado e sustentável, voltados para a melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais e presta assistência técnica e extensão rural, com o apoio de parcerias da sociedade civil organizada, Ongs, Sebrae e prefeituras. O Projeto atua através do Fundo de Crédito Rural - uma linha de microcrédito destinada a pescadores artesanais e pequenos produtores - e do Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR), cujos financiamentos resultam de um acordo de empréstimo entre o Governo de Pernambuco e o Banco Mundial. O Renascer foi criado em junho de 2000, sob cuja marca está associado o PCPR e outros projetos afins, envolvendo 6 secretarias estaduais. Ver em: <http://www.renascer.pe.gov.br>

demandas aos Conselhos Municipais do FUMAC ou Conselhos de Desenvolvimento Sustentável.

Os projetos financiáveis pelo PCPR atendem em torno de 98% dos municípios do estado e têm como objetivo, de acordo com o manual de operações do PCPR (2002), levar em conta as potencialidades locais alinhando-se à estratégia governamental pela unificação do PCPR com outros programas de atendimento ao campo, respondendo a uma concepção de desenvolvimento local sustentável, conforme pode ser visualizado no anexo 4, onde aparece um panorama de investimentos do PCPR I e II, associado ao Programa Cédula de Terra ou Crédito Fundiário. O principal objetivo é “criar ambiências de infra-estrutura, atividades produtivas e serviços sociais básicos, indispensáveis à superação da vulnerabilidade dos segmentos sociais mais pobres” (PROJETO RENASCER, 2004, p.10).

No estado de Pernambuco o Programa de Combate à Pobreza Rural, na ocasião da pesquisa de campo (julho de 2006), estava se reestruturando para caminhar para a terceira fase. A primeira fase, denominada de PCPR I, estendeu-se de 1997 até 2000 e atendeu a 217.548 famílias em 178 municípios do estado. O montante de recursos foi investido em diferentes subprojetos, todos eles apresentados pelas Associações e seus respectivos Conselhos (PROJETO RENASCER, 2006).

A Tabela 5 mostra os projetos de desenvolvimento humano financiados com recursos do PCPR II (2001 a 2007).

Tabela 5
Projetos de Desenvolvimento Humano financiados pelo PCPR em Pernambuco
2002 - 2006

Projetos de desenvolvimento humano	Número de sub projetos	Valor financiado)	Número de ações	Número de famílias
banheiros	506	21.119.984,03	14.809	14.809
casas	124	7.310.363,79	1.443	1.443
Outros (casa c/ cisterna; centro treinamento informática; equipamentos posto de saúde; construção e reforma de escola rural;	28	1.725.162,03	140	2.031
Total 2002 - 2006	658	30.155.509,85	16.392	18.283

Fonte: Projeto Renascer. Acesso: maio de 2006.

Nos trabalhos desenvolvidos pelos Conselhos de Desenvolvimento Sustentável é importante considerar o sentido dado ao termo prioridade. Observa-se que se trata de projetos de oferta de bens e serviços essenciais, como por exemplo, os de água e construção de banheiros. Para a aquisição desses direitos constitucionais as comunidades devem se organizar, discutir e escolher o que é 'mais necessário'.

O gerente do PCPR no estado de Pernambuco, em entrevista realizada em julho de 2006 enfatizou a importância da participação das comunidades. Para ele,

Sem a participação das comunidades, ficaria difícil definir as prioridades, pois não é papel dos técnicos definir os tipos de beneficiamentos que a população precisa. Mesmo que nós entendamos que é mais urgente oferecer água, se eles dizem banheiro, é banheiro que iremos oferecer (Pesquisa de campo, julho de 2006).

De acordo com a tabela 05, a quase totalidade dos recursos foi gasta com a construção de banheiros e casas, ou seja, 28,5 milhões.

Algumas das conquistas dessas comunidades podem ser observadas nos relatos da comunidade, que podem ser encontradas na home page do Projeto Renascer e podem ser lidas através dos depoimentos expressos a seguir:

Com essa demonstração a intenção é apresentar a concepção de sustentabilidade subjacente à oferta de bens e serviços básicos que já são garantidos às classes mais abastadas, sem que, necessariamente, as mesmas tenham que fazer articulações para conquistá-los. Para as classes populares, no entanto, é necessário força e articulação política.

Nos casos apresentados abaixo, as propagandas expostas no site do Projeto Renascer são acompanhadas de relatos dos beneficiários das comunidades dos diferentes municípios contemplados com os projetos. O sentimento de satisfação fica evidente nos seus relatos, conforme exposições abaixo:

primeiro caso:

Comunidades rurais de Condado são beneficiadas com banheiros. As obras beneficiaram 47 famílias de duas comunidades:

No município de Condado, na Zona da Mata pernambucana, o Renascer está ajudando a mudar a história de duas comunidades através do resgate da cidadania. Para isso foram aprovados, em parceria com o Conselho Municipal do Fumac, projetos de construção de banheiros, atendendo solicitação de duas associações municipais, num investimento de mais de 60 mil reais. Ao todo são 47 banheiros com 1,80 x 1,50m, caixa d'água (250L), bacia sanitária simples, chuveiro, lavanderia, fossa e sumidouro.

- "Esse projeto já melhorou muito a vida da nossa comunidade. É um povo muito sofrido que tinha que fazer do canavial, banheiro", diz Manuel Francisco da Silva Xavier, presidente da Associação dos Pequenos e Médios Produtores Rurais de Santa Cecília, beneficiada com a construção de 26 banheiros.

- "A alegria de ver a necessidade atendida foi tão grande que fez a população se unir e construir os primeiros 13 banheiros em 15 dias", completa Manuel.

A Associação Assistencial Cooperativista dos Micro e Pequenos Produtores Rurais do Sítio Quirizeira, também foi contemplada com 21 banheiros.

- "Essa iniciativa trouxe mais higiene, tranquilidade e privacidade", diz Edilene Soares da Silva, uma das beneficiadas com o projeto.

O presidente do Conselho Municipal de Condado, Roberto Luis Lima e Sousa, fala que ficou impressionado com a felicidade das pessoas beneficiadas com o projeto, para ele: "a comunidade acreditou tanto na iniciativa que já começa a se articular para se engajar em outros projetos do Renascer" (PROJETO RENASCER, 2006).

segundo caso:

Conselho promove articulação em Araçoiaba:

Desde a criação do Conselho já foram aprovados dois projetos pelo Renascer que serão postos em prática ainda este ano. Um dos benefícios será a construção de 30 banheiros para a Associação dos Moradores do Município de Araçoiaba.

- "Eu só tenho a agradecer ao Renascer pela felicidade que estão dando a minha comunidade. Nós estamos ansiosos com a chegada dos banheiros, pois a situação é muito séria. Ninguém tem banheiro, só uns cantinhos improvisados", conta o presidente da Associação, Antônio Conceição Cerqueira.

terceiro caso:

Articulação comunitária é prioridade em Terezinha:

Em dois anos, o FUMAC do município já conseguiu aprovar quatro projetos de cisternas e banheiros, garantindo condições básicas de saúde e higiene para mais de 300 pessoas. Para o Conselho Municipal, o objetivo da articulação é atender às necessidades mais urgentes das comunidades de Terezinha, garantindo condições básicas de saúde e higiene para as famílias.

Um exemplo disso é o projeto de construções de banheiros, desenvolvido em parceria com o Renascer, a iniciativa prevê a construção de cerca de oitenta banheiros, num total investido de mais de R\$ 100 mil.

- "Foi um projeto muito importante. Antes tínhamos que improvisar um lugar para substituir o sanitário, sem condições de higiene". O depoimento do agricultor José Cristóvão da Silva Neto, 55 anos, retrata a melhora significativa das condições básicas de higiene e saúde proporcionadas pelo projeto.

Com a conclusão das obras, serão mais de 300 pessoas diretamente beneficiadas em três das dez associações que compõem o Conselho de Terezinha. A Associação Comunitária Santo André receberá 32 banheiros, a Associação Comunitária Rural José Alves Pequeno, 22 e a Associação de Desenvolvimento Comunitário Tertuliano Bezerra, 25.

Paralelo às ações de infra-estrutura, o Fórum de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável vem desenvolvendo um trabalho para orientar as comunidades sobre saúde, como a questão da higiene e da preocupação com o lixo.

- "Lá na comunidade foi um sucesso. Ninguém tinha banheiro em casa. Agora, mesmo as pessoas que ainda não têm sanitário nas suas casas utilizam os das outras que têm", comenta José Bezerra de Carvalho, presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário Tertuliano Bezerra.

As famílias que são contempladas com os banheiros recebem os kits, que são instalados em suas casas, podendo ser na parte interna da residência, ou afastados, conforme interesse do dono da casa.

A importância social do banheiro, bem como das cisternas relatadas pelas famílias atendidas evidencia a total ausência de atendimento básico de infra-estrutura a estas comunidades, ratificando a importância política para qualquer governo e para a população atendida por projetos do tipo, haja vista, que se trata de equipamentos sociais que são essenciais à condição de saúde das famílias.

Configuram-se nesse momento, os vínculos de subordinação e dependência, pois a precariedade a que as populações estão submetidas

reforça esses vínculos. Nestes termos, o nível de exclusão social e de subjugação é apenas reforçado e legitimado pela política pública, visto que, os projetos estão associados a bens que deveriam estar acessíveis a essas comunidades sem que fosse imperativo entrar em disputa com outras prioridades e nem com outras comunidades, conforme foi possível constatar pelos resultados da pesquisa de campo no município de Palmares/Pe.

5.4.1 O PCPR em Palmares/PE: política assistencialista para a produção da pobreza

A formação do município de Palmares constituído pelo distrito Sede e pelo distrito Santo Antônio dos Palmares e ainda, pelo povoado Usina Serro Azul, sinaliza tanto sua origem de conflitos, dada a resistência ao trabalho escravo que deu origem ao Quilombo dos Palmares, como à força das agroindústrias canavieiras que sobressaem como atividade econômica mais importante.

Com uma população de 55.790 habitantes, dos quais cerca de 60% desenvolve atividades ligadas ao comércio, o município mostra sua vulnerabilidade em relação à ocupação das terras, que estão concentradas em poucas mãos.

Aqui o lugar é tomado como cenário de processos sociais amplos, dentro de uma totalidade produzida por grupos sociais específicos, ou seja, o lugar alvo da pesquisa, a comunidade denominada Engenho Diamante, situada a aproximadamente 1 km da sede de Palmares, apresenta peculiaridades que manifestam as condições sociais e políticas, dadas pela estrutura fundiária concentrada e pelo poder dos fazendeiros.

A escolha da comunidade Engenho Diamante para visita foi reforçada pelos técnicos do Projeto Renascer, que quando foram questionados sobre a realidade dessa comunidade destacaram com certa veemência:

Engenho Diamante tem uma situação interessante: a comunidade é muito pobre, vale a pena fazer uma visita. Você vai perceber que se não fosse o Renascer, até hoje eles não

tinham um banheiro. É claro que eles ficam muito felizes, por que a pessoa sai do nada e ganha alguma coisa, isso é uma coisa muito positiva (Entrevista c/ técnico do Projeto Renascer, julho de 2006).

Em diferentes momentos da pesquisa na sede do Projeto Renascer, em Recife, ficou claro que não seria possível entender a importância do PCPR sem que se visitasse a realidade de Engenho Diamante em Palmares, já que se tratava “de um lugar muito pobre e carente” (Ibid).

A leitura que se pode revelar a respeito desta comunidade mostra que a precariedade econômico-social à qual se encontra subjugada, se expressa pela ausência de equipamentos de saneamento básico e que este nem chega a ser o problema central da povoação. Os moradores da comunidade vivem em condições de escassez, não são os donos da casa e nem do roçado. Moram em áreas de margens do canavial, sob a condição da permanência no trabalho das respectivas fazendas.

A situação concreta da comunidade manifesta a precarização do trabalho no capitalismo global que não possui apenas uma função limitadora do crescimento do salário real, mas, e principalmente, dificulta o fortalecimento da organização dos trabalhadores, ampliando o incremento da taxa de exploração da força de trabalho. Nesta comunidade, o capitalismo conforma um modo de dessocialização cruel e produz uma morbidez social, constituindo uma forma social adequada à sua própria reprodução contraditória e desigual.

Em pesquisa de campo, o morador J. B. observou que:

só moro aqui por que trabalho aí no canavial, por que nunca tive um pedaço de terra. Eles dão um pedaço de terra pra gente plantar o milho, a batata doce, a macaxeira. Hoje tenho 73 anos e ainda trabalho. Tenho quatro filhos, três moram em São Paulo, uma mora aqui pra cuidar de mim. De vez em quando, os de São Paulo mandam algum dinheiro pra ajudar aqui, eles não quiseram trabalhar na cana (Entrevista c/ J. B., julho de 2006).

Outro entrevistado, o Sr. E. S. demonstra um desconhecimento em relação ao próprio futuro. Queixa-se por não ter procurado algo melhor quando ainda era jovem e ressalta que os filhos fizeram o certo em ir atrás de outra atividade.

A gente ouve dizer que quando se aposentar vai perder a casa e eu não sei como vai ser. Não sei se vou morar com algum filho, não sei se eles vão entregar essa aqui pra mim, não sei, tenho que esperar pra ver. Bom, eu acho que vão ter pena da gente, bem assim eu espero não é. Vamos esperar pra ver, já que eu ainda tenho mais uns anos pra trabalhar (Entrevista c/ o Sr. E. S., julho de 2006).

A moradora Dona M. S., ao destacar que o seu filho é o presidente da Associação, ressalta que a vida dele também é muito dura e lembra que todos que vivem naquela situação gostariam de mudar de vida, mas nem sempre isso é possível. Para ela

A gente acaba se acostumando, depois a gente tem que dar comida aos filhos e não pode ficar somente reclamando, tem é que trabalhar. Eles emprestam esse terreninho aqui no quintal pra gente plantar o de comer. Você tá vendo, isso aqui deste tamanho, o que é que dá pra plantar? Quase nada. Mas, é assim que a gente se vira (Entrevista c/ Dona. M. S., julho de 2006).

O morador J. R. S. F. de 30 anos considera a sua situação “um pouco melhor do que a da maior parte da comunidade” (Entrevista com J. R. S. F., julho de 2006) por que ganhou o direito de usar a terra em virtude de uma conquista judicial.

Eu planto nas terras da V. Catende, as terras do dono da usina. Ele cede um pedaço de três hectares pra eu plantar por que o meu pai foi demitido e depois de anos ele ganhou esse direito na justiça. Os filhos dele deveriam receber um pedaço de terra pra plantar enquanto trabalhassem na fazenda. Mas mesmo assim, a gente tem que plantar cana e vender pra

usina do dono. Então eu trabalho contratado durante os seis meses do verão e no inverno eu planto pra mim. Eu trabalho no corte da cana e ganho um salário mínimo mensal nesses seis meses (Ibid).

O entrevistado mostrou que compreende que o direito ao uso do lote está subordinado à sua condição de empregado da fazenda, de modo que a sua autonomia não será garantida por essa relação. Para ele, além de se tratar de uma concessão judicial, tudo depende da relação de subordinação que deve ser mantida, tanto pela obrigatoriedade de permanecer trabalhando, como pela necessidade de continuar entregando a produção ao dono da usina.

Há aqui uma complexificação do vínculo de trabalho, que extrapola a relação de emprego, constituindo vínculos de subordinação e de dependência ao sistema de metabolismo social do capital. A desigualdade e a precariedade social tende a se perpetuar caso estes trabalhadores não encontrem uma forma de libertação.

Naquela realidade observou-se que a necessidade do crescimento da produtividade do trabalho para a usina tende à apropriação irracional de todas as formas de trabalho e exploração social, ocultas pelos meios de proteção criados pelo patrão (o empréstimo da casa, do quintal) – neste caso, os usineiros, em nome da necessidade de acumulação.

A partir do aspecto da infra-estrutura do povoado, as figuras abaixo retratam as condições precárias nas quais vive a comunidade visitada.



Figura 26 – Tipo de residência da Com. Engenho Diamante, Palmares/Pe.

Fonte: o autor. Pesquisa de campo, julho de 2006



Figura 27 – Aspecto da estrada da Com. Engenho Diamante, Palmares/Pe.

Fonte: o autor. Pesquisa de campo, julho de 2006

É possível observar a ausência de infra-estrutura básica com a situação precária da estrada, o único acesso à comunidade que está prejudicado porque, além de estreita, apresenta voçorocas ou valas. A povoação fica às margens dos canaviais, onde os solos profundos favorecem o surgimento de valas formadas pelo escoamento das águas que descem das partes mais altas onde estão as plantações.

As residências dispõem de um quintal de aproximadamente 10 metros (da casa até chegar ao canavial). Nesse terreno os trabalhadores que não

recebem as parcelas devem plantar o milho, a macaxeira, etc., para o consumo interno. É um cenário de negação de condições mínimas de atendimento.

Sobre esse aspecto, chamou atenção o contato com os técnicos do Projeto Renascer que apoiaram a idéia do trabalho de campo em Engenho Diamante foi possível constatar que a situação da comunidade revelou uma total ausência de atendimento básico de infra-estrutura, o que denota significativo valor a um projeto que constrói sanitários em cada habitação. Neste contexto, dado o nível de exclusão social e de exploração da força de trabalho, não é de se esperar que a comunidade questione o tipo de benefício ou em que medida se trata de um bem que precisava ser acessível a todos, sem que fosse necessário um processo de articulação. Ao contrário, na fala da comunidade o que predominou foi:

- O banheiro significa a privacidade, por que as necessidades eram feitas no mato.
- A situação melhorou bastante, a gente não tinha banheiro e isso é muito ruim.
- Nós não íamos conseguir esses banheiros se não fossem os meninos da associação.
- A gente nem tira o sustento com o dinheiro do trabalho, quanto mais se fosse para construirmos banheiro, tem que ser assim mesmo, ao menos agora a gente tem onde tomar banho.
- A gente tem dificuldade até com água, quanto mais pra fazer banheiro.
- Um banheiro dentro de casa é a coisa melhor que tem (Entrevista c/ moradores de Engenho Diamante/Pe, julho de 2006).

Outro aspecto que chamou atenção em relação à construção dos sanitários domiciliares foi à falta dos materiais do kit proposto pelo projeto. Deveria compor o kit: um vaso sanitário, uma caixa de descarga, uma pia e um chuveiro simples de plástico. Alguns entrevistados destacaram a falta de um ou outro item, ora a caixa de descarga, ora a tampa do vaso sanitário, entre outros. Pela figura 28, pode-se ter uma visão da estrutura externa desse bem social.



Figura 28 - **Sanitário domiciliar na Com. Engenho Diamante** – Palmares/Pe.
Fonte: o autor. Pesquisa de campo, julho de 2006

No entanto, para a equipe de técnicos que acompanhou a pesquisa de campo, esta situação não reduz a eficiência do projeto e nem se constitui ameaçadora para a ação.

Ao mesmo tempo, a comunidade reconhece que a direção da Associação sabe do problema, mas não dá respostas. Essa postura, entretanto, não diminui a legitimidade da Associação diante da comunidade, que se diz agradecida ao presidente da Associação pelo desempenho da sua organização.

- Este rapaz é quem pode esclarecer pra vocês.
- Há participação de todos, mas o presidente é quem decide, o presidente é bom, foi ele quem conseguiu os banheiros.
- As reuniões são tranquilas, ele pergunta, a maioria concorda com ele e dá opinião.
- Se dependesse do prefeito a gente não conseguia o banheiro, então a associação é boa.
- O bom da associação é que a pessoa se associa pra planejar as coisas.
- Nós aqui precisamos de banheiro, e outras coisas também, como terra, salário bom, emprego. Aqui, nós precisamos de tudo (ibid).

Face aos depoimentos, o sentido de autogestão recorrente às políticas de desenvolvimento sustentável é reduzido ao de heteronomia, quando há uma dependência do grupo ou pessoa em relação a uma liderança. Desse modo, a idéia de que as Associações se constituem campos de força, como em Bourdieu (1989), no sentido de grupos sociais empenhados em mudar ou manter posições em relação a investimentos, poder sobre outros poderes, capital, etc., é negada. O que se processa, entretanto, é a legitimação da ação de grupos de poder sobre os dominados, fragilizados pela precariedade das condições de vida.

A ausência de esclarecimentos relacionados ao acesso ao direito representa a elaboração ideológica que assegura as estratégias econômicas e políticas que se fazem sem a presença de sujeitos sociais e sim, de homens coisificados (LISBOA, 2001).

Para Milton SANTOS, no título *O Espaço do Cidadão*, os direitos precisam se inscrever nas leis [...] “é preciso que sejam criados dispositivos institucionais que assegurem a fruição das prerrogativas pactuadas e, sempre que haja recusa, o direito de reclamar e ser ouvido” (1987, p. 08), pois para se tornarem sujeitos ou atores políticos, os homens necessitam participar da produção, gestão e usufruto dos bens da sociedade. Eles devem admitir que a não apropriação socializada dos meios de se produzir e dos lucros corroem as possibilidades de territorialização da cidadania.

5.5 A experiência do PCPR em Sergipe

No estado de Sergipe, o PCPR traz o nome de Projeto Santa Maria e é administrado pela Unidade Técnica, Pronese (Projeto Nordeste).

O empréstimo com o Banco Mundial firmado em fevereiro de 2002, conforme Contrato de Empréstimo (anexo 1), destaca as comunidades rurais como beneficiárias, os Conselhos Municipais como co-executores e o Banco Mundial, o Governo do Estado e as Associações como co-financiadores. A

proposta é incentivar a participação dos beneficiários em todo o processo de implementação e fiscalização.

O PCPR foi concebido para beneficiar 104 mil famílias em 71 municípios do estado. No primeiro Acordo de Empréstimo, entre 1996 a 2001 foram investidos US\$ 36,0 milhões. No segundo Acordo, para o período de 2002 à 2006, o investimento foi de US\$ 28,0 milhões, dos quais US\$ 20,8 milhões são oriundos do Banco Mundial e US\$ 4,7 milhões correspondem aos recursos de contrapartida do Estado e dos municípios (quando estes se manifestarem por escrito) e das comunidades (mão-de-obra, materiais ou dinheiro). Ou seja, 74% correspondem ao investimento total do Banco Mundial e 26% do investimento vem do governo do estado que deverá ser apoiado pelas prefeituras e pelas comunidades que se beneficiarão com os recursos (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2006).

Com esses recursos, até junho de 2004 tinham sido aplicados R\$ 64,9 milhões em 835 subprojetos financiados. De acordo com o Manual de Operações do PCPR II (2002), o propósito do Programa é investir no interesse comunitário e promover a melhoria da qualidade de vida da população, buscando:

- i. prover pequenos investimentos comunitários (subprojetos comunitários) orientados para criação de infra-estrutura básica e geração de renda e de emprego para as camadas mais pobres da população rural;
- ii. descentralizar a alocação de recursos e a tomada de decisões para os níveis locais, mediante o apoio aos Conselhos Municipais e às Associações de beneficiários, no planejamento, priorização dos subprojetos, execução e manutenção dos investimentos;
- iii. estimular à criação e à consolidação de organizações comunitárias, Associações e Conselhos Municipais que poderão servir como instrumentos de planejamento, de controle social, de expressão das necessidades das comunidades pobres para a superação das barreiras ao seu desenvolvimento econômico e social (Ibid);

conforme se pode observar no anexo 04, o Programa não atende aos municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro que compõem a Região Metropolitana de Aracaju. A alocação dos recursos obedece ao critério de pobreza (Quadro 3), assim, além do Índice de Desenvolvimento Humano de cada município, considera-se também o número de famílias pobres, a porcentagem de famílias consideradas pobres em relação à população total da comunidade, e a inexistência de investimentos e/ou equipamentos públicos: escolas, posto de saúde, estradas de acesso, eletrificação rural, abastecimento de água, equipamentos comunitários de apoio às atividades sociais e produtivas, com forte vinculação com produtos de subsistência. As sedes municipais com população total inferior a 7.500 habitantes, também podem receber recursos¹¹⁶.

FOCALIZAÇÃO	MUNICÍPIOS
iv. MAIS POBRES (concentra 65% dos recursos)	• Telha, N. S. Aparecida, Riachão do Dantas, Moita Bonita, Muribeca, Macambira, Canhoba, Siriri, Pacatuba, Amparo do São Francisco, Ilha das Flores, Brejo Grande, Graccho Cardoso, São Miguel do Aleixo, Indiaroba, Feira Nova, Japoatã, Itaporanga D'Ajuda, Salgado, São Domingos, Porto da Folha, Cristinápolis, Tomar do Geru, Areia Branca, Santa Luzia do Itanhi, Santana São Francisco, Arauá, Santa Rosa de Lima, Pedra Mole, Poço Verde, Gararu, Nossa São de Lourdes, Poço Redondo, Pinhão, Malhada dos Bois.
v. MENOS POBRES (concentra 35% dos recursos)	• Aquidabã, Itabi, Cedro de São João, São Francisco, Pedrinhas, Riachuelo, Pirambu, Capela, Carmópolis, Laranjeiras, Campo do Brito, Própria, Monte Alegre de Sergipe, Maruim, Malhador, Itabaianinha, Canindé São Francisco, Nossa São das Dores, General Maynard, Rosário do Catete, Santo Amaro Brotas, Boquim, Umbaúba, Frei Paulo, Divina Pastora, Neópolis, Cumbe, Lagarto, Simão Dias, Estância, Carira, Nossa Senhora da Glória, Japaratuba, Itabaiana, Ribeirópolis, Tobias Barreto.

Quadro 3 - Abrangência do PCPR no estado de Sergipe - situação dos municípios

(*) municípios sem Conselhos Municipais (somente três municípios).

Fonte: Manual de Operações do PCPR II, Pronese, 2002.

¹¹⁶ A Focalização é definida em função dos seguintes indicadores: população rural x população total; índice de desenvolvimento humano - IDH; receita do ICMS; área territorial; índice de mortalidade e número de subprojetos financiados pelo PCPR I.

O conjunto de indicadores sociais e econômicos que permitem estabelecer a diferenciação entre municípios mais pobres e municípios menos pobres, não é suficiente para negar a carência de equipamentos básicos naqueles considerados menos pobres.

5.5.1 O PCPR em Lagarto/Se: a 'ética' do atendimento à pobreza

Na situação de Lagarto, município alvo da pesquisa, a precariedade das comunidades rurais no tocante à carência de infra-estrutura, equipamentos de saúde, moradias dignas, assim como políticas públicas alternativas para a agricultura, manifesta a necessidade de formulação de demandas ao PCPR. A presença de Associações rurais em todos os povoados expressa a carência dessas comunidades por políticas de oferta de bens e serviços.

Em Sergipe, optou-se por analisar a aplicação dos recursos do PCPR II em três subprojetos sociais no município de Lagarto. São subprojetos comunitários tais como o de construção de sanitários domiciliares nas comunidades rurais dos povoados Brasília e Estancinha e um projeto de construção de um Centro Comunitário de Múltiplo Uso (apoio a atividades sociais e comunitárias) também na comunidade Estancinha.

Buscou-se o contexto agrário e regional no qual está inserido o município de Lagarto, por considerar que embora ele se encontre na categoria dos municípios menos pobres do estado, conforme apresentado no quadro 3, a precariedade das comunidades assistidas no tocante à oferta desses serviços básicos é a mesma dos demais municípios que as demandam¹¹⁷.

¹¹⁷ Estudos sobre a precariedade social produzida nos municípios sergipanos destacando contradições conseqüentes da presença de grandes projetos produtivos (o Platô de Neópolis, o Projeto Califórnia, a política de modernização da agricultura no Centro Sul do estado, onde se inclui o município de Lagarto), foram produzidos por Alexandrina Luz Conceição (1992); Fernanda Virgínia Kolming (2005); Almir Bispo Santos (2001); Ana Rocha dos Santos (1999); Marleide Maria Santos (1999); Milton Fancisco Pinto (1996); entre outros. São estudos que destacam áreas de pobreza crescente, tanto pelo processo de introdução da chamada modernização, com conseqüências na concentração de terras e na perda da autonomia do camponês, como reflexões sobre a ausência de serviços de atendimento básico, como o realizado por Ana Rocha dos Santos (ibid), em relação à territorialização dos serviços de saúde no Nordeste sergipano.

Por outro lado, Lagarto apresenta o terceiro maior número de Associações cadastradas junto à Cédula de acompanhamento (Pronese) e apresenta também o maior número de Associações, entre os municípios que estão na categoria dos menos pobres¹¹⁸.

Até a data da última visita a campo (novembro de 2006) somavam-se setenta associações comunitárias, denotando um número significativo de demandas dessas comunidades.

Nas comunidades visitadas, além da carência por serviços, a falta de uma política agrícola que viabilize condições de reprodução social das populações leva a uma conjuntura de vulnerabilidade dessas comunidades aos grupos políticos regionais.

Embora nos documentos oficiais apareça, de forma explícita, a valorização da participação social daqueles que deverão ser atendidos com os bens, observa-se que os três projetos analisados aparecem veiculados a políticos locais, que, por sua vez, têm seus nomes veiculados às associações nas respectivas comunidades.

A Associação Beneficente Sócio-Cultural Maria Acácia Ribeiro, responsável pelos projetos de construção de sanitários domiciliares nas comunidades Brasília e Estancinha, recebe o nome da administradora, uma líder política do município, que é vinculada a um grupo que há mais de 40 anos disputa eleições em todos os pleitos eleitorais. A associação tem sua sede na cidade de Lagarto e não nos povoados beneficiados com os projetos, conforme proposição oficial, o que nega a retórica do controle social ou da participação da sociedade, tanto no que concerne à determinação de prioridades, quanto em relação à fiscalização da aplicação dos recursos, conforme discurso de descentralização e democratização, implícito na ótica do desenvolvimento sustentável.

Os projetos de sanitários, tanto no povoado Brasília, como no povoado Estancinha, são ações da Associação referida, enquanto o projeto de

¹¹⁸ Os municípios de Porto da Folha e de Poço Redondo apresentam um número maior de associações do que o de Lagarto, no entanto, o que diferencia essas realidades é que os primeiros estão alocados entre os mais pobres, e ainda à presença marcante de associações territorializadas nos assentamentos de reforma agrária, o que implicaria uma interpretação diferenciada dessas organizações, em virtude da peculiaridade da orientação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST.

construção do Centro de Múltiplo Uso, também na comunidade Estancinha é uma ação da Associação Beneficente Sócio-Cultural Produtiva Dra. Maria Luiza Ribeiro. Como os nomes sinalizam, além do parentesco, as duas lideranças políticas fazem parte do mesmo grupo.

Embora se considere que este não é o único impasse para a realização de uma gestão descentralizada, tal situação vem confirmar o atrelamento desses projetos à lógica do favorecimento político, já denunciado por Lisboa (2001), em estudo realizado sobre participação política no campo através do associativismo rural em Sergipe.

Em visita às duas comunidades chamou atenção à maneira como estas foram articuladas para serem contempladas com o benefício. Segundo depoimento de Dona M J., moradora da comunidade Brasília,

aqui em Brasília, as pessoas mais pobres foram atraídas por propaganda de carro de som. Elas vieram para minha casa e aqui as meninas que trabalham para Dona Maria Acácia Ribeiro fizeram as inscrições e depois de uns dias, as pessoas receberam os banheiros (Entrevista c/ dona M. J., abril de 2006).

É importante destacar que a casa de Dona M. J. foi utilizada, tanto para o momento das inscrições, como para guardar os kits dos sanitários para o projeto. Dona M. J. é ligada ao grupo político de Maria Acácia Ribeiro, dirigente da Associação. De acordo com a entrevistada, em relação ao projeto do povoado Brasília,

não houve privilegiamento. Todos que vieram e mostraram que eram pobres e precisavam do benefício, receberam-no. Podiam ser do grupo adversário ou do grupo de Maria Acácia, o importante é que quem necessite possa receber seu benefício. Aqui todo mundo é igual, ninguém é melhor do que ninguém e o importante para a associação de Maria Acácia, é ajudar a comunidade (ibid).

A preocupação da entrevistada foi explicitar a desvinculação com o voto de cabresto, freqüente na região. Por mais de uma vez, ela foi enfática na

defesa da seriedade da líder política, a cujo projeto está vinculada. Para tanto, a entrevistada enfoca que se trata de uma pessoa idônea, que não tem interesse em se beneficiar, mas em beneficiar à comunidade. Para ela, as pessoas agradecem pelos banheiros à respectiva liderança política, porque foi ela quem trouxe o bem social para eles.

A fala do Sr. J. D., residente na mesma comunidade, confirma o discurso de dona M. J., na medida em que se sente agradecido tanto à Maria Acácia Ribeiro, quanto à dona M. J. Para o entrevistado,

dona M. J., é uma pessoa séria, inclusive todo o material dos banheiros ficou na casa dela, quando se precisava era só pegar lá. Graças a Deus tem uma pessoa que se preocupa com a gente, se não fosse essa mulher, que é muito religiosa, e Dona Maria Acácia, a gente até hoje estava sem esse banheiro. A gente não pode se queixar, por que se um não faz, o outro faz e assim a gente é quem sai lucrando (Entrevista c/ o Sr. J. D., abril de 2006).

Outro aspecto importante nos projetos visitados diz respeito ao processo de construção propriamente dito. Chamou atenção o fato da construtora que executou as obras ser de propriedade do irmão da líder política que também administra a Associação. Esta prática sugere o entendimento de que é fácil burlar as exigências do Banco Mundial, explicitadas no Contrato de Empréstimo – Seção I, sobre aquisição de bens e obras, que se refere a procedimentos que exigem licitações, conforme anexo 1.

Na comunidade Estancinha, seis dos dez moradores beneficiados, não souberam responder qual foi a construtora responsável pelo projeto. Um desses entrevistados, que mora ao lado do Centro de Múltiplo Uso afirmou que sabia que se tratava de alguém da família dos *Ribeiros*¹¹⁹. Indignado, ele comenta: “era bom que as coisas mudassem, o dinheiro é nosso e parece que eles estão dando um presente a gente” (Entrevista c/ Sr. E. S., abril de 2006).

Outro comentário em relação à situação da construtora foi feito por Dona M. J. Segundo ela “o rapaz, dono da construtora, é um bom menino. É o irmão,

¹¹⁹ Denominação do grupo político municipal, também chamado de Grupo *Bole-Bole*, que vem disputando espaço com o grupo adversário, os *Reis*, nos últimos 20 anos. Se trata de uma família que disputa os pleitos eleitorais, envolvendo principalmente, irmãos e cunhados.

mas é uma pessoa honesta. Ele trouxe a mercadoria pra minha casa e construiu os banheiros” (Entrevista c/ Dona M. J., abril de 2006).

Diferentemente, o presidente de uma das Associações sediadas no povoado Brasília (ainda não contemplada com projeto) observou que se trata de um exercício comum. Para ele, este controle dos grupos políticos é uma prática que dificulta qualquer trabalho mais autônomo na comunidade.

Muitas associações do município foram beneficiadas, mas essa que trouxe os banheiros para Brasília é mais forte por que está nas mãos de políticos. Eles conseguem tudo e ainda tem o irmão pra fazer a obra. Recebem o dinheiro, compram a mercadoria e constroem. O povo não sabe se gastou o dinheiro todo, mas também nem tá preocupado, o que cada um quer é o seu benefício (Entrevista c/ G. S., abril de 2006).

Um dos aspectos que mais chamam atenção nesse novo estágio de diálogo entre as organizações comunitárias e o poder político é o da reafirmação da dependência de um projeto de fora. Este tem sido o caminho que afirma que a ação pública – aqui confundida com o favor – passando, desse modo, à condição de ação privada, pode distorcer ainda mais o sentido da democracia, da participação, do controle social, e da possibilidade de sustentação do discurso do desenvolvimento sustentável.

A organização revela politicamente uma parcela dos interesses sociais, constituindo-se em local privilegiado para uma correlação de forças. A territorialidade dessas associações, no entanto, vem exprimindo um caráter diverso e complexo, como expressão da diversidade de situações existentes e do modo como os trabalhadores vivem e enfrentam as suas situações.

Ao questionar os moradores destas comunidades sobre a importância dos benefícios sociais, eles responderam que:

- Se não fosse assim, até hoje a gente não tinha o banheiro.
- Foi a melhor coisa que aconteceu, já pensou se a gente não ganhasse?
- É muito bom pra todo mundo, a comunidade precisava muito disso.
- Agora eu espero que venham outros projetos, por que tem muitas pessoas esperando esses banheiros (ibid).

As comunidades se mostraram satisfeitas com o benefício, mas não esboçaram reações à forma como se estabelece o processo. A figura abaixo mostra a prática corriqueira dos políticos que usam os projetos para fins eleitoreiros.



Figura 30 - Prédio do Centro de Múltiplo Uso com nome de líder política do município, povoado Estancinha, Lagarto/Se, 2006.
Fonte: o autor. Pesquisa de campo, 2006.

No universo de trinta e oito moradores entrevistados, entre beneficiários e lideranças das comunidades, apenas quatro entrevistados – diga-se, presidentes de Associações e lideranças – manifestaram indignação com a utilização desses benefícios para fins eleitoreiros. Entretanto, afirmam que se não tiver um político forte por trás dos projetos, a comunidade não é beneficiada. Verifica-se que os projetos passam a ser instrumentos de voto, na medida em que há uma apropriação pelos políticos locais.

O Sr. E. R., secretário do Conselho de Desenvolvimento Municipal do município - CONDEM contribuiu para esclarecer como se estabelece a relação entre os subprojetos comunitários do PCPR II com a política do município. O secretário, que ocupa o cargo há nove anos e é ligado ao grupo que está na administração municipal há dezesseis anos, observa que

O CONDEM existe desde 1997 e o objetivo é apoiar a comunidade, mas hoje infelizmente, quem manda é o político. O político vai à comunidade e inaugura um desses projetos e ninguém pode fazer nada, fica como se tivesse sido ele (Entrevista c/ o Sr. E. R., dezembro de 2005).

Para o entrevistado, esta situação não é diferente quando se trata de projetos produtivos. Segundo ele, quando as Associações não estão bem organizadas, elas só se reúnem em momentos de benefícios. Quando sabem que podem receber algum benefício elas procuram o Conselho, mas estão sempre sendo apoiadas por algum político forte que possa ajudá-las junto à Pronese. Ele comenta que “neste momento quem está ao lado do governador João Alves é o grupo dos *Ribeiros*. No governo de Albano Franco quem tinha peso político eram os *Reis*”¹²⁰ (ibid).

O secretário do Conselho ressaltava que, naquele momento, o grupo de Luiza Ribeiro estava com o poder e nada poderia ser feito pelo Conselho para mudar o quadro. Ele observa:

há um ano e meio não fazemos reunião, eles decidem e pronto. As reuniões com a Pronese são para aprovar os projetos que não são discutidos aqui no Conselho, a gente assina sob pressão (Entrevista c/ o Presidente do CONDEM, dezembro de 2005).

Este controle político faz parte da política de rateamento de poderes com políticos (os chamados cabo eleitorais) dos diferentes municípios do estado, por parte do governo estadual.

Para o coordenados do Projeto Santa Maria, a interferência política é algo que não se pode evitar, depende de como a sociedade civil está organizada. Para ele, se a sociedade entender que os projetos não dependem dos políticos, “então ela não agradece com o voto. O que nós podemos fazer

¹²⁰ Denominação do grupo político municipal, também chamado de Grupo Saramandaia, que vem disputando espaço com o grupo adversário, os *Ribeiros*, nos últimos 20 anos.

para ajudar as comunidades, nós fazemos” (Entrevista c/ coordenador do Projeto Santa Maria). Esta reflexão também é reforçada por técnicos que acompanham os projetos, para os quais, o trabalho de criação das Associações, que é apoiado por eles, contribui para esclarecer a necessidade do exercício da autonomia das comunidades.

Os desdobramentos deste controle em relação aos projetos, assim como do controle sobre as Associações comunitárias pelos políticos do município, impõem que estas organizações sejam analisadas como campos de força, que tanto podem se constituir em favor dos interesses do trabalhador, como um ambiente da sua alienação. Para entendê-las, é preciso observar como elas elaboram e exprimem seus interesses coletivos, o modo como se integram no processo político e na correlação de forças sociais (LISBOA, 2001).

É importante salientar que quando a comunidade não é contemplada com os projetos, há uma transferência de responsabilidades, que, ora vai para ela própria, porque não se organizou para receber benefícios, ora se dirige para o grupo político adversário, em virtude das relações entre o poder local e o estadual ou nas relações entre este e o nacional. Sobre este último, merece destaque uma propaganda do governo de Sergipe, veiculada em julho de 2006 (ocasião do encerramento do PCPR II). A propaganda trás a defesa da continuidade do PCPR no estado, e destaca que se o programa não tiver continuidade, a responsabilidade é do governo federal que sempre responde com represália àqueles que não o apóiam. A propaganda trás o seguinte texto:

Perspectivas para um novo projeto de combate à pobreza

Não é simples estabelecer um acordo internacional. Quem vê o dinheiro sendo aplicado de forma ágil e eficiente pela Pronese, não sabe a via-sacra burocrática pelos gabinetes do Governo Federal que o Governo de Sergipe tem de percorrer para conseguir o acordo com o Banco Mundial visando implementar o projeto de combate à pobreza rural na nova fase do Projeto Santa Maria.

A última parada do processo no meandro federal para aprovação do novo acordo de empréstimo internacional foi na Secretaria de Assuntos Internacionais, ligada ao Ministério do Planejamento, em Brasília. Aquela Secretaria deveria confirmar que o Governo Federal avalizará o montante de US\$ 20,8 milhões junto ao BIRD para que o Governo de Sergipe dê continuidade ao Projeto Santa Maria. Após a aprovação, a

solicitação de empréstimo vai para o Banco Central, ainda em Brasília, e, depois, para o Banco Mundial, em Washington, onde deverão ser confirmados os valores e as metas, encerrando a tramitação do processo. O Governo de Sergipe, que vem desatando os nós burocráticos e políticos, já conseguiu cumprir todos os requisitos exigidos e espera que o acordo seja assinado ainda no mês de junho. Caso o Governo Federal não avalize esse empréstimo, o Governo de Sergipe deixará de beneficiar cerca de 130 mil pessoas em 71 municípios sergipanos. Projetos importantes como a revitalização da citricultura, a universalização da energia e o abastecimento de água de pequenas comunidades sofrerão com a paralisação de novos investimentos. Dezenas de outras ações voltadas para o combate à pobreza, compreendendo investimentos na melhoria da infra-estrutura dos povoados, ampliação das atividades de geração de renda, construção de empreendimentos sociais e fortalecimento das organizações sociais comunitárias, deixarão de ser realizadas. Por ser um homem empreendedor e destemido, o governador João Alves não se deixará abater pelas dificuldades políticas ou burocráticas colocadas para desestabilizar suas ações de governo. Ações estas sempre voltadas para benefício do povo que pelo sufrágio lhe outorgou governador de todos os sergipanos. Essa é a nossa convicção. (PRONESE, publicado em 26/06/2006)¹²¹.

O que se percebe é uma tentativa de transferência de responsabilidades para todos os lados. Se a comunidade não tem acesso a um banheiro, há de se culpar, ora o político adversário, ora a própria sociedade civil. Não há espaço para a reflexão sobre as condições materiais das respectivas comunidades, porque as condições de reprodução das mesmas não garantem a construção autônoma desses bens.

Nota-se que, quando a culpa é repassada para a comunidade, ela assume que houve ausência de um esforço coletivo que a impediu de conquistar os benefícios. Não há um questionamento do direito ao benefício, ou, em que medida é função da comunidade se organizar para conquistar um bem que é garantido às classes sociais mais abastadas. De certa forma, a comunidade acaba legitimando o papel assistencialista da sua organização. Ao mesmo tempo, legitima o valor do político, dos cabos eleitorais, dos padrinhos,

¹²¹ Home page: <http://www.pronese.se.gov.br>

à medida que os aprovam nos pleitos eleitorais, uma vez que esses políticos, aos olhos destas comunidades, os beneficiaram com os projetos.

Nas palavras do presidente da Associação do povoado Estancinha, em torno de 80% dos moradores da comunidade são sócios da organização. Em pesquisa de campo, estes sócios foram questionados sobre os motivos que os levaram à filiação. Eles afirmam que se associaram por que acham importante e que o fizeram de forma espontânea.

- Ah, eu me associei por que eu vi que precisava. Era importante para ganhar alguma coisa para a comunidade.
- Se não me associasse não recebia nada.
- O menino que é o presidente conversou com a gente e falou dos projetos de banheiro, falou também do Centro que ia construir.
- Me associei por que achei importante pra todo mundo. É preciso está unido (Entrevista c/ moradores do Povoado Estancinha, abril de 2006).

Mas, contrariando o discurso da espontaneidade na articulação, revelam que sabiam que através da Associação iam poder receber algum projeto: terra, financiamento, ou outros benefícios materiais. Nota-se, dessa forma, que é a busca de um bem ou serviço que motiva as pessoas para este tipo de associativismo.

Nesta análise, o sentido da participação perde espontaneidade, na medida em que os membros das associações acabam por confirmar uma motivação material, seja pela urgência em ser contemplado com um pedaço de terra, seja com a chegada de energia elétrica na comunidade, seja para receber algumas cabeças de ovelhas.

Dessa maneira, se observa que a prática política que está por trás da retórica da participação e da autogestão nega o valor colocado como superior que é o desenvolvimento sustentável. As comunidades não estão decidindo prioridades, porque em se tratando de oferta de bens e serviços tão essenciais - e exatamente por isso - o nível de sujeição das pessoas aos grupos do poder local aumenta. As associações estão sendo concebidas pelos políticos que, interessados em se reproduzir nos seus postos, utilizam-se de tais

organizações como trampolim. O que se nota é que a espacialização das políticas e suas implicações na gestão do território desvelam as relações de poder que se estabelecem no espaço articuladas por valores, propostas e discursos dos diferentes atores sociais envolvidos, sem que, necessariamente, sejam representações da cultura ou dos interesses dos grupos locais.

5.6 A valorização cultural como elemento fundante do desenvolvimento

A pesquisa de campo realizada foi elucidativa do discurso da valorização cultural como elemento fundante da ideologia do desenvolvimento. Este discurso aparece explícito nos documentos do Banco Mundial, assim como nos documentos das Unidades Técnicas, responsáveis por projetos cujas missões destacadas são:

- Rural Poverty Reduction Project - apóia a redução dos níveis atualmente altos de pobreza rural através de: a) melhorar a qualidade de vida e a renda dos pobres da área rural possibilitando um maior acesso à serviços de infra-estrutura social e econômica básica, usando métodos consagrados de desenvolvimento impulsionado pelas comunidades; b) **aumentar o capital social** das comunidades rurais para se organizarem coletivamente e suprir suas próprias necessidades; c) **aumentar a capacidade de governança local pela maior participação dos cidadãos** e transparência no processo decisório, com a criação e fortalecimento de associações comunitárias e conselhos municipais; e d) incentivar uma maior integração entre políticas, programas e projetos de desenvolvimento no nível local, com o apoio aos conselhos municipais para que estendam seu papel de captação de recursos, **definição de prioridades e tomada de decisões sobre o uso de recursos** (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2007)¹²².

- promover o desenvolvimento estadual sustentável e melhoria da qualidade de vida de sua população, fundamentado **no respeito e valorização do ser humano**; os planos de desenvolvimento devem **respeitar as peculiaridades**

¹²² Acessado em 25 de fevereiro de 2007.

culturais, como potencialidades específicas (PRONESE)¹²³.

- gerenciar programas de desenvolvimento local integrado e sustentável; **garantir a participação** para que as pessoas tenham **vez e voz nas decisões** sobre o desenvolvimento da sua comunidade, do seu município; (PROJETO RENASCER, 2007).

- possibilitar as oportunidades para que **as comunidades identifiquem e criem formas** de melhorar e ter acesso à produção; **promover a participação é fundamental** para que **a comunidade defina seu futuro e se comprometa com as iniciativas de mudanças**; (PROJETO SÃO JOSÉ, 2007).

A ressignificação do cultural nas ações desencadeadas com recursos do PCPR, ora está relacionada à potencialidade encontrada no território – no caso do Arranjo Produtivo Local de cajucultura em Barreira/CE, e da agroindústria de fitoterápicos em Rio Formoso/PE – ora está associada ao exercício da participação, quando as comunidades são convocadas a definir prioridades.

Essa compreensão, em termos de acesso à participação, democratização ou descentralização denota que em países de economia atrasada, as populações pobres devem exercer controle social em relação ao atendimento de carências básicas e, nessa nova forma de exercer soberania, a localização do atendimento básico como um não direito, significou que ele passou a ser considerado um serviço que para ser adquirido vem exigindo das comunidades uma relação de subserviência política. Nesse contexto, não convém às comunidades discutir ou questionar a existência ou não do benefício, mas seu lugar no interior das necessidades que precisam ser priorizadas num processo de competição com outras necessidades também emergenciais.

A presença de um banheiro é considerada, tanto pela Constituição Federal, como pela Organização Mundial de Saúde, um equipamento de necessidade básica. O acesso a este não deveria ser disputado, ou demandar uma articulação política para ser conquistado, pois ele representa um item da habitação saudável. É uma concepção da habitação como um agente da saúde

¹²³ O atual governo (que assumiu em janeiro de 2007) alterou o nome da Unidade Técnica, denominando-a de Empresa de Desenvolvimento Sustentável do estado de Sergipe - PRONESE.

de seus moradores. Implica em um enfoque sociológico e técnico de enfrentamento dos fatores de risco¹²⁴.

O conceito de ambientes saudáveis incorpora o saneamento básico, espaços físicos limpos e estruturalmente adequados (...), a carência e deficiências nas habitações e a falta de saneamento constituem em um determinante no excesso de mortalidade e uma característica sistematicamente vinculada aos níveis de pobreza, ao resto socioeconômico e a inequidade territorial na América Latina e no Caribe (Organização Pan Americana da Saúde-OPAS/OMS: Saúde nas Américas, 1998).

O direito público tem por objeto um bem ou um interesse, diz respeito à garantia de um serviço ao indivíduo em decorrência de sua posição como membro da comunidade. Este direito, ou seja, essa necessidade humana deveria ser protegida e reconhecida pelo atendimento público, já que o mesmo regime fiscal que atende às camadas mais abastadas com serviços públicos, também cobra os impostos aos mais pobres.

Apesar disso, sua materialização vem dependendo do poder do indivíduo de colocar em movimento normas de exigência de interesse de grupos. Neste contexto, fica evidente que não cabe ao indivíduo questionar a atuação do poder estatal, nem supor um comportamento ativo ou omissivo por parte deste ente. Para Conceição, conforme ditames do Banco Mundial “paradoxalmente, se faz uma re-inversão de papéis [...], cabendo ao pobre superar a sua pobreza” (2005, p. 168)¹²⁵.

¹²⁴ O conceito de Habitação Saudável se introduz desde o ato do projeto da habitação, sua micro-localização e construção, e se estende ao seu uso e manutenção. Este conceito está relacionado com o território geográfico e social onde está localizada a habitação, os materiais usados para a sua construção, a segurança e qualidade dos elementos usados, o processo construtivo, a composição do seu espaço, a qualidade do seu acabamento, o contexto periférico global (comunicações, energia, vizinhança) e a educação sanitária dos seus moradores sobre os estilos e condições de vida saudável. Um dos ambientes habituais onde convive o ser humano no curso cíclico de sua vida é na sua habitação, ademais estão a escola, o lugar de trabalho, a cidade e o município. A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) é um organismo internacional de saúde pública, dedicado a melhorar as condições de saúde dos países das Américas. Ela também atua como Escritório Regional da Organização Mundial da Saúde para as Américas e faz parte dos sistemas da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Organização das Nações Unidas (ONU). Ver em: <http://www.opas.org.br/ambiente>.

¹²⁵ De acordo com Alexandrina Luz Conceição, em artigo intitulado *A geografia do espaço da miséria*, neste viés, cumpre-se o objetivo do Consenso de Washington, ou seja, o Estado deixa

Este quadro, revestido por certo empoderamento dos atores sociais como condição para o desenvolvimento social, por meio do Programa de Combate à Pobreza Rural, desenha no Nordeste um cenário de absoluta dependência em relação às políticas públicas e aos políticos locais (configurando a prática dos currais eleitorais) para atendimento de necessidades básicas.

Chama atenção, no entanto, o processo de transferência desse direito público, que passa a ser enquadrado como conquista de comunidades organizadas. Este direito precisa ser disputado com outras comunidades também carentes. Além disso, as comunidades não contempladas ficam à mercê dos interesses políticos dos grupos de poder locais. Estes grupos quando querem barganhar a paternidade dos projetos se esforçam para que as comunidades recebam benefícios. Quando isso não ocorre, as comunidades sofrem a represália.

São projetos de infra-estrutura básica (construção de banheiros, construção de Centro de Múltiplo Uso, construção de casas populares, aquisição de água de beber, cozinhar e tomar banho; entre outros) para a comunidade. Apesar disso, esses projetos passam da condição de direito social, à condição de barganha política, determinante para a reprodução de grupos locais no poder. Neste caso, ocorre uma apropriação simbólica dos recursos por grupos específicos, que, por vezes, encontram meios de ludibriar os processos licitatórios, garantindo a apropriação, de fato, desses recursos¹²⁶.

A valorização do cultural, neste caso, está nas possibilidades que a comunidade tem, em respeito aos seus próprios valores de necessidade

de ser o agente direto do crescimento e passa a ser elemento catalisador e impulsionador da sociedade civil e da empresa privada no combate à pobreza. Observando, sobretudo, conforme o Relatório sobre o Desenvolvimento do Banco Mundial (1997), que o Estado, seja qual for sua capacidade institucional, deve: respeitar, incentivar e aproveitar a iniciativa privada e voluntária e os mercados competitivos; concentrar-se na pura prestação de bens e serviços públicos que os mercados não podem oferecer. CONCEIÇÃO, A. L. *A geografia do espaço da miséria*. Revista Scientia Plena 1 (6): 166-170, 2005. Home page: www.scientia plena.org.org.br

¹²⁶ Nestes casos, se configura uma das modalidades de privatização esboçadas por Pablo Gentili (1998), conforme discussão realizada no item 4.2.1 desta pesquisa. A privatização se estabelece pelo financiamento público na compra do bem e/ou do serviço privado, ou ainda, conforme a situação encontrada na pesquisa de campo do estado de Sergipe, onde se realiza uma apropriação indevida dos recursos. Esta é facilitada pelas relações entre os políticos que apadrinham os projetos e os empresários dos diversos setores da oferta dos produtos ou serviços requeridos.

básica, de determinar o que é mais urgente, do ponto de vista das suas carências imediatas.

O convite feito à comunidade para escolher uma prioridade (entre bens sociais sem os quais a saúde fica ameaçada) acaba configurando uma transferência da responsabilidade para essas comunidades, por não terem acesso a tantos outros bens tão essenciais quanto aquele contemplado.

Ao se tratar de um processo de alienação dos direitos, que passam à condição de benefício político, eles são fetichizados em mercadorias a serem conquistadas como favor político. Neste momento, a descentralização, a autogestão, a falácia da democratização, se colocam como a razão capitalista para garantir saídas para a apropriação privada do recurso público.

No caso da política de arranjos produtivos locais (APLs), o potencial cultural das comunidades representa uma condição de geração de emprego e renda (conforme documentos oficiais), e por isso deve ser potencializado. O retorno esperado é determinado pelas relações de comércio. Como as relações sociais de produção se dão no contexto das relações de mercado, então são estas que prevalecem, de modo a refletirem o uso da cultura como meio material de produção, bem como a propriedade desta, implicando numa contradição.

Assim, quando os projetos visam alguma forma de transformação dos valores culturais em valores de troca, o sentido de cultura se dilui na reificação do objeto, que passa a ser mercadoria.

O que se observa é que os elementos da cultura local vão sendo incorporados ao processo produtivo como mercadoria, fazendo do trabalhador, “a manifestação subjectiva do fato de que o capital é o homem inteiramente perdido para si mesmo” (MARX, 1993, p. 173), pois a defesa do ambiente cultural e da valorização das identidades do lugar, assim como do potencial dos atores locais na construção de uma diferente racionalidade econômica, não elimina o poder das forças de mercado.

Para Enrique Leff (2000, 2000a & 2001), a valorização da cultura pressupõe a apreciação da comunidade com seus conhecimentos, significados e crenças. Este autor observa que só é possível construir uma racionalidade econômica ambiental quando a sustentabilidade se enraíza em bases

ecológicas e de identidade cultural, nas quais os atores sociais exercem poder de controle e de mobilização dos potenciais culturais.

No plano metodológico, se apregoa que as mudanças são geradas pelo envolvimento dos beneficiários na escolha, na gestão e no controle das atividades planejadas. Na realidade, observa-se que, à medida em que o PCPR vai assistindo comunidades rurais organizadas vai ocorrendo o aumento do uso produtivo da terra e, de modo conveniente, essa situação vai minimizando as tensões sociais.

O Banco Mundial avaliando o PCPR nordestino destacou que,

em toda a década de 1990, a inclusão social, através da participação, tem ajudado cada vez mais as iniciativas federais a transferir responsabilidades para as autoridades locais e hoje se registra crescente otimismo em relação aos programas de desenvolvimento rural [...] No Nordeste, projetos do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) foram bem-sucedidos na distribuição de fundos para infra-estrutura e serviços em comunidades rurais pobres (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2002).

O documento ressalta o valor estratégico da gestão participativa. Neste ponto, ele alude à importância dos Conselhos gestores, que além de estabelecerem as prioridades, aprovam propostas comunitárias e supervisionam a execução dessas propostas, o que torna as comunidades co-responsáveis pelos projetos.

Em entrevista realizada em julho de 2006, o coordenador de Projetos Especiais da Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional do Ceará, quando questionado sobre as preocupações do Banco Mundial considerou que esta agência não desenvolve apenas uma preocupação financeira. Para ele, o Banco faz um monitoramento rígido, onde não avalia somente as metas físicas, mas a qualidade do programa, o que contribui, segundo ele, para preservar os recursos, já que se trata de recurso externo que o governo deve pagar e que deve focar exclusivamente as comunidades carentes.

Para o coordenador, o Banco trás a experiência que vem acumulando através do trabalho desenvolvido, de longa data, em vários países. Esta

prática, “faz com que aprendamos com eles. A preocupação deles não é apenas financeira, como acontece com todos os bancos” (Pesquisa de Campo, julho de 2006). O entrevistado ressalta que como o recurso do Banco é disputado por muitos países, isso obriga aqueles que os recebem a aplicarem bem e a promoverem um efeito multiplicador, já que o Banco Mundial é cobrado pelo retorno dos investimentos pelos países de onde os recursos são locados. Na entrevista, ele destaca ainda que, “quem ganha com isso são os estados, por que além de poderem repensar a própria realidade, eles podem encontrar saídas para as populações” (ibid).

A partir da pesquisa de campo, notou-se que os recursos têm sido fundamentais para o resgate das ‘potencialidades’, na lógica do momento atual da reprodução. Os investimentos são feitos nas políticas tradicionais consolidadas, e que, do ponto de vista do capital, necessitam de impulso, porque são consideradas iniciativas inovadoras.

A Revista Renascer (veículo de divulgação do Projeto Renascer/PE) ao descrever algumas das experiências dos programas que estão mais consolidados no estado de Pernambuco, entre os projetos ressaltados, assinala que a construção de um laboratório de fitoterápicos no Agreste Meridional se destacou porque em menos de dois anos implementou uma das melhores infra-estruturas do PCPR, a ponto de ser apontado como paradigma para a América Latina, e “por isso recebeu a visita do próprio presidente do Banco Mundial, Sr. James Wolfensohn” (REVISTA RENASCER, 2004, p. 41). Projetos como o do município de Orobó/PE, que desenvolve atividade a partir da confecção da renda frivolidé. No Ceará, além do arranjo produtivo de Barreira, já descrito, o estado apóia arranjos como os da produção de redes de dormir em Jaguaruana, o arranjo de confecção de calçados na região do Cariri, entre outros¹²⁷. São projetos que representam possibilidades para investimento e interessam ao mercado, diante das demandas desse mercado por produtos de exclusividade. Tais produtos entram na pauta de exportações como possibilidade para a competitividade dos países devedores.

¹²⁷ Sobre essas atividades ler: PESSOA, Isimar Félix. *Arranjo Produtivo de Redes em Jaguaruana, como apoio para o desenvolvimento local*. Ceará/UFC, 2006; AMARAL FILHO, Jair do & RABELO, Dayane Lima. *Arranjo Produtivo de Calçados do Cariri*, Ceará, Fortaleza, 2003. Acessar também: <http://www.ipece.ce.gov>

Essas políticas públicas colocadas sob o viés do desenvolvimento sustentável, ao transformarem em mercadoria, inclusive a participação social, permanecem fazendo a política centralizada, de cima para baixo, só que, dessa vez, legitimadas pelo uso de uma retórica acatada pela sociedade.

A ressignificação da cultura, assim como da participação da comunidade no processo decisório constitui apenas mais elementos à elaboração de um consenso. São muitos conceitos como desenvolvimento social, equidade, controle social ou participação, poder local, gestão descentralizada, que juntos são capazes de gerar um consenso em torno da proposta alternativa. Os problemas estruturais que causam os problemas ecológicos e sociais passam a ser enfrentados a partir da idéia de unidade global. Interessa que sejam construídas alianças entre os grupos sociais.

As diferenças entre os extratos sociais são negadas quando se leva em conta a proposta de equidade social que deverá ser garantida pelo desenvolvimento sustentável. Ocorre aqui uma dissociação entre as desigualdades sociais e as relações sociais, é como se fosse possível construir um novo projeto a partir da atenção dada a essa maneira de reduzir à pobreza “e ao mesmo tempo, pelo discurso das instituições tradicionalmente responsáveis para assegurar os processos de expansão do capital” (FERNANDES, p. 250).

Com efeito, torna-se cada vez mais freqüente a defesa pelo desenvolvimento sustentável entre as políticas de desenvolvimento, sustentadas pela menção ao caráter solidário da sociedade civil, defendidas como reação do lugar aos interesses da globalização.

Para os teóricos desse discurso, os agentes financiadores (ONU, Banco Mundial) estão na defensiva da redução das disparidades sociais e da qualidade de vida das populações carentes. Há uma busca de igualdade no modelo de desenvolvimento que se propõe. Não há discussão sobre a relação de subordinação dos propósitos das comunidades a qualquer tipo de regra pré-estabelecida, grupos de controle, ou a supremacia econômica das organizações multilaterais de financiamento.

Na prática, o aprofundamento dessas reformas vem acarretando poder de fôlego para a governabilidade dos países tomadores de empréstimos e, de outro lado, muitas contradições no interior das comunidades assistidas. Estas,

ao mesmo tempo em que se sentem contempladas com os pacotes que recebem (benefícios essenciais já garantidos às classes mais abastadas), também se sentem responsáveis pela condição de pobreza em que vivem, sobretudo quando há certa ausência de um potencial inovador e competitivo para efeito da reprodução capitalista. Nesse momento o lugar perde a força que supostamente o tornaria vencedor e a comunidade se coloca como co-responsável pela ausência de políticas públicas.

Nessa conjuntura, a lógica neoliberal subjuga as culturas (frequentemente associadas a formas próprias de manejo e apropriação da natureza) e dismantela formas de resistência às práticas padronizadas pelo processo produtivo moderno abrindo caminho para o controle pelo mercado. Nessa direção as práticas de desenvolvimento sustentável estão sendo colocadas como mero processo de conscientização de cidadão e capacitação de profissionais para uma gestão orientada para a maximização econômica.

Antônio Diegues (1992) elabora argumento contrário ao desenvolvimento sustentável nos moldes da ONU. Diegues explica que cada sociedade deve construir a sustentabilidade que lhe convier. Para ele a noção que fundamenta o termo *sustentado* diz respeito ao nível de desenvolvimento das sociedades industriais, sugerindo que as soluções sejam pensadas pelas comunidades locais. Cada sociedade deve se estruturar segundo suas tradições culturais, seus parâmetros próprios e sua composição étnica específica, se contrapondo à concepção dominante, ou seja, é preciso que cada comunidade exerça sua autonomia ao invés de ser submetida às diretrizes globais (ibid).

Para Enrique Leff (2000), a retórica do desenvolvimento sustentável está permeada pela lógica da capitalização dos recursos naturais e o discurso pelo ambiente aproxima as políticas ambientais da economia neoliberal, pois as soluções apresentadas apenas legitimam as regras da economia de mercado.

Si entendemos el problema de la insustentabilidad de la vida em planeta como síntoma de una crisis de civilización – de los fundamentos del proyecto societario de la modernidad -, podremos comprender que la construcción del futuro (sustentable) no puede descansar en falsas certindumbres

sobre la eficacia del mercado y la tecnología – ni siquiera de la reflexión ambiental (ibid, p. 7).

Para esta perspectiva o tipo de desenvolvimento centrado unicamente na correção dos desequilíbrios macroeconômicos, não garante a inovação do tecido social e econômico e, portanto, é insuficiente para assegurar o desenvolvimento produtivo.

Enrique Leff (2001) constrói a relação dialética entre os níveis da degradação ambiental decorrentes do aprofundamento das relações capitalistas e o avanço dos desequilíbrios sociais, mostrando que ambos são repercussões de um mesmo processo de dominação das forças do mercado.

A única maneira de reconstruir essa dialética, para Enrique Leff (2000a) é através da diversidade de culturas e da preservação das identidades das populações. Sobre este aspecto ele apresenta o surgimento dos movimentos indígenas e camponeses de países pobres como uma plataforma, combinando preservação dos valores culturais à re-apropriação do patrimônio de seus recursos naturais, como se observa:

[...] los principios de una 'cultura ecológica', que movilizan y guían los procesos sociales hacia el desarrollo sustentable, están arraigados en racionalidades culturales constituidas por las diferentes formas de organización simbólica y productiva de los pueblos indios y las comunidades campesinas. La degradación ambiental y la destrucción de sus recursos, causados por el proceso de crecimiento y globalización económica y enmascaradas hoy en día por el propósito de un 'desarrollo sostenible', han estado asociadas a la desintegración de valores culturales, identidades y prácticas productivas de las 'sociedades tradicionales'. Frente a estos procesos dominantes, las estrategias alternativas para el desarrollo sustentable, basadas en la diversidad cultural, están legitimando los derechos de las comunidades sobre sus territorios y espacios étnicos, sobre sus costumbres e instituciones sociales, y por la autogestión de sus recursos productivos (Ibid, p. 56).

Se a perspectiva de desenvolvimento sustentável aparece arraigada a racionalidade econômica neoliberal, ou seja, quando o objetivo da produção passa a ser o valor de troca, e não o valor de uso, os princípios da

sustentabilidade estão apenas centrados na elaboração de práticas produtivas novas, sem, no entanto, ressignificar as culturas locais e suas potencialidades.

Há para Leff (ibid), a necessidade de a sociedade capitalista assumir uma das suas dívidas, que é além da dívida externa e da dívida ecológica, a dívida da razão. Esta sugere uma nova relação do homem com a natureza, que impõe uma ressignificação e uma revalorização dessa relação nucleada por uma proposição de desenvolvimento alternativo e fundamentada na racionalidade cultural. De acordo com esta proposta a proteção do ambiente tem que ser entendida como parte integrante do processo de desenvolvimento conduzindo à igualdade e à justiça social. A revalorização cultural traz em si o objetivo da distribuição da riqueza, de melhorar a qualidade de vida de toda a população, levando em consideração, portanto, a qualidade ambiental do planeta, pois

las prácticas productivas fundadas en la simbolización cultural del ambiente, en creencias religiosas y en significados sociales asignados a la naturaleza, han generado diferentes formas de percepción y apropiación, reglas sociales de acceso y uso, prácticas de gestión de ecosistemas y patrones de producción y consumo de recursos. La reafirmación de la identidad es también la manifestación de lo real y de lo verdadero frente a la racionalidad económica que se ha constituido como el más alto grado de racionalidad del *ser humano*, ignorando a la naturaleza y a la cultura, generando la hiperrealidad entrópica insustentable que gobierna nuestra existencia (Ibid, p. 57).

O desenvolvimento sustentável, na forma subjacente às políticas que focalizam o empreendedorismo das comunidades e as políticas de redução da pobreza é equivalente ao crescimento sustentável, conforme consideram Diegues (1992); Leff (2000; 2000a; 2001) & Boaventura de Souza Santos (2002). Os lugares, travestidos como territórios sofrem intervenções que produzem contradições, por que se realizam de forma desigual e combinada como em quaisquer circunstâncias do desenvolvimento da produção capitalista do/no espaço.

Para Boaventura de Souza Santos (ibid) implica em uma prática que reifica o local, por que atribui à comunidade local as determinações do sucesso ou do insucesso dos programas. Ao mesmo tempo, admite que os lugares

estão imersos na competição do capital transnacional, obedecendo aos parâmetros de exploração próprios do modelo de acumulação que se estabelece pela subjugação ao mercado.

Trata-se de uma maneira deslocada de compreensão da realidade, como diria Karel Kosik

a posição da totalidade, que compreende a realidade nas suas íntimas leis e revela, sob a superfície e a causalidade dos fenômenos, as conexões internas, necessárias, coloca-se em antítese à posição do empirismo, que considera as manifestações fenomênicas e casuais, não chegando a atingir a compreensão dos processos evolutivos da realidade (2002, p. 41).

A abordagem marxiana, ao estabelecer a totalidade como uma das leis centrais da dialética, parte do pressuposto da pergunta: o que é a realidade? A resposta não está associada ao conhecimento de todos os fatos, mas os fatos só são conhecimento da realidade se forem compreendidos como fatos de um todo dialético, isto é, se são entendidos como partes estruturantes de um todo. “Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (ibid, p. 44).

De outro lado, o desprezo pela compreensão do processo de desenvolvimento como um todo estruturado é uma escolha que distancia o conceito de uma proposição crítica em relação às formas de apropriação da natureza pelo capitalismo.

Neste caso, a ONU não indaga as motivações da ‘pobreza’, por que ela supostamente ‘explora’ os recursos naturais, ela apenas esgota um sentido de natureza como algo exterior ao homem e que ele, que agiu de forma inescrupulosa, agora deve parar de destruir, dessa maneira a ONU não questiona o modo de produção e nem de que forma este impõe às populações pobres a necessidade de retirada dos recursos naturais.

A diferença fundamental que se coloca entre a perspectiva da ONU e uma interpretação a partir da totalidade é no ato de conhecer a realidade, afinal o modo de conhecer a realidade reside na concepção metodológica de

interpretação dessa realidade. Ou seja, se ela é um conjunto de fatos, de elementos ou se a realidade é um todo estruturado.

6.0 O Desenvolvimento como simulacro

Se cada dia cai,
dentro de cada noite,
há um poço
onde a claridade está presa.
há que sentar-se na beira
do poço da sombra
e pescar luz caída
com paciência.

(Pablo Neruda)

6.0 O DESENVOLVIMENTO COMO SIMULACRO

A ideologia do desenvolvimento gestada no Brasil desde o final do século XIX, no propósito de definir o modelo da economia brasileira obteve bastante vigor ao sustentar a retórica do crescimento econômico. Os interesses de grupos de poder foram assegurados e os planos foram elaborados ao alcance dos lobismos de grupos que exerceram pressão em torno dos recursos estatais distribuídos pelas políticas públicas. O que se assistiu foi a um projeto voltado à realização de políticas setoriais, conformando um modelo excludente e seletivo de desenvolvimento.

As últimas décadas têm sido identificadas com a desregulamentação dos mercados e do Estado pelo Consenso de Washington. As mudanças no papel do Estado, com redução das ações sociais assinalam uma transição com repercussões na transferência de responsabilidades e de poder implicando em uma descentralização que ocorre permeada por uma lógica onde as principais decisões políticas permanecem centralizadas. Daí em diante, observa-se certa sedução por uma orientação de desenvolvimento local sustentável que implica em capitalismo sustentável e incluyente. Diz respeito às medidas globais que devem ser capazes de solucionar os problemas da pobreza, numa dinâmica de exclusão em que as decisões continuam a perpassar as determinações do mercado.

Esse contexto indica a emergência do território e do seu caráter empreendedor, da autogestão, participação e poder local, como pressupostos da sustentabilidade do/no desenvolvimento. Um conjunto de conceitos, cujos conteúdos revestem-se (seja no plano do 'empreendedorismo destacado'¹²⁸,

¹²⁸ David Harvey, no livro *A Produção Capitalista do Espaço*, ao construir argumentos sobre as mudanças contemporâneas para o empreendedorismo aborda a maneira como se dá a

seja no plano das políticas de redução da pobreza) do clichê da valorização cultural, que impulsiona a otimização da eficiência e dos resultados. Para Alexandrina Luz Conceição (2005), partidos e sindicatos perdem espaço enquanto agentes de mudanças, para associações filantrópicas, organizações comunitárias e não-governamentais.

A sociedade civil é convocada, em nome do princípio da cidadania, para assumir o dever cívico de substituição dos poderes políticos 'corrompidos'. Papel exacerbado, a partir de valores estigmatizados na responsabilidade da representação da cidadania, arregimentados nos novos pilares sociais da mediação das esferas pública e privada, tendo a família como signo da necessidade do amor, do respeito e da disciplina, e a comunidade como signo da necessidade da manutenção da solidariedade, da negação da violência (Ibid, p. 167).

Tudo em nome da soberania absoluta do mercado que, via de regra, demanda a ampliação da exploração dos recursos e dos homens. Supõe uma mudança de paradigma de gestão, que responde às necessidades de todos, à justiça social. A idéia de desenvolvimento sustentável trás um conteúdo de assunção pela sociedade civil do controle de suas atividades de produção, de sua vida cotidiana e das decisões públicas, isso tudo para dar sentido à retórica do desenvolvimento local sustentável que procura escamotear o caráter contraditório do capitalismo.

Conceição (2004), em artigo intitulado *A Insustentabilidade do Desenvolvimento Sustentável* discute a impossibilidade de se pensar um modelo de desenvolvimento justo dissociado das contradições inerentes ao capitalismo. Para a autora,

o centro da discussão passa a ser direcionado contra o modo de produção e de vida dos homens, que são considerados

competição dentro da divisão internacional do trabalho, destacando que nas condições atuais, o novo empreendedorismo se apóia na parceria público-privada, enfocando o investimento e o desenvolvimento econômico, por meio da construção especulativa do lugar, em vez da melhoria das condições num território específico, enquanto seu objeto econômico imediato (ainda que não exclusivo) (2001).

como responsáveis indicando a necessidade de encontrar a relação homem *versus* natureza, através de ações práticas articuladas ao processo ecológico, tecnológico e cultural, conforme os estilos de vida, a partir das potencialidades ecológicas locais pela crise do meio ambiente [...] O direcionamento da responsabilidade da crise ecológica [...] é afastada da leitura das contradições entre a expansão do desenvolvimento econômico e os limites dos recursos da natureza, permanecendo intocável a essência da dimensão da estrutura sócio-econômica do modo de produção capitalista, definida no intercâmbio metabólico com a natureza, riqueza e propriedade (Ibid, p. 83).

O discurso do desenvolvimento sustentável trás a vantagem de possibilitar, de maneira tranqüila, uma das formas mais ríspidas e perspicazes de dominação de grupos e pessoas. Em nome de todos, dos interesses da humanidade ultrapassa-se os direitos mais primários das nações.

Mas, se na leitura crítica o desenvolvimento sustentável se constitui apenas um fetiche, ele é atrativo e artificioso e o seu caráter falaz faz com que os governos responsáveis pela espacialização do Programa de Combate à Pobreza Rural os utilize, de maneira a tornar suas propostas consensuais, sobretudo, entre as populações carentes.

Neste discurso articula-se a preservação ambiental com a justiça social, ignorando-se a lógica da competição e do lucro sempre crescente, como se o ecológico e o social não estivessem interligados à dimensão econômica. Ao assumir esta leitura, observa-se que a produção do lucro pela apropriação dos lugares é a forma da produção da pobreza, confirmando a tese de que o domínio do espaço se realiza de forma perversamente desigual e combinadamente contraditória, o que inviabiliza a possibilidade de um modelo de desenvolvimento mais justo.

6.1 O desenvolvimento no capitalismo é desigual e combinado

A construção da democracia é o passo à frente para aliviar todo o descontentamento das velhas estruturas de poder, e para recusar todas as

estratégias políticas que impliquem o retorno aos velhos mecanismos de controle político.

Mas, se o Estado é mínimo (para o atendimento social), será no seu resgate que a democracia se realizará?

As idéias 'novas' aparecem como elucubrações que são as próprias receitas para se chegar ao paraíso e a questão básica se mantém. É possível ou não humanizar o capitalismo, numa perspectiva progressista e de libertação dos pobres, confirmando o que dizia Bernstein, para quem as culturas mais elevadas têm o direito mais elevado, e por isto parecia-lhe normal a defesa social-democrata de um novo tipo de imperialismo que tivesse uma 'face humana', e que ele chamava de 'colonialismo positivo' (BERNSTEIN, apud FIORI, 2007)¹²⁹?

A idéia de minar o comando da acumulação pelas transnacionais na contemporaneidade e assim, formular políticas que abram espaços à realização das potencialidades do país elabora uma inquietação entre muitos dos teóricos que fazem a crítica ao Estado mínimo. Esta inquietação associa-se a renúncia da burguesia ao projeto nacional.

Tânia Bacelar de Araújo (2000) ressalta que o grande desafio da sociedade brasileira é uma inserção mais soberana e menos submissa às exigências externas. Para a autora é preciso que o Brasil negocie melhor os interesses nacionais, e construa um modelo de desenvolvimento menos excludente, sustentável, a longo prazo, tanto do ponto de vista social como ambiental. Ela destaca, o papel do poder local, dos governos municipais, de políticas de indução do desenvolvimento econômico no Brasil e o papel do Estado, que deve atuar imprimindo relevância aos espaços locais. Aqui então há a urgência de reiterar a busca do sentido do nacional, observando possibilidades de intervenção social e política do povo e a reafirmação da soberania nacional.

A retomada do desenvolvimento, de acordo com Plínio de Arruda Sampaio (2007) passa por um desafio duplo.

¹²⁹ Bernstein se referia ao colonialismo europeu. Trata-se de um artigo intitulado: *O poder global e as nações*, de José Luís Fiori, publicado no jornal eletrônico do Movimento Desemprego Zero. Home Page: <http://www.desempregozero.org.br>

Por um lado, trata-se de superar o processo de modernização dos padrões de consumo e vencer o jugo do capital financeiro, sem o que ficamos condenados a transformar a busca de saldos comerciais crescentes, a obtenção de superávits fiscais gigantescos, a progressiva liberalização da economia (como prevê a proposta da ALCA) e a abertura de grandes negócios para o capital (como é o caso da Reforma da Previdência) em objetivos prioritários e permanentes da política econômica. Por outro lado, trata-se de afirmar uma nova agenda política que coloque em primeiro plano o atendimento das necessidades sociais das camadas desfavorecidas e a defesa da soberania nacional. Trata-se também de recuperar a capacidade de intervenção do Estado na economia, quebrando a blindagem institucional que garante o poder descomunal do grande capital na economia brasileira.

Mas o autor reconhece que suas elucubrações para mudanças ficaram fragilizadas pelas dificuldades de embates com as forças externas e internas que sustentam o modelo econômico brasileiro.

O Ministro do desenvolvimento, indústria e Comércio, Sérgio Amaral, durante o Fórum Nacional realizado em 2002, no primeiro ano de gestão do atual governo brasileiro, ao apresentar a concepção de desenvolvimento a ser implementada, questionava: o que significa desenvolvimento em 2002, já na era da globalização? O próprio Ministro respondeu, ao considerar que desenvolvimento significa, um compromisso claro e firme com a competitividade; implica também, a busca de igualdade de oportunidades na economia mundial. Para Sérgio Amaral (2002) a competitividade faz a diferença entre uma inserção bem ou mal sucedida na economia global, além disso, ela cria as condições para tirar proveito das vantagens e reduzir o custo da integração. Ele destaca a necessidade de desregulamentação dos mercados, da estabilização da moeda e do equilíbrio das contas públicas. Ao mesmo tempo, aponta como emergenciais a articulação de políticas públicas para a promoção da eficiência de setores estratégicos, como o setor industrial; a redução das vulnerabilidades externas através do incentivo às exportações; e o ingresso imediato na economia do conhecimento como pontos essenciais da estratégia de desenvolvimento do governo.

Tais estratégias denunciam o aspecto da continuidade do ajuste estrutural em vigência, correspondendo desse modo ao projeto neoliberal. Neste interim, afirma-se o perigo de um deslocamento do comando da direção política para os países de capitalismo mais avançado, já que esse estreitamento das relações entre as políticas internas e o ajuste estrutural em curso apresenta consequências graves e visíveis no país. O que se observa é uma necessidade de restabelecer os instrumentos de apropriação da riqueza dos países periféricos, drenando para os centros da acumulação, as riquezas produzidas internamente e negando a lógica do desenvolvimento social.

Esses encaminhamentos se mostram persistentes quando apresentados na fala do presidente Lula, na ocasião da abertura do Fórum Nacional realizado no Rio de Janeiro, em maio de 2004. Lula reitera o discurso de Sérgio Amaral ao apresentar a estratégia global de desenvolvimento econômico e social para o Brasil, sem se deter em aspectos estruturais. Ele afirma que o propósito do governo é levar o país a um novo ciclo histórico de crescimento sustentado e inclusão social que seja ao mesmo tempo, motor e resultado (SILVA, 2004). Ao apresentar a agenda do governo para a garantia do desenvolvimento, o presidente destaca que o crescimento sem estabilidade é insustentável e que a melhor maneira de assegurar a estabilidade é manter um crescimento consistente e duradouro. Isso quer dizer que há uma crença na sustentabilidade do desenvolvimento dentro do modo de produção em curso.

Em face dessas questões, se espera que no capitalismo, o desenvolvimento possa gerar equilíbrio e redução de desigualdades. Não se considera que é o capitalismo, na sua lógica de reprodução desigual e combinada quem promove as desigualdades e diferenças.

A teoria do desenvolvimento desigual e combinado explica o desenvolvimento do capitalismo em sua fase imperialista com a internacionalização crescente das forças produtivas e mostra como o mercado mundial é essencial à dominação de umas nações sobre outras, colocando-o como um elemento decisivo para a apreensão do imperialismo.

Ao destacar que o capitalismo chegava a galope nos países de economia 'atrasada', Trotsky recusava a teoria evolucionista das etapas lineares, explicando que os países estavam mergulhando em um mercado mundializado, acelerando tempos, ou seja, sendo obrigados, antes do prazo

previsto, a saltar etapas intermediárias, apresentando no interior de uma mesma formação social, diferentes fases (LOWY, 2000).

Ao acatar a lei do desenvolvimento desigual e combinado, considera-se que o papel central das inovações do/no sistema produtivo, tido como a única possibilidade para o desenvolvimento, deve ser negado, uma vez que as contradições do seu desenvolvimento são negligenciadas.

Conforme o pensamento hegemônico, o aumento da produtividade do trabalho é a garantia da inserção das nações no sistema produtivo, de tal modo que sustenta a competitividade dessas nações e a sustentabilidade do desenvolvimento.

No entanto, o que se nota na realidade é que, de um lado, amplia-se a exploração do trabalhador com as garantias da crescente produtividade da mão-de-obra. De outro lado, subjugam-se a sua produção aos interesses do mercado.

Se o trabalho é a mercadoria, o bem a ser negociado pela lei da oferta e da procura, o homem é apenas simples trabalhador e enquanto trabalhador, as suas qualidades humanas existem apenas para o capital, que lhe é estranho. Para este trabalhador, “a existência do capital é a sua existência, a sua vida, já que este, independentemente dele, determina o conteúdo da sua vida” (Marx, 1993, p. 174).

No capitalismo a propriedade de todos os meios de produção aparece sob o controle de uma classe, ao passo que o trabalho é executado por aqueles que não detêm o meio de produção. Concebe-se que, o valor do trabalhador varia de acordo com a procura e a sua existência física. Assim, a vida do trabalhador foi e é considerada como uma mercadoria, semelhante a qualquer outra mercadoria. Dá-se aqui, a compreensão do processo de alienação do homem pela sujeição completa ao processo de produção, pois “o trabalhador produz o capital, o capital produz o trabalhador. Assim ele produz-se a si mesmo e o homem enquanto trabalhador, enquanto mercadoria constitui o produto de todo o processo” (ibid).

O homem no trabalho é enxergado como necessário à reprodução do modo de produção. Sob estes pressupostos obtêm-se o lucro pela expropriação dos meios de produção em relação aos trabalhadores. Este

processo cria a mais-valia como manifestação da relação de exploração do capital sobre o trabalho determinando o poder do primeiro.

Para Mészáros (2003), isso implica que se o sistema do capital se articula numa rede de contradições que não se consegue superar, toda a sociedade é levada a conviver com a subordinação inconciliável do trabalho em relação ao capital. Diante da manutenção do capitalismo e do agravamento da sua crise é absolutamente inconcebível superar as contradições que se apresentam, “sem instituir uma alternativa radical ao modo de controle do metabolismo social do capital” (Ibid, p. 20 e 21). Destaca ainda o autor, a gravidade da situação com o fim da Guerra Fria:

na situação de hoje, o capital não tem mais condições de se preocupar com o aumento do círculo do consumo, para benefício do indivíduo social pleno de quem falava Marx, mas apenas com sua reprodução ampliada a qualquer custo, que pode ser assegurada, pelo menos por algum tempo, por várias modalidades de destruição (Ibid, p. 21 e 22).

Destarte, o que vemos é que a mundialização do capital opera em favor dos que controlam a tecnologia e sobrevivem das diferenças de desenvolvimento das forças produtivas entre os países. Isso nos leva a concluir que, em países como o Brasil, de elevadas potencialidades e disparidades sociais consideradas, a erosão provocada pela globalização agudiza as contradições, tornando-as irreversíveis.

Em sua tendência constante para a reprodução do lucro, acumulando quantidades vorazes de riqueza social, o capital transforma o mundo sem socializar as benesses e traz à tona as contradições do desenvolvimento desigual.

Nessa retomada, Lefebvre considera que “as desigualdades dos ritmos de desenvolvimento histórico decorrem do desencontro que na práxis faz do homem produtor de sua própria história e, ao mesmo tempo, o divorcia dela, não o torna senhor do que faz” (ibid, p. 19).

Não se acata na teoria marxiana, a pertinência de um processo de desenvolvimento equilibrado do/no capitalismo e nem em desequilíbrios, como oposição ao primeiro. O entendimento para a lógica do capital, e por assim

dizer, para o processo de avanço do capitalismo trás como corolário a produção da miséria. O que há é uma lógica de desenvolvimento desigual, o que significa que, sociedades e nações se desenvolvem segundo ritmos diferentes, de tal modo que, se há vantagem inicial de um sobre outros, essa vantagem pode aumentar, ao passo que, em outros casos, por forças dessas mesmas diferenças de ritmo de desenvolvimento, os que haviam ficado para trás podem alcançar e ultrapassar os que dispunham de vantagem inicial.

O sistema capitalista exige para o seu funcionamento acumulação de capital que por sua vez, assegura o crescimento econômico. Esse crescimento produz contradições que se materializam em concentrações e centralizações de empresas e capitais. O segregacionismo sócio-espacial e o empobrecimento das populações estão implícitos no desenvolvimento desigual e combinado, pois um sistema capitalista onde não exista acumulação e concorrente exploração é um contra-senso. E se o objetivo do capital é produzir mais-valia e conseqüentemente, a expansão da sua base de reprodução, a região continua a ser uma forma de classificar a realidade.

Nesse contexto, embora a mundialização do capital apresente como desdobramento a perda da autonomia das regiões, isso não significa a sua eliminação. O entendimento é de negação de uma possível homogeneização do espaço, de tal modo que a integração da economia brasileira, e contemporaneamente, a mundialização do capital, ao tempo que se afirmou mediante a monopolização dos territórios pelo capital, não conseguiu eliminar as especificidades e diferenças regionais.

O Nordeste, neste contexto, por ser um cenário de processos sociais dentro de uma totalidade produzida expressa a prevalência de relações sociais correspondentes ao modo de produção, e a sua contradição básica, qual seja, o desenvolvimento desigual e combinado.

É preciso compreender que nos dias atuais, a velocidade das transformações modifica mais rapidamente as regiões, tornando-as menos duráveis, mas isso não as suprime, ela continua a existir, mas agora com um nível de complexidade muito maior (SANTOS, 1996). Quer dizer que, embora a rapidez do tempo acentue as diferenciações dos eventos, aumente a diferenciação dos lugares, neste momento é que não se pode deixar de pensar sobre a região.

O que se pode concluir é que a alteração do cenário regional, na perspectiva da superação das contradições produzidas no desenvolvimento capitalista, torna necessária a alteração das relações sociais e de produção dadas, o que pressupõe uma antítese dialética, ou seja, que o sistema de produção sofra transformação.

Evidentemente, não há possibilidade de que uma mudança de tal envergadura possa ocorrer sem fortes tensões com as forças do mercado, sem embates com as organizações que constituem o denominado 'estado supranacional'. Logo, para uma reflexão sobre alternativas ao desenvolvimento, dentro desse modo de produção, Florestan Fernandes ressaltou a questão de que a busca de saídas pelo crescimento associa-se a “uma saída cega e desesperada, tão irracional e improdutiva quanto seria combater a raiva mordendo-se o cão que a transmitisse” (apud SAMPAIO, 2007, p. 02).

A noção de desenvolvimento que se propõe diz respeito à capacidade de o homem controlar o seu destino. Um modelo que requer equidade social, com garantias de renda real que permita a elevação do bem-estar do conjunto da população.

Dessa maneira, não é possível resgatar o debate sobre as alternativas do desenvolvimento nacional sem enterrar de uma vez por todas a ilusão de que seja possível generalizar pelo conjunto da população mundial o estilo de vida das economias centrais. Furtado explicitou de maneira definitiva as limitações enfrentadas pelas economias periféricas no sistema capitalista mundial:

a civilização surgida da revolução industrial européia conduz inevitavelmente a humanidade a uma dicotomia de ricos e pobres, dicotomia que se manifesta entre países e dentro de cada país de forma pouco ou muito acentuada. Segundo a lógica dessa civilização, somente uma parcela minoritária da humanidade pode alcançar a homogeneidade social ao nível da abundância. A grande maioria dos povos terá que escolher entre a homogeneidade a níveis modestos e um dualismo social de grau maior ou menor (Ibid, p. 03).

É importante salientar que embora tudo pareça estar definitivamente determinado pela lógica dos organismos que controlam o movimento do capital, as possibilidades de rompimento do falso consenso, que dificulta o atendimento de necessidades nacionais são, sobretudo, políticas. E como a história ensina que só por meio de pressão social exercida de baixo para cima é possível promover as necessidades e respeitar os interesses daqueles que constituem a classe trabalhadora, “as forças populares devem evitar o equívoco de acreditar em homens providenciais. Não pode haver ilusão. O povo brasileiro não deve esperar nenhuma transformação social que ele não possa conquistar com as próprias mãos” (SAMPAIO, 2007, p. 03).

6. 2 Superação e reinvenção da utopia

*Urge devolver la iniciativa a la sociedad.*¹³⁰
Júlio Moguel (*La jornada*, 5.2.1996)

Enquanto a ideologia, como um conjunto de concepções e representações que se orientam para legitimar ou reproduzir a ordem estabelecida, como escreve Karl Mannheim (1982) é determinante para a formulação do consenso, a utopia diferentemente representa a aspiração de uma outra realidade, uma realidade que ainda não existe.

As idéias e teorias para pressupor a utopia devem trazer uma visão social crítica, subversiva, apontando para uma mudança que depende da organização popular, social e política. Para Lowy (2007)¹³¹, as correntes partidárias devem expressar radicalidade e, ao mesmo tempo manifestar os interesses dos movimentos populares, com os quais (movimentos indígenas,

¹³⁰ Título do Artigo de Júlio Moguel publicado no livro: CHIAPAS – Construindo a Esperança. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

¹³¹ Por um socialismo latino-americano no século 21 – é uma entrevista concedida pelo cientista social brasileiro, radicado francês, Michael Lowy, ao Jornal Sem Terra, publicada pelo redator Igor Felipe Santos do Jornal Eletrônico: Brasil de Fato: uma visão popular do Brasil e do Mundo. Home Page: <http://www.brasildefato.com.br>. Acessado em 15/03/2007

camponeses, negros, de mulheres, ambientalistas e movimentos urbanos anti-neoliberalismo) é importante aprender com as experiências de lutas sociais, sem querer enquadrá-los. “Por aí passa a utopia revolucionária latino-americana” (ibid, p. 02).

Uma importante contribuição a esse projeto é a convergência entre as mobilizações sociais que vem explodindo nos últimos anos em torno de um combate comum: o rompimento da hegemonia neoliberal e imperialista. Lowy (ibid) observa que a busca de alternativas radicais pressupõe ir à raiz, e a raiz é o capitalismo.

Se o problema é buscar uma alternativa ao capitalismo, se coloca novamente a questão do socialismo. Socialistas e marxistas precisam pegar a bandeira do socialismo do século 21 e levar para o debate da esquerda e dos movimentos sociais. Temos que colocar a perspectiva do socialismo, sabendo que não virá amanhã, mas como uma forma de alimentar as nossas lutas atuais, que são bastante concretas e imediatas (Ibid, p. 03).

O socialismo deve ser aqui compreendido como uma alternativa, uma criação popular e não como uma cópia de outras experiências. Lowy (ibid) insiste que este socialismo só tem futuro se incorporar as experiências desses movimentos.

Nesse contexto, destaca-se que a questão da autonomia, da autogestão tem que ser tomada como bandeira fundamental e deve mostrar que não depende de boa ou má vontade dos capitalistas, por que o seu oposto, ou seja, o controle político e econômico da sociedade é o desdobramento da lógica.

É importante assinalar, entretanto, que o caminho é a construção de uma política econômica nucleada pela imbricação entre o econômico, o social, o ecológico e o político, fundamentada em critérios não-mercadoológicos, o que exige profunda reorientação tecnológica que vise o controle sobre os meios de produção e, antes de tudo, sobre as decisões de investimento e de mutação tecnológica (LOWY, 2007a)¹³².

¹³² LOWY, Michael. *De Marx ao Ecosocialismo*. In: MRA - Revista Marxismo Revolucionário Atual. Home page: <http://www.mra.org.br> - Acessado em 25/03/2007.

Trata-se de um modelo de sociedade baseado na escolha democrática das prioridades e dos investimentos pela própria população, conforme propõem Diegues (1992); Leff (2000; 2000a; 2001) e não pelo mercado. Uma transição que leve a um modo de vida alternativo, regulado pelas necessidades humanas e não pelos valores difundidos pela propaganda capitalista.

Utopia? Sem dúvida, em seu sentido etimológico [“de nenhum lugar”]. Mas se não acreditamos, como Hegel, que “tudo que é real é racional e tudo o que é racional é real”, como refletir em uma racionalidade substancial sem fazer apelo às utopias? A utopia é indispensável à mudança social, com a condição de que esteja baseada nas contradições da realidade e nos movimentos sociais reais (LOWY, 2007, p. 02).

Utopia como a apresentada pelo movimento indígena mexicano, cuja plataforma aparece vinculada a um projeto democrático para o país. Nessa especificidade Dias-Polanco (2002, p. 153) ressalta que os índios têm insistido, incansavelmente, que “não pode haver solução para eles, sem solução de fundo *para o país em seu conjunto*. Não se pode conceber a autonomia sem profundas transformações nacionais”. Mas, considera Díaz-Polanco que a postura adotada pelos índios não os leva ao imobilismo, ao contrário, os índios julgam que “qualquer solução universal que, desde já, se pretenda construir sem eles será uma nova impostura” (ibid).

Nessa utopia, nem sempre a via eleitoral é a saída. O movimento zapatista é uma referência de organização reveladora do fortalecimento de uma luta sem a pretensão via eleitoral, sem a clássica necessidade de se chegar ao cume do poder, à ocupação do cargo, da política e da eleição como modelo para a promoção de mudanças. O movimento zapatista busca a construção de canais para a ação cidadã autogestionada, independente, procurando constituir-se um contra poder a partir de baixo.

Como metodologia de ação o movimento zapatista caminha para a construção de espaços, habitando-os, buscando um tipo diferente de prática e de relação, “para criar uma espécie de resistência ativa em que cada membro seja vigilante e gestor dos assuntos do seu comitê, quadra, trabalho ou colônia,

de maneira rotativa, transversal e de auto gestão (...)” (NAVARRO, 2002, p. 310).

Para Júlio Moguel, o movimento zapatista mexicano apresenta a maneira de devolver a iniciativa à sociedade. No momento que o zapatismo atreve-se a opinar no processo de relação global entre partidos, organizações sociais, cidadãos e Estado, ele passa a operar sobre formas de articulação entre esses e, ao mesmo tempo tenta realizar a reapropriação de valores essenciais, a construção de identidades coletivas e de poder (MOGUEL, 2002).

Uma proposta de desenvolvimento que vem se formulando dentro de uma perspectiva alternativa é a da Via Campesina, cuja idéia de mudança pressupõe a erradicação dos modelos injustos e insustentáveis de produção e de comercialização.

A organização visa enfrentar o inimigo comum que é a agenda global do neoliberalismo. Sua luta prevê mudanças por meio da unidade na diversidade entre as organizações do campo e da construção de laços de solidariedade e interdependência. A Via Campesina defende o respeito à autonomia das pessoas e de suas culturas, a distribuição justa da terra acoplada a políticas estimuladoras da agricultura familiar e cooperativada, através de preços, créditos e seguros, além do controle das empresas agroindustriais, da soberania alimentar e da oferta de educação e saúde qualificada para todos (VIA CAMPESINA BRASIL, 2002).

Com essas medidas, a Via Campesina acredita implementar um novo modelo de desenvolvimento rural baseado na distribuição da riqueza produzida dentro de cada país.

Trata-se de um ideal utópico que pode vir a revolucionar desde que, os trabalhadores e suas organizações constituam-se como a força essencial para a transformação radical do sistema, elaborando o combate em favor das transformações.

Podemos pensar também nas uniões horizontais por dentro e entre territórios, como destaca Milton Santos (1996). Estas que podem ser ampliadas de modo a permitir que, a partir da base da sociedade territorial, possamos encontrar caminhos que, ao nos livrar da maldição da perversa globalização possam restaurar o homem na sua dignidade.

A utopia deve portar dinâmicas de mudança que se tornem o espaço de encontro de movimentos em redes - uma convergência entre movimentos sociais, ecológicos, sindicatos, partidos e outros. Uma luta contra o sistema da dívida e o ajuste estrutural imposto pelo FMI e pelo Banco Mundial aos países do Sul.

Todavia, no combate em prol de uma nova civilização, ao mesmo tempo mais humana e mais respeitadora da natureza demanda articulação entre todos os movimentos sociais emancipadores, como foi bem afirmado por Jorge Reichman para quem, não se pode renunciar a nenhuma das cores do arco-íris: nem ao vermelho do movimento operário anti capitalista e igualitário; nem ao violeta das lutas em favor da libertação da mulher; nem ao branco dos movimentos não-violentos em favor da paz; nem ao anti autoritarismo negro dos libertários e anarquistas; ainda menos, ao verde da luta em prol de uma humanidade mais justa e livre em um planeta habitável¹³³.

A crise econômica e de valores por que passa a sociedade, para ser superada precisa se inscrever como prioridade consciente do movimento social, de modo a não mais permitir que ela continue a ser administrada. É preciso também que esta crise deixe de ser interpretada erroneamente como se fosse particular aos países subdesenvolvidos e como se pudesse ser erradicada dentro do capitalismo.

O momento exige a superação desta situação, o que impõe a presença de um movimento revolucionário e uma consciência madura do problema na sua totalidade. Para Kurz (1993), não se trata de criar um novo ser humano, como Atena saiu da cabeça de Zeus, nem de transportar algo criado por uma razão transcendente para este mundo, até agora intocado por essa razão¹³⁴. Mas, de acordo com o autor, o sujeito, por ele denominado de sujeito-

¹³³ 20 - J. Reichman, *El socialismo puede llegar solo em bicicleta*, loc. cit., p.57. Citado por Michael Lowy em artigo mencionado acima.

¹³⁴ Todos esses construtores nascem do pensamento iluminista, que junto com o sistema produtor de mercadorias tem de chegar a seu fim, por ter ele mesmo a forma-mercadoria, considerando e percebendo o mundo de forma invertida, isto é, por meio da abstração, típica da forma-mercadoria, do conteúdo sensível. In. KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização - Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Editora Paz e Terra, Brasil, 2ª edição, 1993.

mercadoria fica assustado quando percebe que a consequência seria o fim da relação entre mercadoria e dinheiro. Esse sujeito não conhece, e nem quer conhecer ou desenvolver outra forma de relação social, passando a identificar o projeto como 'utopia' irrealizável (ibid).

"Mas como vai funcionar isso na prática?". Trata-se da pergunta pejorativa e reprovadora, que poderia ser feita com seriedade e conduzir a resultados concretos, mas do jeito como é colocada soa apenas como retórica (ibid).

Não obstante, ninguém pode afirmar que conhece um caminho rápido e seguro para sair da miséria; ninguém pode tirar da cartola um programa de supressão da forma mercadoria. Entretanto, o que é certo é que já é sem sentido recorrer ao Estado contra o mercado, ou ao mercado contra o Estado. Tanto Estado, quanto mercado falham identicamente (ibid) porque um e outro assumem a sua forma histórica, a garantia da reprodução da mercadoria.

Como ponto de partida é urgente focalizar o sentido de 'Para além do capital'. O objetivo de toda transformação "é, e continua sendo a radical transcendência do próprio capital [...]" (MÉSZÁROS, 2002, p. 1065). Não diz respeito a uma perspectiva ingenuamente fácil, agitadora e otimista. Longe disso, ela depende de "uma estrutura organizativa capaz, não só de negar a ordem dominante, mas também, simultaneamente, de exercer as funções vitais positivas de controle, na nova forma de autoatividade e autogestão" [...] (ibid, p. 1067).

Se trata portanto, de outra forma de pensar a estrutura social, como em Henri Lefebvre, para quem "lãs posibilidades frenadas, reducidas, no por ello dejan de evocar outro sistema de produción" (1976, p. 125). É preciso que sejam transformadas as relações sociais de produção, não somente em relação à propriedade e a gestão dos meios de produção e do espaço, mas diz respeito a "otra forma de producir y no unicamente del perfeccionamiento de los medios de producción, de su posesión y de su gestión" (ibid, p. 126).

Não obstante, nas justificativas e discursos que são formulados, para a gestão do território na perspectiva do reconhecimento e valorização cultural e comunitária, a tendência dominante é tão-somente por em destaque a política pública desligada da demanda comunitária, de maneira a encobrir o movimento de cooptação e legitimação do/pelo capital. A demanda privilegiada é aquela

que responde as exigências de modernização e desenvolvimentismo que os organismos multilaterais de financiamento defendem e tentam implementar. Ela representa uma dinâmica cada vez mais dirigida por agentes de mudanças, internos e externos, que articulados com os poderes instituídos (governos) terminam assumindo, incorporando valores, propostas e discursos que antes de representarem demanda de beneficiamento no lugar acabam impondo novos valores (alienígenas) alheios à história das comunidades, interferindo nas relações sociais de produção. Ao invés de gerar autonomia e condições de desenvolvimento via elaboração de uma política de autogestão, elas legitimam na comunidade a cultura do favor.

A análise de Harvey sobre a produção do espaço pelo capitalismo mostra que “tudo o que precisará acontecer, se for para sustentar o sistema capitalista será a criação de condições apropriadas para a renovação da acumulação” (2005, p. 47), então o ajuste espacial (característica marcante do modo de produção), ao abrir novas áreas para a valorização do capital, ou seja, os territórios lucrativos em diferentes partes do globo confirma a acervativa de Lefebvre de que a produção do espaço está em “estrecha correspondência a nível de las fuerzas productoras [...]. Supone [...] la iniciativa de grupos o clases capaces de intervenir a gran escala” (Op. cit, p. 120).

Então, se como assinala Harvey (op. cit), a ânsia do capital é mercantilizar as diferenças tornando-as apropriadas para a produção do lucro, tudo isso ocorre promovendo resistências aos padrões culturais impostos pela lógica do mercado. Assim, Harvey também aponta para uma utopia na construção de um mundo que não seja regido pelo mercado,

logo, a tarefa consiste em determinar alguma alternativa em termos que não alguma forma espacial estática [...] a tarefa é montar um utopismo espaço-temporal – um utopismo dialético – que tenha raízes fincadas em nossas possibilidades presentes, ao mesmo tempo que aponta trajetórias diferentes para os desenvolvimentos geográficos desiguais humanos [...]. Não obstante, isso é sem dúvida melhor do que se render ao utopismo degenerado do neoliberalismo (e a todos os interesses que criam uma imagem tão negativa da possibilidade) e viver no temor abjeto e letárgico de exprimir e tentar por em prática quaisquer desejos alternativos (2004, p. 257 e 258).

O esforço é de reconstrução de ideais utópicos apoiados no real, capazes de apontar trajetórias diferentes que permitam pensar o hoje e a nossa condição enquanto promotores de uma política regeneradora de possibilidades e responsabilidades.

Henri Lefebvre corrobora com a idéia de que existem possibilidades que são apuradas no próprio processo de produção do espaço, quando destaca as determinações pelas relações sociais de produção, ele considera que pode ocorrer “igualmente la intervención de individuos capaces de concebir objetivos a dicha escala [...] portadores, inevitablement, de ideologías y de representaciones, especialmente de representaciones espaciales” (Op. cit., p. 120).

No processo que produz o espaço social o homem pode assumir a condição de ator da produção e pensar alternativas a partir de uma política de coletividades em um terreno mais amplo de ação humana, numa perspectiva longa e permanente de revolução, como assinala Lefebvre, referindo-se ao devir, ao movimento de superação: “ora, se há superação possível, essa só pode nascer desse movimento mais profundo” (1975, p. 230).

Trata-se de produzir uma geografia da esperança como propõe Harvey (2004), a partir de ideais utópicos apoiados na realidade e na perspectiva de construção de trajetórias diferenciadas como contraponto aos processos atuais de competição capitalista encarada como a única alternativa possível de reprodução social. Diz respeito a uma prática espacial de lutas, pois envolve a busca de um terreno comum, que nos coloque diante de questões como pensar o direito universal à auto-transformação, à expansão da vida. Esta prática deve orientar o pensamento para a ação transformadora, se, se compreende o conteúdo da realidade em um processo do vir a ser.

A imaginação utópica por meio de um ‘utopismo dialético’ deve nos fazer elaborar alternativas ao caos da globalização, tornando-nos arquitetos dos nossos próprios interesses, entendendo que para mudar o mundo precisamos mudar a nós mesmos. O “arquiteto rebelde” o qual devemos nos transformar é uma provocação feita por Harvey (op. cit), para que nos tornemos

donos de projetos políticos alternativos, que nos leve a alcançar interesses não mais particulares, e nem pessoais, mas interesses universais.

Consideremos então que devemos partir para a definição de nossas próprias opções e determinar o modelo de gestão que queremos adotar. O comportamento do grupo deve ser desencadeado como reação às condições alheamente determinadas. Poderemos nos tornar gestores dos nossos projetos, pensando um mundo para além da mercadoria como uma opção política consciente. Nesse caminho, a geografia tem papel fundamental dada a sua condição de interpretar tanto a espacialidade dos interesses privados, como a existência de interesses coletivos. O poder da geografia está na sua capacidade de entender a realidade, não como mero devaneio, mas fornecendo condições para a compreensão dos processos que produzem o espaço e que permitem a sua transformação, a utopia.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Francisco. *Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico: uma resposta às exigências do ajuste estrutural*. Fortaleza: BNB, 1998.

AMARAL FILHO, Jair do. SCIPião, Tatiana T. & SOUZA, Dayane L. R. de. *Identificação e Mapeamento das Aglomerações Produtivas Especializadas no Ceará: pistas para identificação de Arranjos Produtivos Locais (APLs)*. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará-IPECE/SEPLAN, Fortaleza-CE, 2004.

_____. & SOUZA, Dayane Lima Rabelo de. *Arranjo Produtivo de Calçados do Cariri*. Ceará. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará/IPECE, 2003. www.ipece.ce.gov.br

_____. & SCIPião. Tatiana. *Arranjo Produtivo Local de Derivados da Cajucultura em Barreira*. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará-IPECE/SEPLAN, 2005.

ANDRADE, Manuel. Correia de. *Estado, capital e industrialização do Nordeste*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Espaço, Polarização e Desenvolvimento – a teoria dos pólos de desenvolvimento e a realidade nordestina*. Recife: Imprensa Universitária, 1967.

_____. *A Terra e o Homem do Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

_____. *Geografia econômica do Nordeste – o espaço e a economia nordestina*. São Paulo: Atlas, 1987.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? (ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho)*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2003.

ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. *História do pensamento econômico – uma abordagem introdutória*. São Paulo: Atlas, 1988.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: REVAN/FASE, 2000.

ARRIGUI, Giovanni. *A Ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BACHA, Carlos José Caetano. *Economia e Política Agrícola no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2004.

BAER, M. *O Rumo Perdido: a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro*. RJ: Paz e Terra, 1993

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995.

BASTOS, Elide Rugai. *Gilberto Freyre: a sociologia como sistema*. *Ciência & Trópico*. Recife, vol.15, nº. 2, 1987, p. 157-164.

BATISTA JR., P. N. *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. In: SOBRINHO, Barbosa Lima. *Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BECKER, Bertha K. e EGLER, Cláudio A. G. *Brasil: uma nova potência regional na economia mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

BETTELHEIN, Charles. *A problemática do subdesenvolvimento*. In: PEREIRA, Luiz. (org). *Subdesenvolvimento e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, p. 51-69.

BOUDEVIL, Jacques-R. *Os espaços Econômicos*. São Paulo: Coleção Saber Atual, Difusão Européia do Livro, 1973.

_____. Jacques R. *Desenvolvimento polarizado e planejamento al*. In: Boletim Geográfico, nº. 237, Rio de Janeiro, 1973.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

BOMBARDI, Larissa Mies. *O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar*. São Paulo: GEOUSP - Espaço e Tempo, nº. 14, p. 107-117, 2003

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRÜSEKE, Franz J. O Problema do desenvolvimento sustentável, In: Cavalcanti, Clóvis (org) *Desenvolvimento e natureza – estudos para uma sociedade sustentável*, São Paulo: Cortez, 1995.

CANO, W. *Soberania e Política Econômica na América Latina*. São Paulo: Campinas, Unicamp, 2000.

_____. *Desequilíbrios Regionais no Brasil: alguns pontos controversos*. In: MARANHÃO, Sílvia (Org.). *A Questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CARVALHO, J. Otomar de. *PROJETO ÁRIDAS - Uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o Nordeste*. In: *Políticas de Desenvolvimento e Modelo de Gestão*. Vol. 5, Fortaleza: 1994, 353 p.

CARVALHO, Antônio Alfredo Teles de. *Josué de Castro: um geógrafo de múltiplas contribuições revisitado em suas idéias*. In: *Revista Geosp - Revista da Pós-Graduação em Geografia/USP*. São Paulo, USP, No. 13, 2003

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. *A Questão regional no Brasil contemporâneo*. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina (ORGs.) São Paulo: HUCITEC, 1993. p.35 a 58.

CASTELLS, A *Sociedade em Rede - A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Iná Elias de. *O Mito da Necessidade. Discurso e Prática do Regionalismo*

Nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CASTRO, Josué de. *A Geografia da Fome*. 11ª. Edição. Rio de Janeiro: GRYPHUS, 1992.

CATTANI, Antonio David (Org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. A “Nova Economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, F. [et al.]. *Uma Nova Fase do Capitalismo*. São Paulo: Xamã, 2003.

COHN, Amélia. *Crise regional e planejamento: o processo de criação da SUDENE*. São Paulo, 1972, mimeo.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. *Às Margens do Beberibe e do Capibaribe: a crítica de Tobias Barreto nos meandros da Geografia*. Tese de Doutorado: FFLCH/ USP, 2001.

_____. *A Geografia Social de Silvio Romero*. In: Revista Terra Brasília: geografia e pensamento social no Brasil. Ano 01, nº. 2, Rio de Janeiro, 2000, pp. 35 - 58.

_____. *A Geografia do Espaço da Miséria*. In: Revista Scientia Plena, vol. 01, nº. 06, Aracaju, 2005, pp. 166 – 170.

_____. *A Insustentabilidade do Desenvolvimento Sustentável*. In: Revista Esforia: Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas/UFSC, ano 02, vol. 02, nº. 02, 2004, pp. 79 – 91.

_____. *A Questão Camponesa: um olhar sobre o signo dialético*. Dissertação de Mestrado. Aracaju: NPGeo/UFS, 1991.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e Organização espacial*. 5ª. Ed.. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, Maria C. C. *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*. São Paulo: Moderna, 1987.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

DIEGUES, Antonio.C. *Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas*. In: São Paulo em perspectiva, jan -jun. 1992., 6 (1-2) : 22-29p.

DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. *A Geografia e o Exótico Brasileiro*. In: Revista Terra Brasília: geografia e pensamento social no Brasil. Ano 01, nº. 2, Rio de Janeiro, 2000, pp. 94 – 112.

DUMÉNIL, G. & LÉVY, D. *Introdução à Discussão_ uma nova fase do capitalismo? Três interpretações marxistas*. In: CHESNAIS, F. [et al.]. *Uma Nova Fase do Capitalismo*. São Paulo: Xamã, 2003.

_____. *Superação da Crise, ameaças de crise e novo capitalismo*. In: CHESNAIS, F. [et al.]. *Uma Nova Fase do Capitalismo*. São Paulo: Xamã, 2003.

EGLER, C. A. G. 1993. *Crise e questão regional no Brasil*. Tese de Doutorado, Campinas.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, Marcionila. *Desenvolvimento Sustentável: antinomias de um conceito*. Revista Raízes. Campina Grande. Vol. 21, no. 02, p. 246-260, jul/dez, 2002.

- FRIEDMAN, M. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- FIORI, José Luís. *Os Moedeiros Falsos*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FISHER, Tânia. (Orgs.) *Gestão Contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais*. 1996.
- FURTADO, Celso. 1961. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- _____. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Saga S. A., 1969.
- _____. *Formação econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Lia Editor S. A., 1970.
- _____. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- GALVÃO, Olímpio J. de Arroxelas. *Por uma nova política de desenvolvimento regional: a experiência internacional e lições para o Brasil*. Macau: III Congresso dos Economistas da Língua Portuguesa, junho, 1998.
- GENTILI, Pablo. *A Falsificação do Consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- GRAMSCI, Antonio. *O Materialismo Histórico e a Filosofia de Benedetto Croce*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1987.
- GRIFFILH-JONES, S. & SUNKEL. *O fim de uma ilusão: as crises da dívida e do desenvolvimento na América latina*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- FIORI, José Luís (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1981.
- FRANK, André Gunder. *O Desenvolvimento do Subdesenvolvimento*. Paris: Edições François Maspero, 1969.
- HAGEN, Everet E. *As origens do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fórum: 1969.
- HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.
- _____. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Anablume, 2005.
- HUGON, Paul. *História das Doutrinas Econômicas*. São Paulo: Atlas, 1976.
- IANNI, Octavio. *Estado e Capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1988.

_____. A formação do Estado populista na América Latina. São Paulo: Ática, 1989.

JIMENÈZ, *Nuevos enfoques teóricos, evolución de las políticas regionales e impacto territorial da la globalización*. Santiago: ILEPS/CEPAL, Serie Gestión Pública no.27, 2002.

KAISER, B. *As divisões do espaço geográfico nos países subdesenvolvidos*. In: Boletim Geográfico, nº. 197, ano 26, Rio de Janeiro, 1967.

KEYNES, John M. *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*. SP: Fundo de Cultura, 1970.

KOLMING, Fernanda Virgínia. Camponês: um velho/novo sujeito nos tempos da globalização. Dissertação de Mestrado. Aracaju: NPGeo/UFS, 2005.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização - Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Editora Paz e Terra, Brasil, 2ª edição, 1993.

_____. *Com Todo vapor ao Colapso*. Juiz de Fora : UFJF: Pazulin, 2004.

LACOSTE, Yves. *Geografia do Subdesenvolvimento*. São Paulo: Difel, 1982.

LAFER, Betty Mindlin. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973

LEFEBVRE, H. *A re-produção das relações de produção*. Porto: Escorpião, 1973.

LEFF, Enrique. *Saber Ambiental. Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder*. Petrópolis, RJ, Vozes/PNUMA, 2001. 343p.

_____. *Espacio, lugar y tiempo: la reapropiación social de la naturaleza y la construcción local de la racionalidad ambiental*. In: Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 1, p. 57-69. jan./jun. Editora da UFPR, 2000.

_____. *Pensar la complejidad ambiental*. In: LEFF, E. (Coord.). *La complejidad ambiental*. Colección Aprender a Aprender. Siglo XXI/ CIICH-UNAM/PNUMA. 2000.

_____. *Tiempo of sustentabilidad*. Ambiente e Sociedade, Campinas, jan-jun, nº. 6-7, 2000.

LEHER, Roberto. *Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio” da pobreza*. Tese de doutorado: FEUSP, 1998.

LAMBERT, Jacques. *Os Dois Brasis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

LEITE, Rogério Proença. *A Dupla Face do Nacionalismo: ideologia, discurso e dominação em Kubstcheck e Médici*. Recife: Ed Universitária UFPE, 1995.

LE MOS, Mauricio B. *O problema da regionalização dificuldades teóricas e uma metodologia alternativa*. IN: LAVINAS, Lena e Outros (org.). *Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil*. São Paulo, HUCITEC, 1993, pp. 59-86.

LENCIONI, S. *Região e Geografia*. São Paulo: EDUSP, 1999.

LENIN, W. U. Ilith. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2002.

LEWIS, Arthur W. *Política econômica: a programação do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

LINS, Hoyedo Nunes. *Relações Estado-Região: desafios fin-de-siècle*. In: *Anais do II Encontro Nacional de Economia Política*. PUC/São Paulo, p. 291 a 310, 1997.

LIPIETZ, Alain. *Miragens e Milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo*. São Paulo: Nobel, 1998.

LISBOA, Josefa Bispo de. *Associativismo no Campo: das relações em redes ao espaço de socialização política*. In: *Linhas geográficas*. Aracaju: Programa Editorial NPGeo/UFS, 2001.

LIST, Georg Friedrich (1841). *O Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

LOWY, Michael. *Nacionalismo e a nova desordem mundial*. In: NOVAES, Adauto (org.). *A crise do Estado-nação*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003, p. 257– 280.

_____. *A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado*. In: LOWY, Michael & BENSAID, Daniel. *Marxismo, Modernidade e Utopia*. São Paulo: Xamã, 2000, p. 160 -167.

_____. *A Dialética Marxista do Progresso*. In: LOWY, Michael & BENSAID, Daniel. *Marxismo, Modernidade e Utopia*. São Paulo: Xamã, 2000, 77 – 83.

_____. *Marxismo, Resistência e Utopia*. In: LOWY, Michael & BENSAID, Daniel. *Marxismo, Modernidade e Utopia*. São Paulo: Xamã, 2000, p. 241 – 247.

_____. *A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado*. In: *Revista Actuel Marx*. nº. 18, 1995.

LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital: - estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1976.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. *Economia do conhecimento, crescimento e inclusão social: a estratégia global de desenvolvimento do Brasil*. In:

VELLOSO, João P. dos R. (Coord.) *Economia do conhecimento, crescimento e inclusão social*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2004.

MACHADO, Lia Osório. *Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930)* In: CASTRO, I. E. et. alli (orgs.). *Geografia: conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, pp. 309-353.

_____. *As Idéias no Lugar: o desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no início do século XX*. In: Revista Terra Brasilis: geografia e pensamento social no Brasil. Ano 01, nº. 2, Rio de Janeiro, 2000, pp. 11 - 34.

MACHADO, Luis Toledo. *Concepções Políticas do Estado e da Questão Nacional nos Séculos 19 e 20: mito e realidade das doutrinas políticas*. São Paulo: Edições Mandacaru/CPC-UMES, 2000.

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MARSHALL, Alfred. *Princípios de Economia*. vol. 2. Os Economistas, SP: Abril Cultural, 1983.

MARTINS, José de Souza. *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, Paulo Henrique. *Brasil-Nordeste: crise do desenvolvimento ou crise do saber?* In: Revista Temas Rurais, vol.02, mai/ago. 1989.

MARTINS, Roberto. *Nordeste pensado, Nordeste pensante: cultura mais que interessante*. In: MARANHÃO, Silvio (Org.). *A Questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã: teses sobre Feuerbach*. Tradução de Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2002.

_____. *A origem do capital: a acumulação primitiva*. São Paulo: Centauro, 2000.

_____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Tradução de Arthur Morão. Edições 70, Lisboa, 1993.

_____. *O Capital: crítica da economia política – vol I*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MENDES, Cândido. *Nacionalismo e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, 1963.

MENDONÇA, M. L. & RESENDE, M. *As políticas do Banco Mundial são iguais em todo o mundo*. In: MARTINS, M. D. *O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. Viramundo, São Paulo: 2004.

MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital. – rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *O Século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: SAGA, 1965.

MONLEVAD, João & SILVA, Maria Abadia. *Quem Manda na Educação no Brasil?* Brasília: Idea Editora, 2000.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. *O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. 2.ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

MOREIRA, Raimundo. *O Nordeste Brasileiro: uma política regional de industrialização*. Paz e Terra, Rio de Janeiro: 1979.

MOREIRA, Ruy. *Formação do Espaço Agrário Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *Diálogo na Nova Tradição: Celso Furtado e Florestan Fernandes*. In: NOVAES, A. (Org). *A Crise do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 445-463, 2003.

_____. *Um Republicano Exemplar*. In: ABRAMOVAY, Ricardo; ARBIX, Glauco & ZILBOVICIUS, Mauro. (Orgs.) *Razões e Ficções do Desenvolvimento*. São Paulo: UNESP; Edusp, 2001.

_____. & PAOLI, Maria Célia. *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *A metamorfose da arribação: fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste*. Novos Estudos CEBRAP: São Paulo, 1990.

_____. *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OHMAE, Kenichi. *O Fim do Estado-Nação: a ascensão das economias regionais*. Rio de Janeiro, Campus, 1996.

PEREIRA, João Márcio Mendes. *A política Agrária do Banco Mundial no Início do Século XXI: ofensiva neoliberal em marcha acelerada*. In: <http://resistir.info/>

PERICO, Rafael Echeverri & RIBERO, Maria Pilar. *Nueva Ruralidad: visión del territorio en la América Latina y el Caribe*. Instituto Interamericano de Cooperación para la agricultura, IICA, 2002, 208 p.

PERRUCCI, Gadiel. *A Formação Histórica do Nordeste e a Questão Regional*. In: *A Questão Nordeste*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, pp 11-30.

PESSOA, Isimar Félix. *Arrranjo Produtivo de Redes em Jaguaruana, como apoio para o desenvolvimento local*. Ceará/UFC, 2006;

PINTO, Milton Francisco. *Espaço, Citricultura e Trabalho Temporário no Centro Sul de Sergipe*. Dissertação de Mestrado. Aracaju: NPGeo/UFS, 1996.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira*, 3ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1968.

PREBISCH, Raúl. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

REZENDE, M. & MENDONÇA, M. L. *As políticas do Banco Mundial são iguais em todo o mundo*. In: MARTINS, M. D. *O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. Viramundo, São Paulo: 2004.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Seca e determinismo: a gênese do discurso do Semi-Árido nordestino*. In: *Anuário do Instituto de geociências/UFRJ*, vol. 22, Rio de Janeiro, 1999.

RIMA, I. HAHNE. *História do pensamento econômico*. São Paulo: Atlas, 1977.

ROSTOW, W. W. *Lãs Etapas del Crecimiento Económico*. México: Fondo de Cultura Económica, 1961.

SACHS, Ignacy, *Ecodesenvolvimento crescer sem destruir*, São Paulo: Vértice, 1986.

SALOMON, Jean-Jacques. *Morte e Ressurreição do Capitalismo: a propósito de Shumpeter*. In: *Revista Estudos Avançados*, Instituto de Estudos Avançados da USP: set/dez de 1991.

SAMPAIO, José Levi F. *A fome e as Duas Faces do Estado do Ceará*. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP. São Paulo, 1999. In: CARVALHO, Antônio Alfredo Teles de. *Josué de Castro: um geógrafo de múltiplas contribuições revisitado em suas idéias*. *Revista GEOUSP - Revista da Pós-Graduação em Geografia/USP*, nº. 13. São Paulo, 2003.

SANTOS, Almir Bispo dos. *Agricultura Familiar e política pública – o Pronaf em Sergipe*. Dissertação de Mestrado. Aracaju, NPGeo/UFS, 2001.

SANTOS, Ana Rocha dos. *O espaço rural diante da municipalização da saúde – Neópolis, SE*. Dissertação de Mestrado. Aracaju, NPGeo/UFS, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

SANTOS, Marleide Maria. *Territorialização dos Movimentos Sociais no campo sergipano*. Dissertação de Mestrado. Aracaju, NPGeo/UFS, 1999.

SANTOS, Milton. *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: EDUSP, 2003.

_____. & SILVEIRA, M. L. *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Guerra dos lugares*. In Folha de São Paulo, Caderno Mais!, São Paulo, p. 5-3, 08/08/99.

_____. O Retorno do Território. In: SANTOS, et all (Orgs.). *Território. Globalização e fragmentação*. 2º ed. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1996.

_____. *Técnica, Espaço e Tempo: globalização e meio técnico científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SCHUMPETER, J. A. 1961. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1889 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy da. *Regionalismo, Ideologia do Espaço – a gênese da região Nordeste*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo/Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, 1980.

_____. *Região e História: questão de método* in: Marcos A. da SILVA, República em Migalhas: história regional e local, São Paulo, Marco Zero / Anpuh, 1990.

SMITH, Adam, *A riqueza das nações*. vol.1, Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SMITH, Neil *Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Burguesia Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SOUZA, Angelita Matos. *Estado e Dependência no Brasil* São Paulo: Annablume, 2000.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Geografia: conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Maria Luiza de. *Desenvolvimento de Comunidade e Participação*. São Paulo: Cortez, 1991.

SWEEZY, Paul M. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. São Paulo: Nova Cultural. 1986.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972

TAVARES, Maria Conceição; BELLUZZO, Luiz Gonzaga. A mundialização do capital e a expansão do poder americano. In: FIORI, José Luís (org.). *O poder americano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, p. 111 – 138.

TROTSKY, Leon. *La Revolución Permanente*. México: Tradução de Andreu Nin, 2000.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. *Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

VELLOSO, João Paulo dos Reis (Coord.). *Economia do Conhecimento, Crescimento e Inclusão Social*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. Mundialização ou era de transição: uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo. In: CHESNAIS, F. [et al.]. *Uma Nova Fase do Capitalismo*. São Paulo: Xamã, 2003.

_____, Immanuel. *A ruína do capitalismo*. Folha de São Paulo, São Paulo, 17 out. 1999. Caderno MAIS!, p. 5-9.

WEBER, João Hernesto. *A Nação e o paraíso: a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

WOLFE, Marshall. *Desenvolvimento: para que e para quem? Indagações sobre política social e realidade político-social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

DOCUMENTOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS

AMARAL FILHO, J. Nota Técnica – o que se espera do apoio aos Projetos Produtivos? Recife, Secretaria de desenvolvimento Local e Regional, Projeto São José, 2006.

BANCO MUNDIAL. *Um Brasil mais Justo, Sustentável e Competitivo – Estratégia de Assistência ao País (EAP), 2004-2007*. Banco Mundial/Depto do Brasil; CFI/Depto da América Latina, 2003.

BANCO MUNDIAL. *Relatório nº 36116-BR BIRD & CFI - Relatório de Progresso da Estratégia de Assistência ao País para 2004-2007*. Banco

Mundial/Depto do Brasil; CFI/Depto da América Latina; República Federativa do Brasil, 2006.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. *Documento do GTDN – Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste*. In: Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, vol. 28, no. 4, p. 387-432, out/dez, 1997.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. *PROJETO ÁRIDAS. Nordeste: uma estratégia de desenvolvimento sustentável*. Brasília, 1995, 231p.

CARVALHO, J. Otomar de. *Sudene 40 anos: a herança*. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/JC/cadernosdonordeste/index.htm>>. Acesso em: 20/05/2006.

CARVALHO, J. O. *Projeto Áridas - Uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o Nordeste*. GT VI- Políticas de Desenvolvimento e Modelo de Gestão". VI.5 - Avaliação dos Programas de Desenvolvimento Regional. 1994, 353 p.

CEARÁ. Secretaria de desenvolvimento Local e Regional. *Cartilha do Projeto São José*. Projeto São José. Fortaleza, 2006.

CEARÁ. Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional. *Ceará: avançando nas mudanças. Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará 1995 – 1998*. Fortaleza: SEPLAN, 1995.

CEARÁ. Secretaria de Planejamento e Coordenação. *Ceará Cidadania: crescimento com inclusão social, plano de governo 2003 – 2006*. Fortaleza, 2003.

JARA, Carlos Júlio. *Contextualizando o PCPR – em busca de um ponto de vista para orientar o processo de combate aos relacionamentos que produzem pobreza*. RECIFE: Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, IICA/PRORURAL, 1998.

_____. *O desenvolvimento comunitário: o essencial é sempre invisível*. Recife, IICA, PRORURAL, 1988.

PERICO, Rafael Echeverri & RIBERO, Maria Pilar. *Nueva Ruralidad: visión del territorio en la América Latina y el Caribe*. Instituto Interamericano de Cooperación para la agricultura, IICA, 2002, 208 p.

PERNAMBUCO. Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania. *Desenvolvimento Local e Inclusão Social*. Recife: Projeto Renacer, 2004.

PERNAMBUCO. Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania. *Manual de Operações do PCPR II: versão preliminar*. Recife, Projeto Renacer, 2001.

PERNAMBUCO. Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania. *Estratégia de Assistência Técnica e Capacitação (ATER) para o Programa de Combate à*

Pobreza Rural no estado de Pernambuco: proposta para discussão. Instituto Interamericano de Cooperación para la agricultura, IICA, Recife, 1996.

PERNAMBUCO. Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania. *Relatório da I etapa dos trabalhos para criação dos Conselhos de Desenvolvimento Municipal dentro do PCPR e FUMAC.* Recife, PRORURAL, 1996.

PERNAMBUCO. Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania. *Projeto de Apoio às Pequenas Comunidades Rurais: Manual de Operações.* Recife, PRORURAL, 1996.

SERGIPE. Secretaria de Planejamento do Estado. *Manual de Operações do PCPR II.* PRONESE, Aracaju, 2002.

SILVA, Neiva. Diversidade e Exuberância no mar e na Serra. Revista Panorama Turismo Rural e Agricultura Familiar. Brasília, maio de 2006.

SOARES, C. & SANTOS, M. de L. Orientações Básicas para Criação de Conselhos. Recife, PRORURAL, 1988.

TAVARES, Rejane. *Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável.* Recife: Lócus Planejamento e desenvolvimento Sustentável & Instituto Interamericano de Cooperación para la agricultura, IICA, 1995.

ZAPATA, Tânia. *Gestão participativa para o desenvolvimento local.* Disponível em <Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano GESPAR.htm>. Acessado em: 15/02/2006.

ANEXOS